

KARL MARX  
FRIEDRICH ENGELS

**ESCRITOS SOBRE A  
GUERRA CIVIL AMERICANA**

*Artigos do New-York Daily Tribune, Die Presse e outros (1861-1865)*

Organização, notas e tradução  
Felipe Vale da Silva e Muniz G. Ferreira

Prefácio  
August H. Nitz

1ª edição de 2020  
Londrina | São Paulo  
Aetia Editorial | Peleja

Direitos das traduções reservados a Felipe Vale da Silva e Muniz Gonçalves Ferreira, 2020  
Direitos de comercialização do livro reservados a Aetia Editorial e Editora Peleja, 2020

# SUMÁRIO

Prefácio AUGUST H. NITZ Marx e Engels sobre a Guerra Civil Americana: a 'concepção materialista de História' em ação  
**LINHA DO TEMPO I A questão escravista nos Estados Unidos (1688-1861)**

## I. GRANDES PANORAMAS

### INTRODUÇÃO

A guerra civil norte-americana (25/10/1861)  
A guerra civil nos Estados Unidos (7/11/1861)  
A guerra civil americana (26 e 27/03/1862)  
A questão americana na Inglaterra

## II. REFLEXOS DA GUERRA NA EUROPA INDUSTRIALIZADA

### INTRODUÇÃO

O comércio britânico de algodão  
A crise na Inglaterra  
O comércio britânico  
A propósito da crise do algodão  
O protesto de Russell contra a indelicadeza americana - O encarecimento dos grãos

## III. QUESTÕES DE POLÍTICA INTERNA E SOCIEDADE

### INTRODUÇÃO

Assuntos americanos  
Manifestações abolicionistas na América  
Os resultados eleitorais nos estados do Norte  
A demissão de McClellan

## IV. DESDOBRAMENTOS DO CONFLITO

### INTRODUÇÃO

Linha do tempo II - A Guerra Civil de 1861 a 1865  
A deposição de Frémont  
Temas americanos  
Crise na questão escravista  
A imprensa inglesa e o caso de Nova Orleães  
Um tratado contra o comércio de escravos  
A situação no teatro de guerra americano  
Para uma crítica dos assuntos americanos  
Sobre os acontecimentos na América do Norte  
A situação na América do Norte  
Sintomas de desintegração na Confederação sulista

## V. TENSÕES DIPLOMÁTICAS

### INTRODUÇÃO

O *Times* de Londres e Lorde Palmerston  
O caso Trent  
O conflito anglo-americano  
As notícias e seu efeito em Londres  
Os atores principais no drama Trent  
Controvérsia em torno do Caso Trent  
O progresso dos sentimentos na Inglaterra  
O gabinete de Washington e as potências ocidentais  
A opinião dos jornais e a opinião do povo  
Encontro pró-americano  
A opinião pública inglesa  
Um golpe de Lorde John Russell  
Uma reunião operária em Londres  
Sentimento anti-intervencionista  
O debate parlamentar acerca do discurso da rainha  
Os amigos da Secessão na Câmara dos Comuns. Reconhecimento do embargo americano  
O humanitarismo inglês e a América  
Os encontros de Garibaldi. A emergência dos trabalhadores do mercado algodoeiro  
Neutralidade inglesa — sobre a situação dos estados sulistas A demissão de McClellan  
O imbróglio mexicano  
A intervenção no México  
O *Times* de Londres e os príncipes de Orleães na América

Mistificações jornalísticas na França. Consequências econômicas da guerra

## **VI. QUESTÕES DE ESTRATÉGIA MILITAR**

INTRODUÇÃO

Lições da guerra americana

A guerra civil americana e os navios encouraçados e blindados

Novidades da América sobre artilharia

## **APÊNDICES**

A Abraham Lincoln, presidente dos EUA

Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores ao presidente Johnson

Resposta do embaixador americano à mensagem da IWA

## **POSFÁCIOS**

Marx e Engels como jornalistas - Felipe Vale da Silva

Marx, Engels e o Sistema de Poder Mundial – Muniz G. Ferreira

# PREFÁCIO - MARX E ENGELS SOBRE A GUERRA CIVIL DOS ESTADOS UNIDOS: A “CONCEPÇÃO MATERIALISTA DE HISTÓRIA” EM AÇÃO<sup>1</sup>

August H. Nimitz (University of Minnesota)

Após a morte de Karl Marx em 1883, coube a seu parceiro Friedrich Engels defender seu projeto conjunto de ideias, e, dessa forma, sua metodologia. Jovens e intelectuais atraídos pela perspectiva de ambos – assim como seus oponentes – suscitaram questionamentos acerca de sua “concepção materialista de História”, algo que Engels teve que pormenorizar. Frequentemente a questão era se ele e Marx seriam culpados de um “determinismo econômico” e, caso não fossem, o que constituiria uma evidência capaz de provar o contrário. Em diversas de suas respostas, Engels ofereceu o exemplo da análise que Marx proveu em seu *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*; o exemplo do golpe de Estado de Napoleão III em 1851 que levou ao fim da Segunda República Francesa.<sup>2</sup> Segundo Engels, o livro de Marx mostra como a acusação de determinismo econômico pode ser contradita mediante uma análise política concreta e detalhada, na qual desenvolvimentos econômicos serviriam, principalmente, como uma moldura e/ou plataforma explicativa.

Aqui eu gostaria de salientar uma outra análise, a que eles – sobretudo Marx – conduziram para ilustrar a aplicação de seu método. Trata-se, especificamente, de seus escritos sobre a Guerra Civil Americana. Suspeito de que Engels nunca tenha oferecido tal exemplo pois o que ali eles escreveram, diferente do caso d’*O 18 de Brumário*, era em grande medida inacessível àqueles que porventura se interessassem pelo material. No entanto, argumento que esses escritos são tão ricos (se não mais) quanto a análise marxiana da derrocada da Segunda República. E, diferentemente do que ocorre na época de Engels, eles estão disponíveis hoje de um modo que nunca estiveram antes – mesmo *online*.<sup>3</sup>

A evidência número 1 para meu argumento é a mensagem que Marx escreveu para Abraham Lincoln em novembro de 1864, em nome da Associação Internacional de Trabalhadores (*International Workingmen’s Association* ou IWA), parabenizando-o por sua reeleição:

Nós cumprimentamos o povo americano em ocasião da vitória por uma grande margem. Se a resistência ao poder dos escravistas foi a palavra de ordem moderada de vossa primeira eleição, o grito de guerra de vossa reeleição é: Morte à Escravidão. Desde o início da luta titânica que conduz a América, os operários da Europa sentem instintivamente que a sorte de sua classe depende da bandeira estrelada. A luta por territórios que inaugura a terrível epopeia não deveria decidir se a terra virgem de zonas imensas será fecundada pelo trabalho do imigrante, ou contaminada pelo chicote do feitor de escravos.

Quando uma oligarquia de 300 mil escravistas ousou, pela primeira vez na História do mundo, inscrever a palavra escravidão na bandeira da rebelião armada, no mesmo lugar onde, um século antes, a ideia de uma grande república democrática nascia ao mesmo tempo que a primeira declaração dos direitos do homem – que conjuntamente imprimiram um impulso inicial à revolução europeia do século XVIII, quando neste lugar a contrarrevolução se glorificava, com uma violência sistemática, de reverter “as ideias dominantes da época da formação da velha Constituição” e apresentava “a escravidão como uma instituição benéfica, quiçá a única solução ao grande problema das relações entre o trabalho e o capital”, proclamando cinicamente que o direito de propriedade sobre o homem representava a pedra angular do novo edifício –, então as classes operárias da Europa entenderam imediatamente, antes mesmo que o apoio fanático das classes dominantes europeias à oligarquia confederada houvesse lhes advertido, que a rebelião dos senhores de escravos havia soado o alerta geral da santa cruzada da propriedade contra o trabalho e que, para os homens do trabalho, o combate de gigantes travado do outro lado do Atlântico colocava em jogo não apenas suas esperanças no futuro, mas também suas conquistas do passado. Eis por que eles suportaram os sofrimentos que lhes foram impostos pela crise do algodão e se opuseram com vigor à intervenção em favor do escravismo, que estava

---

1 Originalmente publicado em inglês no periódico *Historical Materialism* (volume 19, número 4. Leiden: Brill, 2011, p. 169–192). Todas as notas e referências são do próprio August H. Nimitz, salvo quando indicadas. Para facilitar a vida de pesquisadoras e pesquisadores, sempre que possível adicionamos referências às traduções brasileiras dos textos de Marx e Engels quando o autor os cita.

2 Ver, por exemplo, a carta de Engels para W. Borgius, em Karl Marx; Friedrich Engels. *Obras Escolhidas em três tomos*. Editorial Avante!, 1982, p. 565-567.

3 Disponíveis, em sua maioria, em <[www.marxistsfr.org/archive/marx/works](http://www.marxistsfr.org/archive/marx/works)>.

sendo preparada pelas classes elevadas e “cultivadas” e, na maior parte da Europa, contribuíram com sua cota de sangue para a boa causa.

Enquanto os trabalhadores, o verdadeiro poder político do Norte, permitiram que a escravidão contaminasse a própria república, enquanto diante do negro, dominado e vendido sem ser consultado, se glorificavam por desfrutar do privilégio de ser livres para vender a si mesmos e escolher seus patrões [de pele branca], eles foram incapazes de combater em prol da verdadeira emancipação do trabalho ou de apoiar a luta emancipadora de seus irmãos europeus; essa barreira para o progresso, porém, foi levada com o mar escarlate da Guerra Civil.

Os operários da Europa estão convencidos de que, se a Guerra de Independência Americana inaugurou uma nova época de ascensão das classes burguesas, a guerra dos americanos contra a escravidão inaugurou uma nova época de ascensão da classe operária. Eles consideram o anúncio de uma nova era que a vida tenha designado Abraham Lincoln, o enérgico e corajoso filho da classe trabalhadora, para conduzir o seu país em uma luta sem igual pela libertação de uma raça acorrentada e pela reconstrução do mundo social.<sup>4</sup>

A carta de Marx, como buscarei demonstrar, distila de forma altamente concreta sua visão e a de seu parceiro, não só a respeito da Guerra em si, mas também da derrocada da escravidão e curso futuro da formação social estadunidense. Ela, igualmente, antecipa pronunciamentos mais célebres de Marx. O que segue abaixo são detalhes que exponho para dar suporte a tal argumento.

## Rumo a conclusões comunistas

Para compreendermos a carta de Marx a Lincoln na íntegra, é necessário partirmos de um projeto mais amplo, iniciado pelo menos duas décadas antes dela. Este projeto, por sua vez, teve raízes na interpretação de Marx da realidade estadunidense, um dado em geral pouco levado em conta. Um breve panorama se segue.

A república ainda emergente ensinou ao jovem Marx, um democrata radical, que, mesmo no país mais politicamente democrático da Terra, a “emancipação humana” não estava garantida.<sup>5</sup> Um país sem um passado feudal, diferente dos da Europa, rapidamente se transformou, desde seu surgimento, em um país marcado por desigualdades sociais. Embora seus primeiros comentários sobre essa dimensão da realidade estadunidense – antes que chegasse a conclusões comunistas – não façam menção à escravidão em particular, aquilo que leu a respeito do país estava repleto de referências a essa ‘instituição peculiar’. Obviamente, a democracia política era insuficiente para a emancipação humana ou para a “soberania popular” – esta foi uma conclusão necessária para o caminho de Marx ao comunismo. Os Estados Unidos da América, em outras palavras, eram em grande medida uma obra inacabada.

O que explicaria aquela aparente contradição, a coexistência de desigualdades sociais e das formas políticas mais avançadas?<sup>6</sup> Diversos relatos sobre o país revelavam que a propriedade privada havia trazido a desigualdade social, e, no processo, imposto certos limites na democracia política. Tal descoberta estimulou a investigação subsequente de Marx – então acompanhado por seu novo parceiro, Friedrich Engels – da lógica por trás da propriedade privada, isto é, a economia política, a espinha dorsal da sociedade e o contexto para compreendermos a esfera política. Se relações de propriedade privada eram a chave para diagnosticar o problema, a solução residia na única classe que nutria interesse e capacidade de dar um fim à sociedade de classes em si – o proletariado. Portanto, qualquer coisa que ajudasse a adicionar às fileiras do proletariado, especificamente, a sobrepujar as formas pré-capitalistas como o feudalismo e a escravidão, seria de seu interesse. Somente com o advento do modo capitalista de produção surgiriam os elementos

---

4 Ver, neste volume, A ABRAHAM LINCOLN, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, página 289.

5 O texto-chave aqui é *Sobre a questão judaica* de Marx (São Paulo: Boitempo, 2015). Para detalhes acerca do impacto da experiência dos EUA sobre a trajetória política marxiana, ver August H. Nimtz, *Marx, Tocqueville, and Race in America: The ‘Absolute Democracy’ or ‘Defiled Republic’*. Lanham: Lexington Books 2003, capítulo 1.

6 Um aspecto do sistema político dos EUA do qual Marx sentiu falta foi sua estrutura federalista. O governo federal dos EUA, ele argumentou, era um governo fragmentado, e um obstáculo real para a governança democrática. Ver a parte primeira do artigo “Crítica moralizante e moralidade crítica. Uma contribuição à História cultural alemã contra Karl Heinzen”, publicado em cinco partes no *Deutsche-Briisseler-Zeitung*, nos. 86, 87, 90, 92 e 94, 28 de outubro a 25 de novembro de 1847 (tradução brasileira no volume *A sagrada família: Ou a crítica da Crítica crítica: contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2015).

necessários, em nível humano e não-humano, para fazer da democracia – a “soberania do povo” – uma realidade pela primeira vez.

Armados de uma solução para o enigma, tão evidente no caso dos EUA, Marx e Engels começaram a ganhar trabalhadores para sua nova visão de mundo comunista. Justamente por causa do espaço democrático que existia nos EUA, alemães que se designavam comunistas foram capazes de agir ali mais abertamente do que na própria terra natal. Este fato levou Marx e Engels a sua primeira intervenção na política estadunidense em 1846, relativa à questão agrária, um problema indiretamente relacionado à escravidão. Os dois criticaram duramente um autointitulado comunista alemão por defender a propriedade privada de terras como uma panaceia para a classe trabalhadora ainda emergente. Ainda que reconhecessem a realidade peculiar dos EUA, onde o apelo pela propriedade de terra gozava de suporte compreensivelmente amplo – daí a popularidade do *Free Soil Party*<sup>7</sup> –, eles transmitiram um alerta contra tornar essa medida um fim em si. No melhor dos casos, ela seria um passo necessário em direção à criação de uma classe trabalhadora hereditária nos EUA. A emancipação da humanidade, eles argumentaram, sustentava-se nos ombros dos despossuídos, do proletariado moderno. Essa perspectiva a longo prazo acerca da classe trabalhadora estadunidense deu forma, dali para frente, à prática de Marx e Engels no que concerne à política nos EUA.

Marx ressaltou em 1847, em sua polêmica com Pierre-Joseph Proudhon, *A Miséria da Filosofia*, a importância da escravidão não somente para os EUA, mas para o capitalismo global:

A escravidão direta é, em grande medida, o pivô ao redor do qual nosso sistema industrial hoje roda, tão importante quanto o maquinário, o crédito etc. Sem a escravidão não haveria algodão; sem algodão não haveria a indústria moderna. Foi a escravidão que conferiu valor às colônias, foram as colônias que criaram o mercado global, e o mercado global é a condição necessária para a indústria mecanizada de grande escala. [...] Sem a escravidão, [os Estados Unidos] da América do Norte, o mais progressivo dos países, seria transformado em uma terra patriarcal. Expurgue a América do Norte do mapa-múndi e terá a anarquia – a completa decadência do comércio moderno e da civilização moderna. Faça a escravidão desaparecer e a terá expurgado do mapa das nações.<sup>8</sup>

Para apagar a impressão de que Marx estava provendo uma justificativa histórica para a escravidão, poucos meses antes ele ridicularizara Proudhon por tentar encontrar o “meio termo [...] entre escravidão e liberdade”.<sup>9</sup> E não deixou dúvidas de estar do lado da “liberdade”. No esboço do *Manifesto Comunista*, escrito por seu camarada Engels no mesmo ano, a diferença entre escravos e o proletariado foi esclarecida.

[o] último está situado em um estágio mais alto de desenvolvimento. O escravo se liberta *ao se tornar proletário*, abolindo, da totalidade de relações de propriedade, *apenas* a propriedade do *escravismo*. O proletário só pode ter liberdade ao abolir *a propriedade [privada] em geral*.<sup>10</sup>

A derrocada da escravidão seria o passo inicial para o pleno desenvolvimento do proletariado e, junto da instituição da democracia política, a pré-condição necessária para o conflito entre capital e trabalho, e, assim, o caminho para a revolução socialista e emancipação humana.

Com exceção de um comentário fugaz (embora criterioso) sobre negros,<sup>11</sup> virtualmente não há mais nada nos escritos de Marx e Engels do período que revele o que pensavam acerca da questão racial. Apenas com o irromper da Guerra Civil eles escreveriam, de forma consistente, sobre raça e escravidão nos EUA.

---

7 Foi um partido político de curta duração (1848 a 1854), cuja pauta central era se opor à criação de novos estados escravistas, isso em uma época em que o território estadunidense se expandia vertiginosamente. Ao ser desmanchado, boa parte de seus membros migrou para o Partido Republicano (*Nota do tradutor*).

8 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 6: The Communist Manifesto, The Poverty of Philosophy, Principles of Communism*. New York: International Publishers, 1976, p. 167. Tradução brasileira: *Miséria da filosofia*. São Paulo: Boitempo, 2017.

9 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 38: Letters*. New York: International Publishers, 1982, p. 101. Carta a Pável V. Annenkov de 28/12/1846.

10 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 9: Articles for Neue Rheinische Zeitung*. New York: International Publishers, 1977, p. 100.

11 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 9*, p. 211.

## Prelúdio à “conflagração generalizada”

Após o término da onda revolucionária europeia de 1848 e 1849, e com a decorrente retração do espaço democrático, muitos alemães, veteranos daquelas lutas, imigraram para os EUA. O próprio Marx considerou fazê-lo por um breve período de tempo, especialmente porque lá, naquela altura, seria mais fácil fazer com que suas ideias fossem impressas – *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* sendo o exemplo mais notável disso<sup>12</sup> – em comparação com a Europa, e certamente com a Alemanha. As leis de censura dos Hohenzollern fizeram com que mais jornais em língua alemã fossem impressos nos EUA, local mais propício para Marx do que a própria Alemanha.

A lei de exílio foi alterada em função de debates políticos em curso naquele país, sobretudo a questão cada vez mais controversa do futuro do escravismo. Dos veteranos de 1848 imigrados para os EUA, nenhum foi tão importante para os partidários de Marx quanto Joseph Weydemeyer. Até sua morte em 1866, foi ele que mais colaborou com Marx e Engels no que dizia respeito aos desdobramentos dos eventos na América. Sua maior contribuição foi a de trazer clareza sobre a questão escravista para a classe trabalhadora teuto-americana. Empregando a “concepção materialista de História” de Marx e Engels, logo após sua chegada em Nova York em 1851, ele argumentou vigorosamente pela primeira organização e no primeiro jornal comunistas em solo americano – que ele mesmo ajudou a fundar –, que o avanço da classe trabalhadora dependia da derrocada da escravidão. Ao fazê-lo, contestou, conscientemente, a alegação daquela corrente política da classe trabalhadora teuto-americana que dizia: a abolição do trabalho assalariado é uma pauta imediata e a abolição da escravatura, um problema secundário.<sup>13</sup>

Sempre alertas para a revivificação do movimento revolucionário, Marx e Engels tomaram a peito dois eventos do final de 1859. Marx declarou – e Engels subscreveu – “que o mais importante evento em curso no mundo, hoje, é o movimento abolicionista – por um lado, na América com a morte de Brown, e, por outro lado, na Rússia”. Marx estava se referindo, é claro, à rebelião gorada do abolicionista John Brown em Harpers Ferry, Virginia, de poucos meses antes, a qual serviu de estímulo para pelo menos uma revolta de escravos no período subsequente. No tocante à Rússia, seus “escravos” (melhor dizendo, servos) estavam igualmente em marcha em prol da emancipação, como ele notara no ano anterior. Um ano mais tarde, em manobra para evitar uma nova revolta vinda de baixo, o Czar aboliu a servidão. Foi de enorme significado o fato de o movimento russo coincidir com o nosso nos EUA. Precisamente porque os primeiros enxergavam a luta de classes de uma perspectiva internacional, e deram maior ênfase para a conjuntura dessas lutas em diversos países do que para a de países isolados. A batalha contra a escravatura e outros modos pré-capitalistas de exploração seriam parte integrante da revolução democrática, além de um passo necessário dentro da luta trabalhista contra o capital. A rebelião de Brown dera mostras da profundidade da crise iminente dentro dos próprios EUA. Para a causa dos combatentes da antiescravidão, ela serviu de empurrão necessário, provendo-lhes com um mártir pela primeira vez. Os veteranos de 1848 reagiram, assim, da forma esperada.

Com Weydemeyer na liderança, os partidários de Marx desempenharam um papel ativo no avanço da causa antiescravista nesse momento tão crucial, especificamente, na nomeação e eleição de Abraham Lincoln para presidente. Ao lado de outro simpatizante dos partidários de Marx, Adolph Douai, Weydemeyer ajudou a mobilizar o suporte teuto-americano para a nomeação de Lincoln para a plataforma do Partido Republicano. Embora um partido burguês, este foi fundado em 1854 em oposição à escravatura, e condizente com a perspectiva dos partidários de Marx de que a derrocada do sistema escravista seria um pré-requisito para a hegemonia da classe trabalhadora. Com teuto-americanos no partido (os mais ardentes opositores da escravidão), Weydemeyer e Douai se viram na função de assegurar um posicionamento antiescravista mais rigoroso durante a eleição presidencial que se avizinhava, nomeando um candidato disposto a sustentar tal ponto de vista. A consequência deste processo foi expressa no jornal de Weydemeyer, que julgou a plataforma como “algo nem tão radical, um pouco tépido”, e que, no entanto, “satisfaz, de modo geral, as demandas que lhe fazemos”. Ele cria que Lincoln fosse “a escolha da ala conservadora dentro da Convenção Republicana”, mas jurou lhe dar suporte como “o menor de dois

---

12 O jornal *Die Revolution*, cuja edição de 18 de maio de 1852 trouxe o texto de Marx, era sediado em Nova York, tamanha era a população de imigrantes alemães naquela cidade já na época (*Nota do tradutor*).

13 Para detalhes acerca das atividades de Weydemeyer e de outros simpatizantes de Marx nos EUA, ver Nitz, *Tocqueville, and Race in America...*, capítulo 2.

males”<sup>14</sup>. Como Marx explicou para um partidário na Europa, “desta vez parece haver um bom motivo para nutrir esperanças de que a vitória [...] será do Partido Republicano”<sup>15</sup>.

Weydemeyer e Douai, por sua vez, se lançaram na campanha de eleição de Lincoln. Em diversos distritos, o voto teuto-americano foi decisivo, em partes por seus esforços. Com a vitória de Lincoln, a escravocracia imediatamente começou a dar passos rumo à secessão. Como Engels escreveu a Marx no início de janeiro de 1861:

Na América do Norte as coisas estão [...] esquentando. A situação dos escravos certamente será péssima caso os sulistas entrem em um jogo arriscado [...] que possa resultar em uma conflagração generalizada. Seja lá como for [...] a escravidão parece estar rapidamente se aproximando do fim [...].<sup>16</sup>

Apesar de a História ter provado que a previsão de Engels foi correta, estava longe de ser certo naquele momento que o presidente eleito se levantaria contra os proprietários de escravos. Evidentemente, incerteza foi o sentimento com que atuou o *milieu* de partidários de Marx mais próximos à campanha de Lincoln. Três dias após a eleição, Douai escreveu em seu jornal que aqueles que fizeram a campanha de Lincoln mas não eram, como ele próprio, membros do Partido Republicano, tinham a ‘tarefa especial de garantir que aquilo que foi alcançado com a nossa ajuda não seja desfeito, mas continue a ser construído; e se elementos reacionários do Partido da Reação [o Partido Democrata] pretenderem fazê-lo, devemos servir de contrapeso contra eles e avançar para obter ainda mais concessões.’<sup>17</sup> A missão agora era ser vigilante e não tomar por pressuposto que a eleição necessariamente havia resolvido qualquer coisa. Em edições subsequentes [do jornal], ele concluiu que a batalha então, como Engels assumira, era uma batalha em prol da completa abolição da escravatura. Argumentou também que o ‘escravo tem, em todo caso, o direito, e, em certas condições, mesmo o dever de se libertar da escravidão da forma como lhe for possível’<sup>18</sup> ou, como Malcolm X diria quase um século mais tarde, tratava-se da libertação *by any means necessary* [por todos os meios necessários]. Esta foi, certamente, uma postura muito além da que o presidente eleito entendia ser a de seu mandato. Ainda assim, foi a que Engels acertadamente previu ser a que Lincoln tomaria.

Com o ataque da escravocracia no Forte Sumter, Carolina do Sul, em abril de 1861, a ‘conflagração generalizada’ prevista por Engels teve início. Mais uma vez, os partidários de Marx tomariam posição ao lado dos demais combatentes da classe trabalhadora. ‘Quando a Guerra começou com aquela ofensiva [...] a maioria de seus membros havia se alistado nas forças da União. O Clube Comunista de Nova York [*New York Communist Club*] não realizou encontros por todo o período da guerra já que a maioria de seus membros havia se juntado ao exército da União’<sup>19</sup> O mais importante dos partidários de Marx a alistar-se foi Weydemeyer.

### “Uma última carta na manga... a revolução dos escravos”

Com o irromper da Guerra Civil, Marx e Engels doaram sua completa atenção a cada detalhe do evento. Para Marx, isso significou adiar o processo de finalização d’*O Capital* – tamanho lhe foi o significado da Guerra. Para ambos, o cerne da questão era, mais uma vez, a questão escravista. Marx provou ser mais perspicaz ao prever, acertadamente, o curso geral dos eventos dentro de uma semana antes do início das ofensivas: “Não pode haver dúvidas de que, na fase inicial do conflito, a balança penderá a favor do Sul, onde uma classe de aventureiros brancos sem propriedade provê uma fonte inesgotável de milícia marcial. A

---

14 Bruce Levine. *The Spirit of 1848: German Immigrants, Labor Conflict, and the Coming of the Civil War*. Urbana: University of Illinois Press, 1992, p. 249.

15 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 41: Letters*. New York: International Publishers, 1985, p. 210.

16 *Ibidem*, p. 242.

17 Ver Philip S. Foner. *American Socialism and Black Americans: From the Age of Jackson to World War II*. Westport: Greenwood Press, 1977, p. 29. Harold Holzer (*Lincoln President-Elect: Abraham Lincoln and the Great Secession Winter, 1860–1861*. New York: Simon and Schuster, 2008) mostra como a vigilância dessas convictas forças antiescravistas ajudaram a blindar o presidente eleito.

18 *Ibidem*.

19 Eric Foner. *Reconstruction: America’s Unfinished Revolution, 1863–1877*. New York: Harper and Row, 1988, p. 10.



longo prazo, é evidente, o Norte sairá vitorioso, já que, se a necessidade surgir, ele terá uma última carta na manga, carta no formato de uma revolução de escravos.”<sup>20</sup> O ponto de vista de Marx – de que os escravizados seriam um fator decisivo dentro da Guerra – se provou verdadeiro. Seu otimismo lhe renderia bons resultados, já que o Sul, de fato, obteve sucesso inicialmente, levando muitos apoiadores da União a prognósticos pessimistas. Embora Engels também estivesse esperançoso no início em função da vantagem populacional do Norte, em seguida começou a nutrir certas dúvidas sobre o desenrolar dos eventos, como veremos depois.

Como Marx formulou, defender a causa nortista na Europa, onde as classes dominantes e seus governos, na Grã-Bretanha e na França, simpatizavam com os escravocratas, requereria uma “luta dentro da imprensa”, especificamente, a mobilização da opinião da classe trabalhadora europeia em seu prol. Isso implicava ter que ler sobre a História dos EUA freneticamente, sobretudo porque sua audiência incluía, por cerca de todo o primeiro ano da Guerra, os leitores do *New-York Daily Tribune*, e, entre eles, ninguém menos que o próprio Lincoln. Com sua perspectiva do materialismo histórico, ele foi capaz de discernir a “fórmula geral” da política de seu país desde a fundação. Assim como na “política interna, na política externa, os Estados Unidos sempre tiveram o interesse de proprietários de escravos como sua estrela-guia”. Especificamente, os esforços para adquirir Cuba, as “incansáveis expedições piratas de criminosos contra as nações da América Central”, além da conquista do norte do México foram, todas elas, o “propósito manifesto [...] da conquista de um novo território para que a escravidão e o domínio dos escravagistas se espalhassem”.<sup>21</sup>

Marx tratou de outra dimensão da escravocracia (bastante significativa): sua relação com os “chamados brancos pobres” no Sul. Já que havia “milhões” deles – seu número “cresce sem parar em virtude da concentração de propriedade de terra, cujas condições só podem ser comparadas à dos plebeus romanos na época do declínio iminente de Roma” – como poderiam ser controlados, dado o número relativamente baixo de proprietários de escravos, em uma “tênue oligarquia”? Para tal, ele deu uma resposta: “Somente mediante a aquisição e a perspectiva de aquisição de novos territórios, assim como por meio de expedições criminosas, é possível balancear os interesses desses ‘brancos pobres’ com os dos escravistas, dando à sanha turbulenta dos primeiros um direcionamento inofensivo para os últimos: a de que todos eles, quiçá, poderão um dia se tornar proprietários de escravos”. Marx tinha em mente, é claro, a incorporação forçada do norte do México ao território dos EUA.

Portanto, a mesma lógica que levava proprietários de escravos a estenderem seu modo de produção em âmbito regional os levaria a fazê-lo em âmbito nacional. Desta feita, Marx concluiu,

A atual batalha entre Sul e Norte [...] não é nada além de uma batalha entre dois sistemas sociais, o sistema da escravidão e o sistema do trabalho livre. Já que ambos os sistemas não podem mais conviver pacificamente no continente norte-americano, a luta foi instaurada. Ela só poderá terminar com a vitória de um desses sistemas.<sup>22</sup>

Mais do que qualquer outra asserção, foi esta a que deu forma a todos os juízos de Marx sobre a Guerra, seu curso e suas consequências. Ela traz o reconhecimento de que o Norte, independentemente de como a administração de Lincoln explicava ou via suas próprias ações, estava objetivamente em busca de uma guerra em prol da derrocada da escravidão, “a raiz de todo o mal. [...] Os eventos em si os arrastarão para a promulgação de uma questão decisiva: a *emancipação dos escravos*.” Salta às vistas um dos elementos-chave dentro do método de Marx e Engels, a saber, a hipótese de que um dado processo sócio-histórico é passível de ter uma realidade, independentemente de como os protagonistas compreendem o próprio papel nele. Neste exemplo particular, os termos qualificadores “poderá” ou “possivelmente” são apropriados. Em certo estágio, o qual veremos em breve, tornou-se decisivo que Lincoln adquirisse consciência dos fatos. A escravocracia, Marx declarou, era muito mais consciente de sua missão do que Lincoln, em um primeiro momento. Marx sabia que para obter sucesso, a consciência de Lincoln teria que se inteirar da realidade.

Há duas questões bastante importantes levantadas por Marx em seus argumentos que nos cabe abordar neste momento. Uma delas diz respeito ao problema de raça, classe e cor. Pela primeira vez, ao menos no tocante ao contexto estadunidense, Marx abordou essa questão tão delicada, ainda que o tenha feito

---

20 Marx; Engels. *Collected Works*, Volume 41, p. 277.

21 Ver, neste volume, A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA de 20/10/1861, página 47.

22 Ver, neste volume, A GUERRA CIVIL NOS ESTADOS UNIDOS de 07/11/1861, página 58.

mediante uns poucos – porém  
prenhes – comentários. A respeito da subjugação dos brancos sulistas (os que não possuíam escravos) ao sistema da escravocracia, ele escreveu: “Já durante os anos de 1856 a 1860, porta-vozes políticos, juristas, moralizadores e teólogos do partido escravocrata tentaram dar provas não apenas de que a escravidão negra seria justificada, mas de que a cor é um detalhe insignificante, e que toda a classe trabalhadora, em toda a parte, nasce para a escravidão.” Então, três parágrafos adiante, no que concerne ao princípio escravocratas de estender seu sistema para o Norte, escreveu: “Nos estados nortistas, onde a escravidão negra é, de modo geral, impraticável, a classe trabalhadora branca seria rebaixada gradualmente à condição de hilotas [isto é, dos escravos de Esparta]. Isso corresponderia por completo ao princípio proclamado em alto e bom som de que apenas certas raças são aptas à liberdade, e como o trabalho atual no Sul é o fardo do negro, no Norte ele seria o fardo do alemão e do irlandês, ou de sua descendência direta.”<sup>23</sup>

Os dois comentários são bastante instrutivos. Eles abrem uma porta para o pensamento marxiano e abordam o nexos entre raça e classe, revelando ideias que antecipam pronunciamentos subsequentes mais conhecidos. Ambos revelam a perspectiva de Marx de que a exploração laboral, ou subordinação de classes, tinha sua própria lógica e, ao menos no cenário estadunidense, possuíam uma determinação ontológica independente de distinções de raça/cor. Dessa forma, aos exploradores seria fundamentalmente indiferente a raça e a cor daqueles que exploravam.

O segundo comentário reconhece que, em dados cenários (novamente no caso dos EUA), alegações acerca da superioridade e inferioridade racial poderiam facilitar o processo de exploração. Com base nessas alegações, alguns estratos da sociedade potencialmente explorados seriam mais vulneráveis do que outros. Na realidade histórica particular da América na metade do século XIX, operários imigrados da Alemanha e da Irlanda estariam apenas um nível acima dos negros na hierarquia racial. Mais uma vez, devido à lógica da exploração laboral, trabalhadores de pele “branca” bastariam caso os de pele “negra” não estivessem disponíveis. Note que Marx empregava o termo “raça” para se referir tanto a cor quanto a origens nacionais. Isso, sem dúvidas, refletia dois empregos distintos de conceitos na Europa falante de alemão e nos EUA. Porém, por mais que a raça, seja lá como fosse designada, facilitasse o processo de subordinação de classes, era a lógica desta última que emoldurava a noção de raça e seus usos. Ademais, enquanto a escravidão durasse no Sul, todos os trabalhadores, independentemente de sua cor ou localização, estariam vulneráveis à escravização. É incerto se Marx realmente acreditava que a escravocracia poderia impor seu sistema no Norte. Supostamente, sua perspectiva histórico-materialista sugere o contrário. Contudo, justo pelo fato de seu método não dar margem para inevitabilidades históricas, uma batalha tinha de ser conduzida para que se evitasse um tal resultado. O que ele escreveu, assim, pode ter sido apenas por este motivo – a ‘luta dentro da imprensa’.

A segunda problemática notável nos três artigos de Marx remete ao México. No *Tribune*, ele comentou o modo como os escravocratas foram capazes de manter a hegemonia no Sul. Eles o fizeram “na medida em que jogavam, constantemente, para os plebeus brancos a isca de conquistas dentro e fora das fronteiras dos Estados Unidos”. No primeiro dos dois artigos para o diário liberal vienense, *Die Presse*, ele argumentou, como supracitado, que essa estratégia fora elaborada para convencer os “brancos pobres” de que dispunham dos mesmos interesses que os proprietários de escravos. Quanto às “conquistas [...] dentro das fronteiras”, Marx claramente se referia à expropriação, por parte do governo de Washington, do norte do México em 1845-6. Uma vez que a escravocracia “exigia uma formação continua de novos estados escravistas” (por razões já discutidas), “a conquista de territórios estrangeiros, como o caso do Texas”, seria o meio de atingir esse objetivo. A anexação ilegal do Texas em 1845, na condição de um estado escravista, revelava as verdadeiras intenções do governo federal em Washington, precipitando a guerra com o México um ano mais tarde, a tal Guerra México-Americana. Então, mais tarde, como consequência do Ato Kansas-Nebraska de 1854, mais uma conquista territorial, dos atuais Novo México e Arizona, foi vertida em território escravista. “[...] Em 1859, o Novo México [era desta forma que os dois estados juntos eram conhecidos] criou um Código legislativo escravista que rivaliza em termos de barbarismo com os livros da lei do Texas e do Alabama”. Porém, por que havia tão poucos escravos no território, “bastou que o Sul enviasse ao outro lado da fronteira um punhado de aventureiros com uns tantos escravos para que obtivesse uma aparência de representação popular — e isso com ajuda do governo central de Washington, seus funcionários públicos e mercadores do

---

23 *Ibidem*, página 64.

Novo México —; assim foi imposta a escravidão no território e, com ela, a hegemonia dos escravistas”. Essencialmente, tal conquista constituiu “o alastramento armado da escravidão no México”.<sup>24</sup>

Tanto o tom quanto o espírito com que Marx escreveu a respeito da conquista do norte do México faz um claro contraponto com o que Engels dissera mais de uma década antes. Na mesma veia com que aplaudiu, em 1848, o imperialismo francês na Argélia, Engels escreveu sobre a expropriação do México por Washington com aprovação. O governo teria avançado, ele argumentou, os interesses da burguesia tornando possível a “criação de capital fresco, isto é, trazendo à vida um novo burguês e enriquecendo aqueles já existentes”.<sup>25</sup> A conquista do norte do México teria sido, portanto, “conduzida completa e unicamente em prol dos interesses da civilização”, particularmente porque os “enérgicos ianques” – em contraposição aos “mexicanos preguiçosos” – levariam à “rápida exploração das minas de ouro da Califórnia”, dando ao comércio mundial, pela “terceira vez na História, uma nova direção”.<sup>26</sup> Embora fossem essas as opiniões de Engels, nada sugere que as de Marx diferissem delas naquela época. Ainda em 1853, este estava expressando pontos de vistas semelhantes acerca do imperialismo britânico na Índia.<sup>27</sup> Esses pontos de vista tomaram forma mais em função da perspectiva histórico-materialista recém-surgida, e menos em função do terreno empírico concreto. Uma leitura mais atenta da realidade americana revelaria algo bastante distinto. Mais do que a burguesia, a escravocracia foi aquela servida pela conquista em questão, impedindo, portanto, a plena instituição de relações de produção capitalista nas posses adquiridas e, dessa forma, o crescimento da classe trabalhadora. Em outras palavras, os benefícios vindos com a aquisição da Califórnia foram comprometidos pela “barbárie” do alastramento da escravidão. Marx, portanto, assim como Engels em relação à Argélia, alterou sua posição em relação ao México; e fez o mesmo em relação à Índia.<sup>28</sup>

Esse argumento ganha mais credibilidade pelos comentários e pronunciamentos feitos subsequentemente sobre o México. Por exemplo, Marx relatou favoravelmente, em dezembro de 1861, que o México havia se recusado em 1845 a se encontrar com um emissário de Washington para discutir a venda de seus territórios ao Norte.<sup>29</sup> Em 1848 ou 1849, ele, assim como Engels, teria visto a recusa mexicana de forma desfavorável – como um obstáculo para a missão civilizadora da burguesia estadunidense. É intrigante que, no mesmo mês, Engels, em um comentário passageiro, explicasse a Guerra México-Americana como uma em que “o México [estava] se defendendo”. É difícil imaginar que teria empregado uma tal linguagem em 1849. Então, em 1862, quando Luís Bonaparte tentou angariar vantagens da preocupação do governo de Washington com a Confederação, empreendendo uma empreitada imperialista no México – e isso com apoio inglês e espanhol –, Marx saiu em defesa do país e de seu novíssimo governo liberal liderado por Benito Juárez. A intervenção, ele disse aos leitores do *Tribune*, foi “um dos empreendimentos mais monstruosos já registrados nos anais da história internacional”.<sup>30</sup> Quando as forças bonapartistas começaram a sofrer represálias por parte dos mexicanos, ele exclamou para Engels: “se apenas os mexicanos (*les derniers des hommes!* [os mais despossuídos dos homens!]) voltassem a se sair melhor que os melhores dos *crapauds* [generais de Bonaparte]!”<sup>31</sup> O sucesso dos afamados “mais despossuídos dos homens” excitou Marx. Sua alegria diz muito no que toca ao distanciamento que se instalou entre ele e Engels desde a aplicação inicial de sua perspectiva teórica.

## Lincoln – uma “personagem sui generis”

Apesar de o otimismo de Marx relativo ao curso da Guerra ter se confirmado eventualmente, a hesitação de Lincoln para realizar o que sabia ser seu dever – iniciar uma “revolução de escravos” – causou irritação no decorrer do processo. Os esforços de Lincoln para acalmar os interesses de escravocratas nos estados que não se juntaram à Confederação levaram-no a evadir a questão da abolição

---

24 Os trechos diversos do parágrafo remetem a A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA de 20/10/1861, páginas 48 em diante deste volume.

25 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 6*, p. 527.

26 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 8*, p. 365.

27 Ver, neste volume, A CRISE NA INGLATERRA., página 94.

28 Marx; Engels, *Collected Works, Volume 40: Letters*, p. 249. Assim, discordo do artigo de Jeffrey Vogel *The Tragedy of History* (1996) que, apesar de perspicaz, trata das perspectivas de Marx e Engels acerca do México e da Índia. Caso houvesse olhado mais de perto, ele teria visto como suas perspectivas evoluíram como estou argumentando.

29 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 19*, p. 103.

30 Ver A INTERVENÇÃO NO MÉXICO, página 255.

31 Marx; Engels, *Collected Works, Volume 41*, p. 431.

pelos dezesseis meses iniciais da Guerra. Marx forneceu uma explicação: “Lincoln, de acordo com a tradição legislativa, nutria aversão por toda a genialidade, apoiando-se a cada letra da Constituição e desprezando cada passo que pudesse desconcertar os escravocratas ‘leais’ dos estados limítrofes [entre Norte e Sul]”.<sup>32</sup>

Marx, porém, continuou a criticar Lincoln por tal postura. Particularmente repugnante lhe foi a medida segundo a qual “nenhum general [da União] poderia ousar pôr um batalhão de negros no campo de batalha”, de forma que a escravidão deixou de ser o “calcanhar de Aquiles do Sul” para se transformar “em uma dura couraça”. Graças aos escravos, que realizavam todo o trabalho produtivo, “todos os homens em boas condições físicas podem ser enviados ao campo de batalha!”. Mais uma vez, para Marx a chave para a vitória era uma “revolução de escravos”, a necessidade de o Norte perseguir um “tipo revolucionário de guerrilha e inscrever o slogan de batalha da ‘Abolição da Escravatura!’ sobre a bandeira estrelada”. Ao armar os negros, fossem livres, fugidos ou escravos capturados, despojaria o Sul de sua habilidade de levar a guerra adiante. Lincoln “se equivocou ao imaginar que os ‘leais’ senhores de escravos serão convencidos por discursos benevolentes e argumentos racionais. Eles apenas cederão mediante o uso da força.”<sup>33</sup> Em uma carta para Engels, escrita, aparentemente, à véspera do artigo do *Die Presse*, ele argumenta que assim o Norte se sentiria compelido a “travar a guerra da forma mais grave, recorrendo a métodos revolucionários e derrubando a supremacia dos estadistas escravocratas da fronteira. Um único regimento de pretos [*niggers*] exerceria um efeito notável sobre os nervos sulistas”.<sup>34</sup> Assim como Marx, Frederick Douglass “repetidamente sugeriu que armassem os escravos, insistindo desde o início: ‘O negro é a chave da situação – o ponto em torno do qual toda a rebelião se volta’”.<sup>35</sup>

No verão de 1862, Marx se tornou mais esperançoso em relação a Lincoln. Um dos passos à frente tomado pelo presidente foi o reconhecimento, por parte do governo federal de Washington, pela primeira vez, do governo do Haiti, cujas raízes podiam ser retraçadas até uma revolta de escravizados bem-sucedida. Assim, ele estaria viabilizando a tão esperada esperança dos abolicionistas. Mas, ainda mais significativa foi “outra lei, que agora está sendo efetivada *pela primeira vez*, [que] permite aos negros emancipados se organizarem militarmente e ser postos no campo de batalha contra o Sul”. O Norte finalmente começara a usar “a última carta na manga”. Com base nesta e em demais legislações, Marx concluiu que “seja qual for o destino da guerra, já se pode afirmar com segurança que a escravidão negra não sobreviverá por muito tempo a esta Guerra Civil”.<sup>36</sup>

Quando Lincoln publicou sua Proclamação de Emancipação, menos de dois meses depois, – dizendo que “a partir de 1º. de janeiro de 1863, abole-se a escravidão na Confederação” – Marx, sem dúvida, sentiu seu otimismo ratificado. Embora não houvesse modo de Marx saber disto, a lógica por detrás dela, como Lincoln explicou ao seu gabinete em julho, era estranhamente parecida com o que ele próprio argumentara em seu artigo de agosto para o *Die Presse*. A “emancipação”, disse o presidente, tornara-se uma necessidade militar, absolutamente essencial para a preservação da União. [...] Devemos libertar os escravos ou seremos, nós próprios, subjugados. Os escravos são indubitavelmente um elemento de força para aqueles que os têm a seu serviço, e

---

32 Ver artigo A DEPOSIÇÃO DE FRÉMONT, p. 124.

33 O artigo em questão é PARA UMA CRÍTICA DOS ASSUNTOS AMERICANOS, p. 153.

34 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 41*, p. 400. A respeito do termo *nigger*, empregado por Marx em mais de um contexto e de óbvia importância não apenas para aqueles de nós cujas origens são visivelmente africanas: os editores ingleses das *Obras Completas* [*Complete Works*] observam que, no século XIX, o termo não tinha o “status mais profano e inaceitável” que assumiu mais tarde na História (ver Volume 42 dos *Collected Works*, p. xl). É difícil dizer que aqui se trata de uma desculpa. Aparentemente, mesmo Harriet Tubman [a espiã abolicionista negra] usava o termo para se descrever (William K. Klingaman. *Abraham Lincoln and the Road to Emancipation, 1861–1865*. New York: Viking Penguin, 2001, p. 88). Marx passou a usá-lo durante a Guerra Civil conforme estava se familiarizando com a realidade estadunidense. Em seus escritos publicados, sempre a empregou entre aspas; em cartas, muitas vezes sem aspas. Apenas em uma ocasião registrada, parece, ele usou em um sentido derogatório, em uma diatribe contra [o dramaturgo e político alemão] Ferdinand Lassalle (Marx; Engels. *Collected Works, Volume 41*, p. 389–90) em 1862, isto é, no ano que ele se valeu da palavra pela primeira vez (para uma contextualização, ver “Lassalle and Marx: History of a Myth”, em Hal Draper. *Karl Marx’s Theory of Revolution, Volume 4: Critique of Other Socialisms*. New York: Monthly Review Press, 1989, p. 241–69). É claro: Marx e Engels, como todos os mortais, eram produtos do mundo onde viviam. Os comentários em correspondência pessoal que foram evidentemente racistas, sexistas ou antisemitas devem ser vistos em contexto, e em relação à totalidade de seus escritos e ações. De resto, Marx era carinhosamente conhecido por amigos íntimos e família como o ‘Mouro’, devido a seus traços escuros, além de ter um genro miscigenado, Paul Lafargue, carinhosamente chamado no seu círculo familiar de “o africano” ou “negrillo”. Detalhes pessoais sugerem que devemos ser cuidadosos e não nos antecipar em nossos julgamentos.

35 Foner, *Reconstruction*, p. 5.

36 Ver PARA UMA CRÍTICA DOS ASSUNTOS AMERICANOS, p. 155.

devemos decidir se tal elemento estará conosco ou contra nós. [...] Medidas decisivas e extensivas devem ser adotadas. [...] Queremos que o exército ataque com golpes mais vigorosos. A Administração deve dar exemplo, e atacar no coração da rebelião.<sup>37</sup>

Era como se Lincoln antecipasse e atendesse o conselho de Marx relativo à necessidade por “um tipo revolucionário de guerrilha” e de como lidar com a escravocracia: “Eles apenas cederão mediante o uso da força”.

A Proclamação, Marx declarou, foi “ainda mais importante” do que a recente vitória dos unionistas em Antietam, Maryland –; ela teria sido “o documento mais importante na História estadunidense desde o estabelecimento da União, [cuja atuação era] equivalente a rasgar a antiga Constituição Americana”. A previsão de que “o lugar de Lincoln na História dos Estados Unidos e da humanidade será ao lado do de Washington” mostrou ser correta. Da perspectiva de um materialista histórico, Lincoln era uma “personagem *sui generis*” nos anais da História: ele “não é o rebento de uma revolução popular. Esse plebeu [...], pessoa mediana de boa vontade, foi levado ao topo por meio da interação de forças do sufrágio universal sem noção da grandeza das questões que estavam em jogo”.

Então Marx outorga o mais alto cumprimento de sua vida aos EUA: “Nunca o Novo Mundo alcançou maior vitória do que quando provou que, com organização política e social, bastam naturezas medianas com boa vontade para a realização daquilo que, no Velho Mundo, exigiria heróis!”.<sup>38</sup> As relações sociais superiores, combinadas com arranjos institucionais particulares (isto é, com o sistema eleitoral), fizeram aflorar, em outras palavras, o melhor de Lincoln. O método de Marx certamente lhe permitiu compreender mais cedo as tarefas revolucionárias que Lincoln tinha diante de si, se não melhor do que o próprio presidente.<sup>39</sup>

Apesar da Proclamação da Emancipação, o parceiro de Marx permaneceu cético em suas conjecturas sobre o Norte. O pessimismo de Engels faz bastante contraste com o otimismo de Marx. Suas diferentes avaliações constituem o único desacordo político documentado e duradouro entre os dois, o qual durou mais de dois anos. Particularmente incômodo para Engels foi a aparente falta de decisão do Norte frente ao Sul na tomada de medidas necessárias para se livrar de uma vez por todas dos escravagistas. Embora reconhecesse as preocupações de Engels, Marx respondeu: “estou preparado para apostar minha vida que esses colegas [a Confederação] se sairão mal, apesar de Stonewall Jackson”.<sup>40</sup> Marx respondeu a detalhes específicos das queixas de Engels, incluindo sua já discutida solução para a questão da escravidão. Ele também o repreendeu em mais de uma ocasião: “Parece-me que você se deixa influenciar um pouco demais pelo aspecto militar das coisas”.<sup>41</sup> E algumas semanas depois, “os eventos ali [nos Estados Unidos] são do tipo que transforma o mundo”.<sup>42</sup>

Conforme a Guerra continuou, após a Proclamação de Lincoln, sem qualquer reviravolta decisiva, levaria quase dois anos até que Marx e Engels tecessem quaisquer comentários significativos acerca dos desdobramentos de eventos nos EUA. A campanha presidencial no outono de 1864 chamou a atenção de ambos. “Creio”, Marx contou a Engels,

que o presente momento, cá entre nós, seja extremamente crítico. Se Grant sofrer uma grande derrota, ou Sherman levar a grande vitória, então tudo bem. Mas agora, em tempos de eleição, uma série crônica de pequenos entraves seria perigosa. Concordo plenamente com você que, até então, a reeleição de Lincoln está basicamente assegurada, *mesmo em um nível de 100 para 1*. Mas as épocas de eleição em um país que é o arquétipo da charlatanice democrática estão repletas de riscos, os quais podem desafiar a lógica dos eventos

---

37 James McPherson. *Drawn with the Sword: Reflections on the American Civil War*. Oxford: Oxford University Press, 1996, p. 77.

38 Ver SOBRE OS ACONTECIMENTOS NA AMÉRICA DO NORTE, página 157.

39 Marx não estava sozinho ao ver a Guerra Civil como uma guerra revolucionária (ou seja, uma revolução social). O livro *Abraham Lincoln and the Second American Revolution* de James McPherson (1991), sobretudo no capítulo 1, cita personagens centrais do período que compartilhavam tal perspectiva. O que distinguiu Marx, contudo, de seus contemporâneos foi sua perspectiva global, a visão de que a Guerra significava um avanço para o processo revolucionário mundial.

40 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 41*, p. 416.

41 *Idem*.

42 *Ibidem*, p. 421.

de forma bastante inesperada. [...] Esse é, sem dúvida, o momento mais crítico desde o início da guerra. Uma vez que ele passar, O VELHO LINCOLN PODERÁ FAZER O QUE LHE DER NA TELHA.<sup>43</sup>

Os acontecimentos, mais uma vez, provariam como Marx, e desta vez Engels, foram notavelmente perspicazes. Como previsto, Lincoln de fato venceu as eleições, de forma esmagadora no Colégio Eleitoral, mas com uma margem menor no voto popular. Como ambos supuseram e apesar do ceticismo de Engels, a vitória do general William Tecumseh Sherman na Geórgia, na véspera das eleições se provou decisiva. Por fim, da mesma forma que Marx observou confidencialmente, a vitória de Lincoln assegurou a derrota da Confederação. Ao ver seus resultados, Frederick Douglass chamou a eleição de “a mais memorável e solene já realizada em nosso país ou em qualquer outro [...] para resolver uma questão de vida ou morte para a nação”.<sup>44</sup> Pesquisadores modernos, igualmente, repercutem a opinião marxiana acerca de quão crucial foi a eleição. Uma derrota por parte de Lincoln teria, muito provavelmente, levado a um acordo de guerra vantajoso para a escravocracia.

No verão de 1864, Engels começou a recobrar um pouco de esperança em relação à situação nortista. Quando ele e Marx receberam uma carta de Weydemeyer, em outubro daquele ano, – alguém com quem mantiveram contato desde o início da guerra e que ascendera ao cargo de coronel do Exército da União –, eles puderam obter pela primeira vez uma visão privilegiada dos desdobramentos, sobretudo relativos à condução da Guerra. A criteriosidade de Weydemeyer, o otimismo duradouro de Marx e, mais importante ainda, o progresso registrado pela vitória de Sherman, convenceram Engels. Sua resposta à carta de Weydemeyer, subsequente à reeleição de Lincoln, torna isso claro: “Apesar dos numerosos erros cometidos pelos exércitos nortistas [...] a maré de conquistas está aos poucos (mas seguramente) subindo, e, no curso de 1865, de qualquer forma, chegará o momento em que a resistência *organizada* do Sul se dobrará como um canivete [...]”. Engels então considerou a Guerra a partir de uma perspectiva histórica: “Uma guerra popular desse tipo, de ambos os lados, não ocorria desde que surgiram os grandes Estados e, de qualquer forma, aponta a direção para o futuro de toda a América por centenas de anos vindouros. Uma vez derrotada a escravidão, o maior grilhão no desenvolvimento político e social dos Estados Unidos, esse país deverá se mobilizar com um ímpeto que o fará assumir uma posição bastante distinta na história do mundo muito rapidamente, e logo se encontrará uso para o exército e a marinha que estão sendo providos pela guerra.”<sup>45</sup> Seis meses mais tarde, o prognóstico de Engels se realizou na batalha de Appomattox, assim como previsto por Marx desde o começo. Mesmo que não pudesse ter previsto os detalhes, suas expectativas gerais acerca do futuro dos EUA foram notavelmente acertadas, incluindo a antecipação do imperialismo americano – “logo se encontrará uso para o exército e a marinha que estão sendo providos pela guerra” –, tanto em casa (o subjugo dos indígenas da região das Grandes Planícies foi uma etapa significativa no processo) e no exterior, o que testemunha o poder da perspectiva aplicada por Engels e Marx.

Igualmente, a declaração de que uma vitória do Norte avançaria a luta democrática em todo o mundo tem amplo apoio nos estudos modernos. McPherson certamente concorda com tal posição, chegando mesmo a citar Marx como evidência, especificamente em uma passagem conhecida d’*O Capital*, publicado dois anos após o fim da Guerra: “Da mesma forma que no século XVIII a Guerra de Independência Americana soou o alarme para as classes médias europeias, no século XIX, a Guerra Civil Americana foi o alarme a soar para a classe trabalhadora na Europa”. McPherson, com ênfase adicional no significado da derrocada da escravidão, fornece evidências com base não só na afirmação de Marx sobre a Europa, mas também nas alusões de Engels e dele sobre desenvolvimentos exteriores. “[Talvez] tenha sido mais do que uma coincidência o fato de, dentro de cinco anos da vitória da União, as forças do liberalismo terem expandido o sufrágio na Grã-Bretanha e derrubado imperadores no México e na França. Da mesma forma, é mais do que coincidência que, após a abolição da escravatura nos Estados Unidos, as forças abolicionistas das duas sociedades escravistas remanescentes no Hemisfério Ocidental, Brasil e Cuba, intensificaram sua campanha pela emancipação, culminando em sucesso duas décadas mais tarde.”<sup>46</sup>

---

43 *Ibidem*, p. 562.

44 John W. Blassingame; John R. McKivigan (eds.). *The Frederick Douglass Papers, Series One: Speeches, Debates and Interviews*, Volume 4. New Haven: Yale University Press, 1991, p. 33.

45 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 42*, p. 39.

46 McPherson, *Drawn with the Sword...*, p. 224, 227. Para detalhes sobre como o percurso da Guerra Civil impactou desdobramentos no Brasil, ver Ana Maria Rios. “‘My Mother was a Slave, Not Me!’: Black Peasantry and Regional Politics in Southeast Brazil, c. 1870–c. 1940”. Tese de doutorado, University of Minnesota, 2001, capítulo 3.

Embora nada sugira que Marx e Engels tenham antecipado os resultados no Brasil ou em Cuba, tudo indica que não ficariam surpresos com o que ocorreu em ambos os países. Demais avanços no movimento democrático tiveram suas raízes no resultado da Guerra Civil: uma bastante significativa foi a primeira onda da luta pela igualdade das mulheres nos Estados Unidos, testemunho, novamente, da presciência de Marx e Engels.

A mensagem congratatória de Marx para Lincoln, em nome da Associação Internacional de Trabalhadores, na ocasião de sua reeleição em 1864, dota a discussão anterior de um significado extra. De particular importância para esta análise e argumento é uma observação vigorosíssima feita por Marx sobre a classe, a raça e a democracia dos EUA, que vale a pena ser retomada aqui: “Enquanto os trabalhadores, o verdadeiro poder político do Norte, permitiram que a escravidão contaminasse sua própria república, enquanto diante do negro, dominado e vendido sem ser consultado, se glorificavam por desfrutar do privilégio de ser livres para vender a si mesmos e escolher seus patrões, eles foram incapazes de combater em prol da verdadeira emancipação do trabalho ou de apoiar a luta emancipadora de seus irmãos europeus; essa barreira para o progresso, porém, foi levada com o mar escarlate da Guerra Civil”.<sup>47</sup>

Esta passagem de Marx está repleta de significados. Em primeiro lugar, trabalhadores brancos nos EUA haviam realizado um pacto fáustico com a escravocracia que, por sua vez, impusera limites severos não apenas sobre o “trabalho livre” – como Lincoln frequentemente se referia a ele – mas sobre a própria democracia burguesa. Em troca de “salários da branquitude”, a “instituição peculiar” receberia um impulso vital renovado.

Em segundo lugar, ele antecipa o argumento a ser desenvolvido concisamente três anos mais tarde n’*O Capital*: “Nos Estados Unidos da América do Norte, todo o movimento independente de trabalhadores ficou paralisado enquanto a escravidão desfigurava uma parte da República. O trabalho não pode se emancipar na pele branca enquanto estiver estigmatizado na negra”. Aqui não está encapsulada somente sua estratégia política mais ampla – a da plena realização da democracia burguesa como pré-condição para a revolução socialista –, mas também sua visão particular sobre raça e classe. Isto é, o trabalho ou a classe trabalhadora existem em muitas facetas e em diferentes cores de pele. Porém, em última análise, ele é antes de tudo trabalho. Aqui está implícito o pressuposto de que a raça não seria nada além de (como seria denominado mais tarde) um construto social, ao passo que classe é um construto social e ainda algo mais. Em outras palavras: uma vez que classe para Marx dizia respeito, sobretudo, às relações sociais de produção, ela possuía uma realidade que transcendia as construções ou os entendimentos particulares dados a si.

A terceira reflexão em questão remete à interconexão entre, por um lado, a derrocada da escravatura/racismo e a liberação dos trabalhadores nos EUA, e, por outro lado, a progressão do movimento trabalhador em outras partes, especificamente na Europa naquele momento. Por fim, não se tratava meramente de uma mensagem congratatória, mas também de um esforço de compartilhar com Lincoln, “o enérgico filho da classe trabalhadora”, uma leitura particular do que estava ocorrendo – tudo isso em um linguajar não-sectário. Lincoln não agiu desfavoravelmente a uma tal leitura, como o historiador James McPherson sugeriu.<sup>48</sup> Em outras palavras: Marx, de forma ousada e autoconfiante, estava engajando o presidente dos EUA politicamente.

## Um desdobramento contraditório

Se o curso e resultado da Guerra corresponderam às expectativas de Marx em grande medida, não foi o caso dos eventos decorrentes, “a reconstrução do mundo social” – ao menos durante seu tempo de vida. Não é possível, no espaço deste prefácio, transmitir toda a riqueza do exame de Marx e Engels acerca dos desdobramentos de eventos nos EUA após a vitória da União – com perspectivas que se estenderam por quase duas décadas e meia. Basta que resumamos seus comentários sobre a mensagem congratatória de

---

47 Ver A ABRAHAM LINCOLN, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, página 289.

48 Ver McPherson, *Drawn with the Sword...*, sobretudo a parte IV, de título “The Enduring Lincoln”. O historiador Herbert Mitgang cita o seguinte trecho de Lincoln: “O trabalho vem antes, isto é, é independente do capital. O capital é somente um fruto do trabalho e jamais existiria sem a existência prévia do trabalho. O trabalho é superior ao capital e merece uma consideração muito maior. O capital tem seus direitos, mas merece tanta proteção quanto os demais direitos” (*The Nation* 1996, p. 6).

Marx a Lincoln de 1864; mais especificamente, sua asserção, no final deles, de que a derrocada da escravidão iniciaria uma “nova era de ascendência para [...] as classes trabalhadoras”.

Marx se animou com a notícia de que, poucas semanas após a vitória sobre a escravidão, os trabalhadores americanos lançaram uma campanha nacional para conquistar a jornada de trabalho de oito horas diárias. A iniciativa tinha não apenas uma importância teórica, mas também política para a luta de classes na Europa e nos EUA. Em suas “Instruções” ao primeiro congresso da IWA em 1866 em Genebra, Marx apontou as ações de vanguarda dos trabalhadores estadunidenses como um exemplo a ser seguido. “Propomos 8 horas de trabalho como o *limite legal* do dia trabalhado. Esse limite foi em geral aclamado por trabalhadores dos Estados Unidos, e o voto no Congresso o elegeria como uma plataforma comum para as classes trabalhadoras de todo o mundo.”<sup>49</sup> Dessa forma, iniciou-se a primeira campanha internacional para instituir a jornada de trabalho de oito horas diárias. No prefácio a *O Capital*, Marx reiterou: “assim como, no século XVIII, a Guerra de Independência Americana soou o alarme para a classe média europeia, no século XIX, a Guerra Civil Americana fez o mesmo para a classe trabalhadora europeia” – uma variante daquilo que dissera para Lincoln três anos antes. A ascendência da classe trabalhadora não significava que a revolução socialista estava na ordem do dia. Isso requereria a existência de proletariado hereditário. A abolição da escravatura ajudou a acelerar tal processo na medida em que permitiu o aprofundamento e expansão das relações capitalistas de produção pelos EUA. Nada do que Marx e Engels disseram sobre as consequências da Guerra, nesse quesito, transcendeu esta afirmação de ortodoxia.

O que dizer a respeito das consequências do “trabalho em pele negra”? Nesse tocante, o otimismo que Marx e Engels expressaram em comentários esparsos não se confirmou enquanto viveram. “O ódio aos negros” e “brancos ruins” provaram ser mais persistentes do que se esperava. A Reconstrução Radical – o breve experimento não exatamente em igualdade racial, mas em algo nessa direção – terminou de forma sangrenta, mais ou menos uma década depois do fim da Guerra. O que os autores desejavam que Washington dissesse, aplicando imperativos severos a fim de “deitar ao chão todos os grilhões impostos à liberdade”, encontrou ouvidos moucos.

Deveras, eles vislumbraram o que custaria para que a igualdade racial se efetivasse nos EUA de fato. O contexto foi o que o historiador do trabalho Philip Foner chamou de “a primeira rebelião em escala nacional do trabalho”, a enorme greve dos ferroviários de 1877.<sup>50</sup> “O que você está achando dos trabalhadores dos [EUA]?”, Marx questionou Engels.

Esta primeira deflagração contra a oligarquia do capital que surgir com a Guerra Civil, é claro, será suprimida. Mas poderá prover um ponto de partida para a constituição de um partido efetivamente trabalhista nos [EUA]. Há duas circunstâncias favoráveis aqui, aliás. A política do novo presidente direcionará os negros, assim como no caso das grandes expropriações de terra [...], para o benefício das companhias ferroviárias, mineradoras, etc., transformando-os em camponeses no Oeste – e estes, cuja queixa já se faz claramente audível –, tornar-se-ão em aliados militantes dos trabalhadores.<sup>51</sup>

Engels respondeu: “Fiquei contente com o assunto da greve na América. A maneira como eles se lançam ao movimento não tem equivalente neste lado do oceano. Faz apenas doze anos que a escravidão foi abolida e o movimento já chegou a tal ponto.”<sup>52</sup>

O comentário de Marx sugere que tinha ciência de que o governo federal em Washington, com seu “novo presidente” Rutherford B. Hayes, havia virado as costas para a América Negra. Mais importante, ele sugere que Marx sentiu como necessária a formalização de um partido viável dos trabalhadores para se criar uma aliança entre trabalhadores negros e brancos, por um lado, e operários e agricultores, pelo outro. Isso ia diretamente ao encontro da luta por uma ação política independente da classe trabalhadora que ele havia empreendido na agora extinta IWA. A resposta de Engels também é instrutiva, principalmente em seu uso do termo “já”. Significa que ele e Marx ficaram surpresos com a agitação, sem dúvida em função de sua concepção da *longue durée* das lutas de classes nos EUA. Embora certamente encorajasse e apoiasse a greve em questão, Marx previu corretamente que seria, “é claro, suprimida”. Novamente, não antes de um

---

49 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 20*, p. 187. David Roediger (*Wages of Whiteness: Race and the Making of the American Working Class*. London: Verso, 1999, p. 174) defende persuasivamente que “o que tornou o movimento de jornadas de 8 horas possível foi a espetacular emancipação dos escravos entre 1863 e 1865”.

50 Foner, *American Socialism...*, p. 9.

51 Marx; Engels. *Collected Works, Volume 45*, p. 251.

52 *Ibidem*, p. 255.



proletariado hereditário vigorar, a classe trabalhadora seria capaz de realmente colocar sua marca na política americana. Somente com a vitória da Segunda Reconstrução, um século depois, a previsão de Marx se mostraria como uma possibilidade real. Aqui eu defendo que a outra afirmação supracitada d’*O Capital*, de 1867 – variante do importante argumento que Marx expôs para Lincoln de que “o trabalho não pode se emancipar na pele branca enquanto estiver estigmatizado na negra” – ainda tem relevância.

A derrocada da Reconstrução Radical explica, na minha opinião, o ceticismo compreensível, quase *de rigueur*, presente em círculos progressistas hoje acerca da Guerra Civil e de Lincoln. Será que ela realmente significou um avanço para os trabalhadores, como Marx e Engels argumentaram, e Lincoln realmente foi merecedor de seus elogios? Mas essa desconfiança confunde uma revolução social verdadeira com sua derrota. Diminuir a importância do que ocorreu naquele breve espaço de tempo seria o equivalente a diminuir outra revolução social correlata, e que também descambou em uma derrota sangrenta: a Comuna de Paris de 1871, onde, pela primeira vez, o proletariado moderno logrou tomar o poder. Embora os trabalhadores parisienses tenham ocupado o poder por menos de três meses, o que foram capazes de fazer naquele curto espaço constitui uma das grandes conquistas históricas da classe trabalhadora – provendo lições cruciais, por exemplo, ao jovem Lênin.

Curioso – e intrigante – é o fato de que o indivíduo responsável por ajudar a levar adiante a acusação que encerrou a Reconstrução Radical, o líder do Partido Republicano Carl Schurz, era um antigo oponente de Marx e Engels da Revolução Alemã de 1848-9. Digo “intrigante” pois há evidências circunstanciais que sugerem que Schurz estava motivado a agir como agiu em função dos mesmos temores que nutria em 1849, o que o colocou contra Marx – o esforço deste último para derrubar a escravidão, como o *Manifesto* defendia no tocante à luta para derrubar o regime feudal na Alemanha, ensejava “o prelúdio de uma revolução proletária imediatamente posterior”. Pesquisas recentes revelam que Schurz e seus simpatizantes tinham os eventos de Paris, em 1871, em mente quando decidiram pôr o gênio da Reconstrução Radical de volta na garrafa.<sup>53</sup>

O foco deste artigo foi a análise política de Marx, e como ela possui contornos de seu método. Precisamente porque Marx era um materialista histórico, ele entendeu que os desenvolvimentos históricos não são inevitáveis, mas influenciados pela contingência política e pela intervenção humana. Aqui está o motivo pelo qual fez tudo o que pôde – desde ajudar a organizar protestos em massa contra a intervenção britânica em nome da Confederação, até travar sua “luta dentro da imprensa” para moldar a opinião pública e, é claro, liderar a IWA – a fim de influenciar resultados do outro lado do Atlântico. Suas atividades políticas, que não poderão ser esmiuçadas aqui por razões de espaço, são tão importantes quanto sua análise; ambas se complementam.<sup>54</sup>

Para concluir, os escritos de Marx sobre a Guerra Civil, juntamente com os de Engels, oferecem uma janela bastante valiosa para o modo como empregaram sua “concepção materialista da História”. Argumento que, juntos, estes escritos são ainda mais ricos que a análise de Marx do golpe de Estado de Luís Filipe Bonaparte em *O 18 de Brumário*. A guerra e o período subsequente formam a única revolução social bem-sucedida que Marx e Engels observaram em suas próprias vidas. Além disso, suas análises se deram em tempo real, durante um período mais extenso; as diferenças de opinião que tiveram ao longo do curso e resultado da Guerra revelam que o método não lhes servia de modelo pré-definido, mas era um método que exigia aplicação hábil. Estar armado dele não era uma garantia para o esclarecimento. Por fim, e para repetir o que já foi dito, seu método permitiu a Marx compreender as tarefas revolucionárias postas diante de Lincoln – a necessidade de transformar uma guerra de defesa, em prol da preservação da União, em uma guerra revolucionária para derrubar a escravidão – pelo menos seis meses antes do próprio presidente, e isso com a firme convicção de que este seria o caminho para a vitória. Nisto reside a vantagem que Marx derivou de sua perspectiva histórico-materialista, das experiências revolucionárias de 1848-9 e do otimismo revolucionário resultante da combinação de teoria e prática revolucionárias.

---

53 Ver Heather Cox Richardson. *The Death of Reconstruction: Race, Labor, and Politics in the Post-Civil War North, 1865–1901*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2001.

54 Nitztz (*Tocqueville, and Race in America...*, p. 118-30) traz mais detalhes a respeito. Foner (*American Socialism...*, p. 39-42) acusa Marx e Engels de não terem defendido a Reconstrução Radical suficientemente. Ver volume mencionado de Nitztz (p. 171-8) para uma réplica.

# LINHA DO TEMPO 1 – A QUESTÃO ESCRAVISTA NOS ESTADOS UNIDOS (1688-1861)

por Felipe Vale da Silva

A linha do tempo abaixo lista alguns eventos sociais e políticos que culminaram na guerra entre o norte e o sul dos EUA a partir de 1861. Como sinalizar cada uma de suas batalhas nos exigiria dezenas de páginas, optamos por nos focar no essencial, ressaltando também os marcos abordados pelos próprios Marx e Engels em seus artigos.

Há de se lembrar que eles foram contratados como *freelancers* pelos jornais para os quais escreveram; essa condição de trabalho os forçou a seguir uma pauta de temas imposta por suas respectivas equipes editoriais. Além disso, os próprios jornais, sobretudo o *New-York Daily Tribune*, enfrentaram dificuldades financeiras no decorrer da guerra; uma análise da correspondência do editor Charles A. Dana revela que todos os contribuidores internacionais de seu jornal foram dispensados já em 1861, com exceção de Karl Marx. Com muito pesar, porém, Dana enviou-lhe uma carta em março de 1862 pedindo que parasse de enviar artigos, já que não conseguiria mais pagar pelo serviço.

Para mais detalhes sobre a atividade de Marx e Engels como periodistas, ver o POSFÁCIO deste volume.

- 1688 O GERMANTOWN PROTEST é lavrado por um grupo de imigrantes holandeses e alemães no recém-colonizado estado da Pensilvânia. O documento, que proíbe a escravidão dentro dos domínios daquela comunidade, conta como o primeiro manifesto antiescravista da História dos EUA.
- 1775 *Quakers* da Filadélfia organizam a primeira sociedade antiescravidão do país, a PENNSYLVANIA ANTISLAVERY SOCIETY. O grupo conta com apoio de figuras célebres como William Still, Robert Purvis, John Jay e Benjamin Franklin, defendendo, por meios estritamente jurídicos, a emancipação gradual de cativos.
- 1776-1783 GUERRA DA INDEPENDÊNCIA contra o domínio britânico. Quando a constituição do novo país, os Estados Unidos da América, é ratificada em 1788, termina por instituir garantias legais para a posse de escravos. Até a candidatura de Abraham Lincoln em 1860, todos os presidentes dos EUA, com duas exceções (John Quincy Adams e o próprio Lincoln), serão proprietários de escravos.
- 1793 Eli Whitney inventa o descaroçador de algodão (COTTON GIN), uma engenhoca que dinamiza significativamente a separação de caroços das fibras de algodão. O presidente Thomas Jefferson é um dos primeiros compradores da invenção, a qual impulsiona o mercado algodoeiro no país de forma inesperada. A partir de então, oligarcas sulistas enriquecem rapidamente e se tornam cada vez mais presentes no Congresso da jovem nação.
- 1803 Thomas Jefferson negocia, com Napoleão Bonaparte, a compra da Louisiana, Missouri e demais estados, duplicando a extensão do território estadunidense. Todo o território adquirido será usado, mais tarde, para a expansão da monocultura com base em mão-de-obra escravizada.
- 1820 É assinado o COMPROMISSO DO MISSOURI: em função de um crescente desequilíbrio dentro do Congresso entre forças pró e contra a escravidão, estabelece-se que a federação terá o número igual de estados escravistas e não-escravistas. A instituição

passa a ser proibida em regiões situadas acima do paralelo 36°30' (conhecido como a LINHA DE MASON-DIXIE, que, até hoje, separa o Sul e o Norte, cultural e politicamente).

- 1829 O comerciante afro-americano DAVID WALKER escreve seu *Walker's Appeal*, primeiro manifesto a evocar a luta armada como único meio efetivo contra a escravocracia. Walker é assassinado no ano seguinte. Sua vertente abolicionista ficará conhecida como *imediatismo*, competindo com os ideais *gradualistas* de abolicionistas menos enérgicos. As ideias de Walker influenciarão mais tarde Frederick Douglass (a partir de seu *The Heroic Slave*, 1852), Nat Turner, John Brown e o próprio Karl Marx.
- 1831 NAT TURNER se torna líder de uma rebelião de escravos na Virgínia que levará todos os participantes ao cadafalso (e resultará na morte de 60 brancos). A partir daí instala uma violenta reação por parte dos escravistas.
- 1836-1844 GAG RULE (ou *Lei da mordça*): com a constante pressão de abolicionistas, a Câmara dos Representantes proíbe a discussão de petições públicas concernentes ao tema da abolição. O movimento abolicionista se radicaliza a partir de então, assumindo contornos globais — em 1840, por exemplo, realiza-se a primeira convenção abolicionista internacional em Londres. Em 1838, a AMERICAN ANTISLAVERY SOCIETY de Boston passa a financiar e distribuir narrativas de ex-escravizados (começando com *The narrative of James Williams, an American slave, who was for several years a driver on a cotton plantation in Alabama*), o que viria a se tornar o primeiro gênero de prosa criativa afro-americana e poderoso veículo de divulgação de ideias abolicionistas em todo o mundo.
- 1846-1848 À anexação do território do Texas segue-se a INTERVENÇÃO AMERICANA NO MÉXICO a mando do presidente James Polk. Trata-se de uma guerra claramente imperialista, orquestrada pela escravocracia sulista. Marx comenta intervenções subsequentes no México em duas ocasiões (ver artigos A INTERVENÇÃO NO MÉXICO e O IMBRÓGLIO MEXICANO). Apesar do relativo silêncio da mídia ante o evento, intelectuais como Henry David Thoreau protestam publicamente seu descontentamento com os caminhos do governo federal; é nessa ocasião que Thoreau se nega a pagar impostos e passa uma noite na cadeia. Nessa ocasião, escreve o que se tornará um dos textos centrais do antiescravismo e anarquismo moderno: “Resistance to Civil Government” (1849).
- 1850 O COMPROMISSO DE 1850 é ratificado. Trata-se de uma série de leis que favorecem o sistema escravista, da qual se destaca a infame LEI DO ESCRAVO FUGIDO (*Fugitive Slave Act*), comentada por Marx e por virtualmente todos os grandes nomes do abolicionismo (Harriet Ann Jacobs, Harriet Tubman, Frederick Douglass, James McCune Smith, Gerrit Smith *etc*).
- 1854 A LEI DO KANSAS-NEBRASKA permite aos novos estados da federação optar se irão aderir ao sistema escravista ou à mão-de-obra livre. O evento leva a um novo desequilíbrio dentro do Congresso.
- 1857 DRED SCOTT DECISION: a Suprema Corte delibera, em um julgamento individual, que afro-americanos, mesmo livres, não gozam dos mesmos direitos de cidadãos estadunidenses. O julgamento cria precedentes jurídicos desastrosos para o futuro de negros livres, mesmo no norte da federação. Aumenta o número de conflitos físicos entre abolicionistas e escravistas, sobretudo na fronteira do Kansas e do Missouri (em eventos que ficaram conhecidos como BLEEDING KANSAS).
- 1859 John Brown, veterano das batalhas do Kansas, lidera uma rebelião em HARPERS FERRY, West Virginia. Embora seja capturado e executado, torna-se um mártir da causa

abolicionista. Na correspondência entre Marx e Engels da época vemos que contemporâneos de Brown já tinham consciência de que um conflito bélico entre Norte e Sul era inevitável.

- 18/05/1860 O recém-fundado partido republicano lança a candidatura de ABRAHAM LINCOLN, um advogado de Illinois. Lincoln, antiescravista declarado, é eleito presidente em 11 de junho do mesmo ano, para descontentamento dos círculos escravistas.
- 20/12/1860 A Carolina do Sul se separa da União (isto é, da federação). O ato de SECESSÃO virá a ser imitado por cada um dos estados sulistas daí em diante.
- 08/02/1861 Os estados separatistas se reúnem em Montgomery, Alabama, e criam uma constituição própria (a tal “Constituição Confederada”), passando a assumir ares de um novo Estado nacional. Um dia depois, Jefferson Davis é eleito presidente provisório da chamada CONFEDERAÇÃO.
- 12/04/1861 Tropas da Carolina do Sul disparam contra o FORTE SUMTER, dando início à GUERRA CIVIL AMERICANA (ou GUERRA DE SECESSÃO). Evitaremos o segundo nome uma vez que a secessão foi somente um dos resultados do embate entre dois sistemas de organização social (o escravista *versus* o democrático), como mostram as teses de Marx e Engels. A origem do conflito é um embate entre duas noções de sociedade civil, e de quem tem direito à cidadania. A mídia internacional, por sua vez, defende a posição sulista por meses, alegando que o Sul estaria resistindo à tirania tarifária do Norte. Karl Marx é um dos poucos intelectuais públicos a se posicionar a favor de Lincoln e contra o livre-mercado baseado em mão-de-obra escrava. Adiado a escrita de *O Capital*, inicia uma série de artigos que desvendam os interesses econômicos da escravocracia por trás de grandes órgãos de mídia britânicos e franceses; aqui começa a série de escritos sobre a Guerra Civil.

**A linha do tempo continua na SEÇÃO IV deste volume.**

**Seção I**  
**Grandes Panoramas**

# INTRODUÇÃO,

por Felipe Vale da Silva

Os quatro artigos desta seção foram, em sua maioria, escritos para o jornal austríaco *Die Presse* a fim de inteirar o público europeu, alheio a detalhes da política do Novo Mundo, sobre as causas do conflito. Por isso, servem como um bom ponto de partida para este volume.

Mesmo que, em traços gerais, a História dos EUA seja conhecida por aqui, aquele era um país muito diverso em 1861. Também seus partidos políticos eram distintos: se hoje o Partido Republicano tem em seu elenco gente como Trump, Bush e Palin — nomes que intuitivamente ligamos ao reacionarismo e ao supremacismo branco — em 1860, essa foi a pecha dos candidatos democratas. O Partido Republicano, de fato, foi fundado em resposta às usurpações praticadas pela oligarquia escravista. Ele representava os interesses da burguesia industrial do Norte e gozava do apoio da população trabalhadora. Para eliminar o poderio político e social dos escravistas, tratava de limitar a escravidão às dimensões então existentes, buscando eliminá-la progressivamente. No que se refere às terras até então não colonizadas do Oeste, o partido decidiu por sua atribuição gratuita aos agricultores livres. O partido *Whig* (liberal) desaparecia pouco a pouco, na sequência das eleições de 1852, deixando o campo perigosamente aberto à expansão do Partido Democrata, pró-escravismo. A revogação do acordo do Missouri, em 1854, tornava o perigo ainda mais evidente. Enormes manifestações de protesto contra a ação do Congresso aconteciam de um lado a outro do Norte. Como consequência, o Partido Republicano realizou sua primeira convenção em Jackson, Michigan, em 6 de julho de 1854. Ele se desenvolveu rapidamente em escala nacional, na sequência dos acontecimentos do Kansas (1854-1856), agravados pela indignação suscitada no Norte pelo *Manifesto de Ostende* (1854). Em 1856, o novo partido participou de sua primeira campanha presidencial com Frémont encabeçando a lista. Quatro anos depois, conquistou a eleição de Lincoln com a palavra de ordem “Liberdade de expressão, liberdade de acesso à terra, liberdade de trabalho, liberdade humana”.

As origens do Partido Democrata, por sua vez, remontam a 1828. Na época era representado por uma parte considerável de agricultores e pequenos burgueses das cidades. Durante as décadas de 1830 e 1840, passou a representar os interesses dos agricultores (latifundiários) e da grande burguesia financeira do Norte, defensores da escravidão. Após a adoção da Lei Kansas-Nebraska de 1854 (analisada detalhadamente por Marx), a escravidão ameaçava submergir toda a União e terminou por provocar uma cisão no interior do Partido Democrata, possibilitando a vitória de Lincoln em 1860.

Tendo estas informações em mente, os leitores e leitoras encontrarão nos artigos que se seguem um exímio panorama dos bastidores da política estadunidense e de suas disputas territoriais. Aqui já temos algumas das grandes teses de Marx e Engels sobre aquele evento, “um espetáculo sem paralelos nos anais da História das guerras”, “a primeira grande guerra da história contemporânea”, “o maior acontecimento da época” devido a sua repercussão mundial. Igualmente, os autores destoam do tom generalizado da mídia europeia ao insistirem na centralidade da questão da escravidão e na necessidade de um desfecho abolicionista (que historicamente criou precedentes para países remanescentes do mundo colonial).

Uma questão parece ficar de fora de uma análise marxiana: “quais eram os interesses financeiros da burguesia nortista na Guerra?”. Não se tratou unicamente de uma guerra humanitária, embora muitos dos que nela lutaram o fizeram em prol da emancipação dos negros e negras escravizados. De fato, os autores parecem negligenciar esta questão central de suas demais análises de conjuntura — pensemos em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, em que todos os interesses de classe foram esmiuçados à exaustão para que um quadro do golpe bonapartista se completasse. Sugerimos que, no caso da análise da Guerra Civil Americana, Marx teve de mudar de estratégia: a mídia inglesa em 1861 criticou ferozmente a postura do Norte como uma mostra de “intervencionismo ao bom e velho livre mercado”, como algo motivado pela sede por lucros, com a intenção única de se livrar da competição sulista. Marx entendeu e explorou a hipocrisia inglesa já em seu primeiro artigo; caso fizesse uma crítica de motivos ulteriores de uma parcela dos capitalistas nortistas, estaria cantando no mesmo tom que *The Times*, *The Examiner* e demais órgãos britânicos ligados aos interesses da indústria têxtil, a qual por sua vez exportava algodão produzido a base de mão-de-obra escravizada. O que o autor fez foi ainda mais intrigante: começou seu tratamento da Guerra Civil dos EUA analisando as reações vindas do centro do capitalismo, a Inglaterra. “Por que os ingleses, do outro lado do Atlântico, estão atacando a política do Norte? Que motivos econômicos estão por trás disso?”. Aqui temos uma valiosa reflexão da Guerra Civil Americana dentro do contexto global do capitalismo, um dos grandes diferenciais destes escritos em relação a uma grande parcela da historiografia sobre o evento.

# A GUERRA CIVIL NORTE-AMERICANA

(Marx, *Die Presse*, número 293, 25 de outubro de 1861)

Londres, 20 de outubro de 1861

Há meses que a imprensa londrina — os semanários e diários —, a mesma que determina o tom da mídia restante, repete a mesma litania sobre a Guerra Civil Americana. Enquanto insulta os estados livres do Norte, defende-se com inquietação da suspeita de simpatizar com os estados escravistas do Sul. De fato, ela está a todo momento escrevendo os dois mesmos artigos: um artigo atacando o Norte, e outro artigo se desculpando de seus ataques ao Norte. *Qui s'excuse s'accuse*.<sup>[1]</sup>

Seus paliativos soam, em essência, da seguinte forma: ‘A guerra entre o Norte e o Sul é uma guerra fiscal. É uma guerra sem quaisquer princípios, que não trata da questão escravista mas, na verdade, serve à sede de poder dos nortistas. Por fim, mesmo se a razão estivesse com o Norte, continuaria sendo vã a tentativa de lançar 8 milhões de anglo-saxões ao jugo da violência! Afinal, a separação entre Sul e Norte não livraria o último de toda a relação com a escravidão negra, assegurando assim seu esperado desenvolvimento, levando-se em conta seus 20 milhões de habitantes e enorme território? Desse modo, o Norte não deveria estar saudando a possibilidade da secessão como um evento venturoso, ao invés de querer contê-lo por meio de uma guerra civil sangrenta e vã?’

Examinemos o discurso da imprensa inglesa ponto por ponto. A guerra entre Norte e Sul, assim diz a primeira desculpa, é uma mera guerra tarifária, uma guerra entre um sistema protecionista e um sistema de livre-comércio, e a Inglaterra naturalmente está do lado do livre-comércio. Será que o escravocrata deveria gozar dos frutos do trabalho escravo ou ser parcialmente dele despojado pelos protecionistas do Norte? Esta é a questão com que lida a presente guerra. Ficou reservado ao *Times* fazer tal descoberta brilhante.

O *Economist*, o *Examiner*, o *Saturday Review* e *tutti quanti* levaram o tema mais longe. É característico de tal descoberta o fato de ela não ter sido feita em Charleston/Carolina do Sul, mas em Londres. Nos Estados Unidos da América, é claro, todo mundo já sabia que a tarifa de livre-comércio imperou de 1846 a 1861, e que, só depois de a rebelião ter se instalado, o representante Morrill passou no congresso sua tarifa de proteção aduaneira. Portanto, a secessão não ocorreu porque a Tarifa Morrill passou no congresso, mas no melhor dos casos a Tarifa Morrill passou no congresso porque a secessão ocorreu. Quando a Carolina do Sul sucumbiu a sua primeira crise secessionista, contudo, as tarifas protecionistas de 1828 lhe serviram de pretexto (mas só de pretexto), como a explicação do general Jackson revela. Porém, na presente ocasião, o velho pretexto não foi reinstaurado de verdade. No Congresso de Secessão em Montgomery, evitou-se qualquer alusão à questão das tarifas, já que o cultivo açucareiro da Louisiana, um dos mais influentes nos Estados Unidos, depende por completo da proteção aduaneira.

‘Contudo’ — assim continua a defender a imprensa londrina — ‘a guerra dos Estados Unidos não é nada além de uma guerra de manutenção da União. Os ianques não são capazes de abrir mão de 15 estrelas em sua bandeira. Eles querem figurar na cena internacional como uma personagem colossal.’ Ah sim, seria bem diferente se a guerra fosse conduzida em prol da abolição da escravatura! ‘A questão da escravatura, contudo’, como o *Saturday Review* (entre outros) esclarece categoricamente, ‘não tem absolutamente nada a ver com essa guerra.’

Antes de tudo, há de se lembrar que a guerra não teve sua origem no Norte, mas no Sul. O Norte se encontra em posição defensiva. Por meses ele observou tranquilamente como os secessionistas se apoderavam de fortes, arsenais bélicos, instalações portuárias, edifícios aduaneiros, tesourarias, navios e depósitos de armas da União, insultando suas bandeiras e tomando regimentos inteiros seus como prisioneiros. Os secessionistas por fim decidiram forçar o governo da União a sair de sua passividade via um ruidoso ato de guerra e, unicamente por esse motivo, tocaram a bombardear o Forte Sumter em Charleston.<sup>[2]</sup> Em 11 de abril de 1861, o general [confederado] Beauregard descobriu em uma entrevista com o major Anderson — então comandante do Forte Sumter — que o lugar só dispunha de víveres para os próximos três dias, e que, passado esse prazo, deveria se render pacificamente. A fim de desacelerar a tal rendição pacífica, os secessionistas começaram a bombardear logo cedo na manhã seguinte (12 de abril), o que, supostamente, levaria aquela praça à derrocada dentro de poucas horas. Essa notícia havia sido telegrafada até Montgomery, a sede do Congresso da Secessão, quando o Ministro da Guerra Walker declarou publicamente, em nome da nova Confederação: “Ninguém é capaz de dizer quando a guerra que inicia hoje acabará”.

Ao mesmo tempo ele profetizou “que, ainda antes do dia primeiro de maio, a bandeira da Confederação estará içada no topo do velho Capitólio em Washington e, sem dúvida, logo estará no Faneuil Hall de Boston”.<sup>[3]</sup> Só então seguiu-se a proclamação em que Lincoln convoca 75.000 homens para proteger a União. O bombardeio ao Forte Sumter gorou a única saída constitucional possível para a crise: a saber, a de uma convocatória para uma convenção geral de todo o povo americano, como Lincoln propôs em seu discurso inaugural. A Lincoln só restava a opção de fugir de Washington, evacuando Maryland e Delaware, e abandonando Kentucky, Missouri e Virgínia, ou então rebater guerra com guerra.

Temos nossa resposta acerca do princípio da Guerra Civil Americana no slogan de batalha com que o Sul rompeu a paz. Stephens, o vice-presidente da Confederação sulista, declarou no Congresso de Secessão que o que diferenciava essencialmente a recém-lavrada constituição de Montgomery daquela constituição de Washington e Jefferson era: na primeira delas, a escravidão, antes de tudo, foi reconhecida como uma boa instituição, como fundamento de todo edifício estatal, enquanto os Pais da Revolução — vítimas dos preconceitos do século XVIII como eram — teriam tratado a escravidão como um mal herdado da Inglaterra, o qual deveriam eliminar com o passar do tempo. Um outro matador do Sul, o Sr. Spratt, vociferou: “Trata-se para nós da fundação de uma grande República Escravista (*a great slave republic*)”. — E não foi o mesmo caso quando, assim que o Norte sacou a espada em prol da defesa da União, o Sul imediatamente declarou que a manutenção da escravidão não era compatível com a existência da União?

Da mesma forma que o bombardeio do Forte Sumter foi o sinal de largada para a guerra, a vitória do Partido Republicano no Norte, com a eleição do presidente Lincoln, serviu como sinal de largada para a secessão. Lincoln foi eleito em 6 de novembro de 1860. No dia 8 de novembro de 1860 recebeu um telegrama da Carolina do Sul: “A secessão passa a ser, a partir de agora, um fato consumado”; em 10 de novembro, a Assembleia Legislativa da Geórgia se ocupava com os planos separatistas, e em 13 de novembro convocava uma assembleia extraordinária do Legislativo do Mississippi para debater a secessão. A eleição de Lincoln, porém, foi ela própria resultado de uma cisão na ala democrata. Durante a batalha eleitoral, os democratas do Norte concentraram seus votos em [Stephen A.] Douglas, enquanto os democratas do Sul, em [John C.] Breckinridge; graças à tamanha dispersão de votos deu-se a vitória do Partido Republicano. De onde vem, então, a superioridade do Partido Republicano no Norte? De onde vem, por outro lado, a desavença dentro do Partido Democrata, cujos membros, no Norte e no Sul, operaram em conjunto há meio século?

Sob a presidência de [James] Buchanan, o comando do Estado atingiu seu ponto mais alto; mesmo comando que o Sul tinha acabado de usurpar graças à aliança com os democratas do Norte. O último Congresso Continental de 1787 e o primeiro Congresso Constitucional de 1789/90 proibiram por lei a escravidão de todos os territórios da República desde o noroeste do Ohio. (“Territórios” aqui significa as colônias situadas no interior dos Estados Unidos que não alcançaram o nível populacional constitucionalmente prescrito para a formação de estados autônomos). O Compromisso do Missouri (1820), a partir do qual o Missouri juntou-se às filas de estados escravistas da Federação, excluiu a escravidão dos territórios ao norte do paralelo 36°30' e a oeste do Missouri. Este acordo fez com que o território escravista aumentasse consideravelmente, em muitos graus de longitude, ao passo que pareceu estabelecer uma limitação geográfica bem definida para uma propagação futura. Tal barreira geográfica foi derrubada em 1854 pelo chamado Ato de Kansas-Nebraska, cujo autor foi Stephen A. Douglas, então líder dos democratas do Norte. O Ato, adotado por ambas as câmaras do Congresso, cancelou [*hob auf*]<sup>[4]</sup> o Compromisso do Missouri, colocou escravidão e liberdade em pé de igualdade, ordenou o governo da União a tratá-los com indiferença, e passou para a soberania popular (isto é, a maioria dos colonos) a tarefa de decidir se a escravidão deveria ou não ser introduzida a suas terras. Assim, pela primeira vez na história dos Estados Unidos da América, toda limitação geográfica e legislativa foi abolida em prol da expansão da escravidão adentro dos territórios. Sob essa nova legislação, o então território livre do Novo México — cinco vezes maior do que o estado de Nova Iorque — transformou-se em um território escravista, e a zona escravista se expandiu da fronteira com o México até a latitude de 38° ao Norte. No ano de 1859, o Novo México criou um Código legislativo escravista rivalizando em termos de barbarismo com os livros da lei do Texas e do Alabama. Apesar disso, como o censo de 1860 mostra, o Novo México conta com não mais de meia centena de escravos para uma população de 100.000 habitantes. Assim, bastou que o Sul enviasse ao outro lado da fronteira um punhado de aventureiros com uns tantos escravos para que obtivesse uma aparência de representação popular<sup>[5]</sup> — e isso com ajuda do governo central de Washington, seus funcionários públicos e mercadores do Novo México —; assim foi imposta a escravidão no território, e com ela, a hegemonia dos escravistas.



Não obstante, esse método tão cômodo não surtiu efeito em demais territórios. O Sul então deu um passo à frente e apelou via Congresso ao Supremo Tribunal dos Estados Unidos. O tribunal, que contava com nove juízes — cinco deles pertencentes ao Sul — era havia muito tempo o instrumento cabal dos escravistas. Foi ele que sentenciou em 1857, na ocasião do notável Caso Dred Scott, que cada um dos cidadãos americanos tinha direito de levar consigo, não importasse aonde, toda peça de propriedade reconhecida pela Constituição. A Constituição reconheceu escravos como propriedade e ordenou ao governo da União que protegesse essa propriedade.

Consequentemente, com base na constituição, escravos poderiam ser coagidos por seus donos a trabalhar em todos os territórios; assim ficou reservada a todos os escravistas a permissão de introduzir a escravidão em todos os territórios (até então) livres, contra a vontade da maioria de seus colonos. Dessa forma, negava-se às assembleias legislativas locais o direito de proibir a escravidão, e se impunha ao Congresso e ao governo da União o dever de favorecer os desbravadores do sistema escravista. Se o Compromisso do Missouri de 1820 empurrou a fronteira geográfica da escravidão para dentro dos territórios — e o Ato Kansas-Nebraska de 1854 apagou todas as fronteiras geográficas, colocando no lugar da vontade majoritária dos colonos certas barreiras políticas —, da mesma forma, a Suprema Corte dos Estados Unidos, por decisão de 1857, também demoliu essa barreira política e transformou todos os territórios da república, presentes e futuros, de lavouras de estados livres em lavouras da escravidão.

Ao mesmo tempo, em 1850, sob o governo de Buchanan, endureceram-se as leis de extradição de escravos fugidos, as quais passaram a ser aplicadas arbitrariamente nos estados do Norte. Como se a vocação constitucional do Norte consistisse em capturar escravos para os proprietários do Sul. De outra parte, a fim de frear a colonização dos territórios por colonos livres o máximo que pudesse, o partido dos escravistas pôs em xeque toda a legislação acerca da liberdade do solo, isto é, as disposições que asseguravam aos colonos uma certa quantidade de terras do estado, livres de taxas.

Assim como ocorria na política interna, na política externa os Estados Unidos tinham o interesse de proprietários de escravos como sua estrela-guia. Buchanan, de fato, alcançou a dignidade do cargo de presidente graças ao Manifesto de Ostend: neste a aquisição de Cuba, por compra ou violência armada, foi proclamada como a grande tarefa da política nacional. Sob seu governo, o norte do México foi partilhado entre os especuladores de terra americanos, os quais apenas esperavam impacientemente por um sinal para poderem invadir Chihuahua, Coahuila e Sonora. As incansáveis expedições piratas desses criminosos contra as nações da América Central foram, na mesma medida, coordenadas pela Casa Branca em Washington. Em ligação íntima com tal política exterior, que explicitamente se propunha a conquistar territórios novos a fim de introduzir ali a escravidão e o domínio escravista, estava a reabertura do comércio escravista [ultramarino], apoiada em segredo pelo governo da União. O próprio [Stephen] A. Douglas declarou em 20 de agosto de 1859 no Senado americano: “No último ano importamos mais negros da África do que jamais se fez em um único ano, mesmo na época em que o comércio escravocrata ainda vigorava.” O número de escravizados importados no último ano supostamente subiu para 15.000.

A propagação armada da escravidão para o exterior foi uma meta confessa da política nacional. De fato, a União tornara-se cativa de 300.000 escravagistas que governavam no Sul. Daí se desencadeou uma série de compromissos que o Sul devia à ala democrata do Norte. Todas as tentativas de resistência às crescentes usurpações dos escravistas, renovadas periodicamente desde 1817, terminaram por fracassar. Por fim, chegou um momento de virada.

Mal foi aprovado o Ato de Kansas-Nebraska — que apagava a fronteira geográfica da escravidão e dava aval à maioria dos colonos para aplicá-la conforme o bel-prazer —, os emissários armados dos escravistas (habitantes da zona limítrofe do Missouri e Arkansas) foram para cima do Kansas com a faca de caça em uma mão e o revólver na outra, perpetuando atos da mais indizível crueldade a fim de expulsar os colonos. Essas incursões dignas de bandoleiros foram apoiadas pelo governo central de Washington. Daí desencadeou-se uma reação monstruosa. Em todo o Norte, e especialmente no Noroeste, formou-se uma organização de auxílio que proveu ao Kansas homens, armas e dinheiro. Dessa organização de auxílio saiu o Partido Republicano, cuja origem se deve, portanto, à batalha pelo Kansas. Após a tentativa de transformar o Kansas em território escravocrata mediante violência armada, o Sul tentou obter o mesmíssimo resultado mediante intrigas políticas. Refiro-me à tentativa do governo Buchanan, em particular, de fazer todo o possível para elencar o Kansas no rol de estados escravistas, impondo-lhe uma constituição escravista. Daí veio uma nova luta, dessa vez desencadeada, sobretudo, dentro do Congresso Americano.

O próprio [Stephen] A. Douglas, líder dos democratas no Norte, entrevistou (em 1857-1858) contra o governo e seus aliados do Sul, uma vez que outorgar uma constituição escravista era uma afronta ao

princípio de soberania dos colonos, garantida pelo Ato de Kansas-Nebraska de 1854. Douglas, como senador de Illinois, um estado do Norte, teria claramente perdido toda a sua influência caso houvesse tentado conceder ao Sul o direito de despojar, mediante uso de armas e atos de congresso, os territórios colonizados pelo Norte. Assim como a luta pelo Kansas levou à criação do Partido Republicano, ela agora provocava a primeira divisão dentro do próprio Partido Democrata.

Em 1856 o Partido Republicano instituiu seu primeiro programa de governo, na ocasião das eleições presidenciais. Embora seu candidato John Frémont não tenha vencido, o enorme número de votos que obteve provava o crescimento desenfreado de seu partido, sobretudo na região Noroeste. Em sua segunda Convenção Nacional para as eleições presidenciais (17 de maio de 1860), os republicanos voltaram a usar o programa de 1856, desta vez enriquecendo-o com certos adendos. Seu conteúdo era, em resumo, o seguinte: ‘Não cederemos à Escravidão um único centímetro de terra dos novos territórios. A política internacional criminosa deve acabar. A reabertura do comércio escravo [exterior] será estigmatizada. Por fim, serão estabelecidas as leis de livre-território com o objetivo de promover a colonização livre.’

O aspecto de importância decisiva no programa foi o de não ceder nenhum centímetro de terra à Escravidão; pelo contrário, ela haveria de ser banida para dentro dos estados onde já existia legalmente. Assim, a escravidão seria formalmente confinada. A ampliação contínua do território e expansão contínua para além de seus antigos limites, porém, era uma lei vital para os estados escravocratas da União.

O cultivo de artigos de exportação do Sul (algodão, tabaco, açúcar etc.) só pode ser levado a cabo por um grande número de escravos; ele é rentável somente na medida em que se efetuarem uma sucessão em massa de escravos rumo a imensas extensões de terras naturalmente férteis, que não exijam nada além de um trabalho primitivo. O cultivo intensivo, que não depende tanto da fertilidade do solo e mais de investimentos de capital [*Kapitalanlagen*], da inteligência e da energia do trabalhador, contradiz a essência da escravidão. Daí a rápida transformação de estados como Maryland e Virgínia — que antigamente utilizavam escravos para a manufatura de bens de exportação — em estados que procriam escravos para exportá-los para terras longínquas, situadas mais ao Sul. Mesmo na Carolina do Sul, onde escravos constituem 4/7 da população, a produção algodoeira se encontra inteiramente estacionária há anos em decorrência do esgotamento do solo. Sim, a Carolina do Sul, por força das circunstâncias, já se tornou em partes um estado de procriação de escravos; a cada ano vende-se ali quatro milhões de dólares em escravos para os estados do Sul Profundo — o *Deep South* — e do Sudoeste. Assim que se chegou a tal ponto, tornou-se necessário adquirir novos territórios para que parte dos proprietários de escravos pudessem se ocupar de novos lotes de terreno fértil, transformando as áreas abandonadas em territórios de procriação de escravos destinados à venda nos leilões. Não resta dúvida, portanto, que, sem o advento da anexação da Louisiana, Missouri e Arkansas aos Estados Unidos, a escravidão na Virgínia e Maryland já teria sido extinguida. No Congresso Secessionista em Montgomery, um dos porta-vozes do Sul, o senador Toombs, formulou claramente a lei econômica que rege a expansão contínua dos territórios escravistas.

Ele disse: “se não houver um crescimento significativo do território escravista nos próximos quinze anos, teremos que permitir que os escravos fujam dos brancos. Isso se os brancos não tiverem de fugir antes dos escravos”.

Como é sabido, a representação dos estados na Câmara de Representantes do Congresso depende do número de habitantes de sua respectiva população. Como a população dos estados livres cresce muito mais depressa que a dos estados escravistas, o número de representantes do Norte logo ultrapassaria o de representantes do Sul. A verdadeira sede de poder político do Sul, assim, vem sendo progressivamente retraída para o Senado americano, onde cada um dos estados, seja sua população grande ou pequena, é representado por dois senadores. A fim de manter a influência no Senado e por meio deste afirmar sua soberania, o Sul precisou que surgisse, um após o outro, um novo estado escravista. Isso, porém, só seria possível por meio da conquista de terras estrangeiras (como foi o caso do Texas) ou da transformação de territórios pertencentes aos Estados Unidos em territórios de escravos, e mais tarde em estados escravistas propriamente ditos (como no caso do Missouri, Arkansas etc). John Calhoun — paparicado pelos escravistas como seu estadista *par excellence* — declarou no Senado em 19 de fevereiro de 1847 que somente ele, o Senado, dava chance ao Sul de gozar de um equilíbrio de poder; que a expansão do território escravista era indispensável para a preservação do dito equilíbrio entre Sul e Norte, e que as tentativas de criação de novos estados escravistas se justificava por isso.

Por fim, o número de escravocratas de verdade no Sul não ultrapassa 300.000; eles formam uma oligarquia exígua, à qual se opõem quatro milhões dos chamados “brancos pobres”, massa que cresce sem parar em virtude da concentração de propriedade de terra, e cujas condições só podem ser comparadas à dos

plebeus romanos na época do declínio iminente de Roma. Somente mediante a aquisição e a perspectiva de aquisição de novos territórios, assim como por meio de expedições criminosas, é possível balancear os interesses desses “brancos pobres” com os dos escravistas, dando à sanha turbulenta dos primeiros um direcionamento inofensivo para os últimos: a de que todos eles, quiçá, poderão um dia se tornar proprietários de escravos.

Portanto, um confinamento da escravidão dentro de seus antigos domínios poderia — em função das próprias leis econômicas do escravismo — levar à sua extinção progressiva e, politicamente, dizimar a hegemonia exercida por estados do Sul, expondo, por fim, a oligarquia escravista no próprio interior de seus estados como um perigo cada vez mais ameaçador para o lado dos “brancos pobres”. Sob o princípio de que a expansão dos territórios escravistas deve ser proibida por lei, os republicanos atacam a raiz mesma da hegemonia escravocrata. Assim, a vitória eleitoral republicana tinha que acabar em uma luta aberta entre Norte e Sul. Não obstante, a mesma vitória eleitoral foi condicionada pela divisão dentro da ala democrata, como mencionado.

A batalha pelo Kansas já havia evocado uma divisão entre o partido escravista e seus aliados nortistas. A mesma luta foi retomada, então, com a eleição presidencial de 1860. Os democratas do Norte, com [Stephen A.] Douglas como candidato, introduziriam a escravidão nos territórios com base no desejo da maioria de seus colonizadores. O partido escravocrata, com Breckinridge como seu candidato, afirmou em declaração no Supremo Tribunal que a Constituição dos Estados Unidos dava aval à escravidão; a escravidão em si e por si era legal em todo o território, e não exigia qualquer naturalização particular. Enquanto, portanto, os republicanos proibiam qualquer crescimento de territórios escravos, o partido do Sul pretendia transformar todos os territórios da República em seus domínios privados. O que, por exemplo, tentaram no Kansas — impor a escravidão à força — seria imposto agora por lei a todos os territórios da União contra a vontade de seus colonos. Tal concessão estava além do poder dos líderes dos democratas, e só ajudou a ocasionar a deserção de seu exército para o campo republicano. Por outro lado, a “soberania dos colonos” de Douglas não foi capaz de satisfazer o partido dos escravistas. O que eles queriam fazer deveria se realizar dentro dos quatro anos seguintes por um novo presidente e por intermédio do governo central: não era possível esperar mais. Os escravistas não ignoravam que uma nova potência então surgia: a do Noroeste, cuja população praticamente dobrou de 1850 a 1860 e então se equiparava à população branca dos estados sulistas. Aquela era uma potência que não estava inclinada, por força de suas tradições, temperamento e modo de vida, a se deixar enrolar por compromissos e mais compromissos, como ocorrera com os velhos estados do Nordeste. A União era de interesse para o Sul só enquanto lhe entregasse o poder federal para a realização de sua política escravista. Não fosse este o caso, melhor seria romper naquele momento do que esperar para ver mais quatro anos de desenvolvimento do Partido Republicano e o apogeu do Noroeste, o que levaria a uma luta sob condições desfavoráveis. O partido escravocrata, portanto, estava dizendo: *va banque!*[6] Quando os democratas do Norte se negaram a continuar fazendo o papel de “pobres brancos” do Sul, este dispersou seus votos e deu a vitória a Lincoln. Isso, então, serviu de pretexto para desembainharem suas espadas.

Todo o movimento residia e reside, como vimos, na questão escravista. A questão não é se vão emancipar diretamente ou não os escravos nos estados atualmente escravistas, mas sim, se vinte milhões de homens livres do Norte vão se deixar dominar por mais tempo por uma oligarquia de trezentos mil escravocratas; se os vastos territórios da República servirão de estufa para estados livres ou para a Escravidão; e se, por fim, a política nacional da União tomará por *slogan* a proliferação armada da escravidão pelo México, América Central e América do Sul.

Em um artigo posterior examinaremos a afirmação da imprensa londrina de que o Norte deveria aprovar a secessão como a solução mais favorável e única solução possível dessa luta.

## NOTAS

[1] “Quem se desculpa, se acusa”. Em francês no original.

[2] Palco da primeira batalha da Guerra Civil Americana. Resultou na vitória dos Estados Confederados.

[3] Ambos são locais simbólicos da causa da liberdade da opressão britânica. O Faneuil Hall, um prédio localizado na praça do mercado central de Boston, foi utilizado pela ala mais radical dos revolucionários americanos, encabeçada por Samuel Adams e James Otis, como ponto de encontro e discussão de estratégias anticolônias.

[4] Termo técnico na filosofia de extração hegeliana, conjugado a partir do verbo *aufheben*.

[5] De fato, escravistas de estados vizinhos viajavam em massa para territórios recém-adquiridos como o Kansas e, fingindo ser habitantes locais, votavam em prol da causa escravista. Essa medida foi um dos estopins para a organização de uma resistência violenta por parte de John Brown contra os escravistas, iniciando a chamada Guerra do Kansas.

[6] Interjeição utilizada em um jogo de cartas famoso na época, que precedeu nosso truco. O que Marx está dizendo: o partido escravocrata estava jogando todas as suas cartas, pondo tudo a perder.

## A GUERRA CIVIL NOS ESTADOS UNIDOS

(Marx, *Die Presse*, número 306 de 7 de novembro de 1861)

Escrito no final de outubro de 1861

“Deixe que ele corra; ele não é digno de sua ira!” Este conselho de Leporello [personagem de *Don Giovanni*, de Mozart] à amante abandonada por Don Juan é o mesmo que a sabedoria estatal inglesa — pela boca do lorde John Russell — não cessa de clamar, uma vez atrás da outra, para o norte dos Estados Unidos. Que o Norte fuja do Sul; dessa maneira ele se libertaria de todos seus laços com a escravidão, de seu pecado original histórico, criando a base para um desenvolvimento inédito e superior.

De fato, se Norte e Sul formassem dois países autônomos, como a Inglaterra e Hannover, sua separação não teria sido mais difícil do que a separação da Inglaterra e Hannover foi. *O Sul*, contudo, não é nem uma região geograficamente cindida do Norte, tampouco uma unidade moral. Não se trata, ao menos, de um país, mas de um *slogan* de batalha.

O conselho de uma separação amigável pressupõe que a Confederação sulista, apesar de tomar a ofensiva na Guerra Civil, a está conduzindo para fins meramente defensivos. Crê-se, daí, que o partido dos proprietários de escravos esteja preocupado em juntar para si apenas as regiões que estavam sob seu controle anteriormente, formando um grupo independente de estados, para então removê-lo da soberania da União. Nada pode estar mais distante da verdade.

“O Sul precisa de todo o seu território. Ele quer e precisa tê-lo”. Foi com esse grito de guerra que os secessionistas atacaram o Kentucky. Por *todo o seu território* querem dizer: todos os chamados estados fronteiriços, Delaware, Maryland, Virgínia, Carolina do Norte, Kentucky, Tennessee, Missouri e Arkansas. Além disso, eles também exigem todo o território ao Sul da linha que vai do canto noroeste do Missouri até o Oceano Pacífico. Desta feita, o que os proprietários de escravos chamam de “Sul” abrange mais de três quartos do que era anteriormente a União. Uma grande parte da área reivindicada ainda é de propriedade da União e precisaria, antes de tudo, ser invadida. Entretanto, o conjunto que chamamos de estados fronteiriços, incluindo aqueles que atualmente estão sob domínio da Confederação, *nunca* foram *realmente* estados escravocratas. Ao contrário, eles formam um território dos Estados Unidos onde o sistema de escravidão e o sistema de trabalho livre coexistem e lutam pelo controle; são o verdadeiro campo de batalha entre o Sul e o Norte, entre a escravidão e a liberdade. A guerra da Confederação sulista não é uma guerra de defesa, mas uma guerra de conquista, uma guerra de conquista com o objetivo de alastramento e perpetuação da escravidão.

A cordilheira que começa no Alabama e se estende a Norte, até chegar no rio Hudson — a espinha dorsal dos Estados Unidos, por assim dizer — corta a chamada região Sul em três partes. As regiões montanhosas, formadas pelas montanhas de Alleghany com suas duas cadeias paralelas, mais a cordilheira Cumberland a Oeste e as Blue Mountains a Leste, separam as planícies na costa oeste do Oceano Atlântico das planícies nos vales ao sul do Mississippi. As duas planícies separadas pela região montanhosa, com seus imensos campos de arroz e extensas plantações de algodão, formam o verdadeiro cerne da escravidão. A longa faixa de terra montanhosa que avança até o centro do escravismo, com uma atmosfera correspondentemente livre, um clima fresco e um solo rico em carvão, sal, calcário, minério de ferro, ouro, enfim, toda matéria-prima necessária para o mais variado desenvolvimento industrial, está aí. Boa parte dela é terra livre. Em função de sua constituição física, o solo local só pode ser cultivado com sucesso por pequenos agricultores. O sistema escravista aí vegeta apenas esporadicamente e nunca criou raízes. Na maioria dos aclamados estados fronteiriços, os habitantes das terras altas formam o núcleo da população livre, que já está tomando partido pelo Norte em seu interesse pela autopreservação.

Consideremos os territórios em conflito em pormenores.

*Delaware*, o estado fronteiriço mais a noroeste, encontra-se em posse da União, fática e moralmente. Todas as tentativas dos secessionistas de formar ali uma fração favorável a seu partido fracassou desde o início da guerra por unanimidade da população. O elemento escravista desse estado entrou em extinção há muito tempo. Somente de 1850 até 1860 o número de escravos caiu pela metade, de forma que Delaware conta hoje com 1.798 escravizados de uma população total de 112.218 habitantes. Apesar disso, Delaware é cobiçado pela Confederação sulista e seria militarmente insustentável para o Norte defendê-lo caso o Sul tomasse posse de Maryland.

Na própria Maryland, há o conflito mencionado entre planaltos e planícies. Para uma população total de 687.034, existem ali 87.188 escravos. As recentes eleições gerais para o Congresso em Washington mostraram mais uma vez que a grande maioria do povo está do lado da União. O exército de 30.000 soldados da União que está ocupando Maryland não só servirá de reserva para o exército no Potomac, como também para manter afastados os rebeldes escravocratas do estado. Aqui há um fenômeno semelhante ao de outros estados fronteiriços, onde a grande massa de pessoas fica a favor do Norte e um punhado de proprietários de escravos numericamente insignificante fica com o Sul. O que falta ao partido escravocrata em números, ele compensa com instrumentos de violência, com a posse de todos os gabinetes governamentais que detém há anos, com a participação herdada em intrigas políticas e com a concentração de grandes fortunas nas mãos de poucos.

Agora a Virgínia está construindo um grande acampamento onde o exército principal da Secessão e o exército principal da União farão frente um contra o outro. Nos planaltos a noroeste da Virgínia, a massa de escravos assoma 15.000 pessoas, enquanto a maioria da população livre, que é 20 vezes maior, consiste em camponeses independentes. As planícies orientais da Virgínia, por outro lado, têm quase meio milhão de escravos. O cruzamento de negros e sua venda para os estados do Sul constitui sua principal fonte de renda. Assim que os líderes bandoleiros da planície levaram a cabo a ordenança da Secessão através de intrigas na legislatura em Richmond, abrindo às pressas os portões da Virgínia para o exército do Sul, o noroeste da Virgínia se cindiu da Secessão, formando um novo estado que, nesse momento, defende seu território, com armas em punho e sob a insígnia da União, contra os invasores sulistas.

O Tennessee, com 1.109.847 habitantes (dentre eles, 275.784 escravos), está nas mãos da Confederação sulista, a qual estabeleceu lei marcial em toda a região e a submeteu a um sistema de ostracismo que remete à época dos triunviratos romanos. Quando os donos de escravos propuseram uma convenção popular generalizada para votar em secessão ou não secessão, a maioria da população recusou-se a participar de qualquer coisa que servisse de subterfúgio para o movimento secessionista. Mais tarde, quando o Tennessee já havia sido derrotado militarmente pela Confederação sulista e estava submetido a um sistema de terror, *mesmo assim* mais de um terço dos votantes ali declararam sua preferência pela União. O autêntico centro de resistência contra o partido escravocrata se encontra ali, como no caso da maioria dos estados fronteiriços, na região montanhosa, ao leste do Tennessee. Em 17 de junho de 1861, uma convenção popular do Tennessee-Leste foi convocada em Greenville declarando-se pró-unionista e votando para enviar o ex-governador Andrew Johnson, um dos unionistas mais ávidos, para o senado em Washington. Em seguida, publicou uma *declaration of grievances* — uma listagem de queixas — que expõe toda sorte de enganações, intrigas e métodos de terror utilizados para separar o Tennessee da União mediante “votações”. Desde essa época, o Tennessee-Leste está sendo mantido em xeque pelos secessionistas sob ameaça de morte.

Situações parecidas com as da Virgínia Ocidental e do Tennessee-Leste podem ser encontradas ao norte do Alabama, noroeste da Geórgia e parte norte da Carolina do Norte. Mais a oeste, no estado fronteiriço do Missouri, que conta com 1.173.317 habitantes e 114.965 escravos — os últimos agrupados sobretudo na porção noroeste do estado —, a convenção popular de agosto de 1861 se decidiu pela União. Jackson, governador do estado e joguete do partido escravocrata, revoltou-se contra o que legislou o Missouri, foi banido e agora assume a posição de cabeça de uma horda armada que está fazendo investidas contra o Missouri vindas do Texas, Arkansas e Tennessee para que este se ajoelhe perante a Confederação, cortando assim os laços com a União. O Missouri, neste instante, está se tornando o principal teatro da Guerra Civil depois da Virgínia.

Foi o Novo México — que não é um estado, mas um mero território — para onde 25 escravos foram importados sob a presidência de Buchanan para que então uma proposta de constituição escravista fosse enviada para Washington. Mas, como o próprio Sul agora admite, isso não foi o que sua população desejava. Apesar disso, o Sul deseja o Novo México e está cuspidando uma milícia de aventureiros sobre sua fronteira com o Texas. O Novo México implora por proteção do governo da União contra esses ‘libertadores’.

Note que colocamos uma ênfase particular na proporção numérica de escravos para pessoas livres dentro de cada um dos estados fronteiriços. Essa proporção é, de fato, crucial aqui. Ela serve de termômetro por meio do qual devemos medir a temperatura do sistema escravista. A alma de todo movimento secessionista está na Carolina do Sul. Ali há 402.541 indivíduos escravizados para 301.271 livres. Em segundo lugar na fila está o Mississippi, o mesmo que deu à Confederação sulista seu ditador, Jefferson Davis. Ali há 436.696 indivíduos escravizados para 354.699 livres. Em terceiro na fila vem o Alabama, com 435.132 escravizados para 539.164 livres.

O último dos estados fronteiriços em guerra, que ainda falta mencionarmos, é o Kentucky. Sua história recente é particularmente caracterizada pela política da Confederação sulista. O Kentucky conta com 1.135.713 habitantes e 225.490 escravos. Em três eleições gerais consecutivas — no inverno de 1861, quando votaram por um congresso dos estados fronteiriços; em junho de 1861, quando as eleições para congresso se realizaram em Washington; por fim, em agosto de 1861, nas eleições por uma Assembleia legislativa [própria] do estado do Kentucky — houve uma maioria crescente votando em prol da União. Em contrapartida, Magoffin (o governador do Kentucky) e diversos dignitários do estado estão entre os partidários fanáticos dos escravocratas; o mesmo ocorre com Breckinridge, representante do Kentucky no Senado em Washington, vice-presidente dos EUA sob Buchanan e que, em 1860, foi candidato do partido escravocrata durante as eleições para presidente. Débil demais para convencer o Kentucky a se juntar à causa da Secessão, a influência do partido escravocrata, porém, foi poderosa o suficiente para fazer com que se declarasse neutro em relação à guerra em seu início. A Confederação reconheceu tal neutralidade desde que servisse a seus fins, enquanto estivesse ocupada fazendo resistência no Tennessee-Leste. Logo que esse objetivo foi atingido, ela bateu nos portões do Kentucky aos berros: “*o Sul precisa de todo o seu território. Ele quer e vai tê-lo!*”

Suas brigadas de bucaneiros invadiram simultaneamente o estado “neutro” de Sudoeste a Sudeste. O Kentucky acordou do sonho da neutralidade; sua legislatura tomou partido abertamente pela União, cercando o governador traiçoeiro com um comitê de segurança pública; convocou o povo a tomar armas; baniu Breckinridge e ordenou aos secessionistas que evacuassem a área imediatamente. Foi esse o estopim para a guerra. Um exército da Confederação sulista está se movendo em direção a Louisville, enquanto voluntários vêm de Illinois, Indiana e Ohio para salvar Kentucky dos missionários armados da causa da escravidão.

As tentativas por parte da Confederação de incorporar estados contra sua vontade (Missouri e Kentucky, por exemplo) provam quão vazias são as desculpas de que estaria lutando pelos direitos dos estados individuais contra os ataques da União. No entanto, ela concede aos estados individuais, os quais classifica como parte do “Sul”, o direito de se separarem da União — mas de maneira alguma o direito de permanecer na União. Aos demais estados individuais que constam na região Sul, porém, ela reconhece o pleno direito de romper com a União, mas de forma nenhuma o direito de permanecer nela.

Os estados autenticamente escravocratas — apesar da guerra externa, da ditadura militar interna e da escravidão por toda a parte —, embora deem mostras de harmonia neste momento, não são desprovidos de elementos discordantes. Um exemplo impactante é o Texas, com 180.388 escravos de 601.039 habitantes. A lei de 1845, segundo a qual o Texas entraria na fileira de estados da federação como um estado escravagista, autorizou que se formassem não somente um, mas cinco estados dentro de seu perímetro. Isso conferiria ao Sul dez novos votos, em vez de apenas dois, dentro do Senado americano, e o aumento de números no Senado foi um dos principais objetivos da política da época. Os escravocratas acharam, porém, impraticável recortar o Texas de 1845 a 1860 — local onde a população alemã desempenha um papel significativo — sem dar ao partido do trabalho livre vantagem sobre o partido da escravidão em um segundo estado.<sup>[1]</sup> A maior prova desse fenômeno reside no quão poderoso é o contraste contra a oligarquia de escravocratas dentro do próprio Texas.

A Geórgia é o maior e mais populoso dos estados escravistas. Conta com uma massa habitacional de 1.057.327 da qual 462.230 é escravizada — portanto, quase a metade de sua população. Apesar disso, o partido dos escravagistas não deu conta, até agora, de sancionar a Constituição imposta pelo Sul a Montgomery valendo-se de um referendo geral da Geórgia.

Na convenção estadual da Louisiana, que se reuniu em Nova Orleans em 21 de março de 1861, declarou Roselius, veterano político daquele estado:

“A constituição de Montgomery não é uma constituição, mas uma conspiração. Não instaura um governo popular, mas *uma oligarquia rancorosa e [com atuação] irrestrita*. O povo não teve qualquer permissão para dar seu aval nesse quesito. A Convenção de Montgomery cavou o túmulo da liberdade política, e agora estamos sendo chamados para assistir ao seu funeral”.

De fato, a oligarquia de 300.000 escravocratas se valeu do Congresso de Montgomery não só para proclamar a separação do Sul do Norte. Ela se aproveitou dele, simultaneamente, para reconstruir as constituições interinas dos estados escravos, subjugando completamente a parcela da população branca que ainda preservava alguma independência sob a proteção e constituição democrática da União. Já durante os

anos de 1856 a 1860, porta-vozes políticos, juristas, moralizadores e teólogos do partido escravocrata tentaram dar provas não apenas de que a escravidão negra seria justificada, mas de que a cor é um detalhe insignificante, e que toda a classe trabalhadora, em toda a parte, nasce para a escravidão. Vê-se, portanto, que a guerra da Confederação sulista é, no verdadeiro sentido da palavra, uma guerra de conquista em prol da disseminação e perpetuação da escravidão. A maior parte dos estados fronteiriços e territórios se encontra ainda na posse da União, cuja causa apoiaram através das urnas desde o início, e agora o fazem empunhando armas. A Confederação, porém, os considera parte do “Sul”, buscando usurpá-los da União. Nos estados fronteiriços os quais a Confederação está ocupando por ora, a área montanhosa relativamente livre está sendo mantida sob lei marcial. Dentro dos estados autenticamente escravistas, a democracia até então vigente está sendo suplantada pela oligarquia desenfreada de 300.000 escravagistas.

Ao renunciar seus planos expansionistas, a Confederação sulista também renunciaria à sua capacidade de existir e ao objetivo da Secessão. A Secessão só se realizou porque, dentro da União, a transformação de estados fronteiriços e territórios em estados escravistas não parecia mais possível. Em contrapartida, caso fosse ceder pacificamente o território disputado para a Confederação sulista, o Norte teria que abrir mão de mais de três quartos de todo o território dos Estados Unidos da América para a república escravista. O Norte teria de perder todo o Golfo do México e da costa junta ao Oceano Atlântico, com exceção de uma faixa tênue que vai da Baía de Penobscot à Baía do Delaware, e até mesmo se isolaria do Oceano Pacífico. Missouri, Kansas, Novo México, Arkansas e Texas levariam a Califórnia consigo. Incapazes de tirar a embocadura do Mississippi das mãos da poderosa e hostil república escravista do Sul, os grandes estados agricultores nos vales entre as Montanhas Rochosas e os Montes Allegheny, no vale do Mississippi, Missouri e Ohio, seriam forçados à secessão do Norte em função de interesse econômicos, entrando para a Confederação sulista. Os estados do Noroeste, por sua vez, sucumbiriam ao mesmo redemoinho secessionista seguidos dos estados mais ao Norte, com exceção dos estados da Nova Inglaterra, talvez.

Assim, na verdade, o que ocorreria não seria uma dissolução da União, mas sua *reorganização*, uma *reorganização sob os princípios da escravidão*, sob o controle manifesto da oligarquia escravagista. O plano de uma tal reorganização foi abertamente proclamado pelos principais porta-vozes da nova Constituição, o que deixou aberta a oportunidade, a qualquer estado da antiga União, de se unir à nova Confederação. O sistema da escravidão teria empestado toda a União. Nos estados nortistas, onde a escravidão negra é de modo geral impraticável, a classe trabalhadora branca seria rebaixada gradualmente à condição de hilotas. Isso corresponderia por completo ao princípio proclamado em alto e bom som de que apenas certas raças são aptas à liberdade, e como o trabalho atual no Sul é o fardo do negro, no Norte seria o fardo do alemão e do irlandês, ou de sua descendência direta.

A atual batalha entre Sul e Norte, portanto, não é nada além de uma batalha entre dois sistemas sociais, o sistema da escravidão e o sistema do trabalho livre. Já que ambos os sistemas não podem mais conviver pacificamente no continente norte-americano, a luta foi instaurada. Ela só poderá terminar com a vitória de um desses sistemas.

Se os estados fronteiriços, as áreas em disputa nas quais ambos os sistemas lutaram pela hegemonia, são o espinho na carne do Sul, por outro lado, não devemos nos enganar: no curso da guerra até então, eles constituíram a principal fraqueza do Norte. Uma parte dos escravagistas nesses distritos fingiu lealdade ao Norte a mando de conspiradores sulistas; uma outra parte constatou que ir para o lado da União estava de acordo com seus interesses reais e ideias tradicionalistas. Ambas as seções aleijaram o Norte do mesmo modo. A ansiedade de receber os escravocratas “leais” dos estados fronteiriços de bom espírito; o medo de jogá-los nos braços da Secessão; em suma, a terna consideração, por parte desses aliados ambíguos, pelos interesses, preconceitos e sentimentalidades do inimigo, golpeou o governo da União e resultou em sua fraqueza incurável desde o início da guerra, levando-o a tomar medidas pela metade, forçando-o a dismantelar o princípio bélico e a poupar o ponto mais vulnerável do inimigo, a raiz de todo o mal — *a própria escravidão*.

Quando, há pouco tempo, Lincoln timidamente cancelou a proclamação do Missouri de Frémont (que emancipava os negros pertencentes aos rebeldes), isso ocorreu unicamente por consideração ao protesto barulhento dos escravocratas “leais” do Kentucky. Entretanto, nesse momento já havíamos atingido o ponto de virada. Com o Kentucky, o último estado fronteiro fora engolido para a série de batalhas entre Sul e Norte. Com a verdadeira guerra pelos estados fronteiriços se passando neles próprios, a questão de vencer ou perde-las se distanciou da esfera de discussões diplomáticas e parlamentares. Uma parte dos escravocratas jogará de lado sua máscara de lealista [à União]; a outra se contentará com uma compensação financeira



prospectiva como aquela que a Grã-Bretanha conferiu aos donos de plantações do oeste da Índia. Os eventos em si os arrastarão para a promulgação de uma questão decisiva: a *emancipação dos escravos*.

O fato de que mesmo os democratas e diplomatas mais obstinados se sentem impelidos a assumir essa postura se mostra em alguns anúncios bastante recentes. O general Class, Ministro da Guerra sob [o presidente] Buchanan e até então um dos aliados mais ávidos do Sul, declarou a emancipação dos escravos como uma *conditio sine qua non* para que a União se salve. O Dr. Brownson, porta-voz do partido católico do Norte e, desde sua admissão, o mais enérgico adversário do movimento da emancipação de 1836 a 1860, publicou um artigo *a favor da abolição*:

“Se nos opusemos à abolição até então”, ele diz entre outras coisas, “é porque queríamos preservar a União, devemos *a fortiori* nos opor à escravidão uma vez que, a nosso ver, sua persistência se torna incompatível com a manutenção da União, ou desta nação como um Estado livre republicano”.

Por fim, o *The World*, um órgão novaiorquino de diplomatas do Gabinete de Washington, conclui um de seus últimos artigos estrondosos contra os abolicionistas com as seguintes palavras:

“Um dia — quando decidirmos quem cairá: a escravidão ou a União —, nesse dia estará assinada a sentença de morte para a escravidão. Se o Norte não puder triunfar sem a emancipação, ele triunfará *com* a emancipação”.

## NOTAS

[1] Parte da população alemã que habitou o Texas e o Nebraska era formada por comunistas exilados, como o próprio Marx, após as revoluções do século XIX na Europa. O trecho é um pouco obscuro no original, mas Marx parece dizer: caso o governo dividisse o Texas de fato em quatro partes, instalando um regime escravocrata na primeira, isso levaria os elementos progressistas a se concentrar em uma segunda contra a causa da escravidão, gorando os planos dos escravagistas de conquistarem mais assentos no Senado em Washington.

## A GUERRA CIVIL AMERICANA

(Marx/Engels. *Die Presse*, número 84 de 26 de março de 1862)

Escrito em março de 1862

Seja de qual ponto de vista a consideremos, a Guerra Civil Americana oferece um espetáculo sem paralelos nos anais da História das guerras. A extensão incomensurável do território em disputa; o amplo fronte das linhas em operação; a massa numerosa de exércitos hostis, cujo surgimento dificilmente se deixa atribuir a uma base organizatória anterior; os custos fenomenais dos mesmos exércitos, mais o tipo de liderança e princípios gerais, táticos e estratégicos pelos quais a guerra está sendo levada a cabo — tudo isso é novo aos olhos do observador europeu.

A conspiração secessionista, organizada tempos antes de iniciar suas atividades, foi protegida e subsidiada pela administração Buchanan;<sup>[1]</sup> ela deu ao Sul uma vantagem estratégica por meio da qual pôde nutrir esperanças de atingir seu objetivo. Comprometido por sua população escravizada e por um forte elemento unionista entre os próprios brancos, o Sul conta com dois terços a menos de pessoas livres do que o Norte, embora esteja mais pronto para atacar graças à massa de aventureiros desocupados que abriga. Tudo depende, para o Sul, de uma ofensiva ágil, ousada, quase temerária. Se os sulistas conseguirem capturar St. Louis, Cincinnati, Washington, Baltimore e talvez a Filadélfia, deverão contar com a manutenção de um estado de pânico, para que, entretantes, a diplomacia e o suborno consigam assegurar o reconhecimento da independência de cada um dos estados escravistas. Caso essa primeira ofensiva fracasse, ao menos nos seus aspectos decisivos, então a situação do Sul piorará a cada dia — e, simultaneamente, o desenvolvimento de forças do Norte.

Os homens que organizaram a conspiração secessionista em um espírito verdadeiramente bonapartista tinham plena consciência desse dado. Ademais, iniciaram sua campanha de forma correspondente. Seus bandos de aventureiros invadiram o Missouri e o Tennessee, enquanto as tropas mais regulares tomaram a Virgínia,<sup>[2]</sup> preparando-se para um ataque surpresa em Washington. Com o fracasso da tal ofensiva, a campanha sulista foi, *de um ponto de vista militar*, derrotada.

O Norte adentrou o campo de batalha contrariado, sonolento, como era de se esperar em função de seu desenvolvimento industrial e comercial. O maquinário social ali era incomparavelmente mais complicado do que o do Sul, e custou muito mais tempo para dar ao movimento [das tropas] a direção com a qual estavam pouco familiarizadas. O recrutamento trimensal dos voluntários foi um grande (e talvez inevitável) fiasco. A medida política do Norte era a de se manter na defensiva em todos os pontos decisivos, organizar suas forças e, mobilizá-las apenas em operações de pequena escala, sem correr o risco de batalhas decisivas. Finalmente, uma vez que a organização estivesse suficientemente fortalecida, que o elemento traiçoeiro estivesse mais ou menos extirpado do exército, havia-se de fazer uma ofensiva vigorosa e incessante, sobretudo para retomar o Kentucky, o Tennessee, a Virgínia e a Carolina do Norte. A transformação de cidadãos em soldados precisou de mais tempo no Norte do que no Sul. Uma vez realizada, pôde-se contar com a superioridade individual do homem do Norte.

Em geral, depois dos erros decorrentes, mais de agentes políticos do que de militares, o Norte agiu de acordo com esses princípios. A pequena guerra no Missouri e na Virgínia Ocidental, ao passo que protegeu as populações unionistas, acostumou as tropas ao serviço de campo de batalha e à artilharia, sem a comprometer com derrotas decisivas. O grande embaraço de *Bull Run* foi, de certa maneira, resultado do erro anterior de recrutar voluntários por meros três meses. Foi um absurdo querer manter uma posição forte, ainda mais em um terreno dificultoso, em ofensiva contra um inimigo numericamente inferior, achando que seria possível atacar no front com recrutas imaturos. O pânico que tomou conta do exército da União em um momento decisivo, e cujo motivo ainda não foi esclarecido, não surpreendeu ninguém que estivesse razoavelmente familiarizado com o histórico de batalhas populares. Coisas do tipo aconteceram às tropas francesas com muita frequência de 1792 a 1795, mas não impediram que as mesmas vencessem as batalhas de Jemappes e Fleurus, Montenotte, Castiglione e Rivoli. A imbecilidade das piadas feitas pela imprensa europeia sobre o pânico de *Bull Run* teve apenas uma desculpa: o fato de elas terem sido feitas anteriormente pela imprensa norte-americana.

Os seis meses de tranquilidade que se seguiram à derrota em Manassas foram de melhor proveito para o Norte do que para o Sul. Não somente as fileiras nortistas se preencheram mais do que as sulistas — também seus oficiais receberam melhores instruções. A disciplina e treino das tropas não encontraram os mesmos

obstáculos que aqueles encontrados no Sul. Traidores e penetras ineptos foram progressivamente postos de lado, de forma que o período do pânico de *Bull Run* já ficou relegado ao passado. Os exércitos de ambos os lados, é evidente, não devem ser medidos de acordo com os padrões de grandes exércitos europeus, ou mesmo do antigo exército regular dos Estados Unidos. Napoleão pôde, é fato, treinar batalhões de recrutas imaturos durante o primeiro mês na caserna, enquanto no segundo os fez marchar e no terceiro, atacar o inimigo. Porém, no nosso caso, cada batalhão recebeu um certo número de oficiais e suboficiais não comissionados; cada companhia recebeu uns tantos soldados velhos e, no dia da batalha, as tropas mais jovens foram postas ao lado das veteranas, sendo, por assim dizer, ‘enquadradas’ pelas últimas.

Todos esses pré-requisitos inexistiam no caso da América. Sem uma quantidade considerável da experiência militar que migrou para lá em função das agitações revolucionárias europeias de 1848 e 1849, o exército da União levou um período de tempo muito mais longo para se organizar do que levou para se estruturar. O número bastante modesto de mortos e feridos (em relação ao número total de tropas comprometidas; geralmente uma em cada vinte pessoas) mostra que a maioria dos embates, até mesmo os mais recentes no Kentucky e no Tennessee, realizaram-se a distâncias razoavelmente longas, e que os ataques ocasionais de baioneta logo terminaram, assim que o inimigo cessou fogo ou afugentou seu oponente antes mesmo que uma briga frontal se iniciasse. Enquanto isso, a nova campanha se iniciou com perspectivas mais favoráveis tão logo Buell e Halleck avançaram adentro do Kentucky e do Tennessee.

Após a retomada do Missouri e da Virgínia Ocidental, a União lançou uma campanha em direção ao Kentucky. Ali, os secessionistas mantinham três posições fortes, com acampamentos entrincheirados: Columbus junto ao rio Mississippi, à esquerda, Bowling Green no centro, Mill Springs junto ao rio Cumberland, à direita. Suas fileiras estendiam-se por mais de 300 milhas de Oeste a Leste. A expansão dessas fileiras tornou impossível aos três batalhões que se apoiassem mutuamente, dando às tropas da União a oportunidade de investir contra cada um deles com força superior. O grande equívoco na disposição do exército secessionista emanou da tentativa de ocupar tudo ao seu redor. Um único acampamento central, forte e entrincheirado, destinado ao campo de batalha para um encontro decisivo e ocupado pelo contingente principal do exército, teria sido capaz de defender o Kentucky com eficácia incomparavelmente maior. Ou havia-se de atrair as forças principais dos unionistas, ou colocá-las em uma posição perigosa de ter de marchar adiante independentemente da alta concentração de tropas à sua frente.

Nas dadas circunstâncias, os unionistas decidiram atacar esses três campos um após o outro, afastando o inimigo para fora dali e forçando-o a aceitar a batalha a céu aberto. Esse plano, que estava de acordo com todas as regras da arte da guerra, foi executado rápido e energicamente. Em meados de janeiro, um batalhão de cerca de 15.000 unionistas marchou sobre Mill Springs, que estava ocupada por 20.000 secessionistas. Os unionistas se moveram de tal maneira que fizeram o inimigo pensar estar lidando apenas com uma milícia fraca.<sup>[3]</sup> O general [Felix] Zollicoffer caiu imediatamente na armadilha, saindo do acampamento entrincheirado e atacando os unionistas. Mas logo se convenceu de estar confrontando um poder superior. Uma vez que caiu, suas tropas sofreram uma derrota tão decisiva quanto a que os unionistas sofreram em *Bull Run*. Desta vez, porém, a vitória foi explorada de uma maneira bastante distinta. O exército derrotado foi rigorosamente perseguido até chegar ao acampamento em Mill Springs quebrantado, desmoralizado, sem artilharia de campo ou bagagem. O acampamento em questão fora construído à margem norte do rio Cumberland, de modo que as tropas não teriam recuo aberto no caso de uma nova derrota, exceto pelo rio, por meio de navios a vapor e botes fluviais. Descobrimos que quase todos os campos secessionistas foram construídos no lado *inimigo* do rio. Essa posição não é apenas adequada, como também muito prática quando há uma ponte às suas costas. Assim, o campo serve de entrada para uma ponte, dando a seus proprietários a chance de disporem suas forças armadas arbitrariamente nas duas margens do rio e, desse modo, obterem comando total sobre ele. Em contrapartida, um acampamento no lado inimigo do rio, sem uma ponte às suas costas, impede a retirada após um embate malsucedido, forçando as tropas a se renderem ou, ainda, a se exporem a massacres e afogamentos, como ocorreu aos Unionistas em Balls Bluff no lado inimigo do rio Potomac, para onde a traição do general Stone os enviou.<sup>[4]</sup>

Quando os secessionistas derrotados chegaram a seu acampamento em Mill Springs, logo descobriram que deveriam repelir um ataque inimigo contra suas fortificações. Caso contrário, uma capitulação viria dentro de pouco tempo. Após a experiência daquela manhã, perderam a confiança em sua capacidade de resistir. Quando os unionistas marcharam, no dia seguinte, para atacar o acampamento, descobriram que o inimigo havia aproveitado aquela noite para atravessar o rio, deixando para trás acampamento, bagagem, artilharia e suprimentos. Dessa maneira, o lado mais à direita das fileiras secessionistas recuou para o

Tennessee e o leste do Kentucky, onde grande parte da população é hostil ao Partido Escravista. Esse lado foi recapturado, afinal de contas, pela União.

Por volta da mesma época — meados de janeiro — iniciaram-se os preparativos para expulsar os secessionistas de Columbus e Bowling Green. Uma frota numerosa de barcos de morteiros e canhoneiras de ferro blindadas foi mantida a postos, e por toda a parte espalharam-se notícias de que seriam usadas por um grande exército que marchava ao longo do rio Mississippi, de Cairo até Memphis e Nova Orleans. No entanto, todo o desfile no Mississippi não passou de uma mera manobra. No momento decisivo, as canhoneiras foram levadas para Ohio e, de lá, para o Tennessee, de onde partiram para o Forte Henry. Esse sítio, junto do Forte Donelson, no rio Cumberland, formava a segunda linha de defesa dos secessionistas no Tennessee. A posição foi bem escolhida, pois no caso de um recuo por detrás do Cumberland, este rio protegeria o front, o Tennessee protegeria o flanco esquerdo, enquanto a faixa estreita de terra entre os dois rios estaria suficientemente protegida pelos dois fortes acima mencionados. No entanto, a ação rápida dos unionistas rompeu a segunda linha antes que o flanco esquerdo e o centro da primeira pudessem ser atacados.

Na primeira semana de fevereiro, as canhoneiras dos unionistas apareceram na frente do Forte Henry, o qual se rendeu após um breve bombardeio. A tropa aquartelada escapuliu para o Forte Donelson já que as forças terrestres da expedição não eram fortes o suficiente para cercar o local. As canhoneiras partiram novamente adentro do rio Tennessee, até Ohio, e de lá para o Cumberland, até o Forte Donelson. Uma única canhoneira navegou destemida pelo rio Tennessee, atravessando o coração daquele estado, patrulhando pelo Mississippi e pelo Florence (no norte do Alabama), onde vários pântanos e bancos de areia (conhecidos pelo nome de *mussleshoals*) impedem que se navegue adiante.<sup>[5]</sup> O fato de uma única canhoneira ter feito essa longa jornada de pelo menos 150 milhas e depois retornado sem sofrer nenhum ataque prova que o ardor da União prevalecerá por aquele rio, e as tropas unionistas perseverarão por mais longe que forem.

A expedição naval pelo Cumberland harmonizava seus avanços com os das forças terrestres sob os generais Halleck e Grant. Os secessionistas de Bowling Green se enganaram acerca dos movimentos dos unionistas. Assim, permaneceram calmos em seu acampamento, enquanto uma semana após a queda do Forte Henry, o Forte Donelson foi cercado por 40.000 unionistas e, à margem do rio, encontrou-se ameaçado por uma numerosa frota de canhoneiras, sem dispor de uma ponte para partir em retirada. Este foi o local mais fortificado que os unionistas atacaram até então. A empreitada foi levada a cabo com todo o cuidado; além disso, o local era grande o bastante para prover abrigo aos 20.000 homens que o mantiveram em custódia. No primeiro dia do ataque, as canhoneiras silenciaram a artilharia que abria fogo em direção à margem do rio, bombardeando o interior das defesas, enquanto as tropas terrestres apossavam os postos avançados dos inimigos e forçavam a maioria dos secessionistas a procurarem abrigo bem debaixo do alcance dos canhões de suas próprias defesas. No segundo dia, as canhoneiras, bastante danificadas do dia anterior, deram aparência de estar pouco alinhadas. As tropas terrestres, por sua vez, tiveram de travar uma longa e por vezes acalorada batalha contra as colunas da guarnição, as quais tentaram romper pelo flanco direito do inimigo a fim de assegurar a linha de retirada rumo a Nashville. Contudo, um ataque enérgico da direita dos unionistas pelo flanco esquerdo dos secessionistas, além de reforços significativos recebidos pela ala esquerda dos unionistas, decidiram a vitória a favor do exército na ofensiva. Diversas construções para fora dali foram invadidas. A tropa aquartelada, espremida até suas linhas de defesa internas, sem chance de recuar e claramente incapacitada de resistir a mais um ataque na manhã seguinte, rendeu-se incondicionalmente um dia depois.

### [Continuação]

(*Die Presse*, número 85 de 27 de março de 1862)

Com o Forte Donelson, a artilharia inimiga, seus pertencentes e sortimentos de guerra caíram nas mãos dos unionistas; 30.000 secessionistas renderam-se no dia da captura; mais 1.000, no dia seguinte, e assim que o posto militar dos vencedores chegou a Clarksville, uma cidade mais acima do rio Cumberland, ela abriu seus portões. Provisões significativas, igualmente, tinham sido guardadas ali para os secessionistas.

A captura do Forte Donelson encerra em si *um* único enigma: a fuga do general Floyd com 5.000 homens no segundo dia do bombardeio. Trata-se de fugitivos numerosos demais para terem zarpado em barcos a vapor durante a noite. Com algumas precauções por parte dos atacantes, eles não teriam sido capazes de escapar.

Sete dias após a rendição do Forte Donelson, Nashville foi ocupada pelos federalistas. A distância entre os dois pontos é de cerca de 100 milhas inglesas, e uma marcha de 15 milhas diárias por trilhas horríveis

durante a pior temporada do ano só aumentaria o crédito das tropas da União. Ao receber notícias do caso do Forte Donelson, os secessionistas evacuaram Bowling Green. Uma semana depois deixaram Columbus e se retiraram para uma ilha do Mississippi, a 45 milhas ao Sul. Assim, o Kentucky foi tomado pela União por completo. O Tennessee, contudo, só poderá ser mantido nas mãos dos secessionistas se iniciarem e vencerem uma grande batalha. De fato, eles dizem ter ajuntado 65.000 homens para esse fim. Ainda assim, nada impede que os unionistas resistam com uma força superior.

A condução da campanha do Kentucky, de Somerset até Nashville, é digna dos maiores elogios. A reconquista de uma terra tão vasta, que avança do Ohio até o rio Cumberland, em um único mês, mostra uma energia, determinação e rapidez raramente demonstradas pelos exércitos europeus regulares. Compare-se, por exemplo, com o avanço vagaroso dos aliados de Magenta até Solferino em 1859 —<sup>[6]</sup> sem perseguição dos inimigos em retirada, sem tentativa de reter seus retardatários ou mesmo de cercar suas tropas por completo.

Halleck e Grant, em particular, oferecem belos exemplos de liderança bélica. Sem a menor deferência em relação a Columbus ou a Bowling Green, concentraram suas forças em pontos decisivos, o Forte Henry e o Forte Donelson, atacando rápida e vigorosamente, tornando assim Columbus e Bowling Green postos insustentáveis. Em seguida, marcharam imediatamente para Clarksville e Nashville, sem permitir aos secessionistas em retirada que assumissem novas posições ao norte do Tennessee. Durante essa perseguição frenética, os batalhões secessionistas em Columbus permaneceram completamente isolados do centro e da ala direita de seu exército. Jornais ingleses censuraram esta operação sem razão. Mesmo que o ataque ao Forte Donelson fracassasse, os secessionistas de Bowling Green, sob comando do general Buell, não dariam conta de destacar uma equipe grande o suficiente perseguir os unionistas feridos em campo aberto ou para oferecer perigo em sua retirada. Columbus, por outro lado, estava tão longe que não conseguiu intervir nos movimentos de Grant. De fato, depois que os unionistas limpavam o Missouri de secessionistas, Columbus se tornou um posto completamente inútil. As tropas que formavam sua guarnição tiveram de acelerar sua retirada rumo a Memphis ou ao Arkansas para não correrem o risco de uma capitulação vergonhosa.

Como consequência do expurgo do Missouri e da reconquista do Kentucky, o teatro de guerra se estreitou a tal ponto que os diferentes exércitos ao longo de toda a linha de operação puderam agir em conjunto, em certa medida, e trabalhar para alcançar os mesmos resultados. Em outras palavras, só agora a guerra está assumindo um caráter *estratégico*, e a configuração geográfica do país está ganhando um interesse renovado. Cabe agora aos generais do norte que encontrem o calcanhar de Aquiles dos estados algodoeiros.

Até a captura de Nashville, nenhuma unidade estratégica entre o exército do Kentucky e o exército do Potomac fora possível. Eles estavam em postos muito distantes entre si. Localizavam-se na mesma linha de frente, embora suas linhas de operação fossem muito distintas. Foi somente com o avanço vitorioso no Tennessee que os movimentos do exército do Kentucky se tornaram importantes para o resto do teatro de guerra.

Os jornais americanos influenciados por McClellan estão fazendo muita história com a “teoria do envoltório de anaconda”. Segundo a tal teoria, uma imensa linha de exércitos deve envolver a rebelião, juntando os membros para si aos poucos para então, finalmente, estrangular o inimigo. Isso é pura infantilidade. É um tipo de aquecimento do chamado Sistema de cordão [*Kordonsystem*] criado pela Áustria em meados de 1770, que foi usado contra os franceses de 1792 a 1797, com imensa obstinação e sempre resultando em fracasso. Para Jemappes, Fleurus e especialmente Montenotte, Millesimo, Dego, Castiglione e Rivoli, esse é um sistema de batalhas defunto. Os franceses cortaram a tal “anaconda” ao meio, atacando no ponto onde concentrava força superior. Em seguida, os pedaços da anaconda foram picados, um atrás do outro.

Em países bem povoados e mais ou menos centralizados, sempre existe um centro onde uma ocupação inimiga eventualmente romperia com a resistência nacional. Paris é um caso exemplar. Os estados escravagistas, porém, não dispõem desse centro. Eles são escassamente povoados, com poucas cidades grandes e com todas localizadas no litoral marítimo. Daí surge a pergunta: será que existe, apesar disso, um ponto gravitacional militar cuja captura quebraria a espinha dorsal da resistência? Ou, como a Rússia em 1812, não seria possível conquistá-lo sem ter que fazer o mesmo com cada vilarejo e cada ponto — em suma, sem ter que conquistar toda a sua periferia?

Dê uma olhada na configuração geográfica da Secéssia,<sup>[7]</sup> com seu litoral alongado pelo Oceano Atlântico e seu litoral alongado adentro do Golfo do México. Enquanto os confederados tinham o Kentucky e o Tennessee em seu poder, o todo do território formava uma massa enorme e compacta. A perda desses

dois estados gerou uma grande lacuna no território, que separa os estados do norte do Oceano Atlântico dos estados do Golfo do México. A via direta da Virgínia e das duas Carolinas rumo ao Texas, Louisiana, Mississippi, além de, parcialmente, até o Alabama, passa pelo Tennessee, que agora foi capturado pelos unionistas. A *única* via que liga as duas porções de estados escravocratas depois de o Tennessee ter sido conquistado pela União passa pela Geórgia. Isso prova que *a Geórgia é a chave para Secéssia*. Com a perda da Geórgia, a Confederação seria dividida em duas seções cujos laços entre si se romperiam por completo. Uma reconquista secessionista da Geórgia dificilmente seria possível, já que as forças armadas unionistas estariam concentradas em uma posição central, enquanto seus oponentes, separados em dois campos, dificilmente teriam forças suficientes para atacar em conjunto.

Será que a conquista de toda a Geórgia e do litoral da Flórida ocasionaria uma tal operação? De modo algum. Em uma terra onde a comunicação, especialmente entre pontos apartados, depende muito mais das ferrovias do que das estradas, basta que se removam as ferrovias [para fazer isso acontecer]. A linha ferroviária mais ao Sul, entre os estados do Golfo do México e a Costa Atlântica, passa por Macon e Cordon, perto de Milledgeville.

A ocupação desses dois pontos, portanto, cortaria Secéssia ao meio, permitindo aos unionistas atacar um posto atrás do outro. Pode-se observar, com base no que foi exposto acima, que nenhuma república sulista é viável sem a posse do Tennessee. Sem o Tennessee, o centro vital da Geórgia fica apenas a oito ou dez dias de marcha da fronteira; o Norte agarraria o pescoço do Sul firmemente e, com a menor pressão, este teria ou que ceder, ou então que lutar por sua vida, em circunstâncias em que uma única derrota eliminaria qualquer perspectiva de sucesso.

Da exposição anterior, segue-se:

O Potomac *não* é o posto mais importante no teatro de guerra. A tomada de Richmond e o avanço do exército do Potomac, mais ao Sul — dificultoso em função das muitas correntes fluviais que cortam a linha de marcha — poderão ter um tremendo efeito contra a moral dos soldados. Do ponto de vista puramente militar, essas medidas não decidiriam *nada*.

O poder de decidir a campanha está nas mãos do exército do Kentucky, neste momento localizado no Tennessee. Por um lado, esse exército está mais próximo dos pontos decisivos [para a guerra]; por outro, ocupa um território sem o qual a Secessão é incapaz de existir. Portanto, esse exército deveria ser fortalecido às custas de todos os outros e a custo do sacrifício de todas as operações menores. Seus próximos alvos seriam Chattanooga e Dalton, no Alto Tennessee, os principais centros ferroviários do Sul. Após a ocupação desses postos, a conexão entre os estados a leste e oeste de Secéssia estaria limitada às linhas ferroviárias da Geórgia. Seria então questão de cortar mais uma linha ferroviária entre Atlanta e Geórgia para que, finalmente, se destruísse o último elo entre as duas seções com a captura de Macon e Cordon.

Se, por outro lado, o “plano da Anaconda” for levado a cabo, apesar de todos os sucessos individuais, mesmo no Potomac, a guerra poderia se estender indefinidamente, ao passo que dificuldades financeiras e complicações diplomáticas ganhariam uma nova margem.

## NOTAS

[1] James Buchanan foi o 15º presidente dos EUA (1857-1861).

[2] No original consta *Ost-Virgínia* (Virgínia do Leste), o que de um ponto de vista político-geográfico é um equívoco.

[3] No original, *Streifkorps*. Termo intraduzível e próprio do Império Austro-húngaro, designava pequenas unidades militares que lutavam atrás das linhas inimigas e visavam, sobretudo, se valer de táticas de guerrilha para atrasar as linhas de comunicação do exército inimigo.

[4] Ver LINHA DO TEMPO.

[5] Os autores provavelmente escreveram conforme ouviram o nome do local, Muscle Shoals, cidade ao extremo norte do estado do Alabama.

[6] Os autores se referem ao conflito decisivo para a unificação da Itália, a maior batalha europeia daquele século desde o conflito de Napoleão Bonaparte em Leipzig, em 1813. Nela, Napoleão III da França e Victor Emanuel II da

Sardenha derrotaram o Império Austro-húngaro de Franz Joseph, levando ao armistício de Villafranca e a criação do reino da Itália no ano seguinte.

[7] O termo Secéssia [algo como “terra da divisão”] foi inventado por Marx e era usado em tom jocoso para se referir à Confederação.

## A QUESTÃO AMERICANA NA INGLATERRA

(Marx. Escrito em 18/09/1861 e publicado pela primeira vez no *New-York Daily Tribune*, n. 6403, 11/10/1861, republicado no *New York Semi-Weekly Tribune*, n. 1710 de 15/10/1861)

Londres, 18 de setembro de 1861

Sejam quais forem suas qualidades intrínsecas, a carta enviada pela sra. Beecher Stowe para lord Shaftesbury teve o mérito de obrigar os órgãos antinortistas da imprensa londrina a expor para o grande público as pretensas razões de sua hostilidade com o Norte e de suas simpatias mal dissimuladas em relação ao Sul. Notemos de passagem que essa é uma atitude estranha entre pessoas que manifestam horror à escravidão.

A atual guerra americana proporciona um grande tormento para esta imprensa, uma vez que “não se tratando de um conflito para a abolição da escravidão”, não se pode solicitar ao cidadão britânico, alma nobre, obrigado a conduzir suas próprias guerras, a se interessar pelas guerras dos demais povos e, sob o ponto de vista de seus “grandes princípios humanitários”, experimentar a menor simpatia pelos primos do Norte.

O *The Economist* se expressa nos seguintes termos: “Em primeiro lugar, é tanto imprudente quanto falso simular que o conflito entre o Norte e o Sul seja uma disputa pela liberdade de negros de um lado, e pela escravidão dos negros do outro lado”. A *Saturday Review* declara: “[o Norte] não proclama a abolição e jamais pretendeu lutar contra a escravidão. O Norte jamais inscreveu em suas bandeiras o símbolo sagrado da justiça para com os negros. Seu grito de guerra não é a abolição incondicional da escravidão”. Por fim, o *Examiner* escreve: “Se nós nos equivocamos acerca da significação real deste movimento sublime, quem serão os responsáveis senão os próprios federalistas?”.

É de bom grado reconhecer que, no primeiro caso, o ponto de partida é correto. De fato, a guerra não se iniciou com o objetivo de abolir a escravidão, e o governo dos Estados Unidos causou a si mesmo este grande mal, por haver rejeitado qualquer ideia do gênero. Mais ainda, é necessário lembrar que o Sul começou a guerra, o Norte apenas se defendeu. Com efeito, só depois de longas hesitações e de manifestar uma paciência sem igual nos anais da história da Europa, o Norte desembainhou a espada, não para acabar com a escravidão, mas para preservar a União. O Sul, por sua parte, iniciou a guerra proclamando em altos brados que a “instituição particular” era o primeiro e único objetivo da rebelião, embora confessasse, ao mesmo tempo, lutar pela liberdade de reduzir outros homens à escravidão, liberdade que, a despeito das negativas do Norte, entende ameaçada pela vitória do Partido Republicano e pela eleição de Lincoln à presidência. O congresso dos confederados se jactava de que a nova Constituição – diferentemente daquela de Washington, Jefferson e Adams – reconheceria, pela primeira vez, a escravidão como algo bom em si e por si, uma salvaguarda da civilização e uma instituição divina. Enquanto o Norte professou combater simplesmente para preservar a União, o Sul se vangloriou por estar em rebelião pelo triunfo da escravidão. Mesmo que a Inglaterra antiescravista e idealista não se sinta seduzida pela declaração do Norte, como explicar que não tenha expressado a mais viva repulsa pelas cínicas confissões do Sul?

A *Saturday Review* se desembaraça desse dilema cruel recusando-se, pura e simplesmente, a acreditar nas declarações dos estados sulistas. Vai ainda mais longe e descobre “que a escravidão não tem grande coisa a ver com a secessão”; quanto às declarações contrárias de Jefferson Davis e companhia, não são mais do que “banalidades” mais ou menos destituídas de sentido, como costumam ser as proclamações “quando o que está em questão são altares violados e habitações desonradas”.

O arsenal de argumentação dos jornais antinortistas é extremamente reduzido e nota-se que as mesmas frases são, de alguma forma, retomadas, como nas fórmulas de uma série matemática, que retornam em intervalos regulares com poucas variações ou combinações.

O *The Economist* exclama:

Ainda ontem, quando o movimento de secessão começou a adquirir um aspecto sério, por ocasião do anúncio da eleição do senhor Lincoln, o Norte ofereceu ao Sul, caso este quisesse permanecer na União, todas as garantias possíveis para que continuasse a funcionar na inviolabilidade suas detestáveis instituições. O Norte não proclamou solenemente que renunciava a se imiscuir em seus assuntos, ao passo que os



dirigentes nortistas propunham ao Congresso compromisso atrás de compromisso, baseados todos na concessão segundo a qual eles não se envolveriam com a questão da escravidão.

Como é possível, afirma o *The Examiner*, que o Norte tenha se prestado a estabelecer tais compromissos e realizar concessões tão elevadas sobre o tema da escravidão? Como se chegou ao ponto de propor ao Congresso uma zona geográfica no interior da qual a escravidão deveria ser reconhecida como uma instituição necessária? Os estados sulistas não se satisfizeram com isto. O *The Economist* e o *The Examiner* deveriam questionar por que o compromisso *Crittenden* e outras medidas do tipo não foram aprovados pelo Congresso e não por que foram apresentados. Alegam falsamente que o Norte aceitou essas propostas e o Sul as rejeitou, quando, na verdade, elas foram condenadas ao fracasso pelo partido do Norte que, assim, assegurou a eleição de Lincoln. Essas propostas jamais se transformaram em resoluções, permanecendo, de fato, no estado de desejos piedosos, por isto, o Sul jamais teve a oportunidade de aceitá-los ou rejeitá-los. A observação seguinte do *The Examiner* nos conduz ao coração da questão.

A sra. Stowe disse que o partido escravista decidiu acabar com a União ao constatar que não poderia mais utilizá-la para seus propósitos. Admite assim que, até então, o partido escravista utilizara a União para tais fins, no entanto seria bom que a senhora Stowe demonstrasse claramente quando o Norte começou a se opor à escravidão.

Seria de se esperar que o *The Examiner* e outros oráculos da opinião pública inglesa tivessem familiaridade suficiente com a história contemporânea a ponto de não precisar recorrer às informações da sra. Stowe acerca de assuntos de tão grande importância. A usurpação crescente da União pelos poderes escravistas atuando em aliança com o Partido Democrata do Norte é, por assim dizer, a fórmula geral da história dos Estados Unidos desde o início deste século. As sucessivas medidas de compromisso correspondem também a sucessivos graus de usurpação através dos quais a União foi se transformando, sistematicamente, em uma espécie de serva dos proprietários de escravos do Sul. Cada um desses compromissos significa uma nova usurpação pelo Sul e uma nova concessão do Norte.

Da mesma maneira, nenhuma das sucessivas vitórias do Sul foi obtida sem um intenso enfrentamento com uma força adversa no Norte, que se apresentou sob vários nomes de partido, com múltiplas palavras de ordem e todo tipo de coloração. Se o resultado efetivo e final de cada um desses combates singulares favoreceu o Sul, um observador atento não poderia deixar de perceber que cada novo avanço da potência escravista foi um passo a mais na direção de sua derrota final. Mesmo na época do Compromisso do Missouri, as forças em confrontação se equilibravam de maneira tão estrita que Jefferson temia, como se pode ler em suas memórias, que a União estivesse ameaçada de desagregação ao cabo deste antagonismo fatal.

As pretensões dos poderes escravistas não paravam de aumentar, enquanto a lei Kansas-Nebraska destruía, pela primeira vez na história dos EUA – como o próprio senhor Douglas reconheceu –, todas as barreiras legais à extensão da escravidão no território do país, ao mesmo tempo que um candidato nortista comprava sua indicação presidencial prometendo a aquisição de Cuba pela União para transformá-la em um novo campo para a dominação dos escravistas, enquanto na sequência da decisão sobre Dred Scott se proclamava que a extensão da escravidão pelo poder federal se inscrevia na Constituição americana, e, por fim, o comércio de escravos era retomado *de facto* em uma escala mais vasta do que a da época de sua existência legal.

Concomitantemente a essas manifestações de debilidade culposa do Partido Democrata do Norte ante as piores usurpações do Sul, havia sinais inegáveis de que os poderes do Norte se reforçavam de modo a reverter, em pouco tempo, a correlação de forças em seu favor. A guerra do Kansas, a formação do Partido Republicano e a grande quantidade de votos obtidos pelo sr. Frémont na eleição presidencial de 1856 eram provas palpáveis de que o Norte acumulara energia suficiente para retificar as aberrações que caracterizaram a história dos Estados Unidos durante o meio século em que esteve sob o poder dos senhores de escravos, restabelecendo os verdadeiros princípios de seu desenvolvimento.

Para além desses fenômenos políticos, um eloquente dado estatístico e econômico indicava que o abuso da União federal pelos interesses escravistas deveria retroceder de bom grado ou pela força: o crescimento do Noroeste, os imensos esforços realizados por sua população no período 1850-1860, e a nova e revigorante influência que trouxe para os destinos dos EUA.

Tudo isto, por acaso, representa um capítulo secreto na História? Era necessária a “confissão” da sra. Beecher Stowe para revelar ao *The Examiner* e a outros luminares políticos da imprensa londrina a verdade

meticulosamente oculta de que “até aqui o partido escravista tem usado a União para a realização de seus propósitos”? É culpa dos norte-americanos que os homens de imprensa britânicos tenham sido surpreendidos pelo violento choque de forças antagônicas, cujo confronto tem sido a força motriz da História ao longo de meio século? É culpa dos americanos que a imprensa inglesa, ludibriada por suas próprias elucubrações fantasiosas, tenha sido confrontada, em um único dia, com o resultado maduro de longos anos de lutas? O simples fato de que a formação e o desenvolvimento do Partido Republicano mal tenham sido registrados pela imprensa londrina é evidência de que suas bravatas contra a escravidão não passavam de moinhos de vento.

Consideremos, por exemplo, os dois antípodas da imprensa londrina, o *Times* de Londres e o *Reynold's Weekly Newspaper*, maior órgão das classes respeitáveis e único da classe operária que ainda subsiste atualmente. O primeiro deles, pouco antes que o sr. Buchanan encerrasse sua carreira, publicou uma apologia detalhada de sua administração e um libelo difamatório contra o movimento republicano. O *Reynold's*, por sua vez, durante a visita que Buchanan fez a Londres, fez dele o seu alvo favorito e desde então não perde uma única oportunidade de submetê-lo a julgamento e denunciá-lo como adversário.

Como explicar a vitória do Partido Republicano no Norte, cujo programa se baseava na oposição aberta às usurpações praticadas pelo sistema escravista e à transformação da União em instrumento dos defensores da escravidão? Mais do que isto, como foi possível à grande maioria do Partido Democrático do Norte ter se desembaraçado de suas ligações tradicionais com os líderes da escravidão, passando por cima de meio século de velhas tradições, e sacrificar grandes interesses comerciais e preconceitos políticos, acorrendo em defesa da atual administração republicana, a ponto de lhe oferecer dinheiro e homens com generosidade?

Em vez de responder a estas indagações, o *The Economist* proclama:

Podemos, por acaso, nos esquecer que os abolicionistas são habitualmente mais ferozmente perseguidos e maltratados no Norte e no Oeste do que no Sul? Alguém pode negar que a teimosia e a indiferença – para não dizer a má-fé – do governo de Washington tem sido, ao longo dos anos, o principal obstáculo aos esforços para suprimir efetivamente o comércio de escravos na costa africana; que uma parte considerável das embarcações efetivamente envolvidas naquele comércio foram construídas com capital do Norte e são exploradas por comerciantes do Norte e pilotadas por marinheiros nortistas?

Eis aqui, na verdade, uma obra-prima de lógica. A Inglaterra antiescravista não pode simpatizar com um Norte em processo de ruptura com a influência nefanda da escravatura porque não pode esquecer que o Norte, quando sob aquela influência, apoiou o comércio de escravos, espezinhou os abolicionistas e teve suas instituições democráticas contaminadas pelos preconceitos escravistas. Ela não pode simpatizar com a administração de Lincoln porque esta desaprovou a administração de Buchanan! Seguindo essa lógica, ela deve esvaziar o movimento de renovação do Norte e encorajar aqueles que, no Norte, são estigmatizados pela plataforma republicana por simpatizarem com o comércio de escravos, ela necessita flertar com a panelinha escravagista do Sul, que edificou um império em separado, isto porque a Inglaterra não pode esquecer que o Norte de ontem não é o de hoje. A necessidade de justificar a sua atitude recorrendo a esse tipo de chicana prova, sem dúvida, que a parcela antinortista da imprensa inglesa é impulsionada por motivações ocultas, demasiadamente baixas e infames para ser abertamente apresentadas.

Uma das manobras favoritas da imprensa inglesa consiste em criticar a atual administração republicana pelas ações de seus predecessores pró-escravistas. Para realizá-la, ela se esforça em tentar convencer o povo inglês de que o *New York Herald* é o único órgão que expressa autenticamente a opinião do Norte. Desde que o *Times* de Londres seguiu nessa direção, o núcleo escravista dos demais órgãos antinortistas, sejam eles grandes ou pequenos, têm enveredado pela mesma via.

Diz o *The Economist*:

No auge da Guerra Civil, não faltaram jornais nem políticos em Nova York para instar os combatentes, agora que existem grandes exércitos em formação, para lutar não uns contra os outros, mas contra a Grã-Bretanha; assim que estabelecerem compromissos em torno de todas as querelas, incluindo a questão da escravidão, invadirão o território britânico sem qualquer aviso e com forças de uma superioridade esmagadora.

O *The Economist* sabe perfeitamente que os esforços do *New York Herald*, vivamente encorajados pelo *Times* de Londres, visam envolver os Estados Unidos em uma guerra contra a Inglaterra com o único objetivo de garantir a vitória da secessão e arruinar o movimento de renascimento do Norte. No entanto, a imprensa

antinortista inglesa faz uma concessão. É a esnobe *Saturday Review* que a anuncia: “O que é questionável na eleição de Lincoln e precipitou a crise é pura e simplesmente a limitação da escravidão aos estados onde ela já existia”. Enquanto o *The Economist* observa:

Com efeito, o objetivo do Partido Republicano, que elegeu o senhor Lincoln, é impedir a extensão da escravidão aos territórios ainda não colonizados [...] Talvez seja verdade que uma vitória completa e incondicional do Norte lhe permita limitar a escravidão aos quinze estados nos quais ela já existe, o que poderá eventualmente levar ao desaparecimento dela, porém, isto é mais uma possibilidade do que uma certeza.

Na época da expedição de John Brown a Harpers Ferry em 1859, até mesmo o *The Economist* publicou uma série de artigos detalhados a fim de provar que, por força de uma *lei econômica*, a escravidão americana estaria fadada à extinção gradual a partir do momento em que fosse privada de seu poder de expansão. Essa *lei econômica* foi perfeitamente compreendida pelos escravocratas:

Se dentro de quinze anos, dizia Toombs, nós não nos beneficiarmos de um aumento substantivo do montante de terras destinadas à escravidão, teremos que permitir que os escravos fujam dos brancos, isto se os próprios brancos já não tiverem fugido de seus escravos.

Limitar a escravidão ao território em que esta existe legalmente, tal como proclamavam os republicanos, foi o princípio visível da ameaça de secessão exposta pela primeira vez à Câmara de representantes no dia 19 de dezembro de 1859. O sr. Singleton, representante do Mississippi, indagou o sr. Curtis, de Iowa, “se o Partido Republicano jamais permitiria ao Sul adquirir um único palmo de terra escrava enquanto este permanecesse na União”. Diante da resposta afirmativa do sr. Curtis, o sr. Singleton retrucou dizendo que, em tais condições, a União seria dissolvida. Singleton então aconselhou a administração do Mississippi a sair o quanto antes da União: “Esses senhores deveriam recordar que Jefferson Davis conduziu nossas forças armadas ao México; ora, ele ainda está vivo e poderia perfeitamente comandar o exército do Sul”.

Abstraindo a *lei econômica*, segundo a qual a extensão da escravidão seria uma condição vital para a sua sobrevivência dentro de seu território legal, os líderes do Sul jamais tiveram qualquer ilusão quanto à necessidade absoluta de preservar a hegemonia política nos Estados Unidos. Ao defender suas propostas no Senado, em 19 de fevereiro de 1847, John Calhoun afirmou que “o Senado era a única instância através da qual o Sul poderia garantir o equilíbrio de poder em relação ao governo” e que a formação de novos estados escravistas se tornara necessária “para conservar o equilíbrio de forças no Senado”.<sup>[1]</sup> De resto, a oligarquia de 300 mil proprietários de escravos não poderia manter o poder sobre a plebe branca sem a miragem de futuras conquistas e ampliação de territórios, tanto dentro quanto fora dos Estados Unidos. Se doravante, de acordo com o oráculo da imprensa inglesa, o Norte tomar a firme decisão de circunscrever a escravidão a seus limites atuais, liquidando-a, assim, pela via legal, isto não deveria ser suficiente para lhe assegurar as simpatias da Inglaterra antiescravista?

Parece que os puritanos ingleses não se contentam senão com uma guerra abolicionista expressa. O *The Economist* afirma: “Como não se trata verdadeiramente de uma guerra pela emancipação da raça negra, sobre quais bases se espera que simpatizemos calorosamente com a causa dos federados?”. Houve uma época, diz o *The Examiner*, “na qual nossas simpatias estavam com o Norte, porque pensávamos que se opunha seriamente às usurpações dos estados escravistas e defendia a emancipação como uma medida de justiça para a raça negra”. No entanto, nos mesmos números onde negam simpatia ao Norte por não ser esta uma guerra abolicionista, também se pode ler: “O meio radical de proclamar a emancipação dos negros é convocar os escravos para uma insurreição geral”. Ora, este é um tipo de proposta “cuja simples enunciação é repugnante e temível” e diante da qual “um compromisso é, de longe, preferível a um triunfo conquistado a tal preço e maculado por este tipo de crime”.

Como se vê, a ansiedade inglesa por uma guerra revolucionária não passa de hipocrisia, mas podem se vislumbrar as intenções dissimuladas por ela nas seguintes sentenças publicadas no *The Economist*: “Finalmente, a tarifa Morrill merece nossa gratidão e nossa simpatia; mas será que a razão pela qual nós desejamos ardorosamente seu sucesso é a certeza de que, em caso de vitória do Norte, a tarifa seria estendida a todo o território da república?”. Já o *The Examiner* diz: “Os americanos do Norte não levam nada mais a sério do que a tarifa aduaneira que os protege de maneira egoísta. Os estados sulistas estão cansados de ter os frutos de seu trabalho escravo roubados pelas tarifas protecionistas do Norte”.

*The Examiner* e *The Economist* completam-se mutuamente. Este último é suficientemente honesto para admitir finalmente que, para ele e seus seguidores, a simpatia é uma simples questão de tarifa aduaneira, o primeiro reduz a guerra entre o Sul e o Norte a um simples conflito tarifário, uma guerra entre o protecionismo e o livre mercado. Talvez o *The Examiner* não esteja informado de que mesmo aqueles que desejavam revogar a lei da Carolina do Sul em 1832 – como demonstrado pelo general Jackson – utilizaram o protecionismo como mero pretexto para a secessão. Entretanto, mesmo *The Examiner* deveria saber que a atual rebelião sequer espera pela aprovação da tarifa Morrill para ser deflagrada. Verdade seja dita, os sulistas não poderiam se queixar de que estavam cansados de ter os produtos do trabalho de seus escravos subtraídos pela tarifa protecionista do Norte, uma vez que, de 1846 a 1861, esteve em vigor um sistema de livre-comércio.

Em seu último número, *The Spectator* caracteriza o pensamento secreto de certo número de veículos antinortistas da seguinte maneira marcante:

O que desejavam então, verdadeiramente, estes órgãos antinortistas para justificar sua pretensão de não se apoiar em outra coisa senão na lógica inexorável dos fatos? Eles apregoam que a secessão é desejável, pois é a única forma possível de acabar com este “conflito fratricida que não tem razão de ser”. Mas eis que descobrem, em seguida, outras razões adaptadas às exigências morais do país, agora que o desenrolar dos eventos é evidente. É lógico que estas razões não são mencionadas, nenhuma reflexão é realizada além de um humilde elogio à Providência e à “justificação dos desígnios divinos em relação ao homem”, no exato momento em que a necessidade inelutável se tornou manifesta aos olhos de todos. Descobre-se então que será uma grande vantagem para os estados serem divididos em dois grupos rivais. Cada qual porá em xeque as ambições do outro e neutralizará sua força. Se a Inglaterra entrar em conflito com um, o simples desafio do grupo adversário lhe será de grande valia. É de se assinalar que se seguirá uma situação extremamente favorável, que nos aliviará da ansiedade e encorajará a “concorrência” política, esta grande salvaguarda da honestidade e da franqueza nas relações entre os estados. Esta é a situação expressamente evidenciada por aqueles que, entre nós, começam a simpatizar com o Sul. Traduzindo em bom inglês – e nós lamentamos que um argumento formulado em inglês tenha necessidade de uma tradução deste tipo –, isto significa que deploramos o grau de magnitude atingido por esta “guerra fratricida”; é espetável que no futuro ela continue a suscitar convulsões terríveis, uma série de pequenas guerras crônicas, de paixões e rivalidades entre os estados. A verdade efetiva – e precisamente este modo nada inglês de sentir oculta esta verdade, ainda que a encobrindo com fórmulas decentes – é que os grupos de estados americanos rivais não poderão conviver em paz e harmonia. As situações de inimizade, decorrentes das próprias causas que geraram o conflito atual, se tornarão crônicas. Tem-se afirmado que os diferentes grupos de estados possuem interesses aduaneiros distintos. Não somente os diferentes interesses tarifários serão a fonte das pequenas guerras permanentes, uma vez que os estados se separarão uns dos outros, mas também a escravidão, raiz de todo o conflito, agravará as inomináveis inimizades, discórdias e manobras. Logo não será mais possível restabelecer o equilíbrio entre os estados rivais. E ainda se afirma que a perspectiva de um longo conflito oferecerá o encaminhamento mais favorável para a solução da grande questão do momento. No fundo, o que se julga como sendo o aspecto mais favorável do vasto conflito atual, que poderá restabelecer uma unidade política nova e mais poderosa, é a possibilidade de um grande número de pequenos conflitos e de um continente dividido e enfraquecido, ao qual a Inglaterra não precise temer. Nós não negamos que os americanos sejam eles mesmos os causadores desta situação lamentável e deplorável devido à atitude inamistosa e fanfarrona que constantemente adotam em relação à Inglaterra; seja como for, precisamos admitir que nossos próprios sentimentos nesta matéria são vis e desprezíveis. Sabemos que não existe qualquer esperança de uma paz profunda e duradoura nos marcos de uma solução precária, pois ela significaria involução e desagregação da nação americana em povos e países hostis, entretanto, levantamos nossos braços aos céus como se estivéssemos horrorizados diante desta guerra “fratricida”, porque ela encerra a perspectiva de uma solução estável. Nós desejamos aos americanos um porvir de inomináveis e incessantes conflitos, que serão igualmente fratricidas e possivelmente ainda mais desmoralizantes: nós o desejamos unicamente para podermos nos ver livres do estorvo representado pela concorrência americana.

## NOTA

[1] C. Calhoun, *Works*. ed. R. K. Crallé. v.IV. Nova York, p. 340, 343.

## **Seção II. Reflexos da Guerra na Europa Industrializada**

# INTRODUÇÃO

por Felipe Vale da Silva

“A Inglaterra se encontra hoje, como cinquenta anos atrás, perante uma catástrofe que ameaça atacar, na raiz, todo seu sistema econômico”. Nos cinco artigos que compõem esta seção, Marx expõe o melhor de seu método de análise econômica, o qual se tornou célebre em *O Capital*. Nela são consideradas tanto as demandas em massa por matéria-prima, quanto a flutuação de preços do fio de algodão. Como pano de fundo dos artigos em questão está a convicção de que as crises do capitalismo podem servir ao analista como momentos de revelações das contradições internas ao sistema.

George Novack<sup>55</sup> resume bem aquilo que vimos na seção anterior: “os defensores do regime escravocrata defendiam, em primeiro lugar, que a guerra entre o Norte e o Sul não passava de uma disputa tarifária, em segundo, que era travada pelo Norte contra o Sul para manter a União à força, e, em terceiro, que a questão da escravidão nada tinha a ver com isso”. Uma vez que refuta todos esses argumentos, Marx parte para a análise de um segundo momento de desdobramento da crise, aquilo que pôde observar de perto durante o seu exílio em Londres: a pauperização do proletariado urbano ligado à indústria têxtil.

Como isso se deu? Durante a Guerra Civil, portos do sul dos EUA foram bloqueados, e a Inglaterra logo se viu confrontada com uma realidade de seu capitalismo altamente industrializado: sem o algodão produzido pela escravidão americana, o mercado têxtil, carro-chefe da Revolução Industrial, estacaria. Consequentemente, massas trabalhadoras diretamente dependentes da indústria têxtil se viram destituídas — desde costureiras e tecelões até comerciantes de tecidos —, lançando a Grã-Bretanha em mais uma crise, financeira e social. Diferentemente das análises de Marx e Engels das crises dos anos 1850, mais focadas em conjunturas de força locais, a análise empreendida aqui se esforça em pensar o sistema de comércio global como rede complexa e interdependente. Mais do que isso, é um sistema ameaçado por colapsos imprevisíveis, cujos principais atingidos são as massas de despossuídos.

•

---

<sup>55</sup> “Marx e Engels sobre a Guerra Civil dos Estados Unidos”, resenha publicada no *The New Internationalist*. Edição de fevereiro de 1938. Tradução de Camyl Ourives Cruz. Disponível em: [www.marxists.org/archive/novack/1938/02/01.htm](http://www.marxists.org/archive/novack/1938/02/01.htm).

## O COMÉRCIO BRITÂNICO DE ALGODÃO

(*New-York Daily Tribune*, 14 de outubro de 1861)

Londres, 21 de setembro de 1861

O crescimento contínuo dos preços de algodão cru por fim começa a causar sérias reações nas indústrias têxteis; o consumo de algodão agora é 25 por cento menor que sua capacidade máxima. Tal resultado foi ocasionado por um nível de produção diariamente decrescente, com muitas fábricas funcionando somente três ou quatro dias por semana e com parte do maquinário sendo interrompido, tanto nas instalações (onde a carga horária diminuída começou), quanto naquelas que ainda operam em tempo integral; algumas fábricas chegaram a ser fechadas por tempo indeterminado. Em alguns lugares, como em Blackburn, por exemplo, a carga horária diminuída veio acompanhada da redução dos salários. Contudo, o movimento de diminuição de carga horária só se encontra em seu estado incipiente. Podemos predizer com perfeita segurança que em algumas semanas o comércio, de forma geral, recorrerá a três dias de trabalho por semana, acompanhado de uma paralisação maciça do maquinário em grande parte das instalações. De modo geral, industriários e mercadores ingleses foram demasiado lentos e relutantes para reconhecer o estado desconcertante em que se encontrava seu suprimento de algodão.

“Toda a última safra de algodão americano”, disseram, “foi enviada para a Europa há muito tempo. A coleta da nova safra mal começou. Independentemente de haver guerra e bloqueio, nem ao menos um fardo de algodão teria chegado a nós a esta altura. A temporada de envio não se inicia até idos dias de novembro, e geralmente dura até final de dezembro para qualquer exportação expressiva se completar. Até então, não faz muita diferença se o algodão está retido nas lavouras ou se é enviado aos portos tão rápido quanto é ensacado. Se o bloqueio terminar em qualquer período *antes do final deste ano*, há uma probabilidade de que em março ou abril receberemos um suprimento algodoeiro tão completo que nem parecerá que houve o bloqueio”.

Nos recessos mais profundos da mentalidade mercantil nutriu-se a ideia de que toda a crise estadunidense e, conseqüentemente, o bloqueio, cessariam antes do final do ano; caso contrário, Lord Palmerston romperia o bloqueio à força. Essa ideia foi abandonada de forma generalizada desde que, em Manchester, atentaram para o fato de que, caso o governo britânico recorresse a uma agressão injustificada, entraria em confronto com as forças reunidas de dois grupos de interesse grandiosos — a dos grupos financeiros, que despejaram uma quantidade imensa de capital em empreendimentos industriais do norte dos EUA, além da do comércio de cereais, que contam com o norte dos EUA como sua principal fonte de suprimento. As esperanças de que o bloqueio seria rompido a tempo de satisfazer as exigências de Liverpool ou Manchester, ou de que a Guerra Americana chegaria ao fim com um acordo com os secessionistas, deu lugar a um fenômeno até então desconhecido no mercado algodoeiro. A saber: às operações americanas do algodão em Liverpool, que se manifestam seja na especulação, seja em suas exportações de volta para a América. Por consequência, durante as duas últimas semanas, o mercado algodoeiro de Liverpool experimentou uma agitação febril ao ver sustentados os investimentos especulativos dos capitais de mercados de Liverpool pelos investimentos especulativos de capitais por parte de Manchester e demais industriários ávidos para prover a si próprios de uma reserva de matéria-prima para o inverno. A amplitude de tais transações se prova suficiente, pelo fato de que parte considerável dos armazéns extras de Manchester já se encontram ocupados por tais reservas, e que dentro da semana que começa em 15 de setembro e termina em 22 de setembro, o algodão americano de qualidade mediana terá subido em 0,375 de dólar por libra, e o algodão de boa qualidade em 0,625 de dólar.

Desde a eclosão da Guerra Civil Americana, os preços do algodão vêm crescendo progressivamente, apesar de a desastrosa desproporção entre preços de matéria-prima e preço de filamentos e tecido não ter sido declarada antes das últimas semanas de agosto. Desde então, qualquer declínio significativo nos preços de algodão manufaturado, que poderia ter sido antecipado da diminuição significativa da demanda americana, foi compensado por uma acumulação das reservas em primeira mão e por consignações especulativas da China e da Índia. Esses mercados asiáticos, porém, logo se tornaram inviáveis.

[O jornal indiano] *The Calcutta Mice Current* de 7 de agosto de 1861 diz: “reservas estão se acumulando; desde nossa última edição, as entradas não estão a menos de 24.000.000 jardas de algodão liso. Informes advindos da metrópole revelam a existência de uma sequência de remessas que vão além de nossas

necessidades. *Enquanto este for o caso, não se pode esperar uma melhoria... O mercado de Mumbai, portanto, está significativamente saturado.*”

Algumas outras circunstâncias contribuíram, também, para a contração do mercado indiano. A última temporada de fome nas províncias do Noroeste foi sucedida pelas devastações da cólera, enquanto em toda a parte sul de Bengala as chuvas ininterruptas, que colocaram o interior abaixo d’água, danificaram seriamente as plantações de arroz. Cartas de Calcutá chegadas à Inglaterra na semana passada reportaram vendas a um preço líquido de 9,25 dólares por libra por fio 40, algo que não pode ser adquirido em Manchester por menos de 11,375 dólares. Enquanto isso, as vendas de tecidos para camisas [*shirtings*] de 40“ tiveram reduções de 7,5 dólares, 9 dólares e 12 dólares por peça, se as compararmos com os preços atuais em Manchester. O mercado chinês, igualmente, foi forçado a baixar os preços em função da acumulação de reservas de mercadorias importadas. Sob essas circunstâncias — com a demanda de manufaturas de algodão inglês caindo — seus preços não conseguem, é claro, seguir a par do aumento crescente dos preços do algodão bruto. Pelo contrário, a urdidura dos fios, a tecelagem e a estampagem do algodão deixam, em muitos casos, de compensar os custos da produção. Tomem, por exemplo, o seguinte caso referente à urdidura bruta, informado por um dos maiores fabricantes de Manchester:

	POR LIBRA	MARGEM DE VENDA	CUSTO DA URDIDURA
--	-----------	-----------------	-------------------

17/09/1860

Custo do algodão	6,25 dólares	4 dólares	3 dólares
------------------	--------------	-----------	-----------

	4 dólares	3 dólares	“
--	-----------	-----------	---

Trama 16 vendida por 10¼ dólares	“	“
----------------------------------	---	---

**LUCRO: 1 dólar por libra**

	9 dólares	2 dólares	3,5 dólares
--	-----------	-----------	-------------

17/09/1861

	“	“
--	---	---

Custo do algodão	9 dólares	
------------------	-----------	--

	2 dólares	3,5 dólares
--	-----------	-------------

Trama 16 vendida a 11	“	“
-----------------------	---	---

**PREJUÍZO: 1,5 dólar por libra**

O consumo do algodão indiano cresce rapidamente, e, com os preços subindo continuamente, o suprimento indiano subirá em proporções cada vez maiores; ainda assim, continua impossível mudar, em poucos meses, todas as condições de produção e reverter as tendências do mercado. A Inglaterra



está em vias, de fato, de pagar a multa por seu desgoverno duradouro no vasto império indiano. Os dois obstáculos principais em que hoje ela tropeça em suas últimas tentativas de substituir o algodão americano pelo indiano são a falta de comunicação e transporte dentro do território indiano, e a situação miserável do camponês hindu, que o torna inapto para aproveitar tais circunstâncias favoráveis. Os ingleses só podem agradecer a si próprios por essas duas dificuldades. A indústria moderna inglesa, de forma geral, teve por base dois pivôs igualmente monstruosos. Um deles foi a batata como o único meio de alimentar a Irlanda e grande parte da classe trabalhadora inglesa. Esse pivô foi devastado pela peste da batata e a catástrofe irlandesa subsequente. Grande parte da reprodução e manutenção de milhões de trabalhadores teve de receber assistência [da metrópole inglesa], portanto. O segundo pivô da indústria inglesa foi o algodão cultivado por escravos dos Estados Unidos. A atual crise estadunidense coage tal indústria a expandir suas fontes de suprimentos e emancipar o algodão de oligarquia procriadora e consumidora de escravos. Enquanto os fabricantes têxteis ingleses dependerem do produto cultivado por escravos, podemos verdadeiramente afirmar que se apoiarão em uma dupla escravidão: a escravidão indireta do homem branco na Inglaterra e a escravidão direta do homem negro no outro lado do Atlântico.

## A CRISE NA INGLATERRA

(Marx. Escrito em 1 de novembro de 1861)

*Die Presse*, número 305 de 6 de novembro de 1861

A Inglaterra se encontra hoje, como cinquenta anos atrás, perante uma catástrofe que ameaça atacar, na raiz, todo seu sistema econômico. Como sabemos, a *batata* era o alimento exclusivo da Irlanda e de uma parte considerável da classe trabalhadora inglesa, quando então a praga da batata de 1845 e 1846 atacou a fonte da vida irlandesa com podridão. Os resultados dessa enorme catástrofe são conhecidos. A população irlandesa diminuiu em dois milhões, da qual parte morreu de fome e outra fugiu pelo Oceano Atlântico. Simultaneamente, essa desgraça terrível contribuiu para a vitória do partido livre-cambista inglês; a aristocracia agrária [*land aristocracy*] inglesa foi forçada a sacrificar seus mais lucrativos monopólios, e a abolição das leis relativas aos cereais assegurou uma base mais ampla e mais saudável para a proliferação e a subsistência de milhões de trabalhadores.

O que a *batata* foi para a agricultura irlandesa é o *algodão* hoje para o ramo industrial dominante na Grã-Bretanha. Do processamento dele depende a subsistência de um contingente populacional mais numeroso que toda a população da Escócia, maior que dois terços da atual população da Irlanda. Segundo o censo de 1861, diga-se de passagem, a população da Escócia contava com 3.061.117 cabeças; a da Irlanda com apenas mais 5.764.543, ao passo que quatro milhões, na Inglaterra e Escócia, viviam direta ou indiretamente da indústria algodoeira. Só que, desta vez, não é a planta do algodão que está doente. Muito menos sua produção está sendo monopolizada por algum outro canto do mundo. Pelo contrário, não existe uma só planta que proveja fibras para o vestuário e que germine em áreas tão variadas na América, Ásia e África. O monopólio algodoeiro dos estados escravocratas da União estadunidense não é um monopólio estabelecido pela natureza, mas pela História. Ele cresceu e se desenvolveu ao mesmo tempo que o monopólio da indústria algodoeira inglesa sobre o mercado mundial. No ano de 1793, pouco depois da época das grandes descobertas mecânicas na Inglaterra, um *quaker* de Connecticut, Ely Whitney, inventou o *cotton gin* — o descaroçador de algodão —, capaz de separar a fibra das sementes de algodão. Antes de tal invento, toda a jornada de trabalho de um negro, por mais árdua que fosse, o permitia descaroçar uma libra de algodão cru. Depois da invenção do *cotton gin*, uma negra idosa tornou-se capaz de produzir tranquilamente cinquenta libras de algodão cru por dia; gradativamente melhorias no maquinário permitiram que sua eficácia dobrasse. Nesse momento, as amarras da cultura do algodão nos Estados Unidos foram desatadas. Ela cresceu vertiginosamente, lado a lado da indústria algodoeira inglesa, a ponto de transformar os EUA em uma grande potência comercial.

No curso desse desenvolvimento, a Inglaterra pareceu vez ou outra acuar perante o monopólio do algodão estadunidense, como se ele fosse um fantasma capaz de apresentar algum perigo. Um desses momentos se deu, por exemplo, quando a emancipação dos negros nas colônias inglesas foi comprada por 20.000.000 de libras esterlinas. Alguns acharam problemático o fato de a indústria de Lancashire e Yorkshire repousarem sob a soberania do chicote escravista da Geórgia e do Alabama, enquanto o povo inglês fazia grandes sacrifícios para abolir a escravidão em suas próprias colônias. A filantropia, sozinha, não faz a História, muito menos quando se trata da História comercial.

Dúvidas semelhantes surgiam a cada má colheita do algodão dos Estados Unidos; esse fenômeno natural era utilizado pelos escravagistas para elevar ao máximo o preço do algodão, mediante uma combinação ainda mais artificiosa de fatores. Por conseguinte, fiandeiros de algodão e tecelões ingleses passaram a ameaçar o “rei algodão” com rebeliões. Numerosos projetos visando a afiliação a provedores asiáticos e africanos de algodão vieram à tona. Foi o caso, por exemplo, de 1850. Entretanto, uma eventual boa colheita era suficiente para derrubar, vitoriosamente, quaisquer veleidades emancipatórias posteriores.

E mais: nos últimos anos, o monopólio algodoeiro estadunidense alcançou uma amplitude nunca antes imaginada — em partes em decorrência da legislação livre-cambista que aboliu a até então existente tarifa diferenciada para o algodão colhido por escravos; em partes em decorrência dos progressos gigantescos feitos tanto pela indústria algodoeira inglesa quanto pela cultura do algodão estadunidense durante o último decênio. Já no ano de 1857, o consumo de algodão subiu na Inglaterra para cerca de mil e quinhentos milhões de libras. De repente, a Guerra Civil Americana surgiu como ameaça a esse grande pilar da indústria inglesa. Enquanto a União bloqueava os portos dos estados sulistas para cortar as principais fontes de renda dos secessionistas (sua última colheita de algodão), a Confederação dotou tal bloqueio de força

coativa ao declarar que não exportaria mais um fardo sequer de algodão. Isso ela fez para obrigar a Inglaterra a ir buscar seu algodão pessoalmente nos portos do Sul. A Inglaterra, assim, porventura romperia o bloqueio à força, declarando guerra contra a União e desembainhando sua espada em prol dos estados escravistas.

Desde o início da Guerra Civil Americana, o preço do algodão vem crescendo progressivamente na Inglaterra, embora em um grau menor do que se esperou. Em geral, o universo inglês dos negócios pareceu encarar a crise americana com postura fleumática. O motivo por detrás de todo esse sangue frio foi evidente. Toda a última colheita americana já se encontrava há tempos na Europa. O produto de uma nova colheita jamais poderia ser transportado por navio antes do final de novembro, e tal transporte, em quantidade significativa, dificilmente atracaria antes do fim de dezembro. Até esse momento, era-lhes indiferente se os fardos de algodão permaneceriam retidos nas plantações ou já estariam prontos e empacotados nos portos do Sul. Caso o bloqueio cessasse em qualquer instante antes do final do ano, a Inglaterra poderia estar segura de que receberia sua habitual provisão de algodão em março ou abril, como se o bloqueio nunca houvesse ocorrido. O mundo dos negócios inglês, em grande medida ludibriado pela imprensa inglesa, entregou-se ao delírio de que o espetáculo bélico de cerca de seis meses terminaria com o reconhecimento, por parte dos Estados Unidos, da Confederação. No final de agosto, porém, norte-americanos apareceram no mercado de Liverpool para comprar, justo ali, algodão — em partes para fins de especulação na Europa, em partes para reenviá-lo para a América do Norte. Esse acontecimento sem precedentes abriu os olhos dos ingleses. Eles começaram a compreender a gravidade da situação.

Desde então, o mercado de Liverpool se encontra em uma agitação febril; o preço do algodão subiu quase 100% acima do nível médio; a especulação algodoeira assumiu a mesma fisionomia selvagem que outrora, em 1845, caracterizou a especulação ferroviária. As fábricas fiandeiras e de tecelagem em Lancashire e outros centros da indústria algodoeira britânica reduziram seu horário de funcionamento para três dias por semana; parte delas paralisou seu maquinário de vez. A reação de outros ramos da indústria não deixou de vir à tona, e toda a Inglaterra treme neste exato momento ante a aproximação da maior catástrofe econômica que a ameaçou até então.

O consumo de algodão *indiano* cresce, naturalmente, e os preços crescentes asseguram um influxo acelerado das importações desse vegetal advindas da pátria-mãe. Não obstante, digamos, até o fim de uns poucos meses, continua sendo impossível executar uma reviravolta nas condições de produção e na dinâmica do comércio. Com efeito, a Inglaterra está pagando agora por sua longa e péssima administração [colonial] na Índia. Suas atuais tentativas espasmódicas de substituir o algodão americano pelo algodão indiano esbarram em dois grandes obstáculos: a falta de meios de transporte e comunicação na Índia, e a condição miserável do campesinato hindu. Isso impede a Inglaterra de aproveitar as circunstâncias vantajosas da qual dispõe no momento.

Sem contar isso; sem contar o processo de aperfeiçoamento pelo qual o algodão indiano ainda tem de passar para poder tomar o lugar do americano, seriam necessários *anos*, sob circunstâncias atuais, para se produzir algodão no volume requerido para exportação. Só que dentro de *quatro meses* — isso é comprovado estatisticamente — a cota de algodão em Liverpool terá se esgotado. Ela só durará isso enquanto persistirem as limitações sobre jornada de trabalho a três dias por semana, e a paralisação total de parte do maquinário de uma parcela ainda maior das fábricas fiandeiras e de tecelagem na Grã-Bretanha. Tal procedimento já está expondo os distritos industriais à mais completa calamidade social. E se o bloqueio americano continuar depois de janeiro? E aí?

## COMÉRCIO BRITÂNICO

(Marx. *New York Daily Tribune*, 23/11/1861)

Escrito em 5 de agosto de 1859. Publicado pela primeira vez no *New-York Daily Tribune* de 19 de agosto de 1859

A Câmara Britânica de Comércio acabou de publicar os resultados das exportações dos primeiros seis meses do corrente ano, embora os valores informados das importações incluam apenas os cinco meses que se encerraram em 31 de maio.<sup>[1]</sup> Comparando os períodos correspondentes dos anos de 1858 e 1859, pode-se verificar que, com pequenas exceções que não merecem menção, as importações britânicas procedentes dos Estados Unidos, no geral, decresceram pelo menos no que diz respeito ao valor, ao passo que as exportações britânicas para o país se elevaram tanto em quantidade quanto em valor. Para ilustrar este fato, extraímos as informações constantes da tabela seguinte dos registros oficiais:

### EXPORTAÇÕES BRITÂNICAS PARA OS ESTADOS UNIDOS DURANTE O PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO NO DIA 30 DE JUNHO

Artigos	Quantidades.		Valor declarado (em libras esterlinas).	
	1858	1859	1858 £	1859 £
Algodão(em jardas)	60.150,771	110.360,198	1.031,724	1.924,951
Equipamentos e ferragens (por centenas de unidades)	35.349	78.432	242.914	534.107
Linho (em jardas)	17.379,691	31.170,751	515.416	961.956
Tonéis de ferro gusa	22.745	39.370	68.640	111.319
Barra, parafuso e haste	21.463	56.026	175.944	457.384
Ferro fundido	9.153	19.368	113.436	238.903
Chapas e pregos (por centenas de unidades)	5.293	15.522	28.709	77.840
Tonéis de chumbo	1.214	1.980	27.754	44.626
Óleo, (semente) (em galões)	411.769	930.784	50.950	111.103
Seda manufaturados (em libras)	47.101	134.470	51.277	144.417
Roupas de lã	76.311	81.686	273.409	421.006
Mistura de lã	13.897,331	30.893,901	562.749	1.188,859
Tecido de lã penteada	185.129	489.171	229.981	758.914
Louça e porcelana	-	-	168.927	279.407
Miudezas e chapelaria	-	-	456.364	861.921
Folha de flandres	-	-	397.027	607.011

### IMPORTAÇÕES BRITÂNICAS DOS ESTADOS UNIDOS NO PERÍODO DE CINCO MESES ENCERRADO EM 31 DE MAIO

Artigos	1858	1859
Trigo	£371,452	£7,013

Farinha de trigo e farinha de milho	693,847	14,666
Algodão (bruto)	11,631,523	10,486,418

Os resultados das exportações britânicas apresentam, de forma geral, um crescimento não apenas em 1858, mas também em 1857, como se pode observar na informação seguinte:<sup>[2]</sup>

EXPORTAÇÕES BRITÂNICAS NOS SEIS MESES ENCERRADOS EM 30 DE JUNHO		
Valor declarado (em libras esterlinas)		
1857	1858	1859
60.826,381	53.467,804	63.003,159

Uma observação mais atenta, no entanto, deixa claro que não apenas o crescimento total do valor das exportações de 1859, em relação ao ano de 1857, deve-se à extensão do comércio com a Índia, mas também que haveria um declínio de mais de 2000 libras esterlinas no comércio de exportação do Reino Unido — em comparação com o do ano de 1857 — caso a Índia não houvesse contrabalançado aquele déficit. Entretanto, no plano do comércio mundial, ainda não desapareceram todos os traços da crise de 1857. A característica mais importante dos resultados da Câmara de Comércio é, indubitavelmente, o rápido desenvolvimento do comércio britânico com as Índias Orientais. Ilustremos este fato, utilizando, em primeiro lugar, as estatísticas oficiais:

	1856	1857	1858	1859
Cerveja	210,431	130,213	474,438	569,398
Algodão, chita e cia	2.554,976	3.116,869	4.523,849	6.094,433
Fio de algodão	579.807	540.576	967.332	1.280,435
Louça de barro e porcelana	30.374	23.521	43.975	43.195
Artigos de armarinho e chapelaria	39.854	70.502	77.319	105.723
Ferragens e talheres	84.758	101.083	139.813	153.423
Selaria e arreios	12.339	15.587	35.947	19.498
Máquinas, motores a vapor e de outros tipos [3]	37.503	54.074	59.104	100.803
	156.028	313.461	170.959	179.255
Ferro, barra, ferrolho e haste (para uso exclusivo das estradas de ferro)	506.201	228.838	166.321	172.725
	-	272.812	475.413	578.749
Ferro ferroviário, ferro forjado (exclusive para estradas de ferro)	266.355	217.484	192.711	242.213
Cobre—em estado bruto	62.928	34.139	9.018	51.699
Chapas e pregos	144.218	228.325	318.381	205.213
Sal	23.995	31.119	21.849	4.468
Artigos de papelaria	66.495	79.968	86.425	89.711
Roupas de lã	96.045	166.509	202.076	174.826

Total	4.872,307	5.625,080	7.964,930	10.065,767
-------	-----------	-----------	-----------	------------

Recordemos que, durante cerca de 16 anos — entre 1840 e 1856 — as exportações britânicas para a Índia estiveram, no geral, estagnadas; ainda que registrassem por vezes um pequeno aumento, em outras ocasiões, desceu abaixo da cifra de 8000 libras esterlinas. É surpreendente constatar que este comércio, outrora estacionário, dobrou no curto intervalo de dois anos e que este súbito progresso teve lugar no curso de uma atroz Guerra Civil.<sup>[4]</sup> A indagação sobre essa expansão do comércio dever-se à circunstâncias temporárias ou a um crescimento genuíno da demanda Indiana deriva de seu interesse peculiar na presente conjuntura das finanças indianas, que obrigam o governo britânico a solicitar ao parlamento autorização para a contratação de um novo empréstimo para os indianos em Londres, o qual concomitantemente induz até mesmo *The London Times* a questionar se afinal de contas Inglaterra não deveria se confinar às três velhas províncias e devolver o restante da península ao governo dos próprios nativos.<sup>[5]</sup>

Com a escassa documentação que temos diante de nós, seria impossível chegar a um juízo categórico quanto ao caráter desta súbita expansão das exportações britânicas para a Índia. Porém, todos os dados conhecidos nos inclinam à opinião de que circunstâncias transitórias dilataram, por assim dizer, aquele comércio para além de suas dimensões orgânicas. Em primeiro lugar, somos incapazes de descobrir qualquer movimento peculiar nas importações britânicas procedentes da Índia que pudesse conduzir a um incremento das exportações daquele país. Houve crescimento em alguns artigos, mas foi praticamente compensado pelo decréscimo em outros e, de maneira geral, as oscilações das exportações indianas são fracas demais para explicar, de uma maneira ou de outra, as mudanças repentinas nas exportações para lá. A Guerra Civil, portanto, deve ter ajudado os ingleses a explorar países anteriormente pouco conhecidos, tendo o soldado, deste modo, preparado o caminho para o comerciante. Ademais, vem ocorrendo na Índia, nos últimos anos, importação e acumulação excessiva de prata, fazendo que mesmo os hindus, de certo modo vivificados pelas cenas de excitação que acabaram de se desenrolar, fossem devassados em sua mania de entesouramento e levado, até certo ponto, a gastar a prata em lugar de enterrá-la. Ainda assim, não temos segurança para enfatizar demais tais hipóteses, especialmente porque, por outro lado, nos salta aos olhos o fato positivo representado pelo aumento dos gastos governamentais extraordinários ao montante de 14.000 libras esterlinas. Este estado de coisas, conquanto seja suficiente para explicar o crescimento repentino do comércio de exportação da Inglaterra com a Índia, dificilmente pode sugerir uma continuação prolongada deste novo movimento. O efeito mais duradouro deverá ser a completa destruição da indústria nativa da Índia, visto que, como o leitor pode constatar através das informações da última tabela, o superávit das exportações britânicas para a Índia se deve principalmente à invasão dos algodões e fios de algodão britânicos. O excesso de negociação por parte de Manchester também deve, em alguma medida, ter contribuído para amplificar os números da tabela de exportação britânica.

## NOTAS

[1] "Accounts Relating to Trade and Navigation for the Six Months Ended June 30, 1859"; "Real Value of the Principal Articles Imported. An Account of the Computed Real Value of the Principal Articles of Foreign and Colonial Merchandise Imported in the Five Months Ended 31st May 1859", *The Economist*, No. 831 (supplement), 30/07/1859.

[2] "The Board of Trade Returns for the Half-Year Ending June 30, 1859", *The Economist*, No. 831, 30/06/ 1859.

[3] As cifras desta linha faltam no *New-York Daily Tribune* e foram incluídas aqui de acordo com o *The Economist*, No. 831, 30/07/ 1859.

[4] Referência à insurreição Indiana de 1857-1859 contra o domínio britânico. Nos anos 1857-1859, a Índia foi o cenário de uma grande insurreição popular contra os britânicos, a qual foi deflagrada na primavera de 1857 no seio das unidades de Sipaios do exército de Bengala e se espalhou por extensas áreas do norte e do centro do país. Sua força principal esteve entre os camponeses e os artesãos urbanos pobres. Dirigida pelos senhores feudais locais, acabou

derrotada devido à falta de unidade do país, às diferenças de casta e de religião e também graças à superioridade técnica e militar dos colonizadores.

[5] *The Times*, No. 23375, 3/8/ 1859 (artigo principal).

## A PROPÓSITO DA CRISE DO ALGODÃO

(Marx. Escrito no início de fevereiro de 1862)

*Die Presse*, número 38 de 8 de fevereiro de 1862

Há alguns dias ocorreu o encontro anual da Câmara de Comércio de Manchester. Ela representa Lancashire, o maior distrito industrial do Reino Unido e posto principal da manufatura algodoeira britânica. O presidente do encontro, o senhor E. Potter, e seus principais oradores, os senhores Bazley e Turner, representam Manchester e uma parcela de Lancashire na Câmara Baixa. Com base nas negociações do encontro, chegou a nosso conhecimento, portanto, qual é a postura *oficial* do grande núcleo da indústria algodoeira inglesa em relação à crise americana, direto dos bastidores do “Senado da nação”.

Na reunião da Câmara de Comércio do *ano passado*, Ashworth, um dos maiores barões do algodão na Inglaterra, celebrou a expansão inédita da indústria do algodão do último decênio. Ele ressaltou, a saber, que mesmo as crises comerciais de 1847 e 1857 não desencadearam uma queda na exportação algodoeira e de têxteis ingleses. Ele explicou esse fenômeno atribuindo-o ao poder milagroso do sistema de livre comércio introduzido em 1846. Ainda assim, soou curioso o fato de que o mesmo sistema, apesar de incapaz de salvar a Inglaterra das crises de 1847 e 1857, pudesse isolar uma indústria inglesa *específica*, a indústria do algodão, do impacto da crise.

Mas o que se ouve hoje? Todos os palestrantes, incluindo Ashworth, admitem que uma transformação inaudita dos mercados asiáticos vem se realizando desde 1858, e que, como resultado de uma *superprodução* maciça e contínua, a atual estagnação deveria ter ocorrido — mesmo sem a Guerra Civil Americana, sem as tarifas de Morrill e os embargos. Se, sem essas circunstâncias agravantes, o déficit de exportações do ano passado teria atingido £ 6 milhões, é obviamente discutível. Contudo, a possibilidade não parece improvável quando ouvimos que os principais mercados da Ásia e da Austrália estão sendo abastecidos com algodão inglês há 12 meses.

A crise anterior no setor algodoeiro inglês é, segundo a admissão da Câmara de Comércio de Manchester a respeito *deste* quesito, resultado não do bloqueio americano, mas da superprodução inglesa. Quais seriam, contudo, as consequências de uma continuação da Guerra Civil Americana? Novamente, obtemos uma resposta unânime para tal pergunta: o sofrimento desmesurado da classe trabalhadora e a ruína dos pequenos fabricantes.

“Em Londres”, observou Cheetham, “dizem que ainda temos algodão o bastante para continuar produzindo. Mas não é só o algodão que está em jogo. Acima de tudo, é o seu *preço*. A preços atuais eventualmente consumirão o capital dos fabricantes”.

No entanto, a Câmara de Comércio afirma estar decididamente *contra qualquer sorte de intervenção* nos Estados Unidos, embora a maioria de seus membros seja suficientemente controlada pelo *Times* para considerar a dissolução da União algo inevitável.

“A última coisa”, diz Potter, “que poderíamos recomendar seria a intervenção. O último lugar de onde essa proposta viria é Manchester. Nada nos fará recomendar algo moralmente reprovável como isso”.

O senhor *Bazley*:

“O conflito americano deve aderir ao princípio mais severo de não-intervenção. O povo desse grande país deve acertar seus próprios assuntos sem tamanha perturbação.”

O senhor *Cheetham*:

“A opinião predominante neste distrito resiste da forma mais resoluta a qualquer intervenção no conflito americano. É necessário declará-lo com clareza, pois, em caso de dúvida, uma pressão extraordinária seria exercida sobre o governo pela oposição”.

O que, então, a Câmara de Comércio recomendou? Que o governo inglês removesse todos os obstáculos da parte da administração que ainda impediam a cultura do algodão na *Índia*. Ou seja, ele deveria cancelar o imposto de importação em 10% que incide sobre os fios e tecidos de algodão ingleses na Índia. Mal o regime da Companhia das Índias Orientais for eliminado, a Índia Oriental foi incorporada ao Império



Britânico e Palmerston, através do Sr. Wilson, introduziu o imposto de importação nas marcas inglesas ali, ao mesmo tempo em que vendia Savoy e Nice no acordo comercial anglo-francês.<sup>[1]</sup> Enquanto o mercado francês estiver aberto para a indústria inglesa, o mercado das Índias Orientais lhe permanecerá, em grande parte, fechado.

O Sr. Bazley notou, nesse tocante, que grandes quantidades de máquinas inglesas haviam sido exportadas para Bombaim e Calcutá desde a introdução desse imposto, e que fábricas ao estilo inglês haviam sido ali construídas. Elas estavam preparadas para surrupiar o melhor algodão indiano para si. Se você adicionar 15% de frete aos 10% de imposto de importação, os rivais artificialmente evocados pela iniciativa do governo inglês terão uma tarifa de proteção [alfandegária] de 25%.

De certa maneira, fala-se de um amargo descontentamento na reunião dos grandes dignitários da indústria inglesa, a saber, a respeito da tendência protecionista que está se tornando cada vez mais comum nas colônias, especialmente na Austrália. Os cavalheiros esquecem que as colônias protestaram por um século e meio em vão contra o “sistema colonial” da metrópole. Já naquela época as colônias exigiam livre comércio. A Inglaterra insistiu na proibição. Agora, a Inglaterra está pregando o livre comércio e as colônias acham a proteção contra a própria Inglaterra mais adequada aos seus interesses.

## NOTAS

[1] A Companhia Holandesa das Índias Orientais, outrora um dos empreendimentos imperialistas mais rentáveis da Europa, foi à falência em 1798. Boa parte de seu território (a atual Malásia, Filipinas, Papua Nova Guiné e a parcela das ilhas Molucas, na Indonésia) foi tomada pela Grã-Bretanha logo após as Guerras Napoleônicas, facilitando o domínio sobre as importantes rotas comerciais que ligam a Índia ao Sudeste Asiático. Nice e Savoy, territórios atualmente pertencentes à França, foram anexados pelo Império Britânico em 1860, mas devolvidos como parte dos trâmites no acordo comercial anglo-francês ao qual o autor se refere.

# O PROTESTO DE RUSSELL CONTRA A INDELICADEZA AMERICANA. O ENCARECIMENTO DOS GRÃOS

(Marx. *Die Presse*, número 233 de 24 de agosto de 1862)

Londres, 20 de agosto de 1862

O Lorde John Russell é conhecido entre os ingleses como o *letter writer*, o escritor de cartas. Em sua última correspondência oficial com o Senhor Stuart,<sup>[1]</sup> ele reclamou dos insultos contra a “Velha Inglaterra” nos jornais estadunidenses. Até tu, Brutus! É impossível falar em privado com um inglês respeitável que não fique de pernas para o alto com esse *tour de force*! Sabe-se que o jornalismo inglês, de 1789 a 1815, quebrou todos os recordes em seus ataques de nervos odiosos contra a nação francesa. Além disso, ele quebrou seu próprio recorde, no ano que se passou, por sua “maligna brutalidade” contra os Estados Unidos! Uns poucos exemplos recentes são o suficiente.

“Prestamos”, diz o *Times*, “todo o suporte moral a nossos parentes [os escravocratas sulistas] que estão lutando tão brava e duradouramente por sua liberdade contra uma raça mestiça de ladrões e opressores”.

O *Evening Post* de Nova York (o órgão dos abolicionistas) faz a seguinte observação a respeito:

“Será que esses escrevinhadores ingleses, esses descendentes de bretões, dinamarqueses, saxões, celtas, normandos e holandeses, são tão *puro sangue* assim que todos os outros povos são *mestiços* em comparação a eles?”

Logo após a publicação da passagem acima, o *Times* chamou o presidente Lincoln, em fonte Garamond, um “respeitável arlequim”; seus ministros “um bando de canalhas e pé-rapados” e o exército dos Estados Unidos “um exército cujos oficiais são picaretas ianques e os soldados, ladrões alemães”. E o Lorde John Russell, não contente com os louros de suas epístolas ao bispo de Durham e Sir James Hudson em Turin, ousa falar em sua carta a Stuart dos “insultos da imprensa norte-americana” contra a Inglaterra.

Porém, há um porquê de árvores não chegarem até o céu.<sup>[2]</sup> Apesar da impertinência maligna e rancor horrendo, a Inglaterra oficial manterá a paz com os “picaretas ianques” e limita sua profunda simpatia, em frases sem valor, para os grandiosos vendedores de sangue humano do Sul, além de empreendimentos isolados de contrabando. Isso porque o aumento do preço dos grãos não é algo com que se brinca, e qualquer conflito com os ianques agora adicionaria uma falta de alimentos à falta atual de algodão.

A Inglaterra há muito deixou de viver de sua própria produção de grãos. Em 1857, 1858 e 1859 ela importou grãos e farinha a uma quantia de 66 milhões de libras, e em 1860, 1861 e 1862, por 118 milhões de libras esterlinas. A quantidade de grãos e farinha importados em 1839 foi de 10.278.774 *quarters*.<sup>[3]</sup> E então 14.484.976 *quarters* em 1860 e 16.094.914 *quarters* em 1861. Somente nos últimos cinco anos, portanto, as importações de grãos aumentaram em 50%.

No momento, de fato, a Inglaterra já cobriu metade de sua necessidade de grãos mediante importações. Há bastante chance de, no ano que vem, ela adicionar pelo menos 30% a tal importação. Queremos dizer, 30% no valor de custo, já que a enorme colheita nos Estados Unidos prevenirá qualquer aumento excessivo nos preços de grãos. Relatos numerosos de todos os distritos agrícolas recém-publicados pelo *Mark Lane Express* e a *Gardeners Chronicle and Agricultural Gazette* provam, virtualmente, que a colheita de grãos deste ano será 25% a 33% menos produtiva do que a colheita mediana. Logo após o tratado de paz de 1815, o Lorde Brougham disse que a Inglaterra, por sua dívida nacional de um bilhão, assumiria o “bom comportamento” de governos europeus; o déficit da safra de grãos deste ano dá aos Estados Unidos a melhor garantia de que a Inglaterra “não perturbará a paz da rainha”. [...].<sup>[4]</sup>

## NOTAS

[1] Publicada na coluna “Foreign-office, July 28, 1862”. *The Times*, número 24434, 13/08/1862.

[2] Aqui se trata de uma expressão idiomática alemã que quer dizer: há um limite para todo sucesso.

[3] Um *quarter* = 12,7 quilogramas.

[4] O trecho restante do artigo lida com as campanhas de independência da Itália e, por fugir do escopo de nossa seleção, foram omitidas.

## **Seção III. Questões de política interna e sociedade**

# INTRODUÇÃO

por Felipe Vale da Silva

Lincoln e McClellan protagonizam esta fase das análises. Como o PREFÁCIO deste volume mostra, Engels e Marx discordaram por toda a duração da guerra a respeito da importância da figura de Lincoln e os caminhos da União sob sua liderança: ao lermos os artigos em questão, todos escritos no segundo ano da guerra, constatamos quão frágil era a posição de Lincoln como líder. Se deu à Guerra Civil Americana o desfecho próprio de uma revolução social, uma “segunda Guerra de Independência” contra o passado colonial, responsável por alterar, ao menos formalmente, a noção de cidadania dentro do jovem país. Houve momentos em que Marx foi bastante crítico perante a hesitação do presidente em realizar sua missão. Para fazê-lo, era preciso limpar sua base política de elementos pró-escravidão (como foram muitos de seus aliados): daí a importância da demissão de George B. McClellan, um militar pouco afeito a ideias abolicionistas, exonerado de seu cargo no final de 1862.

Ademais, os artigos em questão mostram a composição mista das tropas de ambos os lados, revelando a multiplicidade de motivações por detrás da causa do Norte.

•

## ASSUNTOS AMERICANOS

(Marx. *Die Presse*, número 61, 3 de março de 1862)

Escrito em 26 de fevereiro de 1862

O presidente Lincoln não ousa dar um passo à frente sem que o curso dos acontecimentos e o clamor generalizado da opinião pública proibam-no hesitar por mais tempo. Mas uma vez que o “Old Abe” se convence de que tal ponto chegou, então surpreende tanto amigos quanto inimigos com uma operação repentina, conduzida com o menor ruído possível. Assim, há pouco e da maneira mais sorrateira foi levado a cabo um golpe que, há seis meses, talvez tivesse lhe custado a cadeira de presidente, e que há um mês teria suscitado uma tempestade de debates. Estamos falando da destituição de McClellan do posto de comandante-chefe dos exércitos da União.

Em primeiro lugar, Lincoln substituiu o ministro da guerra Cameron, um jurista enérgico e implacável, pelo Sr. Edwin Stanton. Este despachou imediatamente uma ordem do dia aos generais Buell, Halleck, Butler, Sherman, dentre outros comandantes de departamentos ou condutores de expedições, comunicando que no futuro todas as ordens públicas ou secretas chegariam diretamente do Ministério da Guerra, e que deveriam responder diretamente ao dito ministério. Por fim, Lincoln expediu algumas ordens assinando-as como *Commander in chief of the Army and Navy* [Comandante chefe do exército e da marinha], atributo que lhe é conferido pela Constituição. Dessa forma tranquila o “jovem Napoleão” foi despojado do comando supremo que até então exercia sobre as forças armadas *reunidas*, sendo reduzido ao comando exclusivo do exército do Potomac, embora tenha conservado o título de *Commander in chief*. Os êxitos obtidos no Kentucky, Tennessee e na costa atlântica inauguraram favoravelmente a subida do presidente Lincoln ao comando supremo.

O posto de *Commander in chief*, ocupado até então por McClellan, foi legado aos Estados Unidos pela Inglaterra, e corresponde mais ou menos à dignidade de um grande *connétable* no antigo exército francês. Já durante a Guerra da Crimeia, a própria Inglaterra descobriu que essa velha instituição estava um tanto ultrapassada. Realizou-se, pois, um acordo, graças ao qual parte das atribuições do *commander in chief* foi transmitida ao Ministério da Guerra.

Carecemos de mais material necessário para julgar a tática fabiana de McClellan no Potomac. Mas não restam dúvidas de que sua atuação foi um estorvo no direcionamento das operações militares como um todo. Pode-se dizer de McClellan o que Macaulay dizia de Essex:

“Os defeitos militares de Essex advém essencialmente de suas apreensões políticas. Ele foi honesto, mas de forma alguma esteve fortemente ligado à causa do parlamento; a única coisa que temia mais do que uma grande derrota era uma grande vitória”.

McClellan, como a maioria dos oficiais formados em West Point pertencentes aos exércitos regulares, encontra-se mais ou menos ligado por *esprit de corps* aos antigos camaradas que agora residem no campo inimigo. Eles são inspirados pelo mesmo ciúme dos *parvenus* que existem em meio aos “soldados civis”. Na visão deles, a guerra deve ser conduzida de forma estritamente técnica, como uma transação comercial, tendo em vistas sempre restaurar a União sobre sua antiga base; para eles convém antes de tudo manterem-se à margem de quaisquer tendências formulaicas e revolucionárias. Uma bela abordagem sobre uma guerra que é, em essência, uma guerra de princípios! Os primeiros generais do parlamento inglês caíram no mesmo equívoco.

“Mas”, diz Cromwell em seu discurso de 4 de julho de 1653 ao Parlamento Manco, “como tudo mudou assim que homens que reconheciam um princípio de Divindade e de religião subiram ao topo!”

O *Star* de Washington, órgão particular de McClellan, declara ainda em seu último número:

“O alvo de todas as maquinações militares do general McClellan é o restabelecimento da União no formato existente antes do advento da rebelião”.

Não é de surpreender, portanto, que no Potomac o exército se dedique, sob os olhares de seu oficial-general, à captura de escravos! Bem recentemente McClellan mandou expulsar do acampamento, via ordem especial, a família de músicos Kutchinson — e isso por cantarem canções antiescravistas.

A parte de tais manifestações “contrárias às tendências”, McClellan estendeu sua proteção redentora até mesmo para traidores dentro do exército da União. Ele, por exemplo, conferiu a Maynard um posto mais alto na hierarquia, apesar de Maynard ter atuado como agente dos secessionistas, como se provou mediante documentos oficiais do comitê de investigação da Câmara dos Representantes. Nos casos do general Patterson, cuja traição foi decisiva para a derrota em Manassas, e do general Stone, que organizou a derrota de Balls Bluff em direta conivência com o inimigo, McClellan tratou de subtrair os traidores militares do tribunal de guerra, e até mesmo impediu que fossem destituídos de seus cargos. O comitê de investigação do Congresso revelou fatos ainda mais surpreendentes a esse respeito. Lincoln decidiu mostrar, por meio de uma medida enérgica, que com sua tomada do comando superior a hora dos traidores havia chegado; chegara a hora de virada na política de guerra. Por ordem sua, o general Stone foi preso em seu leito no dia 10 de fevereiro às 2 da manhã e transportado ao Forte Lafayette. Algumas horas mais tarde chegou a ordem de detenção assinada por Stanton, que continha o veredito de “alta traição”, expedido pelo Tribunal da Guerra. A detenção de Stone e a instauração de seu processo ocorreram sem que o general McClellan fosse previamente informado.

McClellan estava claramente decidido, enquanto permanecesse ocioso e trajasse sua coroa de louros (conferida, aliás, antes da hora), a não permitir que outro general desse um golpe antecipado. Os generais Halleck e Pope prepararam um movimento combinado para coagir o general Price a uma batalha decisiva — o mesmo Price que já uma vez fora salvo por Frémont mediante uma intervenção vinda de Washington. Um telegrama de McClellan os proibiu de levar a ofensiva adiante. Por meio de um telegrama similar, o general Halleck foi obrigado a “desconsiderar a ordem” de tomar o Forte Columbus no momento em que se encontrava prestes a cair. McClellan havia proibido expressivamente que os generais do Oeste trocassem correspondência. Todos eles tinham de se voltar primeiramente a Washington sempre que se tratava de coordenar uma operação conjunta. O presidente Lincoln acaba, agora, de lhes restituir a tão necessária liberdade de agir.

A prova do quão benéfica para a secessão foi a política bélica de McClellan encontra-se nos panegíricos que o *New York Herald* lhe dirigiu sem descanso. Ele é o herói do *Herald*. O notório Bennett, proprietário e redator-chefe do *Herald*, liderou na época da administração de Pierce e Buchanan por intermédio de seus “representantes especiais”, também chamados de correspondentes em Washington. Sob a administração de Lincoln, buscou reconquistar o mesmo poder insinuando-se por meio de seu “representante especial”, Dr. Ives, um sulista e irmão de um oficial desertor dos Confederados, e tudo com o fim de cair nas graças de McClellan. Grandes liberdades esse Ives deve ter gozado sob a patronagem de McClellan, sobretudo na época em que Cameron se encontrava no topo do Ministério da Guerra. Aquele [Ives] esperava, evidentemente, que Stanton lhe concedesse os mesmos privilégios e, por conseguinte, apresentou-se em 8 de fevereiro no escritório do Ministério da Guerra, onde o ministro e alguns membros do Congresso discutiam medidas bélicas. Estes lhe apontaram a porta de saída. Antes de bater em retirada, ele subiu em seus tamancos, voltando-se para os presentes com a ameaça de que o *Herald* abriria fogo contra o atual Ministério da Guerra caso este retirasse seu “privilégio especial” (a saber: o privilégio de receber informações sobre as deliberações de gabinete, telegramas, informações gerais e notícias da guerra). Na manhã seguinte, em 9 de fevereiro, o Dr. Ives reuniu todo o estado maior de McClellan para um café da manhã regado a champanhe. A desgraça, todavia, não tardou a chegar. Um suboficial, acompanhado de seis homens, adentrou o recinto, dominou o violento Ives e o levou para o Forte MacHenry, onde — como dito expressamente na ordem do ministro da guerra — está sendo mantido “sob estrita custódia na qualidade de espião”.

# MANIFESTAÇÕES ABOLICIONISTAS NA AMÉRICA

(Marx. *Die Presse*, 30 de agosto de 1862)

Londres, 22 de agosto de 1862

Faz algum tempo que chamamos a atenção nesta coluna para o fato de que o presidente Lincoln – em razão de seus escrúpulos jurídicos, seu espírito mediador e constitucionalista, suas origens e ligações com o estado fronteiro escravagista do Kentucky – tem tido grande dificuldade para escapar do controle dos escravagistas “leais”. Contudo, ao tentar evitar qualquer ruptura aberta com eles, acaba por suscitar um conflito com os elementos mais consequentes no domínio dos princípios, no interior dos partidos do Norte, fazendo com que esses elementos sejam empurrados sistematicamente para o primeiro plano dos acontecimentos. Pode-se considerar como um prólogo do conflito o discurso proferido por Wendell Phillips em Abington, Massachusetts, por ocasião do aniversário da emancipação dos escravos nas Índias Ocidentais britânicas.

Juntamente com Garrison e G. Smith, Wendell Phillips é o chefe dos abolicionistas da Nova Inglaterra. Durante trinta anos ininterruptos e colocando em risco a própria vida, ele tem sustentado o grito de combate pela emancipação dos escravos, apesar das chacotas da imprensa, dos rugidos de ódio dos capangas remunerados e dos apelos conciliadores de alguns de seus amigos. Seus próprios adversários reconhecem nele um dos grandes oradores do Norte: ele alia uma vontade de ferro a uma energia indomável e uma probidade inquestionável. A edição de hoje do *Times* de Londres – o que poderia caracterizar melhor este magnânimo jornal? – denuncia o discurso de Wendell Phillips em Abington ao governo de Washington, por “abuso” da liberdade de expressão

É difícil imaginar (diz o *Times*) alguma coisa mais violentamente desmedida. Jamais em tempos de Guerra Civil em nenhum outro país, um homem de espírito são e apreciador do valor da vida e da liberdade pronunciou palavras de uma audácia tão insana. Ao ler o discurso é inevitável concluir que o objetivo do orador é forçar o governo a perseguir Phillips.

E o *Times*, em detrimento de (ou talvez por causa de) seu ódio pelo governo da União, parece um tanto inclinado a desempenhar o papel de promotor público.

Na situação atual, o discurso de Wendell Phillips em Abington é mais importante do que um boletim de campanha. Por isto, reproduzirei aqui as passagens mais impressionantes.

O governo luta pela manutenção da escravidão, por essa razão está lutando em vão. Lincoln conduz a guerra como um político. Mesmo neste momento, ele tem mais temor do Kentucky do que do Norte inteiro. Ele confia no Sul. Quando alguém pergunta aos negros dos campos de batalha do Sul, se eles se sentem amedrontados pelo dilúvio de ferro e fogo que se abate sobre a terra e faz as árvores em pedaços, ouve a seguinte resposta: “Não, *massa (monsieur)*, sabemos que isto não nos diz respeito!” Os rebeldes poderiam dizer a mesma coisa das bombas de McClellan. Eles sabem que elas não têm por finalidade lhes fazer qualquer mal. Não digo que McClellan seja um traidor, porém que, se fosse um traidor, não agiria de maneira diferente. Não temam por Richmond: McClellan não vai tomá-la. Se continuarmos a conduzir a guerra dessa maneira, destituída de princípios, não faremos senão desperdiçar em vão o sangue e o ouro. Melhor seria conceder imediatamente a independência do Sul do que pôr em perigo uma única vida humana em uma guerra fundada sob a execrável política atual. São necessários 120 mil homens e 1 milhão de dólares por dia para conduzir a guerra nas condições atuais.

Mas vocês não conseguirão se livrar do Sul. Como dizia Jefferson: “Os Estados do Sul seguram o lobo pelas orelhas, mas não podem nem prendê-lo e nem soltá-lo”.<sup>[1]</sup> Da mesma maneira, nós temos um Sul no lugar das orelhas, sem que dele possamos nos apoderar, nem nos desembaraçar. Reconheçam-no amanhã e isto não trará a paz. Durante oitenta anos o Sul tem convivido conosco, temendo-nos metade do tempo, odiando-nos a outra metade, sempre criando problemas e tirando vantagens. Tornou-se presunçoso pela aceitação de suas reivindicações atuais, não se conteria um só ano no interior de uma linha de fronteira imaginária. Não! No instante em que falássemos de condições de paz, eles proclamariam vitória! Até que a escravidão seja eliminada, não pode haver paz! Enquanto mantiverem estas tartarugas à frente do atual governo, o buraco que vocês abrirem com uma mão terão de fechar com a outra. Permitam que toda a nação endosse as decisões da Câmara de Comércio de Nova York: <sup>[2]</sup> assim o exército terá motivos reais para se bater em combate. Mesmo se Jefferson Davis tivesse poder, ele não se apoderaria de Washington. Ele sabe muito bem que a bomba que cairia sobre esta Sodoma levantaria o conjunto da nação, fazendo com que o Norte inteiro gritasse com voz de trovão: “Abaixo a escravidão! Abaixo todos aqueles que criam obstáculos ao bem-estar da república!”.

Porém, Jefferson Davis está plenamente satisfeito com os resultados que tem obtido. Eles ultrapassam todas as suas expectativas. Se continuar manobrando com sucesso até 4 de março de 1863, a Inglaterra – de forma bastante previsível – reconhecerá a Confederação do Sul [...]

O presidente não colocou em prática a lei sobre os confiscos. Ele pode ser honesto, mas sua honestidade não tem nada a ver com este assunto. Ele não possui visão nem previsão. Durante minha permanência em Washington, pude me aperceber que já fazia três meses que Lincoln havia redigido a proclamação da emancipação geral dos escravos. McClellan o fez adiar tal decisão através da intimidação, ao passo que os representantes do Kentucky lhe impuseram McClellan, em quem não depositava a menor confiança. Serão necessários muitos anos até que Lincoln aprenda a combinar seus escrúpulos legalistas de advogado com as necessidades inerentes da Guerra Civil. Eis a terrível situação de um governo, e seu mal maior.

Na França uma centena de homens convencidos da justeza de sua causa arrastaram consigo toda uma nação.<sup>[3]</sup> Mas, para que nosso governo possa dar um passo, é necessário que antes 19 milhões de pessoas se ponham em movimento. Ora, ao longo dos anos, estes milhões de seres humanos ouviram a pregação que dizia que a escravidão era uma instituição abençoada por Deus. Com tais prejuízos, que amarram o coração e as mãos, vocês pedem ao presidente que os salve dos negros. Se esta teoria estiver correta, somente o despotismo escravagista poderá assegurar uma paz temporária [...]

Eu conheci Lincoln. Pude avaliá-lo em Washington: trata-se de uma mediocridade de primeira categoria. Ele espera honestamente, como uma boa vassoura, que a nação o tome nas mãos e varra embora a escravidão. No ano passado, não muito longe da tribuna onde estou falando no dia de hoje, disparos de morteiro feitos por conservadores tentaram sufocar minha voz. Qual foi o resultado?

Os filhos daqueles conservadores agora cavam suas próprias sepulturas nos pântanos de Chikahominy. Dissolvam esta União em nome de Deus e substituam-na por uma nova, em cujo frontispício vocês escreverão: Liberdade política para todos os homens da terra. Durante minha permanência em Chicago, solicitei aos juristas de Illinois que haviam conhecido Lincoln que me dissessem que tipo de homem ele era. Em vez de me dizer não, a resposta de um deles foi: ele não tem espinha dorsal. Se os americanos queriam eleger um homem absolutamente incapaz de governar e tomar iniciativas, eles tinham a obrigação de eleger Abraham Lincoln. Jamais alguém o ouviu dizer não. Eu perguntei: “McClellan é um homem que diz não?”. O diretor da Estrada de Ferro Central de Chicago, de quem McClellan fora empregado, respondeu: “Ele é incapaz de tomar uma decisão. Faça uma pergunta, e ele ficará uma hora pensando na resposta. Durante o tempo em que esteve ligado à administração da Estrada de Ferro Central, ele jamais decidiu uma única questão controversa.

Estes são os homens que, mais do que todos os outros, têm em suas mãos os destinos da República do Norte! Homens bem informados sobre a situação do exército garantem que Richmond poderia ter sido tomada cinco vezes, se o come-dorme que se encontra à frente do exército tivesse permitido; mas ele prefere ficar cavando trincheiras nos pântanos de Chickahominy, para abandonar a localidade em seguida, através de suas escarpas enlameadas. Porque teme covardemente os estados escravistas da fronteira, Lincoln mantém este homem em sua posição atual, mas há de chegar o dia em que terá que reconhecer que nunca confiou em McClellan... Cultivemos a esperança de que esta guerra vai durar tempo suficiente para que nos transformemos em homens, então venceremos rapidamente. Deus colocou em nossas mãos o relâmpago da emancipação, para que possamos reduzir esta rebelião a pó.

## NOTAS

[1] “Segurar o lobo pelas orelhas” (*Tenir le loup par les oreilles*), estar numa situação difícil e sem solução.

[2] O texto alude a uma resolução da Câmara do Comércio de Nova York, que dizia: “É preferível que morram todos os rebeldes do que só um de nossos soldados”.

[3] Wendell Phillips desempenhou, na Guerra Civil dos EUA, o mesmo papel que um Buonarroti, por exemplo, desempenhou na Revolução Francesa, na defesa das mesmas ideias: “A experiência da Revolução Francesa e mais particularmente os distúrbios e vacilações da Convenção Nacional demonstraram suficientemente, a meu ver, que um povo, cujas opiniões foram formadas sob um regime de desigualdade e despotismo, encontra-se pouco preparado, no início de uma revolução regeneradora, para designar através dos votos os homens encarregados de dirigir e consolidar a revolução. Esta difícil tarefa não pode caber senão aos cidadãos sábios e corajosos. Pode até ser necessário, no início de uma revolução política, até por respeito à soberania efetiva do povo, se ocupar menos de recolher os sufrágios da



nação do que fazer que a autoridade suprema caia, da forma menos arbitrária possível, em mãos sábias e decididamente revolucionárias” (Buonarroti, *Conspiration pour L'Égalité dite de Babeuf*. v.I. Éditions Sociales, p. 111).

## OS RESULTADOS ELEITORAIS NOS ESTADOS DO NORTE

(Marx. *Die Presse*, número 321, de 23 de novembro de 1862)

Escrito em 18 de novembro de 1862

As eleições estão sendo, de fato, uma derrota para o governo de Washington. Os antigos líderes do Partido Democrata exploraram habilmente o ressentimento acerca de sua falta de habilidade financeira, além de sua patética militar. Assim, não resta dúvidas de que a cidade de Nova York possa ter se tornado oficialmente, nas mãos de Seymour, Wood e Bennett, um centro de intrigas perigosas. Por outro lado, não precisamos exagerar quanto à importância prática dessa reação. A atual Câmara dos Deputados republicana continua a existir, e seus já eleitos sucessores não ocuparão seus postos até dezembro de 1863. Até então, as eleições, no que diz respeito ao Congresso de Washington, não passam de uma mera amostra. A eleição para governador não foi realizada em nenhum estado além do de Nova York. O Partido Republicano encontra-se assim, como é de se esperar, à frente de cada um dos estados. As vitórias republicanas nas eleições em Massachusetts, Iowa, Illinois e Michigan compensam as perdas em Nova York, Pensilvânia, Ohio e Indiana.

Uma análise um pouco mais detida das vitórias dos democratas leva a um resultado completamente diferente daquele anunciado pelos jornais ingleses. A cidade de Nova York, fortemente desintegrada pela multidão irlandesa, ativa no comércio de escravos até recentemente — ela é sede do mercado monetário americano e está cheia de credores hipotecários das plantações do Sul —, sempre foi decididamente “democrata”, assim como Liverpool é *tory* ainda hoje. Os distritos do estado de Nova York votaram para os republicanos desta vez, como vêm fazendo desde 1856, mas não com o mesmo entusiasmo de 1860. Grande parte de seu círculo eleitoral, igualmente, se encontra no campo. Se você somar distritos urbanos e rurais, a maioria democrata no estado de Nova York totaliza apenas 8.000 a 10.000 votos.

Na Pensilvânia, onde há tempos se oscilou entre *whigs* e democratas, mais tarde entre democratas e republicanos, a maioria democrata totaliza meros 3.500 votos. Em Indiana ela é ainda mais fraca, contando com 8.000 votos, e por simpatia por líderes democratas transferidos para o Sul, como o infame Vallandigham, perdeu seu lugar no Congresso. O irlandês vê no negro um concorrente perigoso. Os vigorosos fazendeiros de Indiana e Ohio só odeiam mais o escravagista do que odeiam os negros. Aquele conta como um símbolo de escravidão e degradação da classe trabalhadora, e a imprensa democrata diariamente os aterroriza com ameaças de “pretos” inundando seus territórios. Além disso, o ressentimento com a miséria que foi o desempenho de guerra na Virgínia é mais alto nos estados que dispuseram de contingentes voluntários mais significativos.

Mas nada disso é nosso tema principal. Na época da eleição de Lincoln (1860), nem existia uma Guerra Civil, nem a questão da emancipação do negro estava na agenda do dia. O Partido Republicano, então de certa forma cindido do Partido dos Abolicionistas, tinha como meta com seu voto eleitoral de 1860 nada mais do que dar mostras de seu protesto contra a expansão da escravidão pelos territórios livres, ao mesmo tempo que proclamou a não interferência no tocante a sua instituição nos estados em que já existia legalmente. Lincoln teria falhado incondicionalmente na época com um *slogan* de emancipação dos escravos. Este teria sido decididamente rejeitado.

Algo muito diverso ocorre agora que as eleições terminaram. Os republicanos uniram-se a uma causa comum com os abolicionistas. Declararam-se enfaticamente a favor da emancipação imediata, seja ela executada por si só ou mediante o fim da rebelião. Considerando isso, as maiorias do governo em Michigan, Illinois, Massachusetts, Iowa e Delaware, além da minoria muito significativa que votou neles nos estados de Nova York, Ohio e Pensilvânia, são algo surpreendente. Tal resultado teria sido impossível antes da guerra, mesmo em Massachusetts. Agora há de se contar com a atuação enérgica do governo e do Congresso do próximo mês para que os abolicionistas, agora símiles dos republicanos, possam se sobrepor moral e numericamente em toda a parte. O desejo de intervenção de *à la* Louis Bonaparte lhes confere um certo tom “forasteiro”. O único perigo reside em conservar generais como McClellan, que, além da manifesta falta de capacidade, declararam ser *proslavery men*, homens pró-escravistas.

## A DEMISSÃO DE MCCLELLAN

(Marx. *Die Presse*, número 327 de 29 de novembro de 1862)

Escrito em 24 de novembro de 1862

*A demissão de McClellan!* é a resposta de Lincoln para a vitória dos democratas nas urnas.

Os jornais democratas declararam, com a maior certeza, que a eleição de Seymour para governador do estado de Nova York acarretará na revogação imediata da *Proclamação* em que Lincoln declarou a escravidão abolida na Secéssia a partir de primeiro de janeiro de 1863. O jornaleco profético mal saiu da prensa e seu general preferido — seu favorito pois “depois de uma grande derrota, a única coisa que temia mais era uma vitória decisiva” — foi demitido do comando, voltando para sua vida privada.

Lembremos que McClellan replicou a proclamação de Lincoln com uma contra-proclamação, uma ordem do dia para seu exército por meio da qual, na verdade, proibiu qualquer demonstração contra a medida presidencial. Ao mesmo tempo, porém, deixou escapar as fatais palavras: “[...] é tarefa dos cidadãos remediar nas urnas os erros do governo, ou então julgar suas ações”.<sup>[1]</sup> Foi assim que McClellan, cabeça do principal batalhão dos Estados Unidos, apelou para o presidente nas eleições que se aproximavam. Ele soltou todo o peso de seu cargo sobre a balança. Deixando de lado que o seu foi um *pronunciamento* ao estilo espanhol, ele não poderia ter demonstrado sua hostilidade contra as medidas políticas do presidente de modo mais impactante. Após a vitória democrata nas urnas, a única opção que restou para Lincoln foi: ou afundar e virar uma ferramenta nas mãos do partido comprometido com a pró-escravidão, ou remover de seus pés a plataforma de sustentação do exército, levando McClellan junto. A demissão de McClellan *neste momento* é, daí, um protesto político.

No entanto, de qualquer maneira, ela já havia se tornado necessária. [Henry] Halleck, comandante-chefe, em um relatório para a Secretaria da Guerra, já havia incriminado McClellan por insubordinação direta.<sup>[2]</sup> Logo após a derrota dos confederados em Maryland, em 6 de outubro, Halleck ordenou que cruzassem o Potomac, particularmente porque os baixos níveis de suas águas e de suas afluentes favoreciam operações militares naquele momento. McClellan, desafiando a tal ordem, permaneceu imóvel, sob pretexto da inabilidade de seu exército de marchar devido à falta de provisões. No referido relatório, Halleck prova que esse foi um subterfúgio vazio; que, em comparação com o exército do Oeste, o exército do Leste gozava de amplos privilégios a respeito do comissariado, e que os suprimentos faltantes tinham sido reabastecidos ao sul e a norte do Potomac. O dito relatório de Halleck é complementado por um segundo relatório no qual o comitê designado para investigar a capitulação [do arsenal] de Harper’s Ferry aos confederados acusa McClellan de ter concentrado as tropas da União estacionadas perto do arsenal de modo incompreensivelmente lento — ele as deixou marchar apenas 6 milhas inglesas (cerca de 1 milha alemã e meia) por dia — contando com eventuais reforços.<sup>[3]</sup> Ambos os relatórios, o de Halleck e o do comitê, chegaram às mãos do presidente *antes* da vitória eleitoral dos democratas.

A atitude de McClellan como general de campo foi repetidamente retratada nesta coluna,<sup>[4]</sup> de forma que basta lembrarmos como ele tentou se valer de indecisão estratégica em vez de tomar uma decisão tática, e foi incansável na busca de sabedoria generalisca para impedir suas vitórias e antecipar derrotas. A breve campanha de Maryland pôs uma falsa auréola em torno de sua cabeça. Aqui, contudo, temos de considerar o fato de que ele recebeu ordens de marchar do general Halleck, que igualmente esboçou o plano para a campanha do Kentucky e cuja vitória no campo de batalha se deve exclusivamente a bravura de generais subordinados, particularmente o general Reno (que caiu) e Hooker (que ainda não se recuperou de suas feridas). Napoleão, certa vez, escreveu a seu irmão Joseph que no campo de batalha há perigos por toda a parte; a pessoa que busca se desvencilhar deles é a que termina caminhando para suas garras. McClellan parece ter compreendido esse axioma, mas sem lhe conferir a aplicação prática que Napoleão insinuou ao irmão. Durante toda sua carreira militar, McClellan nunca esteve no campo de batalha, nunca se viu em meio a um tiroteio — uma peculiaridade que o general Kearny ressaltou enfaticamente em sua carta, a mesma publicado por seu irmão após Kearny ter caído em uma batalha perto de Washington, sob a direção de Pope.<sup>[5]</sup>

McClellan soube como esconder sua mediocridade sob uma máscara de sisudez irrestrita, reticência lacônica e reserva cheia de dignidade. Seus defeitos lhe asseguraram a confiança incondicional do Partido Democrata no Norte e o “reconhecimento leal” dos secessionistas. Entre os oficiais de alto escalão de seu

exército, ele conquistou apoiadores através da formação de uma equipe de generais de dimensões até então sem precedentes nos anais da História militar. Alguns de seus oficiais mais antigos, que pertenceram ao antigo exército da União e receberam treinamento na academia de West Point, viram nele um suporte para a rivalidade que já nutriam contra os recém surgidos “generais civis”, e também um suporte para suas simpatias secretas pelos “camaradas” do campo inimigo. Os soldados, por fim, sabiam de suas qualidades militares somente por meio de boatos; de resto, imputaram todos os méritos do comissariado e podiam contar muitas façanhas gloriosas de sua ahabilidade e autocontrole. McClellan possuía um único dom para ser supremo comandante — o de assegurar a popularidade junto a seu exército.

O sucessor de McClellan, Burnside, é desconhecido demais para fazermos caso dele. Ele pertence ao Partido Republicano. Hooker, por sua vez, que está assumindo o comando da infantaria que serviu especialmente sob comando de McClellan, é incontestavelmente um dos maiores combatentes da União. *Fighting Joe*, como as tropas o chamam, teve participação significativa nos sucessos militares em Maryland. Ele é um *aboliconista*.

Os mesmos jornais americanos que nos trazem notícias da demissão de McClellan, comunicam as assertivas de Lincoln nas quais esclarece que não alterará uma vírgula de sua Proclamação:

“Lincoln”, observa o *Morning Star* com razão, “ensinou o mundo a vê-lo como um homem vagaroso mas íntegro, que avança com cuidado excessivo, mas não volta atrás. Cada passo em sua carreira administrativa foi na direção correta e foi mantido com firmeza. Começando pela resolução de excluir a escravidão dos territórios, por fim chegou no propósito derradeiro de todos os movimentos antiescravidão — arrancar este mal do solo da União —, chegando já ao ponto de vantagem em que a União deixou de ser responsável de qualquer forma pela perpetuação da escravidão”.

## NOTAS

[1] Relato de punho do próprio McClellan em matéria para o *New-York Daily Tribune*, número 6713, 09/10/1862.

[2] O relatório de Halleck foi reproduzido no *New-York Daily Tribune*, número 6740, 10/11/1862.

[3] Ver mesma edição do *New-York Daily Tribune*.

[4] Ver, neste volume, os artigos “Assuntos americanos”, “A situação no teatro de guerra americano”, “Para uma crítica dos assuntos americanos”, “Manifestações aboliconistas na América”.

[5] Ph. Kearney. Letter to O. S. Halstead, Jr., 04/08/1862. Publicada no *New-York Daily Tribune*, número 6719, 16/10/1862.

## **Seção IV. Desdobramentos do conflito**

# INTRODUÇÃO

Felipe Vale da Silva

Esta seção abrange acontecimentos militares que vão do final de 1861, com a deposição do oficial John C. Frémont, até as batalhas mais importantes da Guerra Civil em 1862. Seu desfecho se dá com a *Emancipation Proclamation* de Lincoln, declaração que viria a se tornar a 13ª. Emenda à constituição do país e dizia: "a partir de 1º de janeiro de 1863, todos os escravizados nos estados do Sul são declarados libertos". A alma da economia sulista, a mão-de-obra escrava, tornar-se-ia clandestina a partir de então.

Este foi um desfecho com o qual democratas não contavam: mesmo os aliados mais radicais de Lincoln, como o secretário de Estado William H. Seward, duvidavam que uma medida tão enérgica viria daquele homem de caráter apaziguador. Até então, havia margem para que a guerra se resolvesse mediante um acordo — as possibilidades para o futuro da escravidão, assim, seriam muitas. Ou ela se manteria em uma escala menor e mais controlada, ou então haveria reparações financeiras para escravagistas, como ocorreu na Inglaterra. A decisão pela emancipação foi uma forma de tirar toda as possibilidades de acordos da mesa. A guerra terminaria com a rendição dos secessionistas ou com a destruição completa do Sul.

Por se tratar de desenvolvimentos pontuais do conflito, os dez artigos que compõem a seção estão dispostos cronologicamente, precedidos por uma nova LINHA DO TEMPO que ajudará não-especialistas na Guerra Civil a se guiarem por seu emaranhado de batalhas e efemérides políticas.

Nos eventos aqui tratados, encontramos uma aplicação exemplar do método do materialismo histórico desenvolvido por Marx, aliada a *expertise* de Engels em questões militares. Para explicar como os desdobramentos da guerra em si geraram uma crise dentro do sistema escravista, os autores partem de uma retomada das dinâmicas de poder nos EUA desde a Independência, mostrando como o conflito entre o Norte industrial/burguês e o Sul oligárquico/escravista foi não apenas inevitável, mas também a força motriz da história estadunidense durante meio século. Ao analisar o conteúdo das duas distintas formações que coexistiam no mesmo território nacional, Marx constatou que a baixa produtividade relativa da produção escravista do Sul – *vis-à-vis* com a concorrente industrial do Norte – exigia, para se tornar remunerativa, a exploração de amplos contingentes de seres humanos e a incorporação sistemática de novas extensões de solo fértil, conferindo à escravidão sulista um caráter tendencialmente expansionista. Para que aquela classe formada por uma minoria de grandes proprietários fundiários mantivesse sua dominação sobre uma maioria de brancos pobres, destituídos de terra, uma condição era imprescindível: a corrupção ideológica dos despossuídos pelos oligarcas escravistas, que lhes acenavam a possibilidade de, a partir da obtenção de novos territórios, virem a se transformar, também eles, em senhores de escravos.

Por outro lado, observava Marx, a coisificação e a exploração dos trabalhadores escravizados pelos latifundiários do Sul estabeleciam uma base objetiva para a intensificação da exploração da força de trabalho dos operários assalariados do Norte, e uma ameaça ao reconhecimento de quaisquer de seus direitos constitucionais. Em outras palavras, para Marx e Engels, a existência da escravidão nos estados do Sul não era uma excentricidade inofensiva e passível de coexistência, mas sim uma força expansionista e reacionária, exercendo uma influência nociva e corruptora sobre o conjunto da formação social estadunidense. Desdobramentos da Guerra mostravam, pela primeira vez, este aspecto oculto da escravidão para a classe trabalhadora, levando os latifundiários sulistas a medidas desesperadas para manter o poder (a este respeito, ver, sobretudo, o artigo A SITUAÇÃO NO TEATRO DE GUERRA AMERICANO).

Subjaz nesses escritos o reconhecimento das limitações sócio-históricas da burguesia estadunidense, que a tornavam incapaz de realizar a “democracia americana” em sua plenitude – decantada anos antes por liberais europeus da estirpe de Alexis de Tocqueville –, concorrendo para a manutenção de uma “república contaminada” (*defiled republic*) na sociedade e no sistema político estadunidense pela vigência da “instituição nefanda”. Para Marx e Engels, a maneira consequente e radical de travar a guerra seria através da proclamação de seu caráter abolicionista, emancipador e antioligárquico, de modo a mobilizar as massas de condição livre e aqueles que ainda permaneciam escravos para o desenvolvimento de uma guerra popular e revolucionária.

A seção termina com SINTOMAS DE DESINTEGRAÇÃO NA CONFEDERAÇÃO SULISTA, artigo que retoma a análise das reações britânicas à Guerra Civil, o que nos liga à fase mais combativa destes escritos.

## LINHA DO TEMPO II

Esta segunda linha do tempo trata de eventos posteriores ao final de 1861, relativos a alterações dos jogos de poder dentro dos EUA, além de repercussões internacionais da guerra conforme ela se estendeu até 1865.

- 13/5/1861 A rainha Vitória declara a neutralidade da Grã-Bretanha perante o conflito estadunidense. No mês seguinte, em 10 de junho, Napoleão III fará o mesmo com a França.
- 21/7/1861 Batalha de Bull Run. Esta primeira grande batalha da guerra tem a vitória confederada; sobreviventes do exército da União fogem das forças inimigas (como uma boiada foge do vaqueiro; daí vem o nome do evento, “Corrida dos bois”) e, na mídia internacional, são humilhados.
- 25/7/1861 O Congresso dos EUA passa a Resolução Crittenden, criticada por Marx em A QUESTÃO AMERICANA NA INGLATERRA (18/9/1861). O documento atesta que os estados do Norte abrem mão da abolição da escravatura caso a União seja preservada. A ala abolicionista se enfurece. O documento atesta o desacordo, dentro dos próprios unionistas, acerca da questão do negro.
- 27/7/1861 O general George McClellan, veterano da Guerra México-Americana, assume o comando das forças federais em Washington. McClellan viria a receber destaque como estrategista, encontrando vulnerabilidades do exército inimigo e estabelecendo uma rota fluvial para Richmond (capital dos Confederados) pela primeira vez. Por razões políticas, a partir de 1862 instalou-se uma inimizade entre o presidente Lincoln e McClellan, o que resultou na demissão do último em novembro desse ano. McClellan, como Marx comenta no artigo PARA UMA CRÍTICA DOS ASSUNTOS AMERICANOS, era um racista incorrigível e contrário à emancipação afro-americana.
- 30/8/1861 O general unionista John Frémont proclama lei marcial no Missouri.
- 8/11/1861 O capitão Charles Wilkes apreende dois oficiais confederados a bordo do navio britânico *SS Trent*. O incidente inicia uma das grandes crises diplomáticas entre Reino Unido e União, que quase leva a Inglaterra entrar para o lado dos Confederados. Marx e Engels comentam os desdobramentos do evento em diversos artigos da época (ver SEÇÃO V deste volume).
- 9/3/1862 O navio dos unionistas *Monitor* enfrenta o *Virginia* próximo a Hampton Roads. Engels usa essa batalha para comentar inovações em tecnologia naval da época no artigo NOVIDADES DA AMÉRICA SOBRE ARTILHARIA.
- 16/4/1862 O Congresso Confederado instaura uma nova lei de conscrição. Homens entre 18 e 35 anos devem se alistar no serviço militar.
- 25/4/1862 Captura de Nova Orleans pelos unionistas. A importância do evento é comentada por Marx em A SITUAÇÃO NO TEATRO DE GUERRA AMERICANO.
- 6/6/1862 Memphis, Tennessee, é capturada pelas forças unionistas.
- 17/9/1862 Batalha de Antietam. O dia com mais perdas humanas de toda a guerra: em um único dia de conflito 22.717 soldados perdem a vida, são mutilados, gravemente feridos ou

desaparecem. O exército da União foi liderado por McClellan; o da Confederação, por Robert E. Lee. Não há vencedores decisivos.

- 22/9/1862 Abraham Lincoln confecciona a primeira versão da *Emancipation Proclamation*, declarando livres todos os escravizados dentro de territórios confederados. A versão definitiva da proclamação, de 1/1/1863, viria a ser tornar a 13ª emenda à Constituição dos EUA.
- 7/11/1862 McClellan é exonerado de seu cargo e substituído por Ambrose Burnside. Dois anos mais tarde, McClellan sairá como candidato à presidente do Partido Democrata, contra Lincoln. Burnside, por sua vez, prova ser um militar medíocre, e é logo substituído por Joseph Hooker em 23/1/1863.
- 3/3/1863 Lei da conscrição. O Congresso da União intensifica as leis de alistamento compulsório. Quatro meses mais tarde haverá uma onda de protestos violentos contra o alistamento na cidade de Nova Iorque.
- A partir desse mês, Karl Marx deixa de contribuir com o *New-York Daily Tribune*, dedicando-se à divulgação de eventos da guerra no *Die Presse*. Ver comentários no POSFÁCIO deste volume.
- 1/7/1863 Início da famosa batalha de Gettysburg, Pennsylvania, um dos momentos de virada da guerra. Robert E. Lee, general que acumulava glórias no campo de batalha por meses, tenta invadir o Norte, mas perde suas melhores tropas em uma campanha exemplar de resistência de seus oponentes. As vantagens das forças da União se intensificam quando assumem controle de Port Hudson, Louisiana, no dia 9 do mesmo mês. A conquista garante o controle da região norte ao Rio Mississippi, impedindo movimentações e abastecimentos importantes das forças confederadas.
- Cinco meses mais, Lincoln promoveria uma cerimônia em homenagem aos soldados mortos na batalha, declamando o famoso Gettysburg Address.
- 12/3/1864 O general Ulysses S. Grant é nomeado como comandante supremo das forças da União em campanhas do Oeste.
- 8/11/1864 Abraham Lincoln é reeleito presidente dos Estados Unidos.
- 14/4/1865 Abraham Lincoln é alvejado por John Wilkes Booth no Ford's Theatre em Washington e falece no dia seguinte. Andrew Johnson o substitui. O assassino é rendido e alvejado onze dias depois em Bowling Green, Virginia.
- 10/5/1865 O presidente Jefferson Davis é levado como prisioneiros por tropas da União em Irwinsville, Geórgia. Dezesesseis dias depois, todas as tropas confederadas terão se rendido.
- 1866 As Civil Rights Acts (Leis dos direitos civis) passam no Congresso, contra o posicionamento do então presidente Andrew Johnson, provendo cidadania aos negros libertos. O ano é marcado por conflitos violentos entre a população branca e negra em Memphis, Tennessee e Nova Orleans, Louisiana. Johnson recebe lideranças negras na Casa Branca (incluindo Frederick Douglass) e deixa evidente sua falta de interesse em integrar os ex-escravizados à *Commonwealth*. Até a virada do século, os estados do Sul e do Norte, um por um, terão criado leis de interdição de votos para a população negra. Esta reconquistará seu direito de plena cidadania somente no século seguinte, com as conquistas do Movimento dos Direitos Civis em 1964. Tal acidente de percurso dá indício do fracasso relativo do processo de Reconstrução social dos EUA – período em que estados sulistas permaneceram sob vigília militar do governo federal, tendo a tarefa



imposta de promover integração da população negra à sociedade civil e ao processo democrático.

1867 O grupo terrorista Ku Klux Klan adota uma constituição e elege como seu primeiro líder o antigo general confederado Nathan Bedford. Membros do Klan farão parte da alta cúpula do governo americano, até onde foi provado, até 1989, com o candidato à presidência David Duke.

24/02/1868 O presidente Johnson sofre *impeachment* em decorrência de onze acusações diferentes.

1877 Como parte de uma barganha com o novo presidente do Partido Republicano, Rutherford Hayes, estados do Sul conseguem suspender o sistema de vigilância militar por parte de tropas federais. O evento marca o fim da Era da Reconstrução. Até 1910, não havia um estado sulista que não voltara a fazer emendas em suas constituições para proibir o voto negro. Apenas em 1965, com o movimento dos Direitos Civis, que a décima quinta emenda à Constituição federal se efetivou. Nesse ínterim, punições extrajudiciais promovidas por multidões enfurecidas – os chamados “linchamentos” – se tornam um evento comum contra comunidades afro-americanas. Estima-se que, entre 1882 e 1968, 3.446 afro-americanos foram assassinados impunemente nos Estados Unidos da América, muitas vezes com o aval da polícia local. Isso continua a acontecer.

## A DEPOSIÇÃO DE FRÉMONT

(Marx. *Die Presse*, número 325 de 26 de novembro de 1861)

Escrito por volta de 19 de novembro de 1861

A deposição de Frémont do comando geral no Missouri constitui um momento de virada na história do desenvolvimento da Guerra Civil Americana. Frémont tem dois grandes pecados para expiar. Ele foi o primeiro candidato do Partido Republicano para o gabinete presidencial (1856), e é o primeiro general do Norte a ameaçar os escravagistas com a emancipação dos escravos (30 de agosto de 1861). Ele persiste, portanto, sendo um rival de candidatos à presidência no futuro e um obstáculo para os articuladores de acordos no presente.

Pelos dois últimos decênios os Estados Unidos perseguiram uma prática singular de não eleger para a presidência nenhum homem que ocupasse uma posição de autoridade dentro de seu próprio partido. É verdade que os nomes desses homens foram usados em comícios, embora na hora de trabalhar de fato, sempre fossem substituídos e relegados à posição de desconhecidos medíocres com influência meramente local. Foi dessa forma que se tornaram presidentes Polk, Pierce, Buchanan e outros. E dessa forma é Lincoln. O general Andrew Jackson foi, com efeito, o último presidente dos Estados Unidos que recebeu um cargo em função da própria importância, ao passo que todos os seus sucessores chegaram a ele, pelo contrário, em função da própria posição insignificante.

No ano de eleições de 1860, os mais distintos nomes do Partido Republicano eram Frémont e Seward. Conhecido por suas aventuras na Guerra Mexicana, por sua intrépida exploração da Califórnia e sua candidatura em 1856, Frémont era uma personagem impactante demais para ser sequer levada em conta, tão logo não se tratasse mais de um comício republicano, mas do sucesso do partido. Foi por isso, afinal, que não saiu como candidato.

Algo diferente ocorreu com Seward, o senador republicano no Congresso em Washington, governador do estado de Nova Iorque e, desde o surgimento do Partido Republicano, sem dúvidas seu orador mais significativo. Foi necessário uma série de derrotas mortificantes para induzir o Sr. Seward a renunciar a própria candidatura e entregar sua patronagem oratória ao então mais ou menos desconhecido A. Lincoln. Logo, porém, que viu sua própria pretensão à candidatura ir por água abaixo, impôs-se como um Richelieu republicano perante o homem que considerava um Luís XIII republicano. Ele fez sua contribuição para tornar Lincoln presidente sob a condição de que Lincoln o tornasse secretário de Estado — um cargo comparável, de certo modo, ao de primeiro-ministro inglês. De fato, Lincoln mal contava como um presidente elegível até Seward assegurar sua própria posição na Secretaria do Estado. Logo deu-se um câmbio singular na atitude do Demóstenes do Partido Republicano, tornado famoso pela profecia de um “conflito inevitável” entre o sistema de mão-de-obra livre e o sistema da escravidão. Embora eleito em 6 de novembro de 1860, Lincoln se apossou de seu cargo somente em 4 de março de 1861. Nesse meio tempo, durante a sessão de inverno do Congresso, Seward foi a figura central de todas as tentativas de acordo; os órgãos nortistas no Sul — como, por exemplo, o *New York Herald*, para o qual Seward fora até então uma *bête noire* [ovelha negra] — de repente passaram a exaltá-lo como o estadista da reconciliação e, de fato, não foi por culpa sua que a paz a qualquer custo não tenha sido alcançada. Seward era explícito em sua visão de que a Secretaria do Estado era apenas um passo preliminar, e estava menos ocupado com o “conflito inevitável” do presente do que com a presidência no futuro. Ele havia provido provas inéditas de que os virtuosos atuam como a língua dos estadistas perigosamente inadequados. Leia os seus despachos oficiais! Que mistura repulsiva de grandiloquência e pequenez intelectual, de força simulada e fraqueza efetiva!

Para Seward, portanto, Frémont era um antagonista perigoso que tinha de ser arruinado; um empreendimento que pareceu mais fácil já que Lincoln, de acordo com a tradição legislativa, nutria aversão por toda a genialidade, apoiando-se a cada letra da Constituição e desprezando cada passo que pudesse desconcertar os escravocratas “leais” dos estados limítrofes [entre Norte e Sul].

A personagem Frémont tinha outra postura. Claramente se tratava de um homem passional, algo pretensioso e soberbo, e isso sem contar todos os seus toques melodramáticos. Primeiro, o governo tentou coagi-lo a uma abdicação voluntária mediante uma série de trapaças rasteiras. Quando isso não deu certo, dele subtraiu o comando no momento exato em que o exército (que ele próprio organizara) se encontrava face a face com os inimigos no sudoeste do Missouri, e uma batalha decisiva era iminente.

Frémont é o ídolo dos estados ao Noroeste, que o celebraram como o *pathfinder* (o “desbravador”). Estes enxergaram sua deposição como um insulto pessoal. Se o governo da União vivenciar mais acidentes como aquele de Bull Run e de Ball’s Bluff,[1] entregará à oposição Frémont na posição de líder, a qual então se levantará e esmagará o sistema diplomático até então prevalecente na condução da guerra. Mais tarde retornaremos ao libelo contra o general deposto publicado pelo Departamento da Guerra em Washington.

#### NOTA

[1] *Bull Run* foi a primeira grande batalha da Guerra Civil, ocorrida em 21 de julho de 1861 ao norte de Manassas, e terminou em uma vitória decisiva dos Confederados. A batalha de Ball’s Bluff veio em seguida, em 21 de outubro, sob comando do general McClellan, e terminou igualmente em uma derrota humilhante do exército da União.

## TEMAS AMERICANOS

(Marx. *Die Presse*, número 346 de 17 de dezembro de 1861)

Escrito em 13 de dezembro de 1861

As notícias do destino do *Harvey Birch*, assim como da presença do cruzador *Nashville* no porto de Southampton, chegaram a Nova York em 29 de novembro, mas não parecem ter causado o espetáculo sensacionalista que se esperava em certos círculos — ao menos era o que temia o outro lado, aquele contrário à guerra. Desta vez, uma onda se chocou a outra onda. Nova York já estava agitada em função das primárias das eleições para prefeito em 3 de dezembro. O enviado do *Times* em Washington, Russell, que gasta seu talento celta fazendo de conta que é inglês, fingiu ser acometido por uma surpresa desdenhosa ante essa turbulência das eleições para prefeito. Russell, é claro, lisonjeia o delírio do Cockney londrino de que uma eleição para prefeito em Nova York é a mesma bobagem antiquada que uma eleição para prefeito em Londres. Um *senhor prefeito* de Londres é conhecido por não ter nada que fazer na maior parte de Londres. Ele é o regente da cidade apenas de nome, uma criatura do reino das fábulas que tenta provar sua existência servindo boas sopas de tartaruga em suas festas e maus julgamentos acerca de abusos policiais. Um *senhor prefeito* de Londres é um estadista apenas na fantasia de um escritor parisiense de *faits divers* e *vaudeville*.

O prefeito de Nova York, por outro lado, detém um poder real. No início do movimento secessionista, o prefeito anterior, o notório Fernando Wood, estava prestes a proclamar Nova York como uma república urbana independente, obviamente de acordo com a de Jefferson Davis. Seu plano falhou devido à energia do Partido Republicano da *Empire City*.<sup>[1]</sup>

Em 27 de novembro, Karl Sumner do Massachusetts, membro do Senado dos Estados Unidos (onde foi insultado por um senador sulista na época do caso do Kansas com golpes de bengala), fez uma brilhante palestra perante um público numeroso no Cooper Institute, discorrendo sobre as origens e forças motrizes da rebelião dos escravagistas. Ao final de sua fala, a reunião tomou a seguinte decisão:

“A doutrina redigida pelo general Frémont sobre a emancipação dos escravos dos rebeldes, assim como as declarações posteriores do general Burnside, do senador Wilson, de Georg Bancroft (o famoso historiador), do coronel Cochrane e do Simon Cameron — segundo as quais a eventual erradicação da escravidão foi implicada como causa da rebelião — expressam uma necessidade moral, política e militar [por detrás da abolição]. De acordo com o juízo dessa reunião, o espírito público do Norte agora é bastante solidário com qualquer plano prático que eventualmente for proposto para erradicar esse mal nacional, e considera essa como a única saída consequente para este embate entre civilização e barbárie”.

A respeito do discurso de Sumner, o *New-York Tribune* observa:

“A alusão de Sumner aos futuros debates no Congresso acerca da questão escravista suscita a esperança de que esse órgão finalmente entenderá onde de fato se encontra as fraquezas do Sul e onde se encontra a força do Norte. Que ele recorra às medidas decisivas pelas quais a rebelião possa ser suprimida logo e de uma vez por todas”.

[...].<sup>[2]</sup>

### NOTAS

[1] Alcinha dada a Nova York.

[2] O restante do artigo lida com a política exterior espanhola e mexicana. Por fugir de nosso tema, foi suprimido nesta tradução.

## CRISE NA QUESTÃO ESCRAVISTA

(Marx. *Die Presse*, 14 de dezembro de 1861)

Londres, 10 de dezembro de 1861

Com toda evidência, os Estados Unidos chegaram à condição crítica com respeito à questão encontrada no fundo de toda a Guerra Civil: a questão da escravidão. O general Frémont foi demitido de suas funções após declarar que os escravos dos rebeldes deveriam ser libertados. Pouco depois, o governo de Washington enviava uma diretiva ao general Sherman, comandante da expedição na Carolina do Sul, que ia mais longe do que a proclamação de Frémont, pois decretava que os escravos fugitivos, mesmo os pertencentes aos escravistas “leais”, deveriam receber o estatuto de assalariados e, em certas circunstâncias, ser armados, restando aos escravistas “leais” o consolo da perspectiva de receberem futuramente uma indenização.

O coronel Cochrane foi ainda mais longe que Frémont e reclamou o armamento geral dos escravos como medida de guerra. O secretário da Guerra aprovou oficialmente o “espírito” das proposições de Cochrane. Entrementes, o secretário do Interior, falando em nome do governo, desautorizou o secretário da Guerra, o qual reiterou sua opinião mais energicamente ainda em uma conferência oficial, revelando que incluía tal reivindicação em seu relatório ao Congresso. O sucessor de Frémont no Missouri, o general Halleck, assim como o general Dix na Virgínia oriental, estão caçando os escravos fugitivos em seus acampamentos militares, proibindo-os de reaparecerem, no futuro, próximos das posições ocupadas por seus exércitos. Ao mesmo tempo, o general Wool está acolhendo de braços abertos o “contrabando” negro no Forte Monroe. Os velhos líderes do Partido Democrata, os senadores Dickinson e Croswell (ex-membros da chamada regência democrata), aprovaram as posições de Cochrane e Cameron, tendo o coronel Jannison ultrapassado todos os seus superiores hierárquicos dirigindo uma ordem do dia às suas tropas, na qual dizia entre outras coisas:

Nenhuma contemporização com os rebeldes e seus simpatizantes. Declarei ao general Frémont que teria desembainhado minha espada caso imaginasse que a escravidão fosse sobreviver a esta luta. Os escravos dos rebeldes sempre encontrarão proteção neste acampamento e nós iremos defendê-los até o último homem e a última bala. Eu não quero, em meio às minhas tropas, homens que não sejam abolicionistas. Aqui não há lugar para eles, e espero que não haja este tipo de gente entre nós, porque cada um sabe que a escravidão é o fundamento, o centro e o vértice desta guerra infernal [...] Caso o governo desaprove a minha maneira de agir, pode retirar minha patente, porém, neste caso, agirei por minha própria iniciativa, mesmo se, no começo, não puder contar com mais do que meia dúzia de homens.

A questão da escravidão está sendo resolvida, na prática, nos estados escravistas fronteiriços, notadamente no Missouri e em grau menor no Kentucky. Os escravos estão se dispersando em larga escala. Por exemplo, 50 mil escravos desapareceram do Missouri, uma parte deles fugiu e outra foi enviada pelos escravistas para os estados mais ao sul.

É muito estranho um acontecimento de tamanho significado não ser mencionado em nenhum jornal inglês. No dia 18 de novembro, delegados de 45 condados da Carolina do Norte reunidos na ilha de Hatteras nomearam um governo provisório, revogaram a declaração de secessão e proclamaram o retorno da Carolina do Norte à União. Os condados da Carolina do Norte representados nesta assembleia foram convocados para eleger os seus representantes junto ao Congresso em Washington.

# A IMPRENSA INGLESA E O CASO DE NOVA ORLEANS

(Marx. Die Presse, de 20 de maio de 1862)

Londres, 16 de maio de 1862

Desde os primeiros rumores sobre a queda de Nova Orleans, o *The Times*, o *The Herald*, o *The Standart*, o *The Morning Post*, o *The Daily Telegraph* e outros jornais ingleses simpatizantes dos esfoladores de negros do Sul têm demonstrado – através de argumentos estratégicos, táticos, filológicos, exegeticos, políticos e morais violentamente esgrimidos – que tais rumores não passam de mais um dos numerosos balões de ensaio que agências como Reuters, Havas e Wolff costumam soltar periodicamente. Eles afirmam que os meios naturais de defesa de Nova Orleans foram reforçados não somente através de novas fortificações, mas também com toda a sorte de engenhos submarinos infernais e canhoneiras blindadas. De passagem, eles acentuam o espírito espartano da população de Nova Orleans e seu ódio mortal pelos mercenários a soldo de Lincoln.

Finalmente, não foi em Nova Orleans que a Inglaterra sofreu a derrota que conduziu a um fim ignominioso sua segunda guerra contra os Estados Unidos (1812-1814)? Consequentemente, não existem razões para duvidar de que Nova Orleans ainda poderá se immortalizar como uma segunda Saragoça ou Moscou do Sul.<sup>[1]</sup>

Além disso, ela tem armazenados 15 mil fardos de algodão, com os quais poderia facilmente acender um fogo autodestrutivo inextinguível, para além do fato de que, em 1814, os fardos de algodão devidamente umedecidos mostraram-se mais resistentes ao fogo de artilharia do que as fortificações de Sebastopol. Portanto, fica claro como a luz do dia que a queda de Nova Orleans não passa de um belo exemplo de fanfarronada ianque.

Quando os primeiros rumores foram confirmados dois dias depois com a chegada das embarcações a vapor a Nova York, o grosso da imprensa pró-escravista da Inglaterra permaneceu cética. *The Evening Standard*, particularmente, estava tão seguro acerca do que se passava que publicou em um mesmo número um editorial em que procurava demonstrar, preto no branco, que Nova Orleans era inexpugnável, e outro (editorial) em que ao mesmo tempo anunciava, em letras garrafais, a queda daquela cidade.

O *Times*, por sua vez, que tem na discricção a melhor manifestação de sua coragem, efetuou uma guinada. Ele ainda duvidava da notícia, porém se dizia preparado para qualquer eventualidade, uma vez que Nova Orleans seria uma cidade de bandidos e não de heróis. E dessa vez tinha razão. Nova Orleans é o depósito da escória da boemia francesa, no verdadeiro sentido da expressão, uma colônia penitenciária francesa e jamais, ao longo do tempo, renegou suas origens. Foi o *Times* que demorou um certo tempo para se aperceber deste fato tão amplamente conhecido.

No fim das contas, o fato consumado se impôs até ao mais obstinado São Tomé. Que fazer então? A imprensa pró-escravista inglesa agora se dedica a demonstrar que a queda de Nova Orleans é uma vantagem para os confederados do Sul e uma derrota para os partidários da União.

A queda de Nova Orleans permitiu ao general Lovell reforçar o exército de Beauregard com as suas tropas, este último realmente necessitava de reforços, uma vez que se dizia (com algum exagero) que Halleck havia concentrado contra ele 160 mil homens. Por outro lado, o general Mitchel havia cortado os contatos de Beauregard com o leste ao interromper as comunicações ferroviárias entre Memphis e Chattanooga, ou seja, a linha que conduzia a Richmond, Charleston e Savannah.<sup>[2]</sup> Depois desse corte de comunicações (que nós havíamos indicado como movimento estratégico previsível muito antes da batalha de Corinto), Beauregard deixou de dispor de comunicação ferroviária com Corinto, a não ser aquela que conduz a Mobile e a Nova Orleans.

Após a queda de Nova Orleans, ele dispunha apenas da linha de Mobile, embora não pudesse mais abastecer satisfatoriamente suas tropas, e precisou recuar para Tupello. Porém, nas palavras da imprensa escravocrata inglesa, sua capacidade de abastecimento se aperfeiçoou por causa de sua junção com as tropas de Lovell! Por outro lado, aqueles oráculos observavam que a febre amarela fustigaria os federalistas em Nova Orleans e que, por fim, se a cidade não era Moscou, seu prefeito poderia muito bem ser Brutus. Basta ler sua epístola melodramaticamente corajosa para o comandante Farragut. “Palavras nobres, meu senhor, palavras belas e nobres! Porém as palavras, por mais duras que sejam, não arrebatam ossos!”<sup>[3]</sup>

E, no entanto, no que concerne à queda de Nova Orleans, a imprensa dos escravagistas do Sul dos EUA não é tão otimista quanto seus consoladores ingleses. O *Richmond Dispatch* publicou:

O que aconteceu com nossas canhoneiras blindadas, Mississippi e Louisiana, das quais nós esperávamos a salvação da cidade da meia-lua (Nova Orleans)? A julgar pelo efeito que exerceram sobre o adversário, foi como se fossem feitas de vidro. É inútil negar que a captura de Nova Orleans é para nós um golpe muito duro. O governo confederado encontra-se agora sem ligações com a Louisiana ocidental, Texas, Missouri e Arkansas.

O *Norfolk Day Book* observou: “Foi o nosso mais sério revés desde o início da guerra. Ele augura privações e necessidades para todas as classes da sociedade e, o que é pior, ameaça o abastecimento de nosso exército”.

*The Atlantic Intelligencer* lamentou:

Nós esperávamos um resultado diferente. O avanço do inimigo não se processou por intermédio de um ataque surpresa; ele estava previsto há muito tempo. Haviam nos prometido que, se o adversário passasse diante do Forte Jackson, uma artilharia terrível o obrigaria a se retirar ou então provocaria sua destruição. Durante todo este tempo nos iludimos, como em todos os momentos em que confiamos que as fortificações seriam capazes de garantir a segurança de uma vila ou cidade. Parece que as invenções modernas destruíram a capacidade defensiva das fortificações. Receamos que Memphis venha a compartilhar o destino de Nova Orleans. Será que não é insensato nos iludirmos com esperanças?

Finalmente, o *Peterburg Express* publicou: “a tomada de Nova Orleans pelos federados é o acontecimento mais extraordinário e mais fatal de toda a guerra”.

## NOTAS

[1] Marx faz alusão às lutas de libertação do povo espanhol contra as forças napoleônicas. Saragoça foi posta sob cerco duas vezes (nos meses de julho e agosto, mais tarde em dezembro de 1808) por forças francesas numericamente superiores, mas só capitulou em fevereiro de 1809. No que concerne a Moscou, Marx alude ao incêndio da capital russa em setembro de 1812.

[2] No início de abril, o general Mitchell ocupou Huntsville, localizada a meio caminho entre Chattanooga e Corinth.

[3] Citação de Shakespeare, *Henrique IV*, parte I, ato V, cena 4.

# UM TRATADO CONTRA O COMÉRCIO DE ESCRAVOS

(Marx. *Die Presse*, 22 de maio de 1862)

Londres, 18 de maio de 1862

O tratado para a supressão do comércio de escravos, concluído entre a Inglaterra e os Estados Unidos no dia 7 de abril deste ano, em Washington, acaba de ser comunicado à imprensa e publicado *in extenso* pelos jornais americanos.

Os pontos principais desse importante documento são os seguintes: o direito de busca é recíproco, porém, só poderá ser exercido, de ambos os lados, por navios de guerra que tenham obtido, para tal efeito, os plenos poderes especiais de uma das potências contratantes. Periodicamente as potências contratantes compartilharão entre si a lista completa das embarcações de cada marinha sujeitas à inspeção nos termos do tratado. O direito de busca poderá ser exercido apenas contra navios mercantes localizados a duzentas milhas da costa africana, abaixo de 32 graus de latitude norte e num raio de trinta milhas náuticas da costa de Cuba. Os cruzadores americanos não exercerão o direito de busca sobre os navios ingleses, assim como os cruzadores ingleses não o exercerão sobre os navios americanos, em águas territoriais inglesas ou americanas (portanto, num raio de 3 mil milhas náuticas da costa) e diante de portos ou localidades habitadas de potências estrangeiras.

Dois cortes mistas, formadas metade por ingleses e metade por americanos, sediadas em Serra Leoa, Cidade do Cabo e Nova York, terão competência para julgar os navios capturados. No caso da condenação de um navio, sua tripulação será conduzida até a jurisdição da nação sob cuja bandeira estiver navegando, desde que não acarrete um custo exorbitante. Não apenas a tripulação (incluindo o capitão, o piloto etc.), mas também os proprietários da embarcação, quando for o caso, incorrerão nas penalidades previstas na legislação do respectivo país. As compensações (indenizações) aos proprietários dos navios mercantes absolvidos pelas cortes mistas serão pagas no prazo de um ano pela potência sob cuja bandeira navegar o navio de guerra responsável pela captura. Não apenas a presença de negros cativos gera causa legal para a captura de navios, mas também a presença de algemas, correntes e outros instrumentos para a custódia dos negros, além de alimentos, cuja quantidade exceda notoriamente as necessidades da tripulação. Um navio no qual sejam encontrados esses artigos suspeitos terá de provar inocência e, mesmo se absolvido, não poderá exigir indenização.

Os comandantes dos cruzadores que exorbitarem da autoridade conferida por este tratado são passíveis de punição pelo próprio governo. Se o comandante de um cruzador de uma das potências contratantes suspeitar que um navio mercante, quando escoltado por um ou mais navios de guerra da outra potência contratante, tenha negros a bordo ou esteja engajado no comércio de escravos, ou equipado para essa finalidade, deverá comunicar suas suspeitas ao comandante da escolta e visitar, com ele, o navio suspeito, o qual deverá ser conduzido à sede de uma das cortes mistas, caso se enquadre na categoria de embarcação suspeita, prevista no tratado.

Os negros encontrados a bordo de navios condenados serão colocados à disposição do governo sob cujo pavilhão a apreensão for realizada. Eles deverão ser libertados imediatamente e mantidos em liberdade sob a garantia do governo em cujo território se encontrar.

Esse tratado não poderá ser revogado em menos de dez anos. Ele permanecerá em vigor por um ano inteiro após a data de sua revogação por uma das partes contratantes.

Esse tratado anglo-americano, produto da Guerra Civil, desferiu um golpe mortal no comércio de escravos. O efeito se completará com a aprovação de uma lei, recentemente apresentada no Congresso pelo senador Sumner, que revoga a lei de 1808 sobre o comércio de escravos no litoral dos Estados Unidos e pune como crime o transporte de escravos de um porto a outro daquele país.<sup>[1]</sup> Essa lei irá obstruir consideravelmente o comércio entre os estados escravistas fronteiriços que se dedicam à “criação” de negros e os estados “consumidores”.



## NOTA

[1] A lei de 1801 preservava o comércio de escravos nos Estados Unidos, entre os estados escravistas do Sul e o Sudoeste, notadamente no litoral meridional do país. A proibição de importar escravos da África teve como consequência um aumento do comércio de negros escravizados no interior dos Estados Unidos. Estados como Maryland, Virgínia e Carolina do Norte passaram a se dedicar à criação e reprodução de negros escravizados para vendê-los aos estados que exploravam o trabalho escravo. Esses dispositivos da lei de 1808 foram anulados pelo projeto de lei submetido ao Senado por Sumner em 2 de maio de 1862. O transporte de escravos de um estado para outro tornou-se igualmente proibido.

## A SITUAÇÃO NO TEATRO DE GUERRA AMERICANO

(Marx/Engels. *Die Presse*, número 148 de 30 de maio de 1862)

Escrito de 23 a 25 de maio de 1862

A tomada de Nova Orleans, como relatórios detalhados que acabaram de chegar mostram, é uma façanha de bravura quase sem paralelo por parte da frota. A frota dos unionistas consistia meramente em navios de madeira: cerca de seis navios de guerra, cada um com 14 a 25 canhões, apoiados por uma grande esquadra de canhoneiras e barcos de morteiros. A frota tinha dois fortes à frente, que bloqueavam a passagem do Mississippi. Ao alcance de cem canhões dos fortes, o rio estava barrado em função de uma forte correnteza; atrás dele, foram empilhados torpedos, balsas de artilharia e demais instrumentos de destruição. Portanto, esses primeiros obstáculos tinham de ser superados para que chegasse à posição entre os fortes. Além deles, havia uma segunda linha de defesa formidável, composta por canhoneiras blindadas de ferro, incluindo o *Manassas* (um aríete de ferro), e o *Louisiana*, uma poderosa artilharia flutuante. Depois de os unionistas bombardearem os dois fortes que controlavam todo o rio — por seis dias e sem surtir grandes efeitos —, decidiram forçar, debaixo de fogo, a barreira de ferro com três divisões, arriscando navegar rio acima e lutar contra os *ironsides*.<sup>[1]</sup> A empreitada obteve sucesso. Assim que a esquadilha pousou em Nova Orleans, a vitória naturalmente estava decidida.

Beauregard agora não tinha nada para defender em Corinth.<sup>[2]</sup> Sua posição ali só faria sentido enquanto abrangesse o Mississippi e a Louisiana, especialmente Nova Orleans. Ele se encontra agora estrategicamente na posição de ter perdido uma batalha e estar sem quaisquer opções senão a de ter que dissolver seu exército em guerrilhas. Isso porque sem uma cidade grande para suporte do exército, onde as ferrovias e a provisões estão concentradas, não se pode mais reunir a população por muito tempo.

McClellan deu mostras conclusivas de que é incapaz militarmente; que, por coincidências favoráveis de sua posição elevada de comando e responsabilidade, está liderando uma guerra não para derrotar o inimigo, mas para evitar ser derrotado e, assim, não ter de perder sua grandeza usurpada. Ele se comporta como os antigos “generais de manobra”, cuja negligência ao realizar qualquer decisão tática era justificada pelo fato de o inimigo os ter forçado a renunciar suas posições. Os confederados sempre lhes escapam, pois nunca os ataca no momento crucial. Foi assim que lhes permitiu se retirarem calmamente de Manassas para Richmond — embora o plano de retirada já tivesse sido anunciado nos jornais de Nova York (por exemplo, no *Tribune*) dez dias antes.<sup>[3]</sup> Assim, ele dividiu seu exército e flanqueou os confederados estrategicamente, firmando-se na frente de Yorktown com sua tropa. Uma batalha entre fortalezas sempre cria um pretexto para que se perca tempo e se evite o conflito direto.

Conforme concentrava um poder de tropa superior ao dos confederados, fez com que se retirassem de Yorktown para Williamsburg, e isso sem forçá-los a lutar. Nunca antes uma guerra foi orquestrada de modo tão patético. Se a reação da retaguarda em Williamsburg tivesse terminado em uma derrota para as forças da União, e não em uma segunda *Bull Run*, McClellan não sairia como culpado por tal resultado.

Após uma marcha de aproximadamente doze milhas (inglesas), sob uma chuva de 24 horas e por estradas que eram verdadeiros lamaçais, 8.000 soldados da União sob o general Heintzelmann (origem alemã, mas nascido na Pensilvânia) chegaram não longe de Williamsburg, encontrando apenas fracos e pequenos agrupamentos de inimigos. Uma vez, porém, que este se assegurou de estar em número inferior, pediu reforços para as tropas principais em Williamsburg, trazendo um contingente que, aos poucos, adicionou 25.000 homens a suas fileiras. A briga ficou séria às nove da manhã; à uma e meia, o general Heintzelmann descobriu que o inimigo tinha maiores chances de vencer a batalha. Enviou mensageiros para o general Kearny, que ficara oito milhas para trás, e que pôde avançar muito lentamente em função da estrada “desintegrada” pelas chuvas. Heintzelmann ficou sem reforços por uma hora inteira, e os 7º e 8º Regimentos de Jersey, já sem pólvora, começaram a desertar em direção à floresta, para os dois lados da estrada. Heintzelmann pediu ao coronel Menill que se destacasse do batalhão com um esquadrão de cavalaria da Pensilvânia pelas duas alas da floresta, ameaçando atirar nos desertores. Isso fez com que os últimos estacassem.

A ordem foi restaurada, além disso, por meio do exemplo de um regimento de Massachusetts, o qual também ficou sem pólvora, mas implantou a baioneta em seus mosquetes e aguardou o inimigo com compostura. A liderança de Kearny, por fim, sob o brigadeiro Berry (do estado do Maine) foi notável. O exército de Heintzelmann recebeu seus salvadores com um “Viva!” selvagem; mandou que a orquestra

regimental tocasse o *Yankee Doodle* e que as tropas exaustas formassem uma linha de quase meia milha até que os homens de Berry passassem. Após tiroteios preliminares, a brigada de Berry fez uma investida com baionetas e expulsou o inimigo do campo de batalha, até a área das trincheiras, na qual boa parte permaneceu após repetidos ataques e contra-ataques por parte das tropas unionistas. Assim foi restabelecido o equilíbrio na batalha. A chegada de Berry havia salvado os unionistas. Às quatro horas, a chegada das brigadas de Jameson e Birney decidiram a vitória. Às nove da noite, iniciou-se a retirada dos confederados de Williamsburg, que continuou no dia seguinte — para Richmond — sob dura perseguição da cavalaria de Heintzelmanns. Já entre seis e sete da manhã, após a batalha, Heintzelmann havia ocupado Williamsburg por meio do general Jameson. O exército do inimigo em retaguarda havia evacuado o lado oposto da cidade apenas meia hora antes. A batalha de Heintzelmann foi, literalmente, uma batalha de infantaria. A artilharia quase não entrou em cena. Tiros de mosquete e ataques de baioneta a decidiram. Se o Congresso de Washington quisesse expressar um voto de agradecimento, o general Heintzelmann o mereceria — uma vez que salvou os ianques de uma segunda *Bull Run* —, e não McClellan, que de sua maneira habitual evitou “decisões táticas” e escapou pela terceira vez de um oponente numericamente mais fraco.

O exército confederado da Virgínia tem uma chance melhor do que o exército de Beauregard. Primeiro, porque enfrentará um McClellan em vez de um Halleck; depois, porque os muitos rios atravessam sua linha de retirada, cruzando as montanhas em direção ao mar. No entanto, para impedir que se dividam em grupelhos sem ao menos terem lutado, seus generais serão, mais cedo ou mais tarde, obrigados a se confrontarem em uma batalha decisiva, assim como os russos tiveram que fazer em Smolensky e Borodino, *contra* a vontade de seus ajuizados generais.<sup>[4]</sup> A forma como se seguiu a guerra de McClellan, a constante retirada com artilharia, munição, além de demais suprimentos de guerra deixados para trás, juntamente com a breve e infeliz batalha de retirada, desmoralizou os confederados de forma lamentável, como se mostrará um dia em uma batalha decisiva.

Assim, chegamos a nosso resumo:

Se Beauregard ou Jefferson Davis perderem uma batalha decisiva, seus exércitos se dissolverão em bandos. Se um deles vencer uma batalha decisiva, o que é altamente improvável, a dissolução de seus exércitos será adiada na melhor das hipóteses. Eles são incapazes de derivar a menor vantagem de uma eventual vitória. Eles não são capazes de avançar vinte milhas inglesas sem ter de estacar e aguardar uma nova ofensiva do oponente.

Resta investigar as chances de uma guerra de guerrilhas. Diga-se de passagem, nesta guerra de proprietários de escravos é magnífico o quão pouco, ou melhor, quão próximo a nada de participação popular houve. Em 1813, os vínculos entre os franceses de Colomb, Lützow, Tschernyschew e outros vinte líderes voluntários e cossacos foram continuamente rompidos e prejudicados. Em 1812, a população russa desapareceu completamente das linhas francesas; em 1814, os fazendeiros franceses se armaram e mataram as patrulhas e retardatários aliados. No presente caso, porém, nada do tipo acontece. As pessoas se submetem ao *destino das grandes batalhas* e se confortam com um “*victrix causa diis placuit, sed victa Catoni*”.<sup>[5]</sup> A reputação da guerra se dissolve aos poucos. Restam poucas dúvidas de que o *white trash* (o “lixo branco”, como os próprios senhores de terra chamam os brancos pobres) se valerá da guerra de guerrilha e os saques. Contudo, uma tal tentativa transformará muito rapidamente os proprietários de posses em *unionistas*. Eles próprios evocarão as tropas dos ianques para auxiliá-los. Os supostos incêndios de campos de algodão no Mississippi são baseados apenas no testemunho de dois kentuckianos que alegam ter estado em Louisville — certamente não no Mississippi. O incêndio em Nova Orleans foi organizado sem grandes dificuldades; o fanatismo dos comerciantes de Nova Orleans se explica pelo fato de que precisavam tomar uma montanha de notas de crédito emitidas do governo confederado por dinheiro. O incêndio em Nova Orleans se repetirá em outras cidades; outros cantos certamente serão queimados, mas esses golpes teatrais só poderão culminar no conflito entre os plantadores e o “lixo branco” e, com isso, *finis Secessiae* [fim da Secessão]!

## NOTAS

[1] A referência não é ao regimento de cavalaria (inicialmente usado por Oliver Cromwell durante a Guerra Civil Inglesa), mas ao *USS New Ironsides*, frota de navios de dois mastros importados pelos secessionistas em outubro de 1861.

[2] Ver “movements of the Manassas Rebels”, *New-York Daily Tribune*, no. 6517, 22/02/1862.

[3] A batalha de Corinth, Mississippi, foi decidida no dia 30 de maio de 1862 após um mês de cerco por parte das tropas do general Henry Halleck.

[4] Referência às batalhas de Smolesky (16 a 18/8/1812) e de Borodino (7/9/1812), parte da libertação russa do exército invasor liderado por Napoleão Bonaparte.

[5] Frase retirada da *Pharsalia* (1, 128) de Lucano. Tradução livre: “a causa vitoriosa agradou aos deuses, mas a causa dos vencidos agradou a Catão”. Lucano foi contra o imperialismo da grande era de César, e, em seu poema, expressou que mesmo com César vitorioso, havia quem defendesse a causa de seus inimigos derrotados.

## PARA UMA CRÍTICA DOS ASSUNTOS AMERICANOS

(Marx/Engels. Die Presse, 9 de agosto de 1862)

Londres, 4 de agosto de 1862

A crise que atualmente define a situação dos Estados Unidos possui duas causas: uma militar e outra política.

Se a última campanha fosse conduzida conforme um plano estratégico único, o principal exército do Norte teria condições – como explicado anteriormente nesta coluna – de explorar suas vitórias no Kentucky e no Tennessee, abrindo caminho do norte do Alabama até a Geórgia para arrebatar os entroncamentos ferroviários em Decatur, Milledgville etc. Desse modo, as comunicações entre os exércitos secessionistas do Leste e do Oeste teriam sido rompidas, inviabilizando seu apoio recíproco. Em vez disto, o exército do Kentucky marchou para o sul do Mississippi, na direção de Nova Orleans, fazendo que sua vitória nas imediações de Memphis não produzisse outro resultado senão o de despachar a maior parte das tropas de Beauregard em direção a Richmond, de maneira que os confederados, com um exército melhor e em uma posição superior, confrontassem subitamente McClellan, que não aproveitara a derrota das tropas inimigas em Yorktown e Williamsburg, e, além disto, havia dividido suas forças. O comando militar de McClellan, já analisado por nós, foi por si só suficiente para provocar a ruína do melhor e mais disciplinado exército. Finalmente, o secretário da Guerra, Stanton, cometeu um erro imperdoável. Com o fim de provocar boa impressão no exterior, ele suspendeu o recrutamento militar após a conquista do Tennessee, condenando o exército a um enfraquecimento progressivo justamente quando mais necessitava de reforços para uma ofensiva rápida e decisiva. Apesar dos disparates estratégicos, e não obstante o comando de McClellan, caso o exército se beneficiasse de um afluxo constante de recrutas, a guerra poderia ter sido, senão decidida, pelo menos encaminhada para um final vitorioso. A medida adotada por Stanton foi, porém, ainda mais desastrosa, por ocorrer no exato momento em que o Sul decidiu alistar todos os homens de 18 a 35 anos, apostando tudo em uma única cartada. São esses homens, treinados nesse lapso de tempo, que têm garantido a iniciativa e a vantagem dos confederados em quase toda parte. Eles conseguiram imobilizar Halleck, desalojar Curtis do Arkansas, derrotar McClellan e, sob o comando de Stonewell Jackson, deram o sinal para os ataques de guerrilha que já atingem Ohio.

As causas militares da crise estão, em parte, conectadas com suas causas políticas. Foi a influência do Partido Democrata que elevou um incompetente como McClellan ao posto de comandante em chefe de todas as forças militares do Norte, pois era um antigo partidário de Breckinridge. Foi uma atenção obsessiva para com os desejos, vantagens e interesses dos porta-vozes dos estados escravagistas fronteiriços que, em última análise, provocou a ruptura com as questões de princípio da Guerra Civil, privando-a, por assim dizer, de sua alma. Os “leais” proprietários de escravos desses estados fronteiriços fizeram com que as leis sobre escravos fugitivos<sup>[1]</sup> ditadas pelo Sul fossem preservadas, que as simpatias dos negros pelo Norte fossem reprimidas pela força, que nenhum general ousasse ter sob seu comando uma companhia formada por negros e os enviasse ao campo de batalha e que, por fim, a escravidão, esse calcanhar de Aquiles do Sul, fosse transformada em dura couraça, invulnerável aos golpes. Graças aos escravos, que realizam todo o trabalho produtivo, todos os homens em boas condições físicas podem ser enviados ao campo de batalha!

Nesse momento, em que as ações de secessão se elevam, os porta-vozes dos estados fronteiriços fazem reivindicações ainda maiores. No entanto, como mostra o apelo de Lincoln,<sup>[2]</sup> que ameaça com uma inundação da maré abolicionista, a situação pode sofrer uma guinada revolucionária. Lincoln sabe aquilo que a Europa ignora: que não foi a apatia ou o recuo sob a pressão da derrota iminente que fizeram seu apelo por 300 mil novos recrutas encontrar uma recepção tão fria. A Nova Inglaterra e o Noroeste, que proporcionaram o contingente principal do exército, estão determinados a empurrar o governo para uma espécie de guerra revolucionária e inscrever na bandeira das listras estreladas o *slogan* de combate, “Abolição da Escravidão!” Lincoln hesitou e procrastinou medrosamente diante dessa pressão externa, mas sabe que já não pode resistir por muito tempo. É o que explica o seu apelo suplicante aos estados fronteiriços para renunciarem voluntariamente à instituição da escravidão sob condições contratuais vantajosas. Ele sabe que apenas a continuidade da escravidão nos estados fronteiriços a manteve intocada no Sul e impediu o Norte de usar contra ela seu remédio mais radical. Ele se equivoca ao imaginar que os

“leais” senhores de escravos serão convencidos por discursos benevolentes e argumentos racionais. Eles apenas cederão mediante o uso da força.

Não assistimos até aqui senão ao primeiro ato da Guerra Civil: a evolução constitucional da guerra. O segundo ato: o desenvolvimento revolucionário é iminente. Nesse intervalo, durante as primeiras sessões do Congresso, foi decretada uma série de medidas importantes que resumiremos brevemente aqui.

Abstraindo a legislação financeira, assinalamos que o Congresso votou a lei Homestead, pela qual as massas populares do Norte aguardavam em vão durante muito tempo,<sup>[3]</sup> segundo a qual partes das terras do estado serão cedidas gratuitamente a fim de ser cultivadas por colonos naturais do país ou recém-chegados. Ela abole a escravidão em Columbia e na capital federal, indenizando os antigos proprietários de escravos.<sup>[4]</sup> A escravidão foi declarada “impossível para sempre”<sup>[5]</sup> em todo o território dos Estados Unidos. A lei, sob a qual o estado da Virgínia ocidental foi admitido na União, prescreve a abolição da escravidão gradativamente e declara como livres todas as crianças negras nascidas após o dia 4 de julho de 1863. Essas condições de emancipação progressiva são, em grande medida, inspiradas por uma lei que vigora na Pensilvânia há setenta anos<sup>[6]</sup> sobre a mesma matéria. Uma quarta lei emancipa todos os escravos dos rebeldes que caíam nas mãos do exército republicano. Outra lei, que está sendo praticada pela primeira vez, prevê que esses negros emancipados sejam organizados militarmente e enviados em campanha contra o Sul. A independência das repúblicas negras da Libéria e do Haiti é reconhecida e um tratado para a abolição do comércio de escravos é finalmente assinado com a Grã-Bretanha.<sup>[7]</sup> Logo, seja qual for o destino da guerra, já se pode afirmar com segurança que a escravidão negra não sobreviverá por muito tempo a esta Guerra Civil.

## NOTAS

[1] Referência à lei adotada pelo Congresso em 1850 que completava a lei de 1793 sobre a extradição de escravos fugitivos. Previa-se que todos os estados tivessem funcionários encarregados de entregar escravos fugidos. O governo federal deveria empregar todos os meios à disposição para recapturá-los e negava aos escravos o direito de ser julgados por um júri ou de testemunhar em defesa própria. A recompensa por negro capturado e reenviado à escravidão era de dez dólares. A lei previa uma multa de mil dólares e seis meses de prisão para quem se opusesse a sua aplicação. As massas populares se exasperaram e o movimento abolicionista se fortaleceu. A lei se tornou praticamente inaplicável no início da Guerra Civil e foi definitivamente abolida em 1864.

[2] Em 12 de julho de 1862 Lincoln propôs aos representantes dos estados fronteiriços no Congresso americano libertar progressivamente os escravos negros após o pagamento de indenização aos escravistas, a fim de, com essa lei, acabar mais rapidamente com a guerra.

[3] A Homestead Bill, uma das principais medidas adotadas pelo governo Lincoln, foi adotada em 20 de maio de 1862. Previa que qualquer cidadão dos Estados Unidos, ou qualquer pessoa que desejasse se tornar um, pudesse obter 160 acres de terra (65 hectares) após pagar uma taxa de dez dólares. A terra se tornaria propriedade plena do agricultor se ele pagasse 1,25 dólar por acre ou se trabalhasse a terra durante cinco anos. Essa iniciativa contribuiu para imprimir um contorno revolucionário à Guerra Civil, ao assegurar a colonização das novas terras pela agricultura livre.

[4] Washington fazia parte do distrito de Columbia e a abolição da escravidão na capital federal havia sido uma das principais reivindicações dos antiescravistas da guerra de independência dos anos 1775-1783. A lei de 16 de abril de 1862, sujeita aos termos de compensação, libertou cerca de 3 mil negros. O governo investia trezentos dólares por escravo liberto, perfazendo uma soma total de pouco menos de 1 milhão de dólares.

[5] Em junho de 1862, Lincoln declarou que “não existirá mais escravidão nem servidão involuntária em qualquer território que atualmente integra os Estados Unidos, que se constitua no futuro ou seja adquirido [...]”.

[6] Em 1779 foi votada uma lei na Pensilvânia para emancipar gradualmente os escravos. Ela previa que nenhuma criança nascida em um estado escravista deveria ser escrava. Os filhos de escravos poderiam, no entanto, servir aos senhores até a idade de 21 anos, após então não se poderia mais exigir deles esse “serviço”.

[7] A Libéria foi fundada em 1847 pela Sociedade Americana de Colonização com a finalidade de possibilitar a emigração dos negros livres dos EUA (no mesmo momento em que o governo fazia todos os esforços para acolher os brancos europeus!) naquele país. O Haiti era um estado formalmente independente, onde a República fora instaurada em 1859. Os Estados Unidos (só depois que outras potências o fizeram) estabeleceu relações diplomáticas com as

repúblicas negras dos dois países em junho de 1862. Esse gesto teve por objetivo, entre outros, enviar os negros estadunidenses para lá. Os representantes da ala revolucionária dos abolicionistas protestaram energicamente contra a criação, no exterior dos Estados Unidos, de colônias para os negros livres no programa de Lincoln.

# SOBRE OS ACONTECIMENTOS NA AMÉRICA DO NORTE

(Marx. Die Presse, número 281 de 12 de outubro de 1862)

Escrito em 7 de outubro de 1862

A breve campanha em Maryland decidiu o destino da Guerra Civil Americana, e como sempre pôde desequilibrar o desempenho bélico dos partidos em conflito por certo período de tempo. Desenvolvemos anteriormente neste jornal que a luta pela posse dos estados escravistas da fronteira é uma luta pelo domínio da União, e que a Confederação se encontra em desvantagem nesta luta, na qual tem combatido somente em circunstâncias mais favoráveis a si, nunca nas corriqueiras.

*Maryland* valia, justamente, como a cabeça, Kentucky como o braço do partido escravista nos estados fronteiriços. A capital de Maryland, Baltimore, até então fora preservada como “leal” [à União] somente sob lei marcial. Era um dogma, não apenas do Sul como também no Norte, que a aparição de confederados em Maryland daria o sinal para um levante popular em massa contra os “partidários de Lincoln”. Ali não contava apenas com um êxito militar, mas também com uma demonstração moral capaz de eletrizar os elementos sulistas em todos os estados fronteiriços, carregando-os violentamente em seu turbilhão.

Com Maryland, Washington caiu, a Filadélfia foi ameaçada e Nova York deixou de ser mais segura. A invasão simultânea do Kentucky por força da população, postos e suprimentos econômicos dos principais estados fronteiriços foi, se considerada de forma isolada, mera brincadeira. Com apoio das vitórias decisivas em Maryland, tal invasão esmagou o partido unionista no Tennessee, abarcando o Missouri, assegurando o Arkansas e o Texas, pondo em risco Nova Orleans e, acima de tudo, mudando a guerra para Ohio, o estado central dos nortistas, cujos domínios se estendem pelo Norte da mesma forma como a Geórgia se estende pelo Sul. Um exército confederado em Ohio cortaria os estados nortistas pelo leste e combateria o oponente em seu próprio cerne. Após o fiasco do principal exército rebelde de Maryland, a invasão do Kentucky, levada adiante de modo pouco enérgico, não encontrou simpatia popular em lugar algum, de forma que o dito exército se encolheu em um grupelho de guerrilheiros insignificante. Mesmo a captura de Louisville agora só uniria “os gigantes do Oeste”, as multidões de Iowa, Illinois, Indiana e Ohio em uma “avalanche” semelhante à que explodiu na cabeça dos sulistas durante a primeira gloriosa campanha do Kentucky.

Assim, a campanha de Maryland provou que a onda da Secessão carece de prontidão para atacar através do Potomac e junto às margens do rio Ohio. O Sul está limitado à posição defensiva, embora *apenas na ofensiva* resida a possibilidade de sua vitória. Com os estados fronteiriços apropriados, esmagados entre o Mississippi a Oeste e o Oceano Atlântico a Leste, nada foi conquistado — nada além de um enorme sepulcro.

Não se deve esquecer por um único instante que os sulistas tomaram os estados fronteiriços, governando-os politicamente, assim que plantaram neles a bandeira da rebelião. O que esperavam conseguir eram os territórios. Mas acabaram perdendo os estados fronteiriços junto dos territórios.

No entanto, a invasão de Maryland foi realizada sob conjunturas mais favoráveis. Uma série vergonhosa de derrotas sem precedentes no lado do Norte; um exército federalista desmoralizado; “Stonewall” Jackson como herói do dia; Lincoln e seu governo ridicularizados; o Partido Democrata no Norte recuperando forças e já contando com uma presidência de Jefferson Davis; a França e a Inglaterra em movimento para proclamar em bom tom a legitimidade (já reconhecida internamente) dos proprietários de escravos! “*E pur si muove*”.<sup>[1]</sup> A razão, porém, vencerá na História mundial.

Ainda mais importante que a campanha de Maryland é a Proclamação [de Emancipação] de Lincoln.<sup>[2]</sup> A figura de Lincoln é uma figura *sui generis* nos anais da História. Nenhuma iniciativa, nenhum impulso idealista, nenhuma exacerbação retórica, nenhum drapeado de Grande História.<sup>[3]</sup> Ele sempre realiza os feitos mais importantes da forma mais insignificante. Outros, para quem a discussão toda é uma questão de metros quadrados de terra, proclamam que há uma “batalha por ideias” em jogo. O próprio Lincoln, quando está lidando com ideais, denuncia que essas pessoas só estão pensando em metros quadrados de terra. Hesitante, relutante e sem muita vontade, ele canta a ária de bravura própria de seu papel como se estivesse pedindo perdão pelas circunstâncias que o obrigaram a “ser um leão”. Os decretos mais terríveis e, de um ponto de vista histórico, extremamente estranhos que tem lançado contra o inimigo — todos parecem e se esforçam para parecer investidas corriqueiras que um advogado oferece a sua contraparte, meras chicanas jurídicas, pequenas e herméticas *actiones juris*. O mesmo caráter está presente em sua mais recente



Proclamação, o documento mais importante na história americana desde a fundação da União, que demole a antiga constituição americana com seu manifesto em prol da abolição da escravidão. Nada mais fácil do que dar mostras do que há de esteticamente desagradável, formalmente burlesco e politicamente contraditório nas políticas públicas principais e estatais de Lincoln, como fazem os pândaros ingleses pró-escravidão do *Times*, o *Saturday Review* e tantos outros. Apesar disso, Lincoln tomará um assento logo ao lado do de Washington na História dos Estados Unidos e da humanidade! Será este o dia em que, enquanto a mesmice está se espalhando melodramaticamente neste lado do Oceano Atlântico, as coisas importantes passarão a se tornar artigo cotidiano no Novo Mundo?

Lincoln não é o rebento de uma revolução popular. Sem saber que grande destino tomaria, o trâmite usual de sufrágio universal caiu em seu colo — no colo de um plebeu que subiu no palanque de senador de Illinois, sem brilhantismo intelectual, sem grandeza particular ou significado excepcional; trata-se de uma natureza mediana com boa vontade. Nunca o Novo Mundo alcançou maior vitória do que quando provou que, com sua organização política e social, bastam naturezas medianas com boa vontade para a realização daquilo que, no Velho Mundo, exigiria heróis!

Hegel já observou que, na verdade, a comédia sobrepõe a tragédia, e o humor da Razão se sobrepõe a seu emocionalismo, a seu *pathos*. Se Lincoln não é detentor do *pathos* da iniciativa histórica, ao menos detém seu senso de humor como uma figura popular mediana. Em que momento ele emite a proclamação de que a escravidão na Confederação será abolida a partir de 1º de janeiro de 1863? No mesmo em que a Confederação, como estado independente, decide “negociar a paz” no Congresso de Richmond. No mesmo em que os escravocratas dos estados fronteiriços acreditavam que “a instituição peculiar” seria garantida em função da incursão dos sulistas do Kentucky, assim como o controle sobre seu compatriota, o presidente Abraham Lincoln, em Washington.

## NOTAS

[1] “E ela ainda se move”. Frase atribuída a Galileu após sair de seu julgamento perante a Inquisição italiana, onde teve que negar que a Terra se movia ao redor do Sol.

[2] A *Emancipation Proclamation* foi um passo preliminar para a abolição definitiva da escravatura em território dos EUA. Ela declarava que todos os escravizados, cerca de 3 milhões de pessoas, ganhariam o *status* de pessoas livres nos estados confederados a partir de primeiro de janeiro de 1863, abrindo precedente para campanha militares de libertação.

[3] No original, *keine historische Draperie*, o que é uma metáfora obscura. O que os autores provavelmente apontam é a falta de propensão para a grandiosidade histórica que figuras políticas da época tinham (pensem em Napoleão III, que se portava como uma celebridade). A imagem de Lincoln como um governante excêntrico, intransigente e de punho forte, foi culturalmente construída mais tarde, após a libertação dos escravizados e seu consequente assassinato em abril de 1865. Até o momento de escrita do artigo, ele era semanalmente ridicularizado por boa parte dos jornais ingleses.

## A SITUAÇÃO NA AMÉRICA DO NORTE

(Marx. Die Presse, número 309 de 10 de novembro de 1862)

Londres, 4 de novembro de 1862

General Bragg, que comanda o exército sulista no Kentucky— as demais forças armadas ali se limitam a bandos de guerrilheiros —, expediu uma proclamação, ao invadir esse estado fronteiro, que lança uma luz significativa sobre as últimas movimentações coordenadas no xadrez da Confederação. A proclamação de Bragg, dirigida aos estados no Noroeste, toma como acertado o sucesso no Kentucky e aparentemente calcula a eventualidade de um avanço vitorioso adentro de Ohio, o estado central do Norte. Inicialmente, a proclamação explana sobre a disposição da Confederação de garantir frete grátis nos rios Mississippi e Ohio, garantia que só fará sentido enquanto os proprietários de escravos estiverem na posse dos estados fronteiros. Assume-se, portanto, em Richmond [então capital dos Estados Confederados] que as incursões simultâneas de Lee em Maryland e de Bragg no Kentucky garantiriam a posse dos estados fronteiros de uma só vez.

Bragg vai adiante para demonstrar que o Sul estaria lutando com justificativa pela sua independência, mas que, de resto, desejaria paz. Porém, a real e singular virada de sua proclamação está na oferta de uma separação pacífica dos estados do Noroeste — a demanda de que eles se separem da União e se afilem à Confederação, uma vez que os interesses econômicos do Noroeste e do Sul são tão consistentes quanto os do Noroeste e Nordeste são reciprocamente hostis. Vê-se aí que o Sul, mal se vendo na posse dos estados fronteiros, já divulga oficialmente o objetivo adicional de uma reconstrução da União com a exclusão dos estados da Nova Inglaterra.

Como no caso da invasão de Maryland, a invasão do Kentucky fracassou: que ocorreu no caso da Batalha de Antietam Creek, ocorreu na Batalha de Perryville, próxima a Louisville. Tanto em uma quanto na outra, os confederados estavam na ofensiva quando atacaram a vanguarda do exército de Buell. A vitória dos federalistas deve-se ao comandante de vanguarda, general McCook, que resistiu às forças inimigas, muito mais numerosas, até que Buell tivesse tempo de guiar sua força principal para o campo de batalha. Não resta dúvidas de que a derrota em Perryville resultará na evacuação [das forças armadas] do Kentucky. O bando de guerrilheiros mais significativo, formado pelos partidários mais fanáticos do sistema escravista no Kentucky e liderado pelo general Morgan, foi destruído em Frankfort (entre Louisville e Lexington) quase simultaneamente. Por fim, assomamos a isso a vitória decisiva do general [William] Rosecrans perto de Corinth, a qual exige que o exército invasor derrotado sob o general Bragg parta em retirada o mais rápido possível.

Assim, fracassou por completo a campanha dos confederados para recuperar os estados escravistas fronteiros perdidos em larga escala — mesmo com seus resultados militares e nas condições econômicas mais favoráveis. Para além dos resultados militares imediatos, essas batalhas contribuem de outras maneiras para a remoção do principal obstáculo. O domínio dos estados escravistas originais sobre os estados fronteiros baseia-se, naturalmente, na presença do elemento escravizado nos últimos, o mesmo elemento que impõe certas deferências diplomáticas e constitucionais ao governo da União em sua luta contra a escravidão. Esse próprio elemento, porém, está sendo eliminado por meio da Guerra Civil no palco principal do conflito, os estados fronteiros. Grande parte dos escravocratas estão emigrando ininterruptamente em direção ao Sul com seu *black chattel* [sua mercadoria negra, i. e. os escravizados], a fim de assegurar suas propriedades. Após cada uma das derrotas dos confederados, essa emigração avança para um nível mais elevado.

Um de meus amigos [Joseph Weydemeyer], um oficial alemão que lutou alternadamente no Missouri, Arkansas, Kentucky e Tennessee sob a flâmula estrelada [da União], escreveu-me que essa emigração lembra muito o êxodo da Irlanda nos anos de 1847 e 1848. Para além da parcela ativa de escravocratas — a juventude de um lado, os líderes políticos e militares de outro —, destaca-se o grosso de sua classe, formando bandos de guerrilha em seus próprios estados e sendo destruídos como guerrilheiros, ou então abandonando a terra natal e incorporando-se ao exército ou à administração da Confederação. Resulta disso: por um lado, uma redução tenebrosa do elemento escravocrata nos estados fronteiros, onde sempre se teve de lutar contra *encroachments* [anexação de terras] por parte de trabalhadores livres rivais. Por outro lado, resulta daí a evacuação da parte ativa dos proprietários de escravos e de sua comitiva branca. Resta somente

um punhado de proprietários de escravos “moderados”, que logo pegarão, com ganância, o dinheiro sujo que Washington lhes proverá em troca de seu *black chattel*, cujo valor estará perdido logo que o mercado sulista for fechado. Assim, a própria guerra culminará em uma solução para o problema, por meio de uma reviravolta efetiva<sup>[1]</sup> das formas de socialização nos estados fronteiriços.

Para o Sul, o melhor período do ano para se travar uma guerra termina agora; para o Norte, ele só começará, uma vez que seus rios domésticos voltem a ser navegáveis, e a combinação de guerra terrestre e marítima (já experimentada com tanto sucesso) volte a ser viável. O Norte tem se valido desse período de intervalo com avidez. Veículos blindados para os rios a Oeste, num número de 10, estão praticamente concluídos; o mesmo vale para o dobro de veículos semi-blindados para águas rasas. A Leste, muitos navios blindados novos deixaram seus estaleiros, ao passo que outros ainda recebem reparos. Tudo estará pronto até 1º. de janeiro de 1863. A Ericsson, inventora e construtora do *Monitor*, está liderando a construção de nove novos navios baseados no mesmo modelo. Quatro deles já estão “flutuando”.

O exército junto ao Potomac, no Tennessee e na Virgínia, assim como em vários pontos do Sul (Norfolk, New Bern, Port Royal, Pensacola e Nova Orleans) recebe novos ingressantes todos os dias. O primeiro contingente de 300.000 homens anunciado por Lincoln em julho foi organizado, e alguns deles já se encontram em campo de batalha. O segundo contingente de 300.000 homens vem sendo reunido gradualmente há nove meses. Em alguns estados, a conscrição compulsória foi anulada e substituída por recrutamento voluntário; nenhum deles se deparou com grandes dificuldades. A ignorância e o ódio declararam que a conscrição é um evento inaudito sem precedentes na história dos Estados Unidos. Nada poderia ser mais equivocado. Durante a Guerra da Independência e a Segunda Guerra contra a Inglaterra (1812-1815) um grande número de tropas foi compulsoriamente alistado, assim como em pequenas e diversas guerras contra os indígenas, sem que isso encontrasse oposição significativa.

É um fato notável que, durante este ano, um contingente de aproximadamente 100.000 almas emigrou para os Estados Unidos, e que metade desses emigrantes, consistem em irlandeses e britânicos. No último congresso da Associação em Prol do Avanço das Ciências [*Association for the advancement of Science*] inglesa, em Cambridge, o economista Merivale teve que lembrar daquilo que seus compatriotas do *Times*, *Saturday Review*, *Morning Post*, *Morning Herald*, para não falar *dii minorum gentium*,<sup>[2]</sup> se esqueceram completamente ou estão fazendo a Inglaterra esquecer: a saber, do fato de a maioria da população inglesa excedente encontrar um novo lar nos Estados Unidos.

## NOTAS

[1] No original, *faktische Umwälzung*. O termo *Umwälzung* foi usado até meados de 1810 como termo equivalente ao francês *révolution*; a própria Revolução Francesa foi chamada por seus contemporâneos alemães (Campe, Archenholz) de *Französische Umwälzung*.

[2] “Do panteão inferior de deuses”; em latim no original.

## SINTOMAS DE DESINTEGRAÇÃO NA CONFEDERAÇÃO SULISTA

(Marx. *Die Presse*, 14 de novembro de 1862)

A imprensa inglesa é mais sulista que o próprio Sul. Enquanto vê tudo com maus olhos no Norte, e tudo com bons olhos na terra do *nigger*, as próprias pessoas dos estados escravistas não se deixam enganar de maneira alguma pela “certeza da vitória” que o *Times* está celebrando.

A mídia sulista, em uníssono, ergue clamores de consternação ante a derrota em Corinth e acusa os generais Price and Van Dorn de “incompetência e prepotência”. Antes o *Mobile Advertiser* falara de um regimento — o 42.º regimento do Alabama —, que foi para a batalha da sexta, [03 de outubro], com 530 homens. No sábado, contava com 300 homens, e consistia em meros 10 homens no domingo. O resto foi morto, capturado, ferido ou de alguma outra forma se perdeu nesse ínterim. Os jornais da Virgínia usam um linguajar semelhante.

“É evidente”, diz o *Richmond Whig*, “que o propósito imediato de nossa campanha do Mississippi não foi atingido”.

“É de se temer”, diz o *Richmond Enquirer*, “que o resultado dessa batalha terá o efeito mais danoso em nossa campanha no Oeste”.

Tal prognóstico tornou-se verdade, como mostram a evacuação do Kentucky (por Bragg) e a derrota dos confederados em Nashville, Tennessee.

Das mesmas fontes — jornais da Virgínia, Geórgia e Alabama —, estamos recebendo revelações a respeito do conflito entre o governo central em Richmond e os governos de estados escravistas individuais. A ocasião para o conflito advém da última Lei de Recrutamento Compulsório [*Conscription Act*], segundo a qual o Congresso estendeu o serviço militar para muito além da idade habitual. Um certo Levingood foi alistado na Geórgia sob tal lei e preso por um agente da Confederação, J. P. Bruce, pois recusou-se a servir. Levingood compareceu na mais alta corte do condado de Elbert (Geórgia), a qual ordenou sua soltura imediata. A bastante extensa declaração do julgamento diz, entre outras coisas:

O preâmbulo da constituição da Confederação toma o cuidado de ressaltar explicitamente que os estados individuais são soberanos e independentes. Como isso poderia ser dito da Geórgia se qualquer homem de milícia pudesse ser removido da supervisão de seu comandante coercitivamente? Se o Congresso em Richmond pode passar uma lei de alistamento compulsório com exceções, o que impede que passe uma lei de recrutamento sem exceções e, assim, aliste governador, legisladores, funcionários de cortes, pondo um fim em todo o governo federal? [...] Por esse e outros motivos, fica por meio deste ordenado e decretado que a Lei do Recrutamento do Congresso é nula e não tem qualquer validade legal [...]

Assim, o estado da Geórgia proibiu o recrutamento compulsório dentro de suas fronteiras, e o governo confederado não ousou revogar tal proibição.

Na Virgínia ocorreram conflitos semelhantes entre o “estado individual” e a “liga de estados individuais”. O motivo da disputa é a relutância do governo federal de ceder aos agentes do Sr. Jefferson Davis o direito de alistar os homens da milícia da Virgínia e incorporá-los ao exército da Confederação. O incidente levou a uma troca de correspondências cáusticas entre o secretário de guerra e o general J. B. Floyd, personagem notória que, na condição de secretário de guerra sob o presidente Buchanan, preparou a Secessão e, no processo, deu um jeito de “cindir” porções significantes de fundos do Tesouro nacional para seus cofres privados. Esse cabeça da Secessão, conhecido no Norte como “Floyd, o ladrão”, agora emerge como o paladino dos direitos da Virgínia contra a Confederação. O *Richmond Examiner* comenta, entre outras coisas, a correspondência entre Floyd e o secretário de guerra:

Toda a correspondência ilustra bem a resistência e hostilidade que nosso estado (a Virgínia) e seu exército tiveram de sofrer nas mãos daqueles que abusaram do poder da Confederação em Richmond. A Virgínia tem sido predada por fardos intermináveis. Mas tudo tem um limite; o estado não tolerará mais a repetição dessa injustiça... a Virgínia proveu quase todos os armamentos, munição e equipagem militar que permitiram a vitória nas batalhas de Bethel e Manassas. Ela deu ao serviço Confederado, de seus próprios depósitos e arsenais, 75.000 rifles e mosquetes, 233 artigos de artilharia e uma fábrica de armamentos magnífica. Seus contingentes de homens capazes de empunhar armas foi diminuído ao extremo a serviço da

Confederação; eles tiveram de tocar, desassistidos, o inimigo da fronteira oeste; não é motivo para nos indignarmos se as criaturas do governo confederado agora ousam transformar isso em um jogo?

No Texas, igualmente, a dissipação repetida de sua população masculina adulta para o Leste gerou antagonismo em relação à Confederação. Em 30 de setembro, o Sr. Oldham, representante do Texas, protestou no Congresso em Richmond:

Nas expedições de gansos selvagens de Sibley, uma tropa de 3.500 homens selecionados foi enviada para fora do Texas para morrer nas planícies áridas do Novo México. O resultado foi a vinda do inimigo para nossas fronteiras, as quais ele cruzará no inverno. Vocês moveram as melhores tropas do Texas para leste do Mississippi, arrastaram-nas para a Virgínia, usaram-nas em locais de extremo perigo onde seriam dizimadas. Três quartos de todo o regimento texano estão dormindo em um túmulo ou tiveram de ser dispensados por causa de doença. Se este governo continuar a enviar homens capacitados para fora do Texas desse jeito, a fim de manter o equilíbrio das forças daqueles [outros] regimentos, o Texas estará arruinado, irrevogavelmente arruinado. Isso é injusto e contrário à política. Meus constituintes têm famílias, propriedade e sua terra natal para defender. Protesto em nome deles contra o transporte de homens do oeste do Mississippi para o leste, de forma que seu próprio estado fique aberto para a invasão de inimigos do Norte, Leste, Oeste e Sul.

Observam-se duas coisas emergirem das citações subsequentes de jornais sulistas. As medidas coercitivas do governo confederado para inchar os regimentos do exército foram longe demais. Os recursos militares estão se esgotando. Em segundo lugar, e de forma ainda mais decisiva, a doutrina dos *state rights* [direitos soberanos dos estados] com que os usurpadores em Richmond dão ares constitucionais à Secessão já está começando a se voltar contra eles próprios. É assim que o Sr. Jefferson Davis obteve êxito em fazer do Sul uma nação, como se gabou seu admirador inglês Gladstone.<sup>[1]</sup>

#### NOTA

[1] Referência ao discurso de Gladstone em Newcastle em 07/10/1862, relatado no *The Times*, número 24372, edição de 09/10/1862.

## **Seção V. Tensões diplomáticas**

# INTRODUÇÃO

por Felipe Vale da Silva

Dos 52 artigos escritos sobre a Guerra Civil, quase metade se volta a questões diplomáticas entre os EUA e as grandes potências europeias. Este fator revela uma série de dados importantes sobre o método do materialismo histórico de meados de 1860: os autores esforçavam-se para pensar como a transformação dos modos de produção estadunidenses (da exploração escravista para a exploração do trabalho assalariado) afetaria a dinâmica de acumulação nos mercados globais.

Para darmos um exemplo já pincelado em artigos das SEÇÕES I e II, uma vez que os portos de cidades sulistas foram fechados pela marinha unionista e o algodão deixou de chegar às indústrias de Manchester, a Inglaterra foi lançada em uma crise profunda. Sua indústria têxtil tornara-se dependente do escravismo americano, de forma que medidas drásticas teriam de ser tomadas para que se freasse o colapso do capitalismo industrial. A primeira reação foi a de repensar sua política colonial na longínqua Índia, cuja administração desastrosa e a falta de infraestrutura colonial mínima impediram, por fim, que os ingleses utilizassem aquele território para cultivar algodão. A segunda reação foi considerar uma intervenção na Guerra Civil dos americanos — isso significava se colocar ao lado dos escravistas.

O acúmulo de contradições da política internacional inglesa ocupou Marx em artigos como HUMANITARISMO INGLÊS E A AMÉRICA, onde se observa que liberais, tão afeitos a florear o próprio discurso com elogios à democracia e à liberdade, não titubeiam em se desfazer de qualquer resquício de humanidade em si para salvar o grande capital. Quando o sistema econômico esteve prestes a colapsar em 1862, todas as desculpas possíveis surgiram por parte de políticos britânicos e da mídia subordinada para justificar a legitimidade da causa dos Confederados escravagistas. Os artigos que daí se seguem perfazem a fase mais ativa, mais ligada à práxis política de Marx, na medida em que reconhecem como uma intervenção inglesa, naquele momento, teria impedido qualquer sucesso na luta contra a escravidão. Aqui os artigos não se reduzem a análises passivas; eles se dirigem diretamente à classe trabalhadora inglesa e visam conscientizá-la de que uma intervenção serviria exclusivamente aos interesses dos industriários: ela não mitigaria a crise do proletariado de qualquer forma mas, ao contrário, só aprofundaria o poder dos monopólios.

Temos, portanto, um exemplo valioso do método do materialismo histórico, mostrando como, sob o capitalismo, a política e o poder do Estado são meros joguetes nas mãos de interesses comerciais. A política britânica é analisada a partir do jogo de aparências.<sup>56</sup> Como expressou Marx em um artigo anterior sobre o primeiro-ministro inglês:

“Palmerston engana por meio da aparência de superficialidade. Ele sabe ocultar sua intenção real com arte sob frases de efeito soltas, descontextualizadas, e concessões banais à opinião pública mais imediata” (“Zur Kritik der letzten Rede Palmerstons”. *Die Presse*, 1855).

A política na mão de um Palmerston se torna um jogo de simulacros, que se perde em conflitos sem importância para ocultar as questões essenciais — uma prática cada vez mais imperativa das democracias atuais. Aqui entra o método marxiano: ele expõe relações concretas entre economia e esse tipo de política — entre realidade e aparência. Se parasse somente na análise das batalhas políticas e dos disparates dos políticos, estaria se rendendo ao seu jogo de simulações.

Em toda a guerra, para Marx, não houve evento diplomático mais crucial do que o CASO TRENT, que quase concedeu à Inglaterra o pretexto legal para uma guerra contra a União americana. Os desdobramentos do evento ocupam a presente seção de seu início até o artigo INTERVENÇÃO NO MÉXICO, voltado aos interesses de Napoleão III na região e à Guerra do Texas. Em seguida, há um breve tratamento das reações francesas à guerra, do artigo O TIMES DE LONDRES E OS PRÍNCIPES DE ORLÉANS NA AMÉRICA em diante.

Abaixo segue um resumo do Caso Trent para fins de contextualização:

---

<sup>56</sup> Axel Rüdiger desenvolve uma análise valiosa da categoria da aparência, entendida aqui como manobra ilusionista que cria a falsa impressão de participação política da gente miúda nos processos democráticos modernos. Na análise de Marx, o primeiro-ministro Palmerston é mestre do ilusionismo dos interesses da classe financeira, e os grandes jornais ingleses seu veículo de contato com a população (ver artigo “Der Beruf der Politik. Karl Marx über Lord Palmerston, Louis Bonaparte und Abraham Lincoln“. *Marx-Engels-Jahrbuch*. De Gruyter, 2009, p. 148-175, sobretudo p. 157 em diante).

Em um porto das Índias Ocidentais, o capitão Wilkes, comandante do navio de guerra estadunidense *USS San Jacinto*, leu sobre o caso de dois emissários confederados, Mason e Slidell, acompanhados por seus secretários, estarem prontos para atravessar o Canal das Bahamas a bordo do transatlântico britânico *RMS Trent*. Depois de consultar os manuais de direito marítimo internacional, Wilkes acreditou que tinha o direito de abordar o navio em questão e capturar os agentes sulistas. Em 8 de novembro de 1861, embarcou no *RMS Trent*, prendeu os quatro homens e navegou para Boston. Durante todo o episódio, Wilkes agiu por sua própria iniciativa, como o Secretário de Estados Unidos, Seward, deixou claro em uma carta datada a 30 de novembro e endereçada ao embaixador americano em Londres. No mesmo dia, o Conde Russell, ministro britânico das Relações Exteriores, escreveu a Lorde Lyons, embaixador do Reino Unido em Washington: ele dava a Seward um prazo de sete dias para aceitar o pedido expedido pela Grã-Bretanha de libertar os emissários sulistas. Passaram-se quase três semanas até que o ministro britânico informasse Seward a respeito, e mais quatro dias antes que os termos da carta se tornassem oficialmente conhecidos. Em 26 de dezembro, o Secretário de Estado dos EUA replicou: o que Wilkes havia feito tinha base no direito internacional. Seward anunciou sua intenção de libertar os emissários do Sul, uma vez que tal procedimento estaria em harmonia com a política internacional dos EUA, favorável aos direitos dos neutros em alto mar. Com base neste despacho, o incidente foi encerrado e em 1º de janeiro de 1862 os emissários ingleses embarcaram no navio de guerra inglês *HMS Rinaldo*, com destino à Inglaterra.



## O *TIMES* DE LONDRES E LORDE PALMERSTON

(Marx. *New-York Daily Tribune*, 21 de outubro de 1861)

Londres, 5 de outubro de 1861

“O povo inglês participa do governo de seu país lendo o jornal *The Times*.” Este julgamento proferido por um eminente autor inglês acerca do chamado autogoverno britânico só é verdadeiro naquilo que concerne à política exterior do Reino Unido.

Quanto às medidas de reforma interna, elas jamais são conduzidas com o apoio do *The Times*, cuja oposição obstinada só capitula quando reconhece a total incapacidade de continuar obstruindo seu avanço. Tomemos como exemplo a emancipação católica, o projeto de reforma, a abolição da lei dos cereais, o imposto sobre o selo e o imposto sobre o papel. Quando a vitória dos reformadores se mostrou inevitável, o *The Times* deu meia volta, abandonou o campo reacionário e arranjou uma maneira de, no momento decisivo, se posicionar ao lado vencedor. Em todos estes casos, não orientou a opinião pública, mas se submeteu a ela de má vontade, relutantemente, depois de tentativas prolongadas, porém frustradas, de reverter as ondas ascendentes do progresso popular. Portanto, sua influência efetiva sobre o pensamento do público confina-se ao terreno da política exterior. Em nenhuma parte da Europa a massa do povo, particularmente das classes médias, é mais profundamente ignorante a respeito da política exterior de seu próprio país do que na Inglaterra. Uma ignorância que emana de duas grandes fontes; por um lado, desde a revolução Gloriosa de 1688, a aristocracia tem monopolizado a condução dos negócios exteriores na Inglaterra. Por outro, a crescente divisão do trabalho emasculou, em certa medida, o intelecto geral dos homens da classe-média ao circunscrever todas as suas energias e faculdades mentais às estreitas esferas de suas preocupações mercantis, industriais e profissionais. Ocorre que, enquanto a aristocracia atua por eles, a imprensa pensa por eles no âmbito das questões internacionais, e não demoraria muito para que estas duas partes, a aristocracia e a imprensa, descobrissem que seria de seu mútuo interesse estabelecer combinações entre si. Basta abrir as páginas do *Political Register* de Cobbett para se convencer de que, desde o início deste século, os grandes jornais londrinos têm desempenhado o papel de advogados dos celestiais condutores da política exterior inglesa. Ainda assim, houve alguns períodos intermediários a ser percorridos antes que o atual estado de coisas fosse trazido à tona. A aristocracia, que monopolizara a gestão dos negócios exteriores, primeiro se encolheu em uma oligarquia representada por um conclave secreto chamado o gabinete. Mais tarde, o gabinete foi suplantado por um único homem, Lorde Palmerston, quem, pelos últimos trinta anos, tem usurpado o poder absoluto de comandar as forças nacionais do Império Britânico e determinar a linha de sua Política Externa. Concomitantemente a esta usurpação, e de acordo com a lei da concentração, o *London Times*, atuando no terreno da produção de jornais mais rapidamente do que no da fiação do algodão, alcançou a posição de jornal nacional da Inglaterra, em outras palavras, o representante do espírito inglês para as nações estrangeiras. Se o monopólio da condução dos negócios estrangeiros passou da aristocracia para um conclave oligárquico e de um conclave oligárquico para um único homem, o Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, quer dizer, Lorde Palmerston, o monopólio do ato de pensar e julgar pela nação, em relação a suas próprias relações internacionais, foi transferido da imprensa como um todo para um só órgão, o *The Times*. Lorde Palmerston — que secretamente e por motivos desconhecidos da maioria das pessoas, mesmo de seus próprios colegas, administrava os negócios estrangeiros do Império Britânico — teria sido muito estúpido se não tivesse tentado se apoderar do jornal que havia usurpado o poder de realizar, em nome do povo inglês, o julgamento público de seus próprios atos secretos. Por sua vez, o *The Times*, em cujo vocabulário inexistente a palavra virtude, teria de ostentar uma virtude mais que espartana para não se aliar ao senhor absoluto, de fato, do poderio nacional do Império. Portanto, desde o golpe de estado à francesa, no qual o governo de uma facção foi substituído, na Inglaterra, pelo governo de uma coalizão de facções, e Palmerston, conseqüentemente, deixou de ter rivais que ameaçassem sua usurpação, o *The Times* se converteu em seu simples escravo. Ele teve o cuidado de contrabandear algumas de suas virtudes para os postos subordinados do gabinete e persuadir outros os admitindo em seu círculo social. Desde aquele tempo, todo o trabalho do *The Times*, naquilo que concerne aos negócios exteriores do Império Britânico, tem se limitado a fabricar uma opinião pública em conformidade com a política externa de Lorde Palmerston. O jornal deve preparar a mente do público para aquilo que Palmerston pretende fazer e obter sua aquiescência para aquilo que ele já fez. A labuta servil a que terá de se submeter para realizar este

trabalho foi bem exemplificada durante a última sessão do parlamento, nada favorável a Lorde Palmerston. Alguns membros independentes da Câmara dos Comuns, tanto liberais quanto conservadores, rebelaram-se contra sua ditadura usurpadora e, através da exposição de seus desmandos do passado, tentaram despertar a nação para a percepção do perigo representado pela continuação deste poder descontrolado nas mãos da mesma pessoa. O Sr. Dunlop, abrindo os ataques com uma moção pela criação de um comitê selecionado para tratar dos Documentos Afegãos, apresentados por Palmerston à mesa da Casa em 1839, provou que tais documentos foram na verdade forjados por Palmerston. O *The Times*, em sua reportagem parlamentar, suprimiu todas as passagens do discurso do Sr. Dunlop, as quais considerou mais prejudiciais ao seu mestre. Mais adiante, Lorde Montagu, ao apresentar uma moção pedindo a publicação de todos os documentos relativos ao Tratado com a Dinamarca de 1852, acusou Palmerston de ter sido o pivô das manobras destinadas a interferir na sucessão dinamarquesa no interesse de uma potência estrangeira e de haver desorientado a Câmara dos Comuns através de declarações deliberadamente falsas. Palmerston, no entanto, havia entrado em entendimento prévio com o Sr. Disraeli para prejudicar a moção de Montagu através da contagem de quórum da sessão, o que paralisou todo o processo. Como o *The Times* fora informado por Palmerston que seria realizada a contagem, seu editor, especialmente encarregado de mutilar e cozinhar as reportagens parlamentares, concedeu-se folga, de modo que o discurso de Lorde Montagu apareceu sem mutilação nas colunas do *The Times*. Quando, na manhã seguinte, o engano foi constatado, um texto foi preparado para dizer à nação que a contagem fora uma instituição engenhosa para suprimir aborrecimentos, que Lorde Montagu era um chato habitual, e que os negócios da nação não poderiam ser tocados se os chatos do parlamento não fossem descartados sem mais cerimônia. Mais uma vez, Palmerston se manteve de pé após a última sessão de seu julgamento, assim como por ocasião da Revolução Polonesa de 1831, em que o Sr. Hennessy se debruçou sobre a produção de despachos do Ministério das Relações Exteriores. Novamente o *Times* recorreu, assim como no caso da moção de Dunlop, ao simples processo de supressão. Seu relato do discurso do Sr. Hennessy é uma edição inteiramente *in usum delphini*.<sup>[1]</sup> Se considerarmos o quão trabalhoso deve ser examinar a imensa quantidade de registros parlamentares na mesma noite em que são enviados da Câmara dos Comuns para a redação do jornal e ainda nesta mesma noite mutilá-los, alterá-los e falsificá-los, de modo a impedir que testemunhem contra a pureza política de Palmerston, teremos que admitir que, sejam quais forem os ganhos e vantagens recebidos pelo *The Times* por sua subserviência ao nobre visconde, a tarefa não é agradável.

Se, portanto, *The Times*, através da supressão e da distorção, foi capaz de falsificar a opinião pública em relação aos acontecimentos que ocorreram ontem na própria Câmara dos Comuns do Reino Unido em relação aos eventos que transcorrem em um solo distante, como é o caso da guerra americana, seu poder de distorção e supressão deve ser, evidentemente, ilimitado. Se no tratamento dos assuntos americanos ele empenhou todas as suas forças para exasperar mutuamente os sentimentos americanos e ingleses, não agiu desta maneira devido a qualquer simpatia para com os senhores do algodão do Reino Unido, nem por consideração para com qualquer verdadeiro ou suposto interesse inglês. Ele simplesmente executou as ordens do seu senhor. Logo, a partir do tom alterado adotado pelo *The London Times* durante a última semana, devemos inferir que Lorde Palmerston está prestes a recuar da atitude extremamente hostil que assumiu até aqui contra os Estados Unidos. Em um de seus editoriais de hoje, *The Times*, que durante meses exaltara o agressivo poder dos Secessionistas e dissertar acerca da incapacidade dos Estados Unidos em lidar com eles, exprime completa certeza na superioridade do Norte. Evidencia-se que esta mudança de atitude foi ditada por seu senhor pela circunstância de que outros jornais influentes, conhecidos por suas conexões com Palmerston, deram a guinada simultaneamente. Um deles, *The Economist*, dá mesmo uma dica bastante ampla aos mercadores da opinião pública de que chegou o momento de “observar atentamente” seus pretensos “sentimentos para com os Estados Unidos.” A passagem no *The Economist* a qual aludi e que penso que vale a pena reproduzir como evidência das novas ordens recebidas pelos homens de imprensa de Palmerston, segue adiante:

Em um ponto reconhecemos francamente que os nortistas têm o direito de se queixarem e nesse ponto também estamos fadados a estar mais atentos que talvez tenhamos sido como um todo. Nossas principais publicações têm se mostrado sempre prontas para citar, repercutir e incorporar os sentimentos e representar as posições dos Estados Unidos. Os jornais, notórios o tempo todo por seu caráter indisputável e fraca influência, são agora dos mais dos suspeitos de ser secretamente Secessionistas, de navegar sob bandeira falsa, expressar opiniões extremistas do Norte, enquanto escrevem no interesse e provavelmente sob pagamento do Sul. Poucos ingleses podem, por exemplo,

sob qualquer justificativa decente, fingir que consideram o *The N.Y. Herald* como representante tanto do caráter quanto dos pontos de vista do setor setentrional daquela República. Mais uma vez aqui devemos ter muito cuidado para que nossas justas críticas aos unionistas não degenerem por falta de sensibilidade na gradação, em aprovação e defesa dos secessionistas. A atenção de todas as mentes comuns à *partidarização*, é muito forte. [...] Assim, por mais que nos ressentamos por grande parte da conduta e do discurso do Norte [...] não devemos esquecer que a secessão do Sul foi provocada por desígnios e iniciada com procedimentos que merecem nossa mais sincera e enraizada desaprovação. Devemos, com certeza, condenar a tarifa protecionista da União como uma loucura opressiva e obscena [...] É claro que compartilhamos o desejo do Sul de ter tarifas baixas e comércio sem restrições. Estamos, certamente ansiosos para que a prosperidade dos EUA, que produz tanta matéria prima e demanda tantos produtos manufaturados, não sofra interrupção ou reversão. Porém, ao mesmo tempo, é impossível para nós perder de vista o fato inquestionável de que o verdadeiro e mais importante motivo da secessão não era a defesa do direito de possuírem escravos em seu próprio território (que os Nortistas estavam tão prontos a conceder quanto os sulistas a reclamar), mas estender a Escravidão sobre um vasto e indefinido território até então livre daquela maldição, mas no qual os fazendeiros escravistas sonhavam que poderiam se espalhar dali em diante. Objetivo este que sempre reputamos como imprudente, injusto e repugnante. O estilo de sociedade estabelecido nos estados do Sul pela instituição da servidão doméstica parece, aos olhos dos ingleses, mais e mais detestável e deplorável na medida em que tomam conhecimento dele. Os Sulistas deveriam ser informados de que nenhuma vantagem pecuniária ou comercial que este país poderia supostamente obter da ampliação do cultivo dos solos virgens dos estados escravistas e dos novos territórios que reclamam jamais modificará o mínimo que seja nossas opiniões sobre estes temas ou interferirá na manifestação destas opiniões nem distorcerá ou dificultará quaisquer ações que considerarmos obrigatórias ou adequadas. [...] Acredita-se que eles (os Secessionistas) ainda cultivam a noção extraordinária de que, provocando a fome na França e na Inglaterra — pelas perdas e os sofrimentos provocados como consequência da privação total dos suprimentos americanos —, obrigariam aqueles governos a interferir em seu favor, forçando os Estados Unidos a abandonar o bloqueio... Não existe a mais remota possibilidade de que qualquer destas potências possa considerar isto justificável por um só momento e projetar uma ação tão decidida e injustificável contra os Estados Unidos... Somos menos dependentes do Sul do que ele é dependente de nós, como em breve começarão a descobrir. [...] Portanto, rogamos para que acreditem que a Escravidão, enquanto continuar a existir, criará, em maior ou menor medida, uma barreira moral entre nós e que mesmo uma aprovação tácita da mesma se encontra tão longe de nossas ideias quanto uma interferência aberta. Creiam que o Lancashire não é a Inglaterra e que, em nome da honra e do espírito de nossa população manufatureira, também deve ser dito que, mesmo se fosse, o *Algodão não seria o Rei*

Tudo o que eu pretendia demonstrar neste momento era que Palmerston, e conseqüentemente a imprensa londrina que atua sob as ordens dele, está abandonando sua atitude hostil para com os Estados Unidos. As causas que conduziram a esta reviravolta tentarei explicar em um artigo subsequente. Antes de concluir, gostaria de acrescentar que o Sr. Forster, representante parlamentar de Bradford, proferiu na última terça-feira, no teatro do Bradford Mechanics Institute, a palestra “Sobre a Guerra Civil na América”, onde delineou a verdadeira origem e o caráter daquela guerra e refutou vitoriosamente as distorções da imprensa de Palmerston.

#### NOTA

[1] “Para o uso dos pupilos”, em latim no original.

## O CASO TRENT

(Marx. *Die Presse*, 2 de dezembro de 1861)

Londres, 28 de novembro de 1861

O conflito entre o barco a vapor inglês *Trent* e o navio de guerra norte-americano *USS San Jacinto*, na passagem estreita do Velho Canal das Bahamas, é o destaque nas notícias do dia. Na tarde de 27 de novembro, o barco a vapor *La Plata* levou a notícia do incidente a Southampton, de onde o telégrafo elétrico a repercutiu prontamente para todos os cantos da Grã-Bretanha. Na mesma noite, a Bolsa de Londres foi palco de episódios tempestuosos, semelhantes aos da época do anúncio da guerra na Itália. Os valores dos títulos governamentais caíram de 0,75 a 1%. Os rumores mais ensandecidos correram por toda a Londres. O enviado especial americano Adams recebeu seu passaporte, todos os navios americanos no Tâmis foram embargados e assim por diante. Simultaneamente, uma reunião de indignação por parte dos comerciantes se realizou na bolsa de valores de Liverpool para que se exigisse do governo inglês tomar medidas de reparação da honra violada da bandeira britânica. Cada cidadão-médio inglês foi para a cama com a convicção de que adormeceria em regime de paz, mas acordaria em meio a uma guerra.

Apesar de tudo isso, é quase certo que o conflito entre o *Trent* e o *San Jacinto* não redundará em uma guerra. A imprensa semioficial, como o *Times* e *Morning Post*, joga panos quentes e tenta apagar a chama de excitação com frias deduções jurídicas. Jornais como o *Daily Telegraph*, que rugem as palavras de ordem mais brandas para o Leão britânico, são verdadeiros modelos de moderação. Somente a imprensa *tory* de oposição, o *Morning Herald* e o *Standard*, faz exceção à regra. Esses fatos obrigam todos os especialistas a concluir que o Ministério já tomou a decisão de não transformar o “evento indesejável” em um *casus belli*.

Assoma-se a isso o fato de que o evento, e talvez até mesmo os detalhes de seu desenvolvimento, haviam sido antecipados. Em 12 de outubro, os Srs. Slidell, Embaixador da Confederação na França, e Mason, Embaixador da Confederação na Inglaterra, juntamente com seus secretários Eustis e Mac-Farland, romperam o bloqueio de Charleston com o navio *Theodora*, navegando para Havana em busca de uma oportunidade de seguir até a Europa sob o signo da bandeira inglesa. A chegada deles à Inglaterra era aguardada diariamente. Navios de guerra norte-americanos deixaram Liverpool para interceptar os cavalheiros e seus despachos deste lado do Oceano Atlântico. O Ministério inglês já havia pedido a seus consultores jurídicos oficiais que examinassem se os norte-americanos estavam autorizados a dar esse passo adiante. Dizem que a resposta dos tais consultores jurídicos foi afirmativa.

A questão jurídica se desenrola dentro de um círculo estreito. A América do Norte, desde a fundação dos Estados Unidos, vem adotando a legislação marítima *inglesa* com todo o rigor. Um dos princípios centrais dessa legislação reside na regra de que *todos os navios mercantes neutros* estão sujeitos a *revista* por parte de navios em situação de combate.

“Esse direito”, disse o lorde Stowell em um julgamento que mais tarde se tornaria célebre, “oferece a única certeza de que nenhum contrabando poderá ser levado por embarcações neutras”.

A maior autoridade americana [nesse quesito], Kent, explicou no mesmo tom:

“O direito de autopreservação confere tal permissão à nação beligerante. A doutrina do Almirantado *inglês* acerca do direito de visita e revista é plenamente reconhecida pelos tribunais de nosso país”.

Não foi uma oposição ao direito de revista, como às vezes se atribui erroneamente, o que iniciou a guerra anglo-estadunidense de 1812 a 1814. Ao contrário, os Estados Unidos da América declararam guerra porque a Inglaterra se julgou, *inconstitucionalmente*, no direito de revistar *navios de guerra* americanos a fim de capturar marinheiros ingleses fugidos.

O *San Jacinto*, igualmente, tinha o direito de revisar o *Trent* e confiscar quaisquer contrabandos ali presentes. Mesmo o *Times*, o *Morning Post* etc admitem que despachos telegráficos em posse de Mason, Slidell e companhia se encaixam na categoria de contrabando. Fica, porém, a questão quanto aos senhores

Mason, Slidell e companhia serem também contrabandos e, assim, devessem ter sido confiscados! A questão é delicada, e há desacordo entre os doutores da lei.

Pratt, a autoridade inglesa mais significativa no tocante a contrabandos, menciona em um trecho: “Quase-contrabando — despachos, passageiros”. Em outras palavras, “Comunicação de informações e ordens de um governo em guerra para seus agentes estrangeiros, ou trânsito de passageiros militares” [qualificam como quase-contrabando].

No caso, os senhores Mason e Slidell, embora não fossem oficiais, contavam ao menos como enviados — já que seus governos não são reconhecidos pela Inglaterra ou pela França. Assim, o que são eles? Mesmo Jefferson fez observações em suas memórias de que, para tornar válidas as guerras inglesas e francesas, utilizou-se como justificativa uma noção demasiadamente vaga de “contrabando”; por sua própria natureza, lhe é negada qualquer definição exata, de forma que necessariamente sobra muita margem para arbitrariedades. De qualquer forma, pode-se ver que a *questão jurídica* por parte do campo inglês termina relegada em uma controvérsia *à la* Duns Scotus,<sup>[1]</sup> cujo potencial explosivo não impedirá o trânsito diplomático.

O *Times* julga a dimensão *política* do procedimento norte-americano acertadamente, com as seguintes palavras:

“Até mesmo o senhor Seward deve admitir que as vozes dos comissários sulistas, ecoando de suas prisões, são mil vezes mais eloquentes em Londres e Paris do que teriam sido se fossem ouvidas em St. James e nas Tulherias “

E a Confederação já não está sendo representada em Londres por meio dos senhores Yancey e Mann?

Consideramos essa última operação do Sr. Seward como uma indiscrição característica de sua fraqueza presunçosa, e que finge ser marca de sua força. Se a aventura marítima de Seward acelerar sua remoção do gabinete de Washington, os Estados Unidos não terão motivos para anotá-la nos anais de sua guerra civil como um “evento desagradável”.

## NOTA

[1] Referência ao escolástico do século XIII que, para os contemporâneos de Marx, soava uma figura ridícula, símbolo dos filósofos que se perdem em reflexões e dilemas sem importância. A importância do pensamento de Scotus foi reconsiderada somente com Charles Sanders Peirce, já no final do século XIX.

## O CONFLITO ANGLO-AMERICANO

(Marx. *Die Presse*, número 332 de 3 de dezembro de 1861)

Londres, 29 de novembro de 1861

Ontem, oficiais de lei da Coroa tiveram de expressar seu parecer acerca da aventura naval no Canal da Bahamas. As atas do processo consistiram em relatos por escrito dos oficiais ingleses que permaneceram a bordo do *Trent*, mais testemunhos orais do contra-almirante Williams, que esteve ali a bordo na condição de agente da marinha, mas desembarcou do navio a vapor *La Plata* em 27 de novembro em Southampton, de onde foi imediatamente convocado até Londres via telégrafo. Os oficiais de lei da Coroa reconheceram o direito do *San Jacinto* de vistoriar e vasculhar o *Trent*. Já que a proclamação da rainha Vitória de neutralidade no irromper da Guerra Civil Americana lista expressamente *despacho* entre os artigos de contrabando, não poderia haver quaisquer dúvidas acerca desse quesito. Sobrou, então, a questão sobre os próprios senhores Mason, Slidell e companhia contarem como contrabando e, portanto, serem confiscáveis. Os oficiais de lei da Coroa pareceram mostrar justo esse ponto de vista, uma vez que deixaram totalmente de lado a questão legal de caráter *material*. De acordo com o relato do *The Times*,<sup>[1]</sup> [os oficiais] culpam o comandante do *San Jacinto* apenas por *erro de procedimento*. Em vez de os senhores Mason, Slidell e companhia, ele deveria ter levado o próprio *Trent* à recolha, conduzindo-o ao porto estadunidense mais próximo e, ali, submetê-lo ao julgamento de uma corte aduaneira norte-americana. Esse é incontestavelmente o procedimento correspondente à lei marítima britânica e, portanto, à da América do Norte.

É incontestável também que os britânicos violaram essa lei com frequência durante a guerra anti-jacobina, procedendo de modo parecido no caso do *San Jacinto*. Seja como for, todo o conflito se deixa reduzir pela opinião dos oficiais de justiça da Coroa de que houve um *erro técnico* e, conseqüentemente, não haverá qualquer consequência imediata. Duas circunstâncias tornam mais fácil para o governo da União aceitar tal abordagem e, com ela, a tramitação de uma justificativa formal. Em primeiro lugar, o capitão Wilkes, comandante do *San Jacinto*, não poderia ter recebido qualquer instrução direta de Washington. Na viagem de volta da África para Nova York, desembarcou em 2 de novembro em Havana, cidade da qual partiu no dia 4 de novembro, enquanto seu encontro com o *Trent* ocorreu em alto mar no dia 8 de novembro. A estadia do capitão Wilkes de meros dois dias em Havana não lhe propiciou qualquer troca de correspondência entre si e seu governo. O cônsul da União [Charles J. Helm] era a única autoridade americana com quem poderia lidar. Em segundo lugar, porém, ele havia obviamente perdido a razão, como mostra sua negligência em insistir na entrega dos despachos.

A importância do ocorrido reside em seu efeito moral sobre o povo inglês e no capital político que pode, facilmente, ser feito pelos algodoeiros britânicos, amigos da Secessão. É característico dos últimos o protesto de Liverpool por eles organizado, o qual mencionei previamente.<sup>[2]</sup> O encontro se deu em 27 de novembro às três da tarde nas câmaras de leilão do algodão dentro da Bolsa de Valores de Liverpool, uma hora depois de o telegrama alarmante de Southampton chegar.

Após vãs tentativas de forçar o posto de presidência ao senhor Cunard, proprietário dos navios a vapor situados entre Liverpool e Nova York, além de a outros altos oficiais do comércio, um jovem mercador chamado Spence, notório por uma obra escrita em suporte da república escravista,<sup>[3]</sup> tomou o assento de presidente do comitê. Contrariamente às regras de encontros ingleses, ele próprio, na condição de presidente, propôs a moção de que se:

“requira ao governo fazer valer a dignidade da bandeira britânica mediante o requerimento de uma reparação expedita desse disparate”.<sup>[4]</sup>

*Aplausos descomuns; um bater de palmas e um viva! atrás de outro viva!* O principal argumento desse porta-voz da república escravista consistia em dizer que navios escravistas deveriam, doravante, ser protegidos pela bandeira americana do direito de revista conferido pela Inglaterra. Então, esse filantropo iniciou um ataque furioso contra o comércio de escravos! Ele admitiu que a Inglaterra ocasionou a guerra de 1812-1814 contra os Estados Unidos ao insistir demais em passar embarcações da União por revistas em busca de desertores britânicos.

“Porém”, ele continuou com sua dialética brilhante, “há uma diferença entre o direito de revista para se recuperar desertores da Marinha britânica e o direito de sequestrar passageiros de alta respeitabilidade como os senhores Mason e Slidell, independente do fato de serem protegidos pela bandeira britânica!”

Mas a cartada triunfal veio no final de sua diatribe:

“Há pouco”, ele vociferou, “eu me encontrava no continente europeu. Uma observação que ouvi sobre nossa conduta contra os Estados Unidos me fez corar. O que qualquer homem inteligente afirma no continente? Que nos submetteríamos servilmente a qualquer disparate e aceitaríamos todo ataque contra nossa honra por parte do governo dos Estados Unidos. O que poderia eu retrucar frente a isso? Tudo o que pude foi corar. Mas o pote tanto vai à bica que um dia fica. Nossa paciência foi testada por tempo suficiente — até onde foi possível controlá-la” (a paciência). “Agora, por fim chegamos às vias de fato (!) e aqui trata-se de um fato muito duro e impactante (!), sendo assim, é dever de todo inglês informar a seu governo quão intenso e unânime é o sentimento desta grande nação acerca do disparate desferido contra sua bandeira”.

Esse palavrório sem sentido foi cumprimentado com uma salva de palmas. Vozes contrárias foram abafadas, tornaram-se alvos de sussurros e foram escamoteadas. Contra a observação de um tal Sr. Campbell de que o encontro estava sendo “irregular”, o impiedoso Spence retrucou: “que seja; mas, o fato que temos para ponderar aqui é, ele próprio, irregular”. Ante a proposta de um tal Sr. Turner de que adiassem o encontro para o dia seguinte, para que “a cidade de Liverpool pudesse dar seu aval, evitando que um grupelho de corretores do mercado de algodão usurpasse seu nome”, ressoaram por todos os lados gritos que diziam “arrastem-no pelo pescoço, chutem-no para fora!” Sem se deixar perturbar, o senhor Turner repetiu sua moção, a qual, contudo, não foi votada — mais uma vez em contrariedade às regras dos encontros ingleses. Spence triunfou. De fato, porém, nada pôde esfriar mais os ânimos de Londres do que as notícias do triunfo do Sr. Spence.

## NOTAS

[1] *The Times*, no. 23933, 15/05/1861.

[2] Ver, neste volume, o artigo “Sentimento anti-intervencionista”.

[3] James Spence. *The American Union*. Londres, 1861. Mais tarde, lançou *On The Recognition Of The Southern Confederation* (1862) e *Southern Independence* (1863). Quando notou que a Confederação sulista não iria, nem poderia ser reconhecida, deixou de publicar livros a respeito.

[4] O discurso foi publicado no *The Times*, no. 24102, 28/11/1861 sob o tópico “Liverpool, Wednesday”.

## AS NOTÍCIAS E SEU EFEITO EM LONDRES

(Marx. *New-York Daily Tribune*, 19 de dezembro, de 1861)

Londres, 30 de novembro de 1861

Desde a declaração da Guerra contra a Rússia eu jamais havia testemunhado uma excitação que perpassasse todos os estratos da sociedade inglesa como o produzido pelas notícias a respeito do caso do navio *Trent*, conduzido a Southampton pelo *La Plata* no dia 27 deste mês. Por volta das duas da tarde, o anúncio de um evento indesejável foi postado, por meio do telégrafo elétrico, nas redações de todas as bolsas britânicas. Todos os títulos comerciais caíram, enquanto o preço do salitre subiu. Os consoles caíram  $\frac{3}{4}$ %, ao passo que no Lloyds passou-se a cobrar cinco guinéus de risco de guerra para navios procedentes de Nova York. Tarde da noite, circularam em Londres rumores mais intempestivos, dando conta de que o embaixador americano havia recebido apressadamente os seus passaportes, de que haviam sido emitidas ordens para a apreensão imediata de todos os navios americanos nos portos do Reino Unido e assim por diante. Os amigos do algodão e da Secessão, em Liverpool, aproveitaram a oportunidade para organizar, com dez minutos de antecedência, um comício indignado na sala de transações da Bolsa de Valores, sob a presidência do Sr. Spence, autor de alguns panfletos obscuros em prol da Confederação Sulista. O Comodoro Williams, Agente do Almirantado a bordo do *Trent*, que havia chegado com o *La Plata*, foi imediatamente convocado a Londres.

No dia seguinte, 28 de novembro, a imprensa londrina como um todo, passou a exibir um tom de moderação, estranhamente contrastante com a tremenda excitação política e mercantil da noite anterior. Os jornais de Palmerston, *Times*, *Morning Post*, *Daily Telegraph*, *Morning Advertiser* e *Sun*, receberam ordens para se acalmarem ao invés de se exasperarem. O *Daily News*, por suas restrições à conduta do *San Jacinto*, evidentemente, almejava menos atingir o governo federal do que se desembaraçar da suspeita de “preconceitos ianques”, enquanto que *The Morning Star*, órgão de John Bright, sem qualquer juízo acerca do conteúdo político e a sabedoria da “lei”, advogou a legalidade da mesma. Houve apenas duas exceções ao teor geral da imprensa londrina. Os escribas conservadores [*tories*] do *Morning Herald* e do *The Standard*, constituindo na prática um único jornal sob nomes distintos, deram livre curso à sua satisfação selvagem por terem finalmente apanhado os “republicanos” em uma armadilha, e encontrado um *causus belli* [motivo para a guerra], pronto para ser explorado. Eles só foram apoiados por um único outro jornal, *The Morning Chronicle*, o qual por anos tem tentado prolongar sua contestada existência vendendo-se, alternadamente, para o envenenador Palmer e para o Palácio das Tulherias. A empolgação na Bolsa diminuiu bastante, em consequência do tom pacífico dos principais jornais de Londres. Neste mesmo 28 de novembro, o Comandante Williams compareceu ao Almirantado, e relatou as circunstâncias do ocorrido no Velho Canal das Bahamas. Seu relatório, juntamente com os depoimentos escritos dos oficiais a bordo do *Trent*, foi prontamente submetido aos procuradores da Coroa, cujo parecer, emitido ao final da noite, foi imediatamente dado a conhecer a Lorde Palmerston, ao Conde Russell e a outros membros do governo. No dia 29 de novembro, observou-se uma suave alteração no tom utilizado pela imprensa ministerial. Foi dado a conhecer que os procuradores da Coroa, sobre bases técnicas, haviam declarado ilegais os procedimentos adotados pela fragata *San Jacinto*, e mais tarde, no mesmo dia, o Gabinete, convocado a um conselho geral, decidiu enviar a Lorde Lyons, pelo próximo vapor, instruções em conformidade com o parecer dos procuradores ingleses. Por isto a excitação nas principais praças de negócios como a Bolsa de Valores, o Lloyd, Jerusalém, O Báltico, etc., foi sentida com força redobrada, e ainda mais estimulada pela notícia de que projetados carregamentos de salitre para a América haviam sido interrompidos no dia anterior, e que no dia 29, uma ordem geral fora recebida na Aduana, proibindo a exportação daquele artigo para qualquer país, a não ser sob certas condições restritivas. Em seguida, os fundos ingleses caíram  $\frac{3}{4}$ , e ao mesmo tempo um verdadeiro pânico tomou conta de todos os mercados de ações, se tornando impossível fazer qualquer negócio com certos papéis [valores imobiliários], enquanto em todas as descrições, ocorria uma severa depressão de preços. À tarde houve uma recuperação no mercado de ações devido a fortes rumores, porém, principalmente, pela notícia de que o Sr. Adams expressara sua opinião, segundo a qual o decreto sobre o *San Jacinto* seria desaprovado pelo governo de Washington.

Em 30 de novembro (hoje) todos os jornais londrinos, com a única exceção do *Morning Star*, apresentaram a alternativa de reparação pelo governo de Washington, ou... guerra.



Tendo resumido a história dos acontecimentos da chegada do *La Plata* ao dia de hoje, passarei agora ao registro das opiniões. Existem, é claro, dois aspectos a ser considerados – por um lado a lei, por outro lado a política de captura de representantes sulistas a bordo de um navio a vapor do correio inglês. Quanto ao aspecto legal do problema, a primeira dificuldade que a imprensa *tory* e o *Morning Chronicle* trouxeram à baila, foi que os Estados Unidos jamais reconheceram os secessionistas do sul como beligerantes; consequentemente, não poderiam reclamar direitos de beligerantes em relação a eles.

Esta discussão foi imediatamente descartada pela própria imprensa ministerial.

“Nós”, disse o *Times*, “já reconhecemos estes estados confederados como um poder beligerante, e quando chegar a hora, reconheceremos o seu governo. Entretanto, nós nos impusemos todas as obrigações e inconvenientes de uma potência neutra entre dois poderes beligerantes.”

Portanto, os Estados Unidos reconheçam ou não os confederados como beligerantes, eles têm o direito de insistir que a Inglaterra se submeta a todas as obrigações e inconvenientes de um estado neutro na guerra marítima.

Consequentemente, com as exceções mencionadas, toda a imprensa de Londres reconheceu o direito do *San Jacinto* de vistoriar, visitar e fazer busca no *Trent*, de modo a se certificar se ele carregava mercadorias ou pessoas pertencentes à categoria de “contrabando de guerra”. As insinuações do *The Times* de que a lei de decisões inglesa “foi gerada sob condições muito diferentes daqueles existentes hoje”, que “os navios a vapor não existiam então”, e que navios postais, “conduzindo cartas no interesse de todas as nações do mundo eram desconhecidos,” que “nós (os ingleses) estávamos lutando por nossa existência, e fizemos naqueles dias aquilo que não podemos permitir que outros fizessem”, não foram seriamente descartadas. *The Morning Post*, monitor privado de Palmerston, declarou no mesmo dia que correios a vapor eram simples embarcações mercantes, não desfrutando da isenção do direito de busca a que estão submetidos os vasos de guerra e de transporte de passageiros. O direito de busca, por parte do *San Jacinto*, foi, a bem da verdade, admitido pela imprensa londrina, assim como pelos procuradores da Coroa. A objeção segundo a qual o *Trent*, ao invés de navegar de um porto beligerante para outro, estava pelo contrário, se dirigindo de um porto neutro para outro, caiu por terra com a decisão de Lorde Stowell de que o exercício do direito de busca visa se certificar da destinação da embarcação.

Em segunda instância, emerge o questionamento sobre se ao efetuar um disparo contra a proa do *Trent* e, em seguida, disparar um projétil, que explodiu próximo dela, o *San Jacinto* não teria violado os usos e cortêsias pertinentes ao exercício do direito de visitação e busca. A imprensa londrina de maneira geral admite que, como os detalhes do acontecimento só foram confirmados por uma das partes envolvidas, nenhuma questão menor poderia influenciar a decisão a ser adotada pelo governo britânico.

Uma vez reconhecido o direito de busca exercido pelo *San Jacinto*, o que deveria ser procurado? Contrabando de guerra, presumivelmente realizado pelo *Trent*. O que é contrabando de guerra? Os despachos de um governo beligerante são contrabando de guerra? As pessoas que conduzem estes despachos são contrabando de guerra? E, em caso de resposta afirmativa a ambas as questões, estes despachos e seus respectivos portadores continuam a ser contrabando de guerra, se localizados em um navio mercante que se dirige de um porto neutro para outro porto neutro? A imprensa londrina admite que as decisões das mais elevadas autoridades legais em ambos os lados do Atlântico são tão contraditórias, e podem ser reivindicadas com a mesma aparência de justiça, tanto em sentido afirmativo quanto negativo, e que, de todos os eventos, emerge uma evidência inicial [a *prima facie* case] em favor do *San Jacinto*.

Paralelamente a esta opinião predominante na imprensa inglesa, os advogados da Coroa descartaram totalmente a questão material e só se ativeram ao aspecto formal. Eles afirmaram que o direito das nações não foi violado em sua substância, mas apenas na forma. Eles chegaram à conclusão de que o *San Jacinto* errou ao apreender, por responsabilidade própria, os emissários sulistas, ao invés de conduzir o *Trent* até um porto federal e submeter o assunto a uma Corte Federal, já que nenhum cruzador armado tem o direito de se autoproclamar juiz em alto mar. Uma violação no procedimento do *San Jacinto* é, portanto, tudo o que lhe é imputado pelos advogados ingleses, os quais, em minha opinião, estão corretos em sua conclusão. Seria fácil desenterrar precedentes, demonstrando que a Inglaterra já realizou idênticas transgressões das formalidades do direito marítimo, porém nunca se pode permitir que as violações da lei substituam a própria lei.

A questão que deve ser discutida agora é: a reparação exigida pelo governo inglês — ou seja, a restituição dos comissários sulistas —, se justifica por uma injúria que os próprios ingleses admitem ser de forma e não de substância? Um advogado do Templo, no *Times* de hoje, observa, a respeito deste ponto.

“Se o caso não está tão claramente a nosso favor, a ponto de a decisão da Corte Americana condenando a embarcação poder ser passível de ser questionada por nós como sendo manifestamente contrária ao direito das nações, então a irregularidade do capitão americano, ao autorizar o *Trent* a seguir para Southampton, redonda claramente em vantagem para os proprietários e passageiros britânicos. Neste caso, poderíamos encontrar um motivo de disputa internacional em um erro de procedimento que na verdade funciona a nosso favor?”

Ademais, se o governo americano deve admitir como me leva a crer que o Capitão Wilkes cometeu uma violação do direito marítimo, seja no sentido formal ou material, sua fama de justiça e seu interesse devem igualmente isentá-los da mais limitada satisfação a ser concedida à parte prejudicada. Há de se lembrar de que envolver os Estados Unidos em uma guerra com a Inglaterra é fazer o jogo dos secessionistas; a guerra seria uma dádiva divina para Luís Bonaparte em face de suas dificuldades atuais e que, conseqüentemente seria apoiada por todos os recursos oficiais da França. Por fim, com as forças efetivamente sob comando britânico em suas bases na América do Norte e nas Índias Ocidentais, além das envolvidas na expedição ao México, o Governo Inglês teria a sua disposição um poder marítimo avassalador.

Quanto à política de apreensão no Canal de Bahamas, as vozes, não apenas da imprensa inglesa, mas também da europeia, são unânimes em expressar sua perplexidade diante da estranha conduta do governo americano, ao provocar estes perigos internacionais tremendos para conquistar os corpos dos senhores Mason, Slidell & Cia, enquanto os senhores Yancey e Mann se pavoneiam in Londres. O *Times* certamente está correto em afirmar:

“Até mesmo o Sr. Seward deve admitir que as vozes dos emissários sulistas, ecoando desde suas prisões, são mil vezes mais eloquentes em Londres e Paris do que teriam sido se fossem ouvidas em St. James e nas Tulherias”.

O povo dos Estados Unidos que se submeteu magnanimamente a um encurtamento das próprias liberdades para salvar seu país, certamente não estará menos preparado para mudar o rumo da opinião popular na Inglaterra, admitindo abertamente e cuidadosamente compensando, um erro internacional, cuja justificação poderia realizar as mais ousadas esperanças dos rebeldes.

# OS ATORES PRINCIPAIS NO DRAMA TRENT

(Marx. *Die Presse*, 8 de dezembro de 1861)

Londres, 4 de dezembro de 1861

Neste momento, é de suma importância que conheçamos em alguma medida as personagens principais do drama *Trent*. Por um lado, temos o herói ativo, capitão Wilkes, o comandante do *San Jacinto*; por outro lado, os heróis passivos, J. M. Mason e John Slidell. O capitão Charles Wilkes é descendente direto do irmão do célebre demagogo inglês [John] Wilkes, o mesmo que por um momento ameaçou chacoalhar o trono de George III. A luta com as colônias norte-americanas salvou a dinastia de Hannover no exato momento de estourar uma revolução inglesa, sintomas os quais se fizeram perceptíveis no clamor de um tal Wilkes e nas cartas de um tal Junius. O capitão Wilkes, nascido em Nova York em 1798, ativo há 43 anos na marinha americana, comandou o esquadrão que, de 1838 a 1842, explorou o Oceano Pacífico norte e sul por ordem do governo da União. Ele publicou um relatório de sua expedição em cinco volumes.<sup>[1]</sup> É, igualmente, autor de uma obra sobre o oeste americano, a qual contém informações valiosas sobre a Califórnia e o distrito do Oregon. Agora é certo que Wilkes improvisou seu *coup de main* independentemente e sem quaisquer ordens de Washington.<sup>[2]</sup>

Os dois comissários da Confederação sulista interceptados — os senhores Mason e Slidell — são opostos em todos os sentidos.

Mason, nascido em 1798, descende de uma daquelas antigas famílias aristocráticas da Virgínia que fugiram da Inglaterra assim que os royalistas foram derrotados na batalha de Worcester. O avô do nosso herói pertence ao círculo de homens que, ao lado de Washington, Jefferson e companhia, foram designados pelos americanos como seus “pais revolucionários”.

John Slidell não é nem aristocrata como Mason, nem, como o colega, um escravocrata de nascença. Sua cidade natal é Nova York, onde seu avô e pai viveram como honestos candeeiros. Mason, após ter se ocupado por alguns anos com o estudo do direito, adentrou o palco político. Compareceu repetidamente desde 1826 como um membro à Câmara dos Comuns [*House of Representatives*] da Virgínia; compareceu em 1837 à Câmara dos Comuns do Congresso Americano para uma sessão. Seu momento de proeminência, porém, data somente de 1847, ano em que a Virgínia o elegeu para o Senado americano, no qual ele assegurou seu assento até a primavera de 1861. Slidell, que neste momento conta sessenta e oito anos de idade, foi obrigado a deixar Nova York ainda jovem em consequência de um adultério e de um duelo; em resumo, de um escândalo. Partiu para Nova Orleans, onde viveu primeiro de jogatina, depois da advocacia. Tendo se tornado um membro da legislatura da Louisiana, logo obteve acesso à Câmara dos Comuns e, por fim, ao Senado do Congresso dos Estados Unidos. Como diretor de falcatruas eleitorais durante a eleição presidencial de 1844 e, mais tarde, como participante em um embuste acerca de terras estaduais, chocou um pouco aquele tipo de moralidade que ainda prevalece na Louisiana.

Mason herdou sua influência; Slidell adquiriu a sua. Esses dois homens se encontraram e se complementaram dentro do Senado americano, o baluarte da oligarquia escravista. De acordo com a Constituição americana, o Senado elege um Comitê Especial de Relações Internacionais, o qual exerce o mesmo papel que o *privy council* exerceu previamente na Inglaterra (antes de o aclamado “Gabinete”, mais uma grandeza da constituição britânica teoricamente oblívia, ter usurpado as funções do *privy council*). Por bastante tempo, Mason foi presidente do tal comitê; Slidell foi ali um membro proeminente.

Mason, firmemente convencido de que todo cidadão da Virgínia é um semideus e todo ianque é um plebeu malandro, nunca disfarçou seu desprezo contra os colegas do Norte. Altivo, impertinente e insolente, ele sabia como retorcer a testa em uma carranca como a de Zeus e, de fato, levou ao Senado hábitos próprios da lavoura. Um fanático encomiasta da escravidão, difamador desbocado tanto do Norte quanto da classe trabalhadora nortista, além de sempre vociferar contra a Inglaterra, Mason deu uma canseira no Senado com sua importunação prolixa e discursos persistentes que, em vão, tentavam esconder sua vacuidade generalizada com certa pomposidade rasa. Em uma tentativa de protesto, ele andou por aí nos últimos anos trajado de pano cru cinza vindo da Virgínia; porém — isso caracteriza o homem — o tal casaco cinza foi adornado com botões brilhantes vindo de um estado da Nova Inglaterra, Connecticut.<sup>[3]</sup>

Enquanto Mason encenava o *Jupiter Tonans* [Júpiter, deus do trovão] da oligarquia escravista no prosclênio, Slidell trabalhava nos bastidores. Com um talento raro para a intriga, perseverança incansável e uma falta de consideração sem escrúpulos — mas ao mesmo tempo de modo comedido, oculto, nunca intrusivo, sempre insinuante — Slidell foi a alma do conclave conspiratório dos sulistas. Pode-se julgar a fama do homem a partir do fato de, em 1845, pouco antes do início da guerra com o México, ele ter sido enviado para lá na condição de embaixador. O México, por sua vez, se recusou a tratá-lo como tal. As intrigas de Slidell tornaram [James K.] Polk presidente. Ele foi um dos conselheiros mais perniciosos do presidente [Franklin] Pierce, e o gênio do mal por detrás da administração [James] Buchanan. Os dois, Mason e Slidell, foram os principais patrocinadores da lei sobre os escravos fugidos; ocasionaram o massacre no Kansas e, em conjunto, foram os causadores ocultos das medidas pelas quais a administração Buchanan proveu às mãos dos sulistas meios para executar a Secessão, enquanto deixava o Norte sem defesas.<sup>[4]</sup>

Já em 1855, Mason declarou em uma ocasião na Carolina do Sul que “só resta um caminho para o Sul — separação imediata, absoluta e eterna”. Em março de 1861, declarou no Senado que “não possuía qualquer *deferência* ante o governo da União”. Entretanto, manteve seu assento no Senado e continuaria a receber seu salário de senador enquanto a segurança de sua pessoa estivesse garantida — um espião dentro do conselho supremo da nação e um parasita fraudulento junto ao tesouro estatal.

A bisavó de Mason era filha do célebre senhor William Temple. Ele, portanto, é um parente distante de Palmerston. Mason e Slidell se apresentam ao povo do Norte não meramente como oponentes políticos, mas como *inimigos pessoais*. Daí o grande júbilo de sua captura, grande o bastante para abafar, nos primeiros dias, mesmo uma preocupação com riscos ameaçadores por parte da Inglaterra.

## NOTAS

[1] Charles Wilkes. *Narrative of the United States exploring expedition during the years 1838, 1839, 1840, 1841, 1842*. Philadelphia: Lea & Blanchard, 1845.

[2] *Coup de main* é um conceito advindo da cultura militar francesa e alemã do século XVI: trata-se de uma tática em que se ataca o adversário de surpresa em um ponto, para então escapar para bater em um outro lugar, ao mesmo tempo que se recua para dar reforço à linha anterior.

[3] O episódio foi relatado na mídia da época como atestado da excentricidade de Mason: ao vestir pano cru cinza, ele estaria mostrando aos inimigos da escravidão como seriam as vestes americanas caso não houvesse um mercado algodoeiro (movido, é claro, por mão-de-obra escrava). O ato, planejado como protesto, tornou-o objeto de ridículo.

[4] Marx se refere, respetivamente, ao *Fugitive Slave Act* de 1850, à revolta liderada por John Brown no episódio do *Bleeding Kansas*, e aos trâmites da Secessão em 1861. Ver LINHA DO TEMPO.

# CONTROVÉRSIA EM TORNO DO CASO TRENT

(Marx. *Die Presse*, número 340 de 11 de dezembro de 1861)

Londres, 7 de dezembro de 1861

A imprensa de Palmerston — e em outra ocasião mostrarei que, em termos de relações internacionais, Palmerston controla 90% da imprensa inglesa de modo tão absoluto quanto Louis Bonaparte controla a imprensa francesa — sente estar trabalhando sob “obstáculos encantadores”.<sup>[1]</sup> Ela admite, por um lado, que juristas da Coroa reduziram a acusação contra os Estados Unidos a *um mero erro de procedimento*, um *deslize técnico*. Por outro lado, ela fanfarreia que, com base em chicana jurídica, um *ultimato autoritário* foi dado aos Estados Unidos, um que só pode ser justificado como uma violação grosseira da lei, e não por um erro formal no exercício de um direito reconhecido. Supostamente, a imprensa de Palmerston está apelando agora à questão do direito *material*. A imensa importância do caso parece exigir somente um breve exame da questão de direito *material*.

A título provisório, pode-se observar que nem um único jornal inglês se aventura a censurar o *San Jacinto* por sua visita e inspeção do *Trent*. Assim, esse aspecto fica fora da controvérsia.

Antes de tudo, mais uma vez ressaltamos a passagem relevante na proclamação da rainha Vitória de 13 de maio de 1861 acerca da neutralidade. A passagem diz:

“Vitória R.

Estamos em paz com os Estados Unidos [...] alertamos todos os nossos prezados súditos [...] que abstenham de interferir em nossa Proclamação [...] por meio de rompimento do bloqueio legalmente reconhecido ou por meio de transporte de oficiais, [...] despachos [...] ou qualquer contrabando de guerra. Todos os indivíduos que cometerem tais infrações serão passíveis de diversas penalidades impostas pelas leis municipais britânicas e as leis das nações [...] Tais indivíduos não receberão, de nenhuma maneira, nossa *proteção* contra as consequências de sua conduta, mas, pelo contrário, enfrentarão nosso descontentamento”.<sup>[2]</sup>

Essa proclamação da rainha Vitória, portanto, declara antes de tudo que *despachos* são formas de contrabando, o que torna navios que carreguem tais contrabandos passíveis da “penalidade pela lei das nações”. Quais são essas penalidades?

[Henry] Wheaton, um autor americano que escreveu sobre lei internacional e cuja autoridade se deixa reconhecer em ambos os lados do Oceano Atlântico, diz em seu *Elementos de Lei Internacional [Elements of International Law]*, p. 565:

“O transporte de despachos de inimigos em uma nau *neutra* a submete a apreensão e confisco. As consequências de tal serviço sobrepujam e muito o efeito do transporte de contrabandos ordinários [...] como o Sir. W. Scott, juiz inglês, diz, o transporte de artigos bélicos é necessariamente um transporte de natureza limitada, enquanto o transporte de despachos é um ato que pode pôr abaixo todo um plano de campanha do oponente [...] O confisco do artigo nocivo, que constitui a penalidade habitual do contrabando, seria ridículo se aplicado a despachos. Despachos não contam como frete. Portanto, seu confisco não afeta o proprietário do navio e, destarte, não é uma punição contra o navio que os carrega. O veículo que os carrega deve, assim, ser *confiscado*.”

[Timothy] Walker, em seu *Introdução ao Direito Americano [Introduction of American Law]*, diz:

“[Embarcações] neutras não devem tomar parte em *despachos inimigos*, sob penalidade de confisco do navio e de sua carga”.

[James] Kent, que é tomado como uma autoridade decisiva nas cortes inglesas, afirma em seus *Comentários sobre a lei internacional [Commentaries on International Law]*:

“Caso, na revista de um navio, for descoberto que ele carrega *despachos inimigos*, ele será submetido à penalidade de apreensão e confisco sob julgamento de uma corte qualificada”.

O doutor Robert Phillimore, advogado de Vossa Majestade em seu Tribunal do Almirantado, diz em sua mais nova obra sobre lei internacional, p. 370:

Comunicações oficiais vindas de um oficial acerca dos assuntos de um governo beligerante são *despachos* que imprimem um caráter hostil em quem os carrega. As consequências prejudiciais de tal serviço são incalculáveis e se estende para além do efeito de qualquer contrabando habitual, pois é manifesto que, ao transportar tais despachos, os planos mais essenciais de um exército beligerante podem ser repassados ou obstruídos [...] A penalidade é o confisco do navio que leva os despachos e de sua carga.”

Assim, duas coisas são certas. A proclamação da rainha Vitória de 13 de maio de 1861 submete navios *ingleses* que carregarem despachos da Confederação às penalidades da lei internacional. A lei internacional, de acordo com intérpretes ingleses e americanos, impõe a *pena* de apreensão e confisco de tais navios.

Os órgãos de Palmerston, assim, *mentiram* sob ordens vindas de cima — e nós fomos ingênuos o bastante para acreditar em sua mentira — ao afirmar que o capitão do *San Jacinto* malogrou na tarefa de procurar por *despachos* no *Trent* e, portanto, não encontrou nada; que, daí, o *Trent*, teria se tornado intocado em função desse descuido. Os jornais americanos de 17 a 20 de novembro, que ainda *não tinham notícia* da mentira inglesa, afirmaram *unanimemente* que, pelo contrário, os despachos *foram retidos* e já se encontravam na prensa para ser dispostos perante o Congresso em Washington. Isso muda todo o quadro. O *San Jacinto*, por causa dos tais despachos, tinha o direito de guinchar o *Trent*, e qualquer corte especializada americana tinha o dever de confiscar tanto a nau, quanto sua carga. Com o *Trent* viriam, obviamente, seus passageiros situados dentro da jurisdição americana.

Os senhores Mason, Slidell e companhia, assim que o *Trent* embarcou em Monroe, foram sujeitados à jurisdição americana na condição de rebeldes. Se, portanto, em vez de guinchar o *Trent* em um porto americano, o capitão do *San Jacinto* tivesse se contentando em tomar posse dos despachos e aqueles que os carregavam, não teria piorado, de qualquer forma, a posição de Mason, Slidell e companhia. Por outro lado, na medida em que o *erro de procedimento* beneficiou o *Trent*, sua carga e seus passageiros, de fato, teria sido uma novidade se a Inglaterra quisesse declarar guerra contra os Estados Unidos por que o capitão Wilkes cometeu um *erro de procedimento* penoso para os Estados Unidos, mas lucrativo para a Inglaterra.

A questão sobre os próprios Mason, Slidell e companhia serem contrabandos só foi e só poderia ser levada em conta porque os jornais de Palmerston divulgaram a *mentira*; que o capitão Wilkes nem vasculhou em busca de despachos, nem os reteve. Nesse caso, Mason, Slidell e companhia de fato teriam sido os únicos itens presentes no navio *Trent* que estariam aptos a ser categorizados como contrabando. No entanto, desconsideremos esse aspecto por ora. A proclamação da rainha Vitória designa *officials* de um partido beligerante como contrabando. Será que esses *officials* dizem respeito meramente a oficiais militares? Seriam Mason, Slidell e companhia *officials* da Confederação? “*Officials*“, diz Samuel Johnson em seu dicionário da língua inglesa, são “homens empregados pelo serviço público”. Isto é, em alemão, *öffentliche Beamte*, funcionários públicos. Walker provê a mesma definição (ver seu dicionário, edição de 1861).

Portanto, de acordo com o vernáculo da língua inglesa, Mason, Slidell e companhia, esses emissários, *id est*, oficiais da Confederação, se encaixam na categoria de *officials*, os quais a proclamação real declara como *contrabando*. O capitão do *Trent* *sabia* que exerciam tal função, tornando, desta feita, a si, seu navio e seus passageiros sujeitos ao confisco. Se, de acordo com Phillimore e todas as outras autoridades [no assunto], o navio se torna sujeito a confisco como *carrier* [portador] de um despacho inimigo, já que está violando a neutralidade, em um nível ainda mais alto isso vale para a *pessoa* que está carregando os despachos. De acordo com Wheaton, mesmo um *embaixador* inimigo, contanto que esteja *in transitu*, é passível de ser interceptado. Em geral, contudo, o fundamento de toda lei internacional é que qualquer membro de um partido beligerante possa ser considerado e tratado como “beligerante” pelo partido a que opõe.

“Contanto que”, diz Vattel, “persista sendo um cidadão de seu próprio país, ele é inimigo de todos aqueles com quem sua nação se encontra em situação de guerra”.<sup>[3]</sup>

Vê-se, portanto, que os oficiais de lei da Coroa inglesa reduziram o assunto em disputa a um mero *erro de procedimento*, não um erro *in re*, mas um erro *in forma*, porque, na verdade, não ocorreu nenhuma *violação de direito material*. Os órgãos de Palmerston tagarelam sobre a questão do direito material mais

uma vez, pois, um mero erro de procedimento, *em interesse do Trent*, não dá pretexto plausível para que se emita um ultimato em alto e bom som.

Entrementes, vozes importantes se ergueram nesse sentido de lados diametralmente opostos. De um lado, os senhores Bright e Cobden; do outro, David Urquhart. São inimigos em questão de princípios e em questões pessoais: os dois primeiros, cosmopolitas pacíficos; o terceiro, o *último dos ingleses*; os primeiros, sempre prontos para sacrificar toda legislação internacional em prol do comércio internacional; o outro, não vacila em momento algum no princípio *Diat justitia, pereat mundus* [que se faça justiça ainda que o mundo venha abaixo] — e a justiça em questão, é claro, ele entende pela justiça inglesa. As vozes de Bright e Cobden são importantes pois representam um setor poderoso dos interesses da classe média, e são representadas no Ministério por Gladstone, Milner Gibson e, também, em partes, pelo Sir Cornewall Lewis. A voz de Urquhart é importante pois a lei internacional foi seu tema de estudo por toda a vida, e todos reconhecem-no como um intérprete *incorrupível* dessa legislação internacional.

As fontes jornalísticas usuais comunicarão o discurso de Bright em suporte aos Estados Unidos, assim como a carta de Cobden, concebida no mesmo sentido. Portanto, não me demorarei neles.

O órgão de Urquhart, *The Free Press*, afirma em sua última edição, publicada em 4 de dezembro:

“Devemos bombardear Nova York!’ Essa gritaria desvairada pôde ser ouvida há oito dias em todas as ruas de Londres pela noite, com a chegada de informações sobre um incidente de guerra totalmente insignificante. O ato foi do tipo que, *em qualquer guerra*, a Inglaterra cometeu corriqueiramente — a saber, o confisco, a bordo de um navio neutro, de pessoas e propriedades de seus inimigos”.

O *Free Press* desenvolve que Palmerston teria, em 1856, no Congresso de Paris, sem qualquer autoridade da Coroa ou do Parlamento, sacrificado a lei marítima inglesa *ao interesse da Rússia*, e então complementa:

“Para justificar tal sacrifício, os órgãos de Palmerston afirmaram na época que se *mantivéssemos o direito de visita e busca* [a embarcações], certamente nos envolveríamos em *uma guerra contra os Estados Unidos* na ocasião da primeira guerra [estourar] na Europa. E agora ele evoca os mesmíssimos órgãos de opinião pública para bombardearmos Nova York pois os Estados Unidos agem com base em leis que não são diferentes das nossas próprias”.

Em consideração às afirmações de “órgãos de opinião pública”, o *Free Press* observa:

“O relincho da trompa do Barão de Münchhausen<sup>[4]</sup> não é nada em comparação com o clamor enlouquecido da imprensa britânica com a captura de Mason e Slidell”.

Então, com bom humor, ele expõe, lado a lado, a estrofe e a antístrofe, as contradições com as quais a imprensa inglesa tenta culpar os Estados Unidos por “infringimento da lei”.

## NOTAS

[1] A expressão satírica aparece no prólogo do volume de poemas *Neue Gedichte* (parte 1: *Neuer Frühling*) de Heinrich Heine e já havia sido utilizada por Engels no *Anti-Dühring*, em um trecho que diz: “O pensar dialético aparece [na filosofia grega] ainda na sua simplicidade natural, não perturbado pelos *obstáculos encantadores* que a metafísica do século XVII e do século XVIII [...] a si mesma levantou e com os quais barrou a si mesma o caminho de chegar do entendimento do singular ao entendimento do todo, à penetração na conexão universal.” Com base nesse uso anterior da expressão, provavelmente Marx se refira a impasses pela imprensa inglesa que seriam completamente desnecessários e fictícios.

[2] Marx cita a partir do artigo “The Capture of Mason and Slidell”. *New-York Daily Tribune*, no. 6435, 18/11/1861.

[3] E. de Vattel, *Le Droit des gens...*, Tomo II, livro III, capítulo V, § 71.

[4] Personagem satírica recorrente nas literaturas da Áustria e da Alemanha, Münchhausen era aquele que inventava mentiras absurdas acerca de seus feitos para impressionar os ingênuos.

## O PROGRESSO DOS SENTIMENTOS NA INGLATERRA

(Marx. *New-York Daily Tribune*, 25 de dezembro de 1861)

Londres, 7 de dezembro de 1861

Os amigos dos Estados Unidos deste lado do Atlântico aguardam ansiosamente que medidas conciliatórias sejam adotadas pelo governo federal. Mas, não o fazem concorrendo com o canto frenético da imprensa britânica acerca de um incidente de guerra, o qual, de acordo com os próprios advogados ingleses, encontra sua explicação em um simples erro de procedimento, e pode ser resumido na afirmação de que houve uma violação do direito internacional, porque o Capitão Wilkes, ao invés de levar consigo o *Trent*, sua carga, seus passageiros e os emissários [sulistas], levou apenas os Emissários. Tampouco provoca apreensão dos que desejam o bem da Grande República de que, a longo prazo, ela não se mostre capaz de lidar com a Inglaterra, mesmo que sobrecarregada pela guerra civil e, menos ainda, esperam que os Estados Unidos venham a abdicar, por um só momento que seja, e na hora sombria do julgamento, da posição orgulhosa que ocupam no conselho das nações. Os fatores que os mobilizam são de natureza bem diferente.

Em primeiro lugar, a tarefa prioritária dos Estados Unidos é a de esmagar a rebelião e restabelecer a União. O desejo supremo na mente da escravocracia e de seus fantoches do Norte sempre foi mergulhar os Estados Unidos em uma guerra com a Inglaterra. O primeiro passo da Inglaterra, assim que rompessem as hostilidades, seria reconhecer a Confederação Sulista, e o segundo acabar com o bloqueio. Em segundo lugar, nenhum general, se não for forçado, aceitará combater na hora e sob as condições escolhidas pelo inimigo.

“Uma guerra com a América”, diz o *Economist*, um jornal da profunda confiança de Palmerston, “será sempre um dos mais lamentáveis acontecimentos na história da Inglaterra; porém, se vier a ocorrer, o momento atual é certamente o período no qual nos traria o mínimo de prejuízo, e o momento único de nossa história conjunta no qual poderia nos proporcionar uma compensação parcial e eventual.”

As mesmas razões responsáveis pela avidez inglesa de aproveitar qualquer pretexto decente para a guerra neste “momento único” deveriam impedir os Estados Unidos de fornecerem tal pretexto neste “momento único”. Não se vai à guerra com o objetivo de provocar no inimigo “o mínimo de prejuízo”, e nem de lhe proporcionar através da guerra, ‘uma compensação parcial e eventual’. A oportunidade do momento estaria inteiramente de um lado, o lado do inimigo dos Estados Unidos. É necessário algum esforço de raciocínio para provar que o momento de uma furiosa guerra no interior de um estado, é o menos oportuno para se iniciar outra, no exterior? Em qualquer outro momento as classes mercantis da Grã-Bretanha encarariam uma guerra contra os Estados Unidos com o máximo horror. Agora, pelo contrário, um grande e influente setor da comunidade mercantil há meses vem pressionando o governo para romper o bloqueio violentamente, e, assim, fornecer ao principal ramo da indústria britânica sua matéria prima. O temor de uma redução das exportações inglesas para os Estados Unidos perdeu o apelo, uma vez que tal redução já ocorreu efetivamente. “Eles” (os estados do Norte) diz o *The Economist*, “são consumidores amaldiçoados, em lugar de ser bons.” O vasto crédito habitualmente concedido pelo comércio inglês aos Estados Unidos, principalmente pela aceitação das faturas obtidas junto à China e a Índia, já se reduziu a um quinto do que era em 1857. Por último, mas não menos importante, a França Dezembrista, falida, paralisada internamente, atormentada por dificuldades no exterior, aposta em uma guerra anglo-americana como uma verdadeira dádiva divina e, para conseguir o apoio inglês na Europa, utilizará todo seu poder para apoiar a “Pérfida Albion” do outro lado do Atlântico. Basta ler os jornais franceses. O tom de indignação que forjaram para eles mesmos em sua terna preocupação para com a “honra da Inglaterra”, suas ferrenhas diatribes quanto à necessidade inglesa de vingar o ultraje contra a Union Jack [bandeira britânica], sua denúncia vil de tudo o que é americano, seriam verdadeiramente apavorantes, se não fossem ao mesmo tempo nojentos e ridículos. Por fim, se os Estados Unidos cederem neste caso, não diminuirão nem um pinga de sua dignidade. A Inglaterra reduziu a queixa a um mero erro de procedimento, um engano técnico, do qual se tornou sistematicamente culpada em todas as guerras marítimas, mas contra o qual os Estados Unidos nunca deixaram de protestar, e sobre o qual o Presidente Madison discorreu, em sua mensagem inaugural da guerra de 1812, como uma das violações mais chocantes do direito internacional. Se os Estados Unidos puderem se defender fazendo a Inglaterra pagar em sua própria moeda, ainda que do resultado da ação de um único de seus capitães, agindo por responsabilidade própria, eles serão acusados de se negarem



peremptoriamente a reconhecer, aquilo que sempre denunciaram como uma usurpação sistemática por parte da marinha britânica!

Na verdade, o ganho de tal procedimento estaria todo do lado americano. A Inglaterra, por um lado teria reconhecido o direito dos Estados Unidos de capturar e levar a julgamento diante de uma corte naval americana cada navio inglês colocado a serviço da Confederação. Por outro lado, ela, de uma vez por todas, e aos olhos de todo o mundo, renunciaria a uma reivindicação da qual não foi levada a desistir nem na paz de Ghent, em 1814, nem nas negociações realizadas entre Lorde Ashburton e o Secretário Webster em 1842. A questão que se coloca é a seguinte: vocês preferem registrar o “evento desagradável” em sua própria conta ou, cegos pelas paixões do momento, incluí-lo na fatura de seus inimigos em casa e no exterior.

Desde o dia da semana em que lhes enviei minha última correspondência, os fundos consolidados britânicos [*consols*] caíram novamente, sendo que o declínio, em comparação com a última sexta-feira, totalizou dois por cento, passando os preços atuais de 89  $\frac{3}{4}$  a 7/8 por dinheiro e 90 a 1/8 da nova conta em nove de janeiro. Esta cotação corresponde à cotação dos fundos consolidados britânicos durante os dois primeiros anos da Guerra Anglo-Russa. Tal declínio se deve inteiramente à interpretação bélica dos jornais americanos transmitida pelo último correio, ao tom de exacerbação da imprensa britânica, cujos dois dias de moderação não passaram de uma finta, ordenada por Palmerston, para enviar tropas para o Canadá, à proclamação proibindo a exportação de armas e material para a confecção de pólvora e, finalmente, às declarações ostensivas realizadas diariamente tratando da formidável preparação para a guerra nas docas e nos arsenais marítimos.

De uma coisa vocês podem estar certos, Palmerston quer um pretexto legal para a Guerra com os Estados Unidos, porém encontra nos conselhos do gabinete a mais determinada oposição, da parte dos senhores Gladstone e Milner Gibson, em menor medida, e Sir Cornwall Lewis. “O nobre visconde” é respaldado por Russell, um abjeto instrumento em suas mãos, e todo o coventículo Whig. Se o governo de Washington fornecer o pretexto desejado, o Gabinete atual se dividirá, sendo substituído por uma administração Tory. As etapas preliminares para esta mudança de cenário já foram acordadas entre Palmerston e Disraeli. Daí o furioso grito de guerra do *Morning Herald* e do *The Standard*, aqueles lobos famintos uivando na perspectiva das migalhas a muito perdidas do esmoler público.

Os desígnios de Palmerston podem ser demonstrados chamando alguns fatos à memória. Foi ele quem insistiu na proclamação, que reconhecia os secessionistas como beligerantes, na manhã do dia 14 de maio, após ter sido informado, por telégrafo de Liverpool, que o Sr. Adams chegaria a Londres na noite do dia 13 de maio. Após uma acirrada luta com seus colegas, ele despachou 3000 homens para o Canadá, um exército ridículo, se o objetivo fosse cobrir uma fronteira de 1500 milhas, mas uma astuta prestidigitação se o objetivo fosse apoiar a rebelião e irritar a União. Ele, várias semanas atrás, incitou Bonaparte a propor uma intervenção armada conjunta “na luta internacional”, apoiou este projeto no conselho ministerial, e só não conseguiu colocá-lo em prática devido à resistência de seus colegas. Ele e Bonaparte então recorreram à intervenção no México como uma segunda opção [*pis aller*], operação que serviu a dois propósitos, provocar ressentimento por parte dos americanos e simultaneamente fornecer um pretexto para o envio de uma esquadra, pronta, segundo o *The Morning Post*, “a cumprir com qualquer obrigação que uma conduta hostil da parte do governo de Washington nos exija cumprir nas águas do Atlântico Norte.” No momento em que a expedição começou, *The Morning Post*, juntamente com *The Times* e outros alevinos menores da imprensa de escravos de Palmerston, afirmaram ser uma medida excelente e uma ação filantrópica de baixo custo, uma vez que exporia a Confederação de proprietários de escravos a um duplo fogo – o do Norte antiescravista e o da força antiescravista formada pela Inglaterra e a França. E o que diz este mesmo *Morning Post*, esta curiosa mistura de Jenkins e Rhodomonte, de pelúcia e arrebentação, em sua edição de hoje, por ocasião do discurso de Jefferson Davis? Ouçamos o oráculo de Palmerston:

“Devemos considerar esta intervenção como uma que pode se manter inoperante durante um considerável período de tempo; e embora o governo do Norte esteja muito distante para assumir sua atitude, entrando materialmente nesta questão, a Confederação Sulista, por outro lado, estende-se por uma grande distância ao longo da fronteira com o México, de modo a poder emprestar sua disposição amistosa para com os autores da insurreição, sem qualquer consequência. O governo do Norte tem invariavelmente criticado a nossa neutralidade, porém o Sul com diplomacia e moderação reconhece nela tudo o que poderíamos fazer por ambas as partes, e seja tendo em vista tanto nossas transações no México, quanto nossas relações com o governo de Washington, a paciência amigável da Confederação sulista é um importante ponto a nosso favor.”

Devo observar que o *Nord* de três de dezembro – um jornal russo, portanto iniciado nos desígnios de Palmerston – insinua que a expedição ao México foi colocada em marcha prioritariamente, não por seus propósitos ostensivos, mas para uma guerra contra os Estados Unidos.

A carta do General Scott produziu uma reação tão benéfica na opinião pública e mesmo na Bolsa de Valores de Londres, que os conspiradores de Downing Street e das Tulherias acharam necessário abrir mão do *Patrie*, afirmando com ares de conhecimento derivado de fontes oficiais, que a captura dos comissários sulistas do *Trent* foi diretamente autorizada pelo governo de Washington.

## O GABINETE DE WASHINGTON E AS POTÊNCIAS OCIDENTAIS

(Marx. Die Presse, número 354 de 25 de dezembro de 1861)

Por volta de 20 de dezembro de 1861

Uma das surpresas mais marcantes da guerra anglo-franco-turco-russa, que já foi cheia de surpresas, foi sem dúvida a declaração acerca de direitos marítimos acordada em Paris na primavera de 1856. Quando a guerra contra a Rússia começou, a Inglaterra suspendeu, para prejudicar os russos, o uso de seus expedientes mais formidáveis — o confisco de mercadorias do inimigo em navios neutros — e a pirataria. No final da guerra, a Inglaterra destruiu os tais expedientes e sacrificou seus fragmentos no altar da paz. A Rússia, a parte supostamente derrotada, recebeu uma concessão daquilo que tentara sem sucesso, desde Catarina II, obter por meio de uma série de “neutralidades armadas”, guerras e intrigas diplomáticas. Por outro lado, a Inglaterra, a suposta vencedora, renunciou aos grandes instrumentos de ataque e defesa, os mesmos que ganharam proeminência mediante seu poder naval e que mantiveram um planeta inteiro sob sua mira por um século e meio.

As razões humanitárias que serviram de pretexto para a declaração de 1856 caem por terra até antes da análise mais superficial. A pirataria não é uma *barbárie* maior do que a ação de batalhões voluntários ou guerrilheiros na guerra terrestre. Navios piratas são os guerrilheiros do mar; o confisco dos bens privados de uma nação beligerante também ocorre durante a guerra terrestre. Os custos da guerra, por exemplo, recaem apenas sobre o tesouro do governo inimigo ou também sobre a propriedade de particulares? A natureza da guerra terrestre protege mercadorias inimigas que estão em terreno neutro, isto é, sob a soberania de um poder neutro. A natureza da guerra naval desfaz essas barreiras, já que o mar, como via comum das nações, não se encontra sob a soberania de qualquer poder neutro.

Com efeito, a declaração de 1856 oculta, sob sua fraseologia filantrópica, uma grande desumanidade. Ela transforma a guerra, sobretudo uma guerra popular, em uma guerra de governos. Ela dota a propriedade da inviolabilidade que nega às pessoas. Ela emancipa o comércio dos horrores da guerra, tornando, assim, as classes comerciais e mercantis indiferentes a tais horrores. Aliás, não é preciso dizer que os pretextos humanitários da declaração de 1856 se dirigiram apenas à tribuna europeia, assim como os apelos religiosos da Santa Aliança o fazem.

É um fato bem conhecido que Lord Clarendon, que assinou a lei marítima inglesa no Congresso de Paris, agiu sem conhecimento prévio e sem mandato da Coroa (como mais tarde admitiu na Câmara dos Lordes). A única procuração que tinha em mãos era uma *carta particular* de Palmerston. Até agora, Palmerston não se atreveu a pedir ao Parlamento inglês que sancionasse a Declaração parisiense e a assinatura de Clarendon. Para além dos debates sobre o conteúdo da declaração, houve temores sobre a questão constitucional de um ministro inglês ter permissão de usurpar o direito de varrer as antigas fundações do poder naval inglês, independentemente do aval da coroa e do Parlamento, com uma canetada. Palmerston atribuiu à influência da Escola de Manchester o fato de esse *coup d'état* ministerial não ter levado a interpelações tempestuosas, sendo, ao contrário, silenciosamente aprovado como *fait accompli* [um fato consumado]. De acordo com os interesses que ela representa, e, portanto, também da filantropia, civilização e progresso, [a escola de Manchester] considerou adequada a inovação que permitiria ao comércio inglês continuar a negociar com o inimigo em navios neutros enquanto marinheiros e soldados duelassem pela honra da nação. Os homens de Manchester aplaudiram o fato de que o ministro, mediante uma medida inconstitucional, uniu a Inglaterra a concessões internacionais que muito improvavelmente teriam sido adquiridas por meios parlamentares constitucionais. Daí vem a atual indignação do Partido de Manchester na Inglaterra pelas revelações do *Livro Azul* submetido por Seward ao Congresso em Washington!<sup>[1]</sup>

Como se sabe, os Estados Unidos foram a única grande potência que se recusou a aderir à Declaração de Paris de 1856. Se abrissem mão da pirataria, teriam que criar uma grande marinha federal. Toda a diminuição de seus recursos de guerra no mar os ameaçava, ao mesmo tempo, com o fardo de terem que formar um exército de terra permanente, de acordo com os padrões europeus. Não obstante, o presidente Buchanan consentiu em aceitar a Declaração de Paris caso assegurasse a mesma inviolabilidade a toda propriedade a bordo, hostil ou neutra, com a exclusão dos contrabandos de guerra. Sua sugestão foi rejeitada. Do *Livro Azul* de Seward resulta que Lincoln propôs à Inglaterra e à França anexar os Estados Unidos à Declaração de Paris assim que assumisse o cargo, contanto que a pirataria fosse abolida. Além disso, havia a condição de que a proibição da pirataria, igualmente, se

estendesse à parcela rebelde dos EUA, a saber, a Confederação sulista. A resposta prática que ele recebeu foi o reconhecimento da Confederação sulista como facção beligerante.

“Humanitarismo, progresso e civilização”, sussurraram para os gabinetes de St. James e para as Tulherias [palácio do governo em Paris] que a proibição de pirataria reduziria bem as chances de Secessão e, com ela, viria a quebra dos Estados Unidos. A Confederação foi, portanto, apressadamente reconhecida como uma facção beligerante em resposta ao gabinete de Washington, e a Inglaterra e a França, é claro, não conseguiram reconhecer a proposta de um partido beligerante como lei que incluísse o outro partido como beligerante [i.e. a União]. Desde o início da Guerra Civil, a mesmíssima “sinceridade ilustre” anima todas as negociações diplomáticas entre a Inglaterra e a França com o governo da União, e se o navio *USS San Jacinto* não tivesse parado o navio britânico *Trent* na via de Bahamas, qualquer outro incidente teria sido suficiente para servir de pretexto para o conflito que lorde Palmerston tinha em vista.

#### NOTAS

- [1] Na tradição burocrática anglo-saxão, um “Livro Azul” é um apanhado de documentos estatísticos publicado anualmente pelo *Office for National Statistics*.

## A OPINIÃO DOS JORNAIS E A OPINIÃO DO POVO

(Marx. *Die Presse*, número 359 de 31 de dezembro de 1861)

Londres, 25 de dezembro de 1861

Políticos da Europa continental que, segundo a imprensa londrina, possuem um termômetro para o temperamento do povo inglês, estão sendo necessariamente falaciosos neste momento. Com as primeiras notícias sobre o caso Trent, o orgulho nacional inglês inchou, e o chamado para a guerra contra os Estados Unidos soou por praticamente todas as camadas sociais. A mídia londrina, em contrapartida, fingiu moderação e mesmo o *Times* mostrou ceticismo sobre haver de alguma forma um *casus belli*.

De onde vem esse fenômeno? Palmerston não tinha certeza se os juristas da coroa se encontravam na posição de elaborar qualquer pretexto legal para a guerra. Uma semana e meia antes da chegada do *La Plata* em Southampton, agentes da Confederação sulista de Liverpool voltaram-se ao gabinete inglês, denunciando a intenção de cruzadores americanos estacarem nos portos ingleses e de interceptarem os senhores Mason, Slidell etc. em alto mar, exigindo assim uma intervenção por parte do governo inglês. Com base no parecer dos juristas reais, o governo recusou o pedido. Daí vem o tom pacífico e moderado da imprensa londrina, em contraste com a impaciência belicosa do povo. No entanto, assim que os juristas da coroa — o procurador-geral e procurador *solicitor*, ambos membros do gabinete — encontraram um pretexto *técnico* para tramar um combate com os Estados Unidos, as posições do povo e da imprensa se inverteram. A febre por guerra na imprensa galgou na mesma medida em que foi escasseando no povo. Neste instante, uma guerra contra a América, em todas as camadas do povo inglês, com exceção dos amigos do algodão e dos fazendeiros, é tão impopular quanto o grito de guerra predomina em meio à imprensa.

Preste atenção na imprensa londrina! No topo dela se encontra o *Times*, cujo redator-chefe, Bob Lowe, foi outrora um demagogo na Austrália, cuja derrota instigou em prol da Inglaterra. Trata-se de um membro subordinado do gabinete, um tipo de ministro de assuntos culturais e mero capacho de Palmerston. O *Punch* é o bobo da corte do *Times*, que transforma seu palavrório grandiloquente em piadas rápidas e caricaturas insípidas. Um dos redatores-chefe do *Punch* foi posto por Palmerston na *Board of Health* [Comissão de Saúde] com um salário de 1.000 libras esterlinas/ano.

O *Morning Post* é, em partes, propriedade privada de Palmerston. Uma outra parte dessa estranha instituição está vendida a diplomatas franceses. O restante pertence à *haute volée* [a alta classe] e fornece os relatórios mais precisos para puxa-sacos de corte e costureiros. O *Morning Post*, portanto, é notório entre o povo inglês como o mordomo do resto da imprensa.

O *Morning Advertiser* é a propriedade comum dos “abastecedores licenciados”, ou seja, de donos de bar com permissão para vender bebidas alcoólicas que não sejam cerveja. Além disso, é o órgão dos *pietistas* ingleses e dos tipos esportivos, ou seja, do pessoal que faz das corridas de cavalos, das apostas, do boxe e de coisas similares uma profissão. O editor deste jornal, o Sr. Grant, antes utilizado pelo jornal na qualidade de estenógrafo, é uma pessoa muito pouco versada em dotes literários, embora tenha obtido a honra de se juntar às festas privadas de Palmerston. Desde então, ele sonha acordado com o “ministro verdadeiramente inglês” a quem denunciara, no estopim da última guerra russa, como “espião russo”. Assoma-se a isso que o santo patrono deste jornal de pinguços está sob o comando do conde Shaftesbury, e que Shaftesbury é genro de Palmerston. Shaftesbury é o papa dos homens do baixo clero, os mesmos que arrolham o *Sanctus Spiritus* no espírito profano do bom anunciante.<sup>[1]</sup>

Ah, o *Morning Chronicle*! *Quantum mutatus ab illo!*<sup>[2]</sup> Enquanto, por cerca de meio século, foi o grande órgão do partido *Whig*, e não obstante um rival do *Times*, sua estrela terminou por empalidecer desde a guerra dos *whigs*. Passou por metamorfoses de todos os tipos, transformando-se em um *penny paper* [um jornal de um centavo], tentando viver de notícias sensacionalistas até, por exemplo, tomar partido do encrenqueiro *Palmer*. Mais tarde o jornal se vendeu para a embaixada francesa, que logo, porém, ficou cansada de jogar dinheiro fora. Então ele se aventurou no antibonapartismo, mas não obteve a melhor das sortes. Por fim, encontrou um comprador (por tanto tempo ansioso) na pessoa dos senhores Yancy e Mann — os agentes da Confederação sulista em Londres.

O *Daily Telegraph* é propriedade privada de um tal Levy. Seu jornal foi cunhado pela própria imprensa inglesa como o *mob paper* [órgão de mídia popular] de Palmerston. Ao lado dessa função, ele leva adiante

crônicas de escândalo. Não foi característico desse *Telegraph* que, com a chegada do Trent, tenha declarado a notícia de que, por ordens superiores, *a guerra seria impossível*. O tom de dignidade e moderação presente na tal notícia pareceu tão estranho para o próprio jornal que ele publicou meia dúzia de artigos comentando a moderação e dignidade exibida na ocasião. Assim que o equilíbrio voltou a ser balançado, o *Telegraph* tentou se fazer de inocente frente a sua antiga impulsividade e soltou, na frente de todos os seus camaradas, um altissonante uivo de guerra.

O *Globe* é o periódico noturno ministerial, que obtém subsídios oficiais de todos os ministérios [encabeçados por] *whigs*.

Os jornais *tory Morning Herald* e *Evening Standard*, ambos pertencem à mesma butique. São determinados por uma motivação dupla: por um lado, pelo ódio herdado contra “as colônias inglesas *rebeladas*” e, por outro, pela flutuação crônica em seus cofres. Eles sabem que uma guerra contra a América dinamitaria o atual gabinete de coalizão, abrindo espaço para um gabinete *tory*. Com ele, os subsídios oficiais para o *Herald* e o *Standard* retornariam [para os próprios bolsos]. Lobos famintos, assim, não poderiam uivar mais alto por sua caça do que esses jornais *tory* uivam por uma guerra contra a América, e pela chuva de ouro que lhe traria como comitiva!

Quanto aos nomes dignos de menção da imprensa diária londrina restam o *Daily News* e o *Morning Star*, ambos opostos aos que anunciam uma guerra. O *Daily News* teve seu desenvolvimento inibido em função de uma ligação com o lorde John Russell, e o *Morning Star* (órgão de Bright e Cobden) pôs em risco sua influência em função de seu caráter de “jornal da paz a qualquer custo”.

A maioria dos seminários londrinos é mero eco da mídia diária e, portanto, preponderantemente belicista. O *Observer* se encontra sob soldo dos ministérios. O *Saturday Review* ambiciona por dar mostras de *esprit* e crê tê-lo encontrado quando finge toda aquela imponência cínica acerca de preconceitos “humanitaristas”. Para dar mostras de *esprit*, os advogados corrompidos, padrecos e mestres-escolas que escrevem para o tal jornal sorriram um sorriso amarelo de admiração para os escravocratas desde o início da Guerra Civil Americana. Mais tarde, é óbvio, eles entoaram a trombeta da guerra junto com o *Times*. Agora já estão esboçando contra os Estados Unidos planos de campanha cuja imbecilidade crassa é de arrepiar os cabelos.

Com exceções mais ou menos respeitáveis, mencionemos o *Spectator*, o *Examiner* e, especialmente, a *MacMillan's Magazine*.

Vê-se daí: de forma geral, a imprensa londrina está representando nada além de Palmerston e mais Palmerston. Com a exceção dos órgãos dos representantes do algodão, os jornais da província constituem um contraste louvável em relação a ela. Palmerston quer guerra, e o povo inglês não. Os próximos acontecimentos mostrarão quem vencerá esse duelo, Palmerston ou o povo. De qualquer forma, ele está travando um jogo perigoso, assim como Louis Bonaparte no começo de 1859.

## NOTAS

[1] A piada de Marx é difícil de traduzir: o *Morning Advertiser*, órgão de mídia até hoje existente, é especialista em anúncio de bebidas e do circuito de pubs ingleses. Na época era administrado por pietistas. O termo *Spiritus* e *spirit* são usados em alemão e inglês, respectivamente, tanto para designar bebida alcoólica forte quanto uma entidade da dimensão espiritual.

[2] Retirado da *Eneida* (II, 274) de Vergílio: “quanto se mudou do que era!”.

## ENCONTRO PRÓ-AMERICANO

(*Die Presse*, 5 de janeiro de 1862)

Londres, primeiro de janeiro de 1862

O movimento antiguerra *do povo inglês* ganha a cada dia mais energia e amplitude. Encontros públicos em diferentes partes do país insistem em um acordo, o mais consensual possível, para a desavença entre Inglaterra e Estados Unidos. Uma enxurrada de memorandos nesse tom chega ao chefe do gabinete, e a imprensa provincial independente é quase unânime em sua oposição aos gritos de guerra da imprensa de Londres.

Segue abaixo um relatório mais detalhado da reunião da segunda-feira passada em Brighton, já que ela partiu da classe trabalhadora e os dois oradores principais, os Srs. Conningham e White, são membros influentes do Parlamento; ambos têm assento no lado *ministerial* da Câmara.

O senhor Wood (um trabalhador) fez a primeira proposta, dizendo “que a desavença entre Inglaterra e Estados Unidos surgiu de um mal-entendido acerca do direito soberano das nações, não de um insulto proposital contra a bandeira britânica; que, daí, o grupo presente neste encontro é da opinião de que toda a questão deve ser transferida para a decisão arbitral de uma potência neutra; que uma guerra com a América não se pode justificar sob tais circunstâncias, merecendo assim a condenação por parte do povo inglês”.

Em apoio a tal requerimento, o Sr. Wood observou, entre outras coisas:

“Digamos que esse novo insulto seja apenas o último elo de uma cadeia de insultos que os Estados Unidos fizeram contra a Inglaterra. Supondo que seja verdade, como isso justificaria os gritos de guerra no momento atual? Provaria que, enquanto os Estados Unidos estavam divididos e fortes, então aceitamos calmamente seus insultos. Mas agora, em um momento de vulnerabilidade, valemo-nos de nossa posição favorável para vingar o insulto. Esse procedimento não nos marcaria como covardes aos olhos do mundo civilizado?”

O senhor Conningham:

“...neste instante desenvolve-se uma política de emancipação declarada no seio da União (*aplausos*), e eu expressei a mais séria esperança de minha parte de que não permitamos qualquer intervenção por parte do governo inglês. (*Aplausos*.) ... Vocês, ingleses livres, querem que os envolvam em uma guerra antirrepublicana? Pois esta é a intenção do *Times* e dos partidos por detrás dele... Apelo aos trabalhadores da Inglaterra, que têm o maior interesse na manutenção da paz, que ergam suas vozes e, caso necessário, os punhos para impedir um crime tão grande... O *Times* se valeu de todos os meios para atizar o espírito bélico do país e criar um clima hostil em meio aos americanos, por meio de zombaria e invectivas... Não faço parte do chamado Partido da Paz. O mesmo *Times* favoreceu a política russa e, em 1853, [no conflito contra a Crimeia], fez tudo em seu poder para induzir nosso país a assistir calmamente os ataques militares da barbárie russa no Leste. Eu estava entre aqueles que levantaram as vozes contra essa política pérfida. Na época do projeto da *Conspiracy bill* [a Lei Anticonspiração], que facilitaria a entrega de refugiados políticos, nenhum esforço do *Times* pareceu ser grande o suficiente para forçar a aprovação do projeto na Câmara dos Comuns. Eu fui um dos 99 membros da Câmara que resistiram a essa interferência nas liberdades do povo inglês e derrubaram o então ministro. (*Aplausos*.) Este ministro se encontra agora no topo do gabinete. Eu profetizei a ele que, caso tentasse envolver nosso país em uma guerra com a América sem razões boas o suficiente, seu plano falharia vergonhosamente. Prometo-lhe uma nova derrota vergonhosa, uma derrota maior do que a *Conspiracy bill* lhe conferiu na ocasião. (*Aplausos*.) [...] Desconheço qual seja a mensagem oficial enviada a Washington, mas a opinião predominante é a de que os advogados da coroa recomendaram ao governo que adotasse uma postura jurídica bastante estrita, que os comissários do Sul não deveriam ser interceptados sem que o navio que os carregava fosse capturado. Por conseguinte, a extradição de Slidell e Mason será solicitada como condição *sine qua non*.

Suponhamos que o povo do outro lado do Oceano Atlântico não permita que seu governo realize tal extradição. Vocês querem uma guerra pelos corpos de dois enviados dos escravagistas? ... Há neste país um partido antirrepublicano a favor da guerra. Lembrem-se da última guerra da Rússia. Por meio da publicação dos despachos

secretos de São Petersburgo ficou claro, sobre qualquer possibilidade de dúvida, que os artigos publicados pelo *Times* em 1855 foram escritos por uma pessoa que tinha acesso a documentos e papéis secretos do Estado russo. Naquela época, o Sr. Layard recitou trechos marcantes [deles] na Câmara Baixa e o *Times*, consternado, mudou de tom imediatamente, tocando a trombeta de guerra na manhã seguinte [...] O *Times* atacou repetidamente o imperador Napoleão e apoiou nosso governo na demanda por empréstimos ilimitados para fortificações terrestres e artilharia flutuante. Depois que o *Times* o fez, acionando o alarme contra a França, agora quer expor nossa costa ao imperador francês, envolvendo nosso país em uma guerra transatlântica [...] É de se temer que os grandes armamentos atuais não sejam de forma alguma destinados apenas ao Caso Trent,<sup>[1]</sup> mas à eventualidade de reconhecimento do governo dos Estados Escravistas. Se a Inglaterra fizer isso, ela se cobrirá de desgraça eterna”.

O senhor White: “A classe trabalhadora deve observar que é a criadora deste encontro, e que todos os custos do evento estão sendo bancados por seu comitê [...] O atual governo nunca teve o bom tato de agir de maneira honesta e sincera para com o povo. Nunca acreditei, por um momento sequer, na mais vaga possibilidade de que uma guerra surgisse a partir do Caso Trent. Eu disse a mais de um membro do governo que nenhum deles crê na possibilidade de guerra por causa do Trent. Qual é o motivo, então, desses preparativos tão portentosos? Acredito que Inglaterra e França concordaram em reconhecer a independência dos estados do Sul na próxima primavera. Até então, a Grã-Bretanha terá uma frota avassaladora em águas americanas. O Canadá estaria completamente preparado para se defender. Se os estados do Norte estiverem inclinados para fazer do reconhecimento do Sul um *casus belli*, a Grã-Bretanha estará preparada...”

O orador então continuou na elaboração dos perigos de uma guerra contra os Estados Unidos, lembrando-se da simpatia demonstrada pela América quando o general Havelock morreu, a ajuda que os marinheiros americanos deram aos navios ingleses na infeliz batalha em Peiho etc. No desfecho, fez a observação de que a Guerra Civil terminará com a abolição da escravidão e que a Inglaterra deveria, portanto, estar do lado do Norte.

Após a moção original ter sido aprovada por unanimidade, um memorando a Palmerston foi apresentado, debatido e aceito pelos membros do encontro.

## NOTAS

[1] Marx tratou exclusivamente desse aspecto do Caso Trent no artigo do *Die Presse* de 02/12/1861.



(Marx. *New-York Daily Tribune*, 12 de fevereiro de 1862)

Londres, 11 de janeiro, de 1862

As notícias sobre a solução pacífica do conflito do *Trent* foram saudadas de maneira exultante pela grande maioria do povo inglês, comprovando de forma inconfundível a impopularidade da guerra que se temia e o pavor de suas consequências. Nunca deveria ser esquecido nos Estados Unidos de que pelo menos as classes trabalhadoras da Inglaterra, do início ao fim das dificuldades, jamais os abandonaram. Para elas, deveu-se ao fato de que, a despeito dos estimulantes venenosos diariamente ministrados por uma imprensa venal e temerária, nem uma única manifestação pública em favor da guerra ter sido realizada no Reino Unido, durante todo o período no qual a paz tremeu na balança. A única manifestação pela guerra que se reuniu quando da chegada do *La Plata*, na Bolsa de Valores de Liverpool, foi uma manifestação marginal, totalmente organizada pelos próprios corretores do algodão. Mesmo em Manchester, a tendência das classes trabalhadoras foi tão bem compreendida que uma tentativa isolada de convocação de uma manifestação pela guerra foi abandonada quase tão rapidamente quanto fora imaginada.

Onde quer que tenham ocorrido manifestações públicas na Inglaterra, Escócia ou Irlanda, elas protestaram contra os ensandecidos gritos de guerra da imprensa, contra os desígnios sinistros do governo, e se declararam em favor de uma resolução pacífica da questão em litígio. A este respeito, as duas manifestações realizadas, uma em Paddington (Londres), a outra em Newcastle upon Tyne, foram características. A primeira aplaudiu a argumentação do Sr. Washington Wilkes, sobre a Inglaterra não possuir autoridade para encontrar falhas na apreensão dos Comissários Sulistas, ao passo que a reunião de Newcastle aprovou, quase unanimemente, a resolução segundo a qual, em primeiro lugar, os americanos são culpados apenas do exercício legal do direito de busca e apreensão; em segundo lugar, que o capitão do *Trent* deveria ser punido pela violação da neutralidade inglesa, tal como proclamada pela Rainha. Em circunstâncias normais, a conduta dos trabalhadores britânicos teria sido antecipada pela simpatia natural que as classes populares ao redor do mundo deveriam sentir pelo único governo popular do mundo.

Porém, nas presentes circunstâncias, em que uma grande parcela das classes trabalhadoras britânicas sofre direta e severamente as consequências do bloqueio sulista; em que outra parte é indiretamente atingida pelo encurtamento do comércio americano, que se deve como lhes dizem, à política protecionista egoísta dos Republicanos; quando o *Reynold's*, único semanário democrático remanescente, se vende aos senhores Yancey e Mann e, semana após semana, esgota seus poderes de linguagem chula apelando para que as classes trabalhadoras pressionem o governo a entrar em guerra com a União, na defesa de seus próprios interesses, a simples justiça exige uma homenagem à sonora atitude das classes trabalhadoras britânicas, ainda mais quando contrastada com a conduta hipócrita, intimidadora, covarde e estúpida da Inglaterra oficial e abastada.

Que diferença desta atitude do povo daquela que ele assumiu por ocasião das complicações com a Rússia! Naquela ocasião, *The Times*, *The Post* e outras pelúcias amarelas [*yellow-plushes*] da imprensa londrina, choramingavam pela paz, sendo repreendidos por tremendas manifestações em favor da guerra por todo o país. Agora, eles uivam pela guerra, sendo respondidos com manifestações pela paz que denunciam os esquemas liberticidas e as simpatias pró-escravidão do governo. As caretas provocadas pelos augúrios da opinião pública em face das notícias sobre a resolução pacífica do caso *Trent* são verdadeiramente divertidas.

Em primeiro lugar, deveriam se congratular pela dignidade, pelo bom senso, pela boa vontade e moderação, demonstrados diariamente por elas durante um mês inteiro. Elas foram moderadas nos dois primeiros dias após a chegada do *La Plata*, quando Palmerston se sentiu desconfortável com a possibilidade de escolher algum pretexto legal para uma briga. Mas dificilmente os advogados da Coroa se envolveriam em uma disputa legal que pudesse iniciar um charivari, desconhecido desde os tempos da guerra anti-jacobina. Os despachos do governo inglês saíram de Queenstown no começo de dezembro. Nenhuma resposta oficial de Washington teria a possibilidade de ser recebida antes do início de janeiro. Os novos acontecimentos que se deram naquele intervalo de tempo favoreceram os americanos. O tom da imprensa transatlântica era calmo, ainda que o episódio de Nashville tenha despertado suas paixões. Todos os fatos verificados concorreram para mostrar que o Capitão Wilkes havia agido por conta própria. A posição do governo de Washington era delicada. Caso ele resistisse às exigências inglesas, poderia complicar a guerra civil com uma guerra estrangeira. Se abrisse mão, poderia prejudicar sua popularidade em casa e aparentar

estar cedendo a pressões do exterior. E eis que o governo então estabelecido empreende uma guerra que deve arregimentar as mais calorosas simpatias de cada homem, embora não de um rufião confesso, para a sua causa.

Prudência comum e decência convencional deveriam, portanto, ter sido ditadas pela imprensa londrina, pelo menos no intervalo de tempo entre a exigência inglesa e a resposta americana, abstendo-se de cada palavra calculada para aquecer as paixões, criar má vontade, complicar o que já era difícil. Só que não! Aquela imprensa “mesquinha e inexprimivelmente rastejante”, como a chamou William Cobbett, que a conhece muito bem, realmente se gabava de haver, com temor do poder concentrado dos Estados Unidos, se submetido humildemente aos arroubos e insultos das administrações pró-escravistas por quase meio século, enquanto agora, em meio à exaltação selvagem dos covardes, anseia por obter sua revanche da administração republicana, ocupada com uma guerra civil. No registro das crônicas da espécie humana, não existe infâmia autodeclarada como esta.

Uma das expressões da pelúcia amarela, o *Moniteur* privado de Palmerston — *The Morning Post*-, encontra-se denunciada pela mais terrível acusação por parte dos jornais americanos. John Bull [o povo inglês] jamais foi informado, — a informação lhe foi cuidadosamente sonogada pelos oligarcas que exercem domínio sobre ele — de que o Sr. Seward, sem esperar pelo despacho de Russell, negou qualquer participação do governo de Washington no ato do capitão Wilkes. O despacho do Sr. Seward chegou em Londres em 19 de dezembro. Em 20 de dezembro, o rumor acerca deste “segredo” se espalhou pela Bolsa de Valores. No dia 21, a pena de pelúcia do *The Morning Post* deu um passo adiante para proclamar solenemente que “o despacho em questão não se refere de maneira nenhuma ao ultraje contra o nosso navio postal.”

No *The Daily News*, no *The Morning Star* e em outros jornais londrinos, vocês encontrarão os produtos da pelúcia amarela muito bem manuseados, mas não conhecerão o que o povo fala nas ruas. Ele fala que *The Morning Post* e *The Times*, assim como o *Patrie* e o *Pays*, tapeiam o público, não apenas para desorientá-lo politicamente, mas para extorqui-lo monetariamente na bolsa de valores, em benefício de seus patrões.

O descarado do *The Times*, ciente de que durante toda a crise não comprometera ninguém além de si mesmo e dando mais uma prova do vazio de suas pretensões de influenciar o povo real da Inglaterra, faz hoje um truque que, aqui em Londres, só tem efeito sobre os músculos do riso, mas do outro lado do Atlântico, pode ser mal interpretado. As “classes populares” de Londres, a “multidão”, como a pelúcia amarela os chama, tem dado provas inconfundíveis — até sugeriram nos jornais — que deveriam considerar como uma piada extremamente oportuna tratar Mason (a propósito, parente distante de Palmerston, desde que o Mason original desposou uma filha de Sir W. Temple), Slidell & Cia, com as mesmas demonstrações que Haynau recebeu quando de sua visita à cervejaria Barclay. *The Times* se agasta com a simples ideia deste incidente chocante, e como tenta desviá-lo? Advertindo o povo da Inglaterra a não sobrecarregar Mason, Slidell & Cia com qualquer tipo de aclamação pública. *The Times* sabe que o artigo de hoje será motivo de chacota em todas as tabernas de Londres. Mas não importa! As pessoas do outro lado do Atlântico poderão, talvez, imaginar que a magnanimidade do *The Times* os poupou da afronta dos aplausos públicos a Mason, Slidell & Cia, enquanto, na verdade, *The Times* apenas tenta preservar aqueles cavalheiros da ofensa pública.

Desde que o caso do Trent caiu num impasse, *The Times*, *The Post*, *The Herald*, *The Economist*, *The Saturday Review*, na verdade toda a elegante imprensa mercenária de Londres, tem se esforçado ao máximo para persuadir a Inglaterra ([John Bull]) de que o governo de Washington, mesmo se desejasse, se mostraria incapaz de manter a paz, porque a multidão ianque não permitiria e porque o governo federal é um governo da multidão. Os fatos agora demonstram que eles mentem o tempo todo. Eles agora se penitenciam por suas calúnias malignas contra o povo americano? Eles ao menos confessam os erros que a pelúcia amarela ao pretender julgar os atos de um povo livre, não deveria cometer? De modo algum. Eles agora descobrem unanimemente que o governo americano, ao não se antecipar às exigências da Inglaterra, e não entregar os traidores sulistas assim que eles foram apanhados, perdeu uma grande oportunidade e privou suas concessões atuais de todos os méritos. Ok, pelúcia amarela! O Sr. Seward repudiou o ato de Wilkes antes da chegada das exigências inglesas, e se declarou imediatamente disposto a seguir um caminho conciliador, o que você fez em situações semelhantes? Quando, sob pretexto de impressionar marinheiros ingleses a bordo de navios americanos — um pretexto em nada relacionado com os direitos marítimos beligerantes, mas a uma usurpação completa e monstruosa, contra todas as leis internacionais —, o *Leopard* disparou contra o *Chesapeake*, matando seis e ferindo vinte e um de seus marinheiros e capturou os pretensos ingleses a bordo do *Chesapeake*, o que fez o governo inglês? O ultraje foi perpetrado no dia 20 de junho de 1807. A

verdadeira satisfação, a entrega dos marinheiros, etc., só foi oferecida em oito de novembro de 1812, cinco anos depois. O governo britânico, é verdade, condenou imediatamente as ações do Almirante Berkeley, assim como o Sr. Seward fez com relação ao Capitão Wilkes; porém, ao punir o Almirante, ele o removeu de um posto inferior para outro superior. A Inglaterra, ao proclamar suas Ordens no Conselho, confessou claramente que foram ofensas aos direitos dos neutros em geral, e aos dos Estados Unidos em particular, alegando que fora forçada a elas como medidas de retaliação contra Napoleão, e que se sentiria muito feliz em interrompê-las desde que Napoleão também interrompesse suas violações dos direitos dos neutros. Napoleão as revogou, pelo menos no que se referia aos Estados Unidos, na primavera de 1810. A Inglaterra persistiu com suas declaradas ofensas aos direitos marítimos dos Estados Unidos. Sua resistência se estendeu de 1806 até 23 de junho de 1812 — depois, em 18 de junho de 1812, os Estados Unidos declararam guerra à Inglaterra. Consequentemente, a Inglaterra se absteve, neste caso por seis anos, não de reparar uma ofensa declarada, mas de parar de praticá-la. E este tipo de gente fala da magnífica ocasião perdida pelo governo americano! Certo ou errado, foi um ato de covardia do governo britânico respaldar uma queixa, baseada em uma pretensa falha técnica, e um simples erro de procedimento, através de um ultimato e da exigência da entrega de prisioneiros. O governo americano pode ter tido suas razões para acatar aquela exigência, mas não teria nenhuma para antecipar esta atitude.

No atual acordo referente ao conflito do *Trent*, a questão subjacente a toda a disputa, e que provavelmente ocorrerá outra vez — os direitos beligerantes de uma potência marítima em relação às neutras —, não foi solucionada. Com a permissão de vocês, tentarei abordar toda esta questão em um artigo subsequente. Por hora, permitam-me acrescentar que, em minha opinião, os Srs. Mason e Slidell prestaram um ótimo serviço ao governo federal [dos EUA]. Havia uma corrente favorável a guerra, influente na Inglaterra, a qual fosse por razões políticas, fosse por comerciais, mostrava-se ansiosa por um confronto com os Estados Unidos. O caso *Trent* colocou aquela corrente à prova. Ela fracassou. A paixão pela Guerra foi reduzida a uma questão menor, a névoa se dissipou, a fúria vociferante da oligarquia levantou as suspeitas da democracia inglesa, os largos interesses britânicos, relacionados aos Estados Unidos se posicionaram, o verdadeiro caráter da guerra civil foi dado a conhecer aos trabalhadores ingleses, e por último, mas não menos importante, o perigoso período no qual Palmerston tem governado sozinho sem ser controlado pelo Parlamento, está caminhando rapidamente para o fim. Foi o único momento em existiu o risco de uma guerra da Inglaterra em favor dos escravocratas. Isto agora está fora de questão.

## **UM GOLPE DE LORDE JOHN RUSSELL**

(Marx. *Die Presse*, 21 de janeiro de 1862)

Londres, 17 de janeiro de 1862

A posição de Lorde John Russell durante a última crise foi absolutamente irritante, mesmo para um homem cuja vida parlamentar inteira mostra que raramente hesita em sacrificar o poder real pela autoridade oficial. Ninguém se esqueceu ainda de que Lorde John Russell perdeu a posição de premiê para Palmerston, embora ninguém pareça se lembrar de que Palmerston lhe cedeu o Ministério de Relações Exteriores. Todo o mundo encara como um axioma óbvio o fato de Palmerston dirigir o gabinete em seu próprio nome e sua política internacional sob o nome de Russell. Com a chegada das primeiras notícias de paz de Nova York,<sup>[1]</sup> *whigs* e *tories* rivalizaram ao som de trombetas para louvar a sabedoria estatal de Palmerston, enquanto o Ministro do Exterior, Lorde John Russell, nem ao menos foi candidato a elogios na condição de assistente. Ignoraram-no completamente. Porém, mal o escândalo em função do telegrama americano *contido* de 30 de novembro veio à luz, o nome de Russell foi ressuscitado dos mortos.

O ataque e a defesa só então fizeram a descoberta de que o Ministro do Exterior *responsável* se chamava Lorde John Russell! Agora, porém, a paciência de Russell começa a se dilacerar. Sem esperar pela abertura do Parlamento e contra qualquer convenção ministerial, ele publicou de imediato toda sua correspondência com Lorde Lyons na *Gazette* [o órgão oficial do Parlamento] de 12 de janeiro.<sup>[2]</sup> Essa correspondência mostra que o telegrama de Seward de 30 de novembro foi lido em voz alta pelo senhor Adams para o Lorde John Russell em 19 de dezembro, e que Russell expressamente reconheceu o telegrama como um pedido de *desculpas* pelo ato do capitão Wilkes. Ademais, após a declaração de Russell, pareceu para o senhor Adams que uma saída pacífica para o conflito estava garantida.

Após essa divulgação *oficial*, o que fazer do *Morning Post* de 21 de dezembro, que negou a chegada de qualquer telegrama de Seward relacionado ao Caso Trent?<sup>[3]</sup> O que fazer do *Morning Post* de 9 de janeiro, que culpou o Sr. Adams pela supressão do mesmo telegrama?<sup>[4]</sup> O que fazer de todo o alarido de guerra a partir de parte da imprensa palmerstoniana entre 19 de dezembro de 1861 e 8 de janeiro de 1862?<sup>[5]</sup> E ainda mais! O telegrama de Lorde John Russell para Lorde Lyons datado a 19 de dezembro de 1861 prova que o Gabinete inglês *não apresentou qualquer ultimato de guerra*; que o Lorde Lyons *não* recebeu instruções para deixar Washington sete dias antes de entregar “o dito ultimato”; que Russell ordenou ao embaixador que evitasse qualquer coisa que lembrasse uma ameaça, e que, por fim, o Gabinete inglês havia decidido tomar uma *decisão definitiva* somente *após receber* uma resposta por parte dos americanos.

Toda a política vociferada pela imprensa de Palmerston, que encontra tantos ecos servis no continente [i. e. na Europa continental], é, portanto, uma quimera. Ela nunca foi levada a cabo na vida real. Isso só prova, como um jornal londrino afirmou hoje, que Palmerston “tentou tornar nula a decisão política já decidida e vinculante dos conselheiros *responsáveis* da Coroa”.

Que o *coup de main*<sup>[6]</sup> de Lorde John Russell tenha atingido a imprensa de Palmerston do nada, como um raio, prova um fato da forma mais impactante possível. O *Times* de ontem *suprimiu* a correspondência de Russell e não fez qualquer menção a ele, seja lá qual fosse. Somente hoje uma reimpressão da *London Gazette* traz em suas colunas, introduzida e prefaciada por um artigo de destaque que evita, cuidadosamente, tocar o X da questão, *a controvérsia entre o povo inglês e o Gabinete inglês*, tocando o ponto às pinceladas por meio da frase: “Lorde John Russell fez todo o esforço possível para encontrar um pedido de *desculpas* no telegrama de Seward de 30 de novembro”.<sup>[7]</sup> Em contrapartida, a ira de Júpiter, rei dos trovões, da Printing House Square fez sair fumaça no segundo artigo principal, no qual o Sr. Gilpin, um membro do Ministério, presidente da Junta de Comércio e partidário da escola de Manchester é declarado como alguém indigno de seu posto no ministério. Na última terça [dia 14/01/1862], em um encontro público em Northampton, onde é representante do parlamento, Gilpin — outrora um livreiro, demagogo, apóstolo da moderação, alguém que ninguém tomaria por herói — atçou o povo inglês criminalmente que impedisse por meio de protestos públicos o reconhecimento precoce da Confederação sulista, que ele inconsideradamente cunhou de um “rebento da escravidão”. Como se — o *Times* exclama indignado — Palmerston e Russell (aqui o *Times* se lembrou da existência de Russell de novo) não tivessem combatido a escravidão por toda a sua vida!<sup>[8]</sup> Certamente foi uma indiscrição, uma indiscrição *calculada* por parte do senhor Gilpin, evocar o povo inglês para se juntar às fileiras contrárias às sanhas simpáticas à escravidão de um ministério ao qual ele próprio pertence. Mas o senhor Gilpin, como dito, não é um herói. Toda a sua carreira mostra uma capacidade mínima para o martírio. Sua indiscrição se deu *no mesmo dia* em que Lorde John Russell executou seu *coup de main*. Portanto, podemos concluir que o Gabinete não é uma *happy family*, e que seus membros individuais já se familiarizaram com a ideia de “separação”.

Não menos notável do que o poslúdio ministerial inglês para o drama do caso Trent é seu *epílogo russo*. A Rússia, que durante toda a barulheira permaneceu às escuras, em silêncio e de braços cruzados, agora salta sobre o proscênio, dando tapinhas nos ombros do Sr. Seward — declarando que o momento para a regulamentação definitiva dos direitos marítimos dos neutros por fim é chegado. A Rússia, como se sabe, considera-se predestinada a pôr em pauta questões urgentes da civilização na agenda da História mundial, na hora e no lugar devidos. A Rússia se tornaria intocável pelos poderes marítimos no momento em que o último deles abrisse mão de seus direitos de guerra contra [embarcações] neutras, passando o poder para o comércio de exportação russo. A Convenção de Paris de 16 de abril de 1856, que é parte de uma cópia, *palavra por palavra*, do Acordo de Neutralidade “Armada” contra a Inglaterra de 1780,<sup>[9]</sup> ainda não se constitui como uma lei na Inglaterra. Que virada do destino seria se a disputa *anglo-americana* terminasse com o Parlamento Britânico e a Coroa Britânica sancionando uma concessão em que dois de seus ministros fossem para a Rússia, por própria autoridade, para pôr um fim na guerra *anglo-russa*.

## NOTAS

[1] O autor se refere à notícia do número 24138 do *The Times*, “New York, Dec. 7, Evening”, publicada em 09/01/1861.

[2] Ver “Foreign Office, January 14, 1862. Copies of Correspondence”. *The London Gazette*, No. 22589, edição de 14/01/1862.

[3] Ver artigo que se inicia com “In the present state of the public mind [...]” no *The Morning Post*, No. 27460, 21/12/1861.

[4] Marx se equivocou quanto à data do artigo em questão; ele foi lançado em 10/01/1862, iniciando com “We have it in our power to state [...]” (ver *The Morning Post*, no. 27476).

[5] Ver artigo iniciado com “The following additional correspondence [...]” do *The Times*, no. 2144, 16/01/1862.

[6] Sobre o *Coup de main*, ver nota 2 da página 194.

[7] O trecho presente no jornal é ligeiramente diferente (“Lord John Russell has exerted all his ingenuity to extract an apology out of Seward’s dispatch of November 30”), embora sua essência seja a mesma. Ver *The Times*, no. 24144, 16/01/1862, artigo que se inicia com “The following additional correspondence [...]”.

[8] Ver artigo “Mr. Gilpin, M. P. and Lord Henley, M. P., on America and England”. *The Times*, no. 24143, 15/01/1862.

[9] Marx provavelmente se refere a trechos dos documentos sobre a regulamentação dos mares pós-Guerra de Crimeia publicados em *The Free Press*, no. 1, de 01/01/1862.

# UMA REUNIÃO OPERÁRIA EM LONDRES

(Marx. Die Presse, 2 de fevereiro de 1862)

Londres, 28 de janeiro de 1862

Como é de conhecimento geral, a classe operária não se encontra representada no parlamento. Não obstante, ela representa uma parcela tão preponderante da sociedade que *campesinato* algum conserva a memória de haver ocupado posição semelhante. Mesmo ausente do parlamento, ela não está destituída de influência política. Nenhuma inovação importante e nenhuma iniciativa decisiva têm sido levadas adiante neste país sem *uma pressão exercida de fora*, seja ela realizada em benefício da oposição e contra o governo, seja realizada em prol do governo e contra a oposição. Por pressão exercida de fora, os ingleses entendem as grandes manifestações populares extraparlamentares, as quais, naturalmente, não podem ser organizadas sem a participação ativa da classe operária.

Em sua guerra antijacobina, Pitt soube utilizar as massas contra os liberais. A emancipação católica, a lei da reforma, a abolição das leis cerealíferas, a lei das dez horas, a guerra contra a Rússia, a rejeição da lei sobre a conspiração de Palmerston,<sup>[1]</sup> cada uma dessas medidas foi fruto de violentas manifestações extraparlamentares, nas quais a classe operária, por vezes artificialmente incitada, outras agindo espontaneamente, representou ou o papel principal, ou de coadjuvante, ou foi apenas o coro, conforme as circunstâncias. Dito isto, a atitude da classe operária inglesa em relação à Guerra Civil Americana é particularmente impressionante.

A miséria produzida pela paralisação das fábricas ou pela diminuição das horas de trabalho motivadas pelo bloqueio dos estados escravistas é horrível e aumenta dia a dia entre os operários das regiões manufatureiras do norte da Inglaterra. As outras frações da classe operária não sofrem na mesma proporção, mas padecem severamente graças à repercussão da crise da indústria do algodão sobre os outros ramos da indústria, ou à diminuição das exportações para os Estados Unidos devido à vigência da tarifa Morrill, ou ainda à perda de suas exportações para o Sul em razão do bloqueio. Nessas condições, o tema de uma eventual intervenção inglesa nos Estados Unidos se converteu em assunto relacionado ao pão cotidiano para os operários ingleses. Reforça ainda essa pressão o fato de que os “superiores naturais” dos trabalhadores ingleses não economizam meios para incitar-lhes a cólera contra os Estados Unidos. O único jornal operário até então existente e largamente difundido, o *Reynold's Newspaper*, foi comprado há seis meses pela burguesia para renovar a cada semana, por meio de diatribes, o *ceterum censeo*<sup>[2]</sup> da intervenção inglesa nos Estados Unidos.

A classe operária, porém, está plenamente consciente de que o governo aguarda apenas um grito de intervenção vindo de baixo, a pressão exercida de fora, para pôr um fim ao bloqueio americano e à miséria inglesa. Em tais condições, a persistência com a qual a classe operária se mantém em silêncio, ou o rompe apenas para elevar sua voz contra a intervenção e a favor dos Estados Unidos, é um fato admirável, uma prova, nova e brilhante, do indestrutível valor das massas operárias inglesas, valor que representa o segredo da grandeza da Inglaterra e que – na linguagem hiperbólica de Mazzini – fez o simples soldado inglês parecer um semideus durante a Guerra da Crimeia e em outras ocasiões.

Para ilustrar a “política” da classe operária, reproduzo aqui o relato de uma grande reunião operária, ocorrida ontem em Marylebone, o mais popular distrito de Londres: O presidente, sr. Steadman, abriu a reunião observando que era necessário adotar uma decisão sobre a recepção que o povo inglês deveria reservar aos srs. Mason e Slidell: “trata-se de considerar se estes senhores fizeram a viagem da América até a Inglaterra para libertar os escravos de suas correntes, ou para forjar novos elos para aquelas correntes”. O sr. Votes:

No momento atual, a classe operária não deve se manter em silêncio. Os dois cavalheiros que atravessaram o Atlântico para vir até aqui são agentes de estados escravistas e tirânicos. Eles estão em rebelião aberta contra a Constituição legal de seu país e vieram aqui para induzir o nosso governo a reconhecer a independência dos estados escravistas. É dever da classe operária manifestar sua opinião neste

momento, para que o governo não pense que nós acompanhamos sua política exterior com indiferença. Devemos demonstrar que o dinheiro dedicado pelo povo inglês à emancipação dos escravos não deve ser desperdiçado inutilmente. Se nosso governo houvesse agido honestamente, teria apoiado de todo coração os estados do Norte na luta para esmagar essa terrível rebelião.

Após defender detalhadamente os estados do Norte, destacando que: “A violenta tirada do sr. Lovejoy contra a Inglaterra foi provocada pelas calúnias da imprensa inglesa”, o orador propôs a seguinte moção:

Esta assembleia delibera que os agentes rebeldes, Mason e Slidell, que deixaram a América a caminho da Inglaterra, são absolutamente indignos das simpatias morais da classe operária inglesa, uma vez que são senhores de escravos, bem como agentes declarados de uma facção despótica que, neste exato momento, encontra-se em rebelião contra a república dos Estados Unidos e é inimiga jurada dos direitos sociais e políticos da classe operária de todos os países.

O sr. Whyne defendeu essa moção, porém, disse também que se deveria evitar qualquer insulto pessoal contra Mason e Slidell durante sua estadia na capital inglesa.

O sr. Nichols – autodesignado como um morador “do extremo norte dos Estados Unidos”, e que na verdade fora enviado à reunião pelos srs. Yancey e Mann, na condição de *advocatus diaboli* (advogado do diabo) – protestou contra a moção:

Estou aqui, porque aqui prevalece a liberdade de expressão. Em nosso país, há três meses o governo não permite mais a ninguém abrir a boca. A liberdade tem sido esmagada, não apenas no Sul, mas inclusive no Norte. A guerra tem muitos oponentes no Norte, mas eles não se atrevem a falar. Nada menos do que duzentos jornais foram proibidos ou destruídos pelo populacho. Os estados do Sul têm o mesmo direito de romper com o Norte quanto os Estados Unidos tiveram de se separar da Inglaterra.

Não obstante a loquacidade do sr. Nichols, a primeira moção foi aprovada por unanimidade. Mas ele voltou a fazer uso da palavra: “Se os senhores acusam Mason e Slidell de serem escravistas, o mesmo vale para Washington, Jefferson etc.”. O sr. Beales refutou as afirmações de Nichols detalhadamente e propôs uma segunda moção:

Tendo em vista os esforços mal dissimulados do *Times* e outros jornais no sentido de induzir ao erro a opinião pública inglesa acerca dos assuntos americanos, desejando nos envolver, sob diversos pretextos, em uma guerra com milhões de nossos irmãos de sangue, e explorar as atuais dificuldades experimentadas pela república para caluniar as instituições democráticas, a presente assembleia considera que é dever muito especial dos operários que não estão representados no Senado da nação declarar suas simpatias para com os Estados Unidos em sua luta gigantesca pela preservação da União, denunciando a escandalosa desonestidade destes advogados do escravismo como são o *Times* e outros jornais aristocráticos do mesmo jaez, externando da maneira mais clara sua oposição à política de intervenção nos assuntos dos Estados Unidos, e seu apoio a uma resolução dos eventuais litígios por comissários ou tribunais de arbitragem escolhidos pelas duas partes; denunciando a política de guerra do jornal dos escroques da bolsa de valores, manifestando nossa mais ardente simpatia pelos esforços dos abolicionistas em prol de uma solução definitiva do problema dos escravos.

Essa moção foi adotada por unanimidade, bem como a proposição final: “Fazer chegar, por intermédio de K. Adams, ao governo americano uma cópia das resoluções adotadas, as quais exprimem os sentimentos e a opinião da classe operária da Inglaterra”.

[1] Em 8 de fevereiro de 1858, diante da demanda do governo francês, que reprovava a Inglaterra por conceder o direito de asilo a “criminosos políticos”, Palmerston apresentou à Câmara um projeto de lei sobre conspiradores estrangeiros. Em 12 de fevereiro, esse projeto foi rejeitado pelos Comuns.

[2] Ver nota 2 do artigo MISTIFICAÇÕES JORNALÍSTICAS NA FRANÇA – CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA GUERRA.



## SENTIMENTO ANTI-INTERVENCIONISTA

(Marx. *Die Presse*, número 34 de 4 de fevereiro de 1862)

Londres, 31 de janeiro de 1862

O advento da grandeza comercial de Liverpool teve origem no comércio escravagista. As únicas contribuições com as quais Liverpool enriqueceu a poesia da Inglaterra são odes ao comércio de escravos. Cinquenta anos atrás, [William] Wilberforce só podia pisar no solo de Liverpool sob perigo de morte.<sup>[1]</sup> Como no século precedente se passou com o comércio de escravos, no presente século o comércio do produto da escravidão — o algodão — forma a base material da grandeza de Liverpool. Não é de se espantar, portanto, que Liverpool seja o centro dos amigos ingleses da Secessão. Trata-se, de fato, da *única* cidade no Reino Unido onde, durante uma crise recente, foi possível organizar um encontro praticamente público em favor da guerra contra os Estados Unidos. E o que Liverpool diz agora? Ouçamos um de seus grandes veículos diários de mídia, o *Daily Post*.

No artigo central, intitulado “Os belos ianques”, afirma-se, entre outras coisas:<sup>[2]</sup>

“Os ianques, com seu jeitinho habitual, converteram uma aparente derrota em ganho real, tornando a Inglaterra sujeita a seus interesses... A Grã-Bretanha, de fato, deu mostras de seu poder, mas com que objetivo? Desde a fundação dos Estados Unidos, os ianques sempre concederam o privilégio a passageiros velejando sob uma bandeira neutra de permanecerem protegidos de qualquer intervenção e ataque por parte das beligerantes. Contestamos esse privilégio ao máximo durante a Guerra Anti-jacobina, a Guerra Anglo-Americana de 1812 a 1814, e então, mais recentemente, em 1842, durante as negociações entre o Lorde Ashburton e o Secretário de Estado, Daniel Webster. Agora nossa oposição deve terminar. *O princípio ianque triunfou*. O Sr. Seward protocola esse fato e declara que, em princípio, somos coniventes, e que os Estados Unidos, por meio do caso Trent, obtiveram uma concessão de nossa parte para assegurar aquilo para que, até então, esgotaram todos os meios diplomáticos e bélicos de obter.”

Mais importante ainda é a confissão do *Daily Post* acerca da virada da opinião pública, mesmo em Liverpool.

“Os confederados”, ele diz, “certamente não fizeram nada para desmerecer a boa opinião que até então depositamos neles. Muito pelo contrário! Eles combateram virilmente e fizeram sacrifícios incomensuráveis. Mesmo que não tenham obtido sua independência, todos devem admitir que a mereceram. A opinião pública, no entanto, agora segue um curso contrário a suas reivindicações. Eles já não são os bravos cavalheiros que eram há quatro semanas. Agora mostram ser um bando bastante lamentável. [...] Uma reação, de fato, iniciou-se. A seita da antiescravidão, tão acuada durante a última comoção popular, agora sobressai em voz alta e esbraveja contra o comércio de pessoas e escravocratas rebeldes! [...] E não é que mesmo as paredes de nossa cidade estão cobertas de cartazes cheios de denúncias e invectivas venenosas contra os senhores Mason e Slidell, autores da abominável lei acerca dos escravos fugidos [o *Fugitive Slave Act* de 1850]? Os confederados foram derrotados em função do Caso Trent. Deveriam ter vencido; mas ele terminou sendo sua ruína. A simpatia deste país lhes foi destituída, e eles terão que se dar conta, o quanto antes, de sua atual situação. Foram maltratados, mas para isso não há volta”.

Por meio dessa confissão, o jornal pró-Secessão de Liverpool esclarece a mudança no linguajar utilizado por alguns importantes órgãos de mídia de Palmerston, tão de repente, antes da abertura do Parlamento. Por isso o *Economist* do último sábado tem um artigo intitulado *Deve-se respeitar o embargo?*<sup>[3]</sup>

Ele parte do *axioma* de que o embargo é meramente um *embargo no papel*, e que sua violação é permitida de acordo com a legislação internacional. A França fez uma exigência violenta de que o mesmo fosse anulado. A decisão prática dessa questão reside, portanto, nas mãos da Inglaterra, aquela que tem grandes e urgentes razões para dar um passo à frente. Particularmente, ela precisa do algodão americano. Pode-se observar, incidentalmente, que não ficou bem claro como um “mero embargo no papel” seria capaz de impedir o embarque de algodão.

“Contudo, todavia”, clama o *Economist*, “a Inglaterra *deve* respeitar o embargo”. Após uma série de sofismas que motivam tal juízo, ele finalmente chega ao ponto principal.

“Em um caso assim”, ele diz, “o governo deveria ter todo o país em seu encalço. A grande massa da população britânica está, porém, preparada para uma intervenção que daria aparências de apoiarmos uma república escravagista. O sistema social da Confederação se baseia na escravidão; os Federalistas fizeram de tudo para nos convencer de que a escravidão é a raiz da Secessão, e que são inimigos da escravidão — além disso, a escravidão é alvo da maior repulsa de nossa parte [...] Aqui reside o verdadeiro equívoco do sentimento popular. A dissolução e não a restauração da União, independentemente da derrota ou não do Sul, é a única saída para a emancipação dos escravos. Esperamos esclarecer isso logo para nossos leitores. Mas isso *ainda não está claro*. A maioria dos ingleses *ainda pensa o contrário*; até onde persistirem com tal preconceito, qualquer intervenção da parte de nosso governo que nos coloque em ativa oposição ao Norte e em suposta aliança com o Sul faltará com a cooperação cordial da nação britânica.”

Em outras palavras: a tentativa de executar uma tal intervenção desencadearia a queda do ministério. Isso também explica porque o *Times* está se pronunciando tão decisivamente contra qualquer intervenção e em favor da neutralidade inglesa.

## NOTAS

[1] William Wilberforce (1755-1833) foi um político inglês e líder do movimento que aboliu o comércio de escravos no Reino Unido em 1833.

[2] *The Daily Post*, número 2061, 13/01/1862.

[3] “Shall the Blockade be respected?”. *The Economist*, número 961, 25/01/1862.

# O DEBATE PARLAMENTAR ACERCA DO DISCURSO DA RAINHA<sup>[1]</sup>

(Marx. *Die Presse*, número 42 de 12 de fevereiro de 1862)

Londres, 7 de fevereiro de 1862

A abertura do Parlamento foi uma cerimônia sem brilho. A ausência da rainha e a leitura do Discurso do Trono pelo lorde chanceler [Gladstone] invalidou qualquer efeito dramático. O Discurso do Trono em si foi curto, sem ser impactante. A cerimônia recapitulou os *faits accomplis* [fatos consumados] da política internacional e se referiu a documentos submetidos ao Parlamento que julgam os mesmos fatos. Apenas uma observação gerou certa comoção, aquela em que a rainha diz que *trust* — que crê, que espera — não haver razão para se temer uma perturbação da paz dentro da Europa. A frase implica que a paz europeia está relegada ao campo da esperança, da crença.

Os cavalheiros que propuseram a réplica ao Discurso do Trono em ambas as Câmaras foram, de acordo com a prática parlamentar, comissionados para tal pelos ministros há três semanas. Também em conformidade com o procedimento habitual, a resposta consiste em um amplo eco do Discurso do Trono e em elogios que os ministros despejam sobre si próprios em nome do Parlamento. Quando o Sir Francis Burdett passou na frente dos peticionistas oficiais da proposta do ano de 1811, aproveitando-se da oportunidade para submeter o Discurso do Trono a uma crítica mordaz, a própria Magna Carta pareceu estar sob perigo. Desde aquela época, nenhuma monstruosidade do tipo voltou a ocorrer.

O interesse do Discurso do Trono limita-se, portanto, a “advertências” dos clubes de opositores oficiais e “contra-advertências” dos ministros. Dessa vez, porém, o interesse foi mais acadêmico do que político. Tratou-se do melhor discurso fúnebre por parte do príncipe Albert, que durante sua vida considerou o fardo da oligarquia inglesa tudo, menos leve. De acordo com o *vox Populi*, Derby e Disraeli foram os vencedores do prêmio acadêmico — o primeiro como orador natural, o outro como um retórico.

A parcela do debate relativa aos negócios voltou-se aos Estados Unidos, México e o Marrocos.

Em relação aos Estados Unidos, os *Outs* (os sem cargos públicos) elogiaram a política dos *Ins* (os *beati possidentes*).<sup>[2]</sup> Derby, o líder conservador da Câmara dos Lordes, assim como Disraeli, o líder conservador da Câmara dos Comuns, não se opuseram ao Gabinete; opuseram-se um ao outro.

Derby, em primeiro lugar, deu vazão a sua insatisfação relativa à ausência de “pressão interna”. Ele disse ter “admirado” a postura estoica e honrosa dos trabalhadores fabris. No que diz respeito aos proprietários das fábricas, contudo, poderia ter deixado seus elogios à parte. Para eles, a perturbação americana veio bastante a calhar, já que a superprodução e transição de todos os mercados teriam imposto para si, de qualquer forma, limitações nas negociações.

Derby então procedeu com um violento ataque contra o governo da União, “o qual expôs a si e ao povo à mais indecorosa humilhação” e não agiu de maneira “cavalheiresca”, uma vez que não tomou iniciativa, entregando voluntariamente Mason, Slidell e companhia, fazendo, em seguida, as devidas reparações. Seu apoiador na Câmara dos Comuns, o senhor Disraeli, de pronto compreendeu como a decaída de Derby prejudicaria as esperanças dos conservadores de tomarem para si o Ministério. Assim, ele declarou na contramão deles:

“Quando considero as grandes dificuldades com as quais os estadistas da América do Norte tiveram de se deparar [...], ousou dizer que eles as confrontaram de maneira viril e corajosa”.

Em contrapartida — com uma consistência habitual a ele — Derby protestou contra as “novas doutrinas” do direito marítimo. A Inglaterra já teria confirmado os direitos de [nações] beligerantes contra as pretensões das neutras. O Lorde Claredon, contudo, fez uma concessão “perigosa” em Paris no ano de 1856. Felizmente, esta não foi ratificada pela Coroa, de forma que “não alterou o estatuto do direito internacional”. O senhor Disraeli, por sua vez, claramente em concordância com o ministério, evitou tocar nesse ponto de qualquer jeito.

Derby aprovou a política não-intervencionista do ministério. Ainda não é chegado o tempo de reconhecimento da Confederação sulista, supõe-se, embora ele tenha exigido documentos autênticos para fins de julgamento de “quão efetivo e, portanto, quão legalmente vinculante é o bloqueio”. O Lorde John Russell, por sua vez, declarou que o governo da União se valeu de um número suficiente de navios no

bloqueio, mas não o conduziu de modo consequente em toda a parte. O Sr. Disraeli não se permitiu proferir qualquer juízo acerca da natureza do bloqueio, mas demanda documentos do Ministério para fins de esclarecimentos. Ele está dando alertas acerca de um reconhecimento precipitado da Confederação já que a Inglaterra se empenha, neste momento, em ameaçar outro Estado americano (o México), cuja independência ela própria foi a primeira a reconhecer [...].<sup>[3]</sup>

Em problemas internos mal se tocou. Derby alertou apenas os membros do parlamento para que, em consideração “ao estado de espírito da rainha”, não evocassem controvérsias “perturbadoras” como a reforma parlamentar. Ele está pronto para pagar seu tributo de admiração regular à classe trabalhadora inglesa, contanto que ela sofra sua exclusão da representação popular com o mesmo estoicismo abstinente com que sofreu no caso do bloqueio americano.

Seria um equívoco se quiséssemos inferir um futuro idílico a partir dessa abertura idílica do Parlamento. Muito pelo contrário! A dissolução do Parlamento ou a dissolução do Ministério é o lema da sessão deste ano. Mais tarde descobriremos quais são as chances para cada uma dessas alternativas.

## NOTAS

[1] O discurso ao qual o autor se refere foi proferido pela rainha Vitória e reproduzido no *The Times*, no. 42163, 07/02/1862.

[2] “Aqueles que foram agraciados com um cargo” (em latim no original).

[3] Os trechos seguintes foram suprimidos por não estarem ligados com o tema da Guerra de Secessão.

# OS AMIGOS DA SECESSÃO NA CÂMARA DOS COMUNS. RECONHECIMENTO DO EMBARGO AMERICANO

(Marx. *Die Presse*, número 70 de 12 de março de 1862)

Londres, 8 de março de 1862

*Parturiunt montes!*<sup>[1]</sup> Os amigos ingleses de Secéssia estão ameaçando, desde a abertura do Parlamento, com a “proposta” de um Hcano. A proposta foi, por fim, levada à Câmara dos Comuns no formato bastante modesto de uma mera moção, na qual se pediu ao governo que “dispusesse de mais documentos relativos ao estado do embargo” — mas mesmo essa discreta moção foi indeferida, sem ao menos passar pela formalidade de uma convocatória.

O senhor Gregory, o proponente, membro da Galway,<sup>[2]</sup> havia proposto já em sessões parlamentares anteriores uma moção de reconhecimento da Confederação sulista — e isso pouco antes do início da Guerra Civil. Não podemos negar certa sofisticação no discurso que deu este ano. Sua fala, contudo, sofre de um mal desagradável: ela se dividiu em duas partes, uma cancelando a outra. A primeira descreveu os efeitos desastrosos que o embargo causaria à indústria têxtil inglesa, exigindo, portanto, o cancelamento do embargo. A outra parte argumentou que, com base em papéis apresentados pelo Ministério, assim como nas duas petições dos senhores Yancey, Mann e do senhor Mason, *não existe* um embargo, a não ser no papel. Desta feita, ele não deveria mais ser reconhecido como tal. O senhor Gregory temperou suas evidências retomando continuamente uma citação do *Times*. O *Times* — uma lembrança pouco oportuna de seus oráculos me vem à mente neste momento —, agradece o senhor Gregory em um editorial onde o expõe ao ridículo público.

A proposta do senhor Gregory recebeu apoio do senhor Bentinck, um ultra-*tory* que há anos, do lado dos conservadores, tem em vão se esforçado para executar uma secessão contra o senhor Disraeli.<sup>[3]</sup>

Tratou-se de um espetáculo em si e por si mesmo ridículo, onde se pôde ver os supostos interesses da indústria inglesa (na pessoa de Gregory, o representante de Galway, uma região portuária insignificante a oeste da Irlanda) e Bentinck (o representante de Norfolk, um distrito 100% agrícola).

Com os dois ergueu-se o senhor Forster, representante de Bradford, um centro da indústria inglesa. O discurso de Forster merece atenção mais detida, uma vez que atestou de uma vez por todas a vacuidade dos discursos feitos pelos secessionistas na Europa acerca da situação do bloqueio americano. Em primeiro lugar, disse ele, os Estados Unidos cumpriram todas as formalidades exigidas pela legislação internacional. Eles não declararam ter qualquer porto em situação de bloqueio sem declaração prévia, sem uma indicação específica da hora de sua reabertura e sem estipular os 15 dias após os quais deve ser proibida a entrada e saída de navios neutros estrangeiros.

O falatório sobre a “ineficácia” legal do embargo baseia-se, assim, somente nos casos supostamente frequentes em que o mesmo é violado. Diz-se que antes da abertura do Parlamento, 600 navios haviam rompido com o bloqueio. Gregory agora está reduzindo o número para 400. Sua prova se pauta em duas listas, uma entregue em 30 de novembro pelos comissários sulistas Yancey e Mann, e outra, uma lista suplementar do governo entregue por Mason. Segundo Yancey e Mann, mais de 400 navios romperam a barreira entre o dia da proclamação do bloqueio e o dia 20 de agosto, entrando ou saindo da eclusa. No entanto, de acordo com os relatórios oficiais da alfândega, o número total de navios que entraram e saíram totaliza meros 322. Deste número, 119 zarparam *antes* da declaração do embargo, 56 *antes* de terminado o prazo de quinze dias [para o início do embargo]. Sobram 147 navios. Destes 147 navios, 25 eram embarcações fluviais que velejavam da Irlanda a Nova Orleães, onde permanecem abandonadas; 106 eram embarcações costeiras. Ou seja: todos, menos 3, eram barcos “quase-*inland*” [que não vão para o alto mar], para usarmos a expressão do próprio senhor Mason. Desses 106, 66 navegaram entre Mobile e Nova Orleans. Todo mundo que conhece esta costa sabe como é de mal gosto chamar o movimento de um barco por massas d’água que dificilmente tocam o mar aberto, arrastando-se ao longo da costa apenas, de “obstrução de bloqueio”. O mesmo se aplica aos navios situados entre Savannah e Charleston, que se esgueiram entre ilhas através de faixas fluviais estreitas.

Segundo o cônsul inglês Bunch, esses barcos rasos só estiveram em mar aberto durante uns poucos dias. Uma vez que deduzimos os 106 costeiros, restam 16 embarcações que partiram para portos estrangeiros: 15

dos quais são portos do continente americano (sobretudo o de Cuba), e 1 para o de Liverpool. O “navio” que desembarcou em Liverpool era uma escuna, assim como o resto dos “navios”, com a única exceção de uma chalupa.<sup>[4]</sup> “Falou-se demais”, esbravejou o senhor Forster, “sobre embargos aparentes”. Seria a tal lista dos Srs. Yancey e Mann uma lista fictícia, então? Uma análise similar foi feita da lista suplementar de Mason, através da qual se mostrou como o número de cruzadores que escaparam foi de apenas 3 ou 4, enquanto na última guerra anglo-americana nada menos que 516 cruzadores americanos quebraram o bloqueio e causaram distúrbios no litoral inglês. “O bloqueio [atual], ao contrário, tem sido maravilhosamente eficaz desde seu início”.

Outras evidências foram dadas pelos cônsules ingleses, mas acima de todas estão as flutuações de preços do Sul. Em 11 de janeiro, o lucro do algodão de Nova Orleans foi de 100% nas exportações para a Inglaterra; o lucro na importação de sal foi de 1.500%; o lucro dos contrabandos da guerra foi ainda incomparavelmente maior. Apesar dessa perspectiva de lucro sedutora, era tão impossível enviar algodão para a Inglaterra quanto sal para Nova Orleans ou Charleston. De fato, Gregory não reclama que o bloqueio é ineficaz, mas que é eficaz até demais. Ele pede que ponhamos um fim nele e, com isso, que ponhamos um fim na paralisia da indústria e do comércio. Uma das respostas dadas a isso diz:

“Quem está pedindo a esta Câmara para que rompa o bloqueio? Os representantes dos distritos afetados? Será que esse grito vem de Manchester, onde as fábricas estão tendo de ser fechadas, ou de Liverpool, onde os navios estão parados nas docas devido à falta de carga? Ao contrário. Ele vem de Galway e é apoiado por Norfolk”.

Do lado favorável à Secessão, o senhor Lindsay, um grande construtor de navios de North Shields, se fez notar. Lindsay ofereceu seus estaleiros navais à União e viajou para Washington para fazê-lo. Lá teve o desprazer de ver suas ofertas comerciais rejeitadas. Desde então, passou a demonstrar simpatia pela Secéssia.

O debate terminou com um discurso elaborado do Sir R. Palmer, o advogado-geral, que falou em nome do governo. Este demonstrou, com fundamentação legal, a vigência jurídica internacional e a adequação do bloqueio. Nessa ocasião, de fato, tal qual o lorde Cecil o acusou, ele rasgou em pedaços as “novas regras” proclamadas na Convenção de Paris de 1856.<sup>[5]</sup> Entre outras coisas, expressou surpresa ante o fato de Gregory e seus associados, dentro de um parlamento britânico, ousarem evocar a autoridade do *monsieur* de Hautefeuille. Esta, aliás, é uma “autoridade” recém-inventada no campo dos bonapartistas. Os ensaios de Hautefeuille em *La revue contemporaine* sobre os direitos marítimos de países neutros demonstram a mais completa ignorância ou má fé ante ordens superiores.

Com o fiasco completo dos secessionistas do Parlamento sobre a pauta do embargo, todas as perspectivas de uma ruptura entre a Inglaterra e os Estados Unidos foram postas de lado.

## NOTAS

[1] No original em latim: “as montanhas estão parindo!”. A frase completa, de autoria de Horácio na *Ars poetica*, 137, é: “parturiunt montes; nascetur ridiculus mus” (as montanhas estão parindo, um rato ridículo nascerá). No contexto, Horácio critica empreendimentos em torno do qual se gera uma enorme comoção pública, mas que terminam produzindo pouco efeito.

[2] Galway County foi um círculo eleitoral (uma *constituency*) do parlamento britânico focado nos interesses irlandeses. William Henry Gregory, um liberal, foi ali ativo entre 1857 e 1871.

[3] Referência a Benjamin Disraeli, aristocrata que atuou no campo dos conservadores britânicos e como primeiro-ministro em duas ocasiões. Ele teve papel central na criação do Partido Conservador moderno, definindo suas políticas acentuadamente imperialistas.

[4] O autor ressalta o tamanho inexpressivo das embarcações: a chalupa possui apenas um mastro, e é utilizada quase exclusivamente para cabotagem; a escuna é um pouco maior, contando com dois mastros.

[5] A dita Convenção propôs o acordo de paz que deu fim à Guerra da Crimeia, criando novos precedentes jurídicos internacionais acerca da questão do direito de navegação por rios e regiões costeiras.

## HUMANITARISMO INGLÊS E A AMÉRICA

(Marx. Die Presse, número 168 de 20 de junho de 1862)

Londres, 14 de junho de 1862

O humanitarismo está se tornando hoje, na Inglaterra, o que a liberdade foi na França: um artigo de exportação para os *traders in politics*. Lembremo-nos da época em que o Czar Nicolau permitiu que damas polonesas fossem espancadas por soldados, e em que o Lorde Palmerston considerou “pouco política” a indignidade moral demonstrada por alguns parlamentares ante tal ocorrido. Lembremo-nos que, há aproximadamente um decênio, houve uma revolta nas Ilhas Jônicas, a qual motivou o então regente inglês da região a mandar açoitar um número nem tão insignificante de mulheres gregas. *Probatum est* [está aprovado], disseram Palmerston e seus então colegas *whigs* que se encontravam à frente do governo. Ainda há poucos anos, documentos oficiais deram mostras ao Parlamento dos métodos de extorsão utilizados pelos coletores de impostos na Índia contra as mulheres dos *ryots* — camponeses indianos —, cuja infâmia me impede de fornecer os pormenores aqui.

Palmerston e seus colegas não ousam dar justificativas para tais atrocidades. Contudo, como não teriam esbravejado caso um governo estrangeiro ousasse proclamar publicamente sua indignação acerca da infâmia inglesa, dando a entender, claramente, intervir caso Palmerston e seus colegas não destituíssem de pronto as autoridades fiscais indianas! Mas o próprio *Cato Censorius* não pôde assistir aos costumes dos cidadãos romanos com mais angústia que os aristocratas ingleses e seus ministros ao “humanitarismo” dos beligerantes ianques!<sup>[1]</sup>

As *damas* de Nova Orleans, louras beldades, insipidamente drapeadas de joias (algo comparáveis às esposas dos velhos mexicanos, embora estas não devorassem seus escravos *in natura*) são a causa dos desdobramentos recentes do humanitarismo inglês. Antes a causa eram os portos de Charleston.<sup>[2]</sup> As mulheres inglesas (que não são *damas*, mas também não possuem escravos), as mesmas que estão passando fome em Lancashire, até agora não fizeram um lábio parlamentar sequer se mover. O grito de socorro das mulheres irlandesas que, com a desapropriação dos pequenos arrendamentos na verde Erin, são atiradas às ruas seminuas e caçadas mesmo dentro de suas casas, como se tivessem caído às graças de Tártaros, só foi capaz de produzir um eco na Câmara dos Lordes, Comuns e do governo de Vossa Majestade — a saber, uma homília em prol do direito absoluto de propriedade privada. *Mas as damas de Nova Orleans...* Trata-se de um caso bem diferente. Tais damas foram esclarecidas o bastante para participar do tumulto da guerra, como as deusas do Olimpo, a ponto de mergulharem nas chamas como as mulheres de Sagunto.<sup>[3]</sup> Elas inventaram uma nova e segura forma de heroísmo, uma forma que só poderia ser inventada por proprietárias de escravos, e mais, somente por proprietárias de escravos em um país onde a parcela livre da população exerce suas profissões na mercearia, no comércio de algodão, do açúcar ou do tabaco — e não possui escravos, como os *cives* do mundo antigo. Depois que seus maridos fugiram de Nova Orleans ou se arrastaram para seus aposentos, essas mulheres correram para as ruas para cuspir na cara das forças vitoriosas da União, ou esticar a língua para elas, ou até para fazer “um gesto indecente” como Mefistófeles, acompanhado com palavras de insulto. Essas megeras acreditavam que podiam ser “malcriadas” sem sofrer punição.

Foi esse seu heroísmo. O general Butler expediu uma proclamação dizendo que, se quisessem ser tratadas como mulheres de rua, bastava que continuassem se portando feito mulheres de rua. Butler, porém, é advogado de sua testemunha, mas parece não ter estudado a *Statute Law* inglesa corretamente. Caso contrário, ele teria proibido, de forma análoga, que as leis impostas à Irlanda sobre Castlereagh tivessem sido postas em vigor. O aviso de Butler às “damas de Nova Orleans” causou tamanha indignação moral no Conde Carnarvon, no Sir J. Walsh (que desempenhou papel tão ridículo e odioso na Irlanda) e Gregory (o mesmo que pediu reconhecimento da Confederação há um ano), que o conde na Câmara Alta, o cavaleiro e o homem da Câmara Baixa “sem títulos em seu nome” interpelaram ao Ministério para que considerasse as medidas a ser tomadas em resposta ao “humanitarismo” ofendido.

Russell e Palmerston, em conjunto, puniram Butler; ambos esperavam que o governo de Washington o destituísse. O extremamente sentimental Palmerston, que deu reconhecimento ao golpe de Estado de dezembro de 1851 pelas costas da rainha e sem conhecimento de seus pares por pura admiração “humanitária” (na mesma ocasião, as mesmas “damas” em questão chegaram a matar pessoas a tiros, e outras pessoas foram estupradas pelos zouaves)<sup>[4]</sup> — o mesmíssimo visconde sentimental expediu um alerta

contra a “infâmia” de Butler. De fato, damas, damas possuidoras de escravos — tais damas não deveriam sair impunes por seu cuspe e malícia frente às tropas comuns da União, aos camponeses, aos artesãos e ao populacho. “É infame”.

Aqui da plateia, ninguém se engana acerca desse humanitarismo falsário. Ele serve como motivação para uma intervenção externa, sobretudo do lado francês — em partes para evocá-la, em partes para confirmá-la. Os cavaleiros humanitários da Câmara Alta e da Câmara Baixa retiraram suas máscaras de preocupação, como quem obedece a ordens, logo após esses primeiros despontes melodramáticos. Sua declamação serviu apenas como prólogo para uma questão: se o Imperador dos franceses reagiria, frente ao governo inglês, de forma intervencionista, e se o mesmo governo, como era de se esperar, se aproveitaria dessa oferta. Russell e Palmerston disseram que não sabiam nada da tal oferta. Russell declarou que, no momento atual, qualquer tipo de intervenção seria extremamente desfavorável. Palmerston, mais cauteloso e reservado, contentou-se em dizer que o governo inglês não tinha nenhum propósito em intervir *naquele* momento.

O plano é que a França atue como intermediária durante o período de recesso do Parlamento inglês e intervenha no outono, quando o México já estiver garantido. O cessar-fogo no teatro de guerra americano despertou do marasmo os especuladores intervencionistas em St. James e nas Tulherias [i.e. respectivamente, o centro comercial de Londres e o centro do poder francês]. O cessar-fogo se deve a um erro estratégico na guerra ao Norte. Se o Exército do Kentucky tivesse avançado rapidamente pelos centros ferroviários da Geórgia, logo após suas vitórias no Tennessee, em vez de se arrastar pelo sul do Mississippi, então [Theodore L.] Reuter e companhia teriam dissipado os rumores de “intervenção” e “mediação”. Seja como for, a Europa só consegue desejar com mais ardor que um golpe de Estado tente “restabelecer a ordem nos Estados Unidos” e “salvar a civilização” também ali.

## NOTAS

[1] Catão, o velho (234-149 AEC), atuou como censor da República Romana, cuja função era executar pesquisas censitárias, supervisionar a moralidade pública e assegurar a regularidade das contas públicas em diferentes regiões. Ficou conhecido como uma figura particularmente rigorosa e conservadora.

[2] Isto é, os mesmos portos de onde saía boa parte do algodão que alimentava a indústria têxtil inglesa.

[3] Sagunto fica próxima à atual Valência, na Espanha. Referência ao episódio dramático que deu início à Segunda Guerra Púnica no século III AEC, entre Cartago e Roma. Diz-se que as mulheres de Sagunto, após oito meses de bloqueio cartaginense, promoveram um suicídio em massa ateando fogo na cidade — assim, Aníbal e seu exército não conseguiriam saquear o local e capturar sua população.

[4] Referência ao autogolpe do então presidente Louis-Napoléon Bonaparte, em 2 de dezembro de 1851. Zouaves foram forças mercenárias francesas que atuaram, também, naquele século, na Guerra da Crimeia e nas campanhas imperialistas francesas na África invadida.



# OS ENCONTROS DE GARIBALDI. A EMERGÊNCIA DOS TRABALHADORES DO MERCADO ALGODOEIRO

(Marx. Die Presse, 4 de outubro de 1862)

Londres, 30 de setembro de 1862

Após o encontro de Garibaldi<sup>[1]</sup> em Newcastle que descrevi em uma carta anterior,<sup>[2]</sup> outros encontros parecidos ocorreram em Sunderland, Dundee, Birmingham, Londres e demais localidades. O tom deles foi o mesmo em toda a parte, e suas palavras finais foram sempre: “pela remoção dos franceses de Roma”. Neste momento, há uma intenção de escolher delegatários em todos os distritos de Londres e enviá-los em massa para o Lorde John Russell, de forma que seja coagido a tomar os passos necessários contra a ocupação em curso de Roma pelas tropas francesas. “Pressão de fora” é a *ultima ratio* [recurso último] dos ingleses contra seu governo.

Nesse meio-tempo, o gabinete das Tulherias nem se sente confortável nem indiferente perante as demonstrações populares britânicas, como o seguinte trecho do *Newcastle Journal* insinua:

“O imperador dos franceses chamou a atenção do governo inglês para o linguajar dominante no último encontro de Garibaldi em Newcastle. Enfatizou-se que dois dos que discursaram, incluindo o presidente da assembleia, o vereador Newton, aludiram a conspirações para assassinar o imperador e, do modo mais inequívoco, ameaçaram-no de morte por causa de suas medidas políticas na Itália. O governo, portanto, sentiu-se obrigado a tomar medidas a respeito do assunto e declarar que as leis da Inglaterra devem ser aplicadas rigorosamente para que se previna e puna qualquer conspiração do tipo, como aquelas de Orsini, Dr. Bernard e outros, sobretudo porque o atentado de Orsini foi anunciado reiteradamente e de forma tão declarada no encontro. Esse alerta pelo governo se baseia no fato de que, recentemente, nos círculos de Mazzini, foram feitas declarações, ameaças foram veiculadas e maquinações foram mencionadas de forma obscura — tudo de modo sombrio, semelhante ao da conspiração de Orsini. Por fim, somos capazes de informar ao público que as primeiras medidas legais concernentes ao encontro de Newcastle já foram tomadas”.

É até onde foi o *Newcastle Journal*. Qualquer um que tiver a menor consciência da situação inglesa e da atitude que prevalece aqui sabe, ademais, que qualquer mistura do atual gabinete com protestos públicos só pode terminar na queda do governo, como foi o caso na época do atentado de Orsini.

Em face do inverno que se aproxima, as condições dos distritos fabris se tornam diariamente mais ameaçadoras. O *Morning Star* alertou hoje que, se o método atual de “caridade oficial” persistir, no próximo inverno veremos as cenas violentas de 1842-43 em versão bem amplificada.<sup>[3]</sup> A ocasião seguinte para seu grito de Cassandra é uma declaração presente em todos os jornais ingleses de um trabalhador de Manchester previamente empregado em uma máquina de tecelagem (de algodão), mas que agora está desempregado. A fim de compreender o conteúdo da declaração, a qual resumirei brevemente em seguida, é necessário que saibamos o que é o “labour test”. A Lei dos Pobres inglesa de 1834,<sup>[4]</sup> que visa eliminar o pauperismo punindo-o como crime desonroso, requer que aqueles em busca de ajuda provem “disposição para trabalhar” antes de sua inscrição ser efetivada, seja quebrando pedras ou separando fios de estopa — operações inúteis, com as quais os criminosos condenados a trabalhos pesados são punidos em prisões inglesas. Após esse tal “labour test”, o requerente recebe um xelim por semana para cada membro de sua família — ou melhor, meio xelim em dinheiro e meio xelim em pão por cabeça.

Chegamos agora à declaração do tecelão inglês. Sua família consiste em seis pessoas. Anteriormente ele gozava de um bom salário. Há 18 semanas, porém, deparou-se com uma jornada de trabalho reduzida à metade, então a um quarto. Durante esse período, o soldo semanal da família mal chegava a 8 xelins. Na última semana, a fábrica onde trabalhava foi definitivamente fechada. Seu aluguel é de 2 xelins e 3 *pence* por semana. Ele penhorou tudo o que não estava fixado em algum canto; não tinha mais nada para vender, e nem um centavo em seu bolso; a fome encarava a ele e a sua família. Assim, acabou se vendo forçado a procurar ajuda junto às autoridades de assistência aos pobres. Na última segunda cedo, foi ter com os “guardiões”.

Após uma “investigação afiada”, eles lhe concederam um atestado de encaminhamento ao assistente social. Levou uma hora para que o oficial lhe permitisse estar em sua ilustre presença. Então foi submetido mais uma vez a um interrogatório — e negou-se-lhe o auxílio sob pretexto de que ganhara 3 xelins na semana precedente, embora “o paciente” houvesse dado um relato detalhado sobre o modo como sua “fortuna” foi gasta. Ele e a família tiveram que passar fome até a quarta-feira seguinte. Ele voltou ao escritório dos “guardiões”. Ali descobriu que teria de se submeter ao tal “labour test” antes que qualquer auxílio lhe pudesse ser conferido. E lá foi ele marchando até o *workshop* (a Bastilha dos pobres). Ali, de estômago vazio, teve de separar fios de estopa até depois das cinco e meia, trancafiado com 300 outros trabalhadores em uma sala apertada de cerca de 30 jardas. Nela, esmagado no banco, sob o calor opressivo do verão, sufocando com fumaça e poeira, os “pacientes do *labour test*”, trabalhadores treinados, os pilares da riqueza nacional da Inglaterra, tiveram que executar as mais baixas operações às quais um ser humano pode ser submetido. Poder-se-ia muito bem chamar um relojoeiro para martelar ferraduras, ou um organista para soprar seus próprios foles. Ao fim da tal operação, ele recebeu exatamente 5 xelins — a metade disso em pão, a metade em dinheiro. Após pagar o aluguel, mal sobrou 2 *pence* (cerca de 2 *Groschen* de prata prussianos) para consumo diário de 6 pessoas. E na quarta-feira seguinte, ele teria que passar novamente pela “provação divina”, uma vez que ela se repete toda semana. O tecelão então declarou publicamente que preferiria morrer de fome com a família a ver tal humilhação se repetir.

## NOTAS

[1] Na época, Giuseppe Garibaldi foi o general que lutou pela unificação do Reino da Itália.

[2] Ver matéria “Um encontro em prol de Garibaldi”, de 9/9/1862, publicada no *Die Presse*, no. 256, em 17/09 do mesmo ano.

[3] Referência à atuação do movimento cartista no verão e outono de 1842 em face da crise econômica da época. Trabalhadores em Stalybridge iniciaram uma guerra que se espalhou pelas zonas industriais do país. A classe dominante só mitigou os protestos com o uso do exército. Friedrich Engels tratou do evento detidamente em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra segundo as observações do autor e fontes autênticas* (tradução brasileira por B. A. Schumann. São Paulo, Boitempo, 2014, ver capítulo “A concorrência”).

[4] Marx se refere à *An Act for the amendment and better administration of the laws relating to the poor in England and Wales*.

# NEUTRALIDADE INGLESA — SOBRE A SITUAÇÃO DOS ESTADOS SULISTAS

(Marx. *Die Presse*, número 332 de 4 de dezembro de 1862)

Londres, 29 de novembro de 1862

As negociações entre o Gabinete local e o governo em Washington acerca do Corsário *SS Alabama* ainda estão pendentes, ao passo que já se iniciam novas negociações sobre um novo aparelhamento de navios de guerra confederados em portos ingleses. O professor Francis W. Newman, um dos representantes teóricos do radicalismo inglês, publicou uma carta no *Morning Star* de hoje na qual, entre outras coisas, diz:

“Após o cônsul americano em Liverpool [T. H. Dudley] ter assegurado por um advogado inglês que o caso do Alabama é ilegal, ele dirigiu um protesto formal ao Lorde John Russell. Os oficiais legislativos da Coroa [W. Atherton e R. Palmer] foram consultados a respeito e igualmente declararam ilegal o aparelhamento do *Alabama*. No entanto, perdeu-se tanto tempo no processo que o navio pirata terminou escapando. Neste instante, uma frota de navios mais ou menos encouraçados está a postos em Liverpool pronta para romper o bloqueio americano de forma violenta. Além disso, um enxame de navios piratas aguarda para seguir o *Alabama* em sua carreira infame. Será que nosso governo vai piscar mais uma vez dando passe livre aos sucessores do *Alabama*? Temo que sim. O Sr. Gladstone, em seu discurso em Newcastle, disse ter sido informado de que o presidente rebelde [Jefferson Davis], a quem ele louvou, *logo teria uma marinha*.<sup>[1]</sup> Isso é uma alusão para a marinha que seus amigos de Liverpool estão construindo? [...] O Lorde Palmerston e o Lorde Russell, assim como o partido Tory, estão tão agitados pelo ódio ao republicanismo que perderam todos os pudores e dúvidas — enquanto isso, o Sr. Gladstone, um provável Primeiro Ministro no futuro, declara-se como um admirador dos usurpadores que se uniram para perpetuar e expandir a escravidão”.<sup>[2]</sup>

Dos jornais que chegaram hoje da América, o *Richmond Examiner*, um órgão dos Confederados, talvez seja o mais interessante. Ele contém um artigo detalhado sobre a situação, cujos aspectos mais interessantes resumirei no seguinte trecho:

“O aumento extraordinário e repentino dos poderes marítimos do inimigo nos ameaça com prognósticos sombrios. Essa força adquiriu tamanho alcance que, em grande respeito, parece-nos mais perigosa do que as potências do inimigo em terra. Os ianques agora comandam 200 navios a mais do que no irromper da guerra. Grandes preparativos têm sido feitos para operações navais do próximo inverno e, sem contarmos as naus já prontas para serviço, cerca de 50 navios encouraçados estão em processo de construção. Temos todos os motivos para crer que, no armamento e na construção de seus barcos, a frota ianque que aportará em nossa costa neste inverno ultrapassa as precedentes de forma significativa. Os objetivos das expedições subsequentes são da maior importância. Elas têm a intenção de capturar nossos últimos portos, completar o bloqueio e, por fim, abrir brechas para a invasão de distritos sulistas, pondo assim as Leis de Emancipação em prática a partir do início do Ano Novo. Seria tolo negar os benefícios a serem acumulados por nossos inimigos com a captura de nossos últimos portos, ou ignorar tal infortúnio com um pensamento de consolação de que, ainda assim, sempre poderemos golpear o inimigo lutando nossas batalhas no interior. [...] Com Charleston, Savannah e Mobile nas mãos dos inimigos, o bloqueio seria levado a cabo com uma severidade a qual nem mesmo os padecimentos que sofremos até então podem nos dar ideia. Teríamos de desistir de qualquer intenção de construir uma frota deste lado do Oceano Atlântico e nos submetemos, mais uma vez, à humilhação de render as naus em construção ao inimigo, ou ainda de destruí-las. Nosso grande sistema de conexões ferroviárias nos estados algodoeiros seria mais ou menos desmembrado e, talvez tarde demais, descobríssimos que a guerra terrestre, na qual esperanças tão esplêndidas estão apoiadas, teriam que ser levadas a cabo sob circunstâncias que impedem o sustento, provisionamento e a concentração de grandes exércitos. [...] Os resultados desastrosos da captura de nossos portos seriam insignificantes, porém, ante um perigo maior, o maior perigo desta guerra — a ocupação de pontos nos estados algodoeiros a partir dos quais o inimigo poderá levar seu plano de emancipação a cabo. Grandes esforços, naturalmente, estão sendo feitos para salvaguardar que essa medida rasteira dos abolicionistas fracasse, e para prevenir o espírito de vingança que o Sr. Lincoln arrolhou dentro de uma garrafa até 1º de janeiro, para não perder o gás nesse meio-tempo. [...] Neste momento está acontecendo um atentado contra nosso lado mais vulnerável; o coração do Sul será envenenado [...] A predição de desgraça futura não cai bem aos ouvidos das massas, que creem cegamente no governo e consideram o vangloriar-se como um ato de patriotismo [...] Não afirmamos que Charleston, Savannah e Mobile não estão em condições de se defenderem. No Sul, há naturalmente dezenas de autoridades militares assegurando que esses portos sejam mais impenetráveis que Gibraltar; mas militares e

seus porta-vozes iludiram o povo até demais com falsa segurança. [...] Ouvimos a mesma história a respeito de Nova Orleans. De acordo com certa descrição, suas defesas ultrapassam as de Tiro contra Alexandre [da Macedônia].<sup>[3]</sup> Não obstante, o povo despertou uma bela manhã para ver a bandeira do inimigo erguida sobre seu cais. [...] A situação de nossas defesas portuárias é um segredo de círculos de oficiais. Mas indícios do passado recente não são nada consoladores. Poucas semanas atrás, Galveston caiu nas mãos dos inimigos quase sem contra-atacar. Os jornais locais foram proibidos de escrever sobre as medidas de defesa da cidade. Nem um grito de ajuda ressoou, a não ser aquele que chegou emudecido aos ouvidos do governo. O povo não se sublevou. Requereu-se, apelando para seu patriotismo, que permanecesse na ignorância, que confiasse em seus líderes e se submetesse aos decretos de precaução. Dessa feita, mais um prêmio caiu no colo do inimigo [...] Seu método de encobrir todos os assuntos militares com um manto de segredos terminou por produzir maus frutos no Sul. Ele pode ter silenciado as críticas e encoberto os erros dos governantes, mas não cegaram o inimigo. Ele sempre parece estar bem instruído acerca da situação de nossas defesas, enquanto nosso povo só descobre suas fraquezas quando já caíram nas mãos dos ianques.”

## NOTAS

[1] W. E. Gladstone. Speech in Newcastle on October 7, 1862. *The Times*, número 2372, 09/11/1862.

[2] Ver F. W. Newman. To the editor of the Morning Star. *The Morning Star*, 29/11/1862.

[3] O cerco da cidade de Tiro (no atual Líbano) durou de janeiro a julho de 322 AC, resultando em cerca de 7000 mortos em batalha. O caso foi descrito nas *Vidas Paralelas* de Plutarco (ver capítulo sobre Alexandre).

# O IMBRÓGLIO MEXICANO

(Marx. New-York Daily Tribune, No. 6530, de 10 de março de 1862)

Londres, 15 de fevereiro de 1862

O Livro Azul sobre a intervenção no México,<sup>[1]</sup> que acaba de ser publicado, contém a mais incriminadora exposição da moderna diplomacia inglesa com toda sua hipocrisia, ferocidade contra os fracos, subserviência diante dos fortes e total desrespeito ao Direito Internacional. Deixarei para uma próxima ocasião a tarefa de apresentar, através de uma análise minuciosa da troca de despachos entre Downing Street e a representação britânica no México, a prova irrefutável de que é inglesa a responsabilidade pelo imbróglio atual. Que a Inglaterra tomou a iniciativa de levar adiante a intervenção e o fez sob pretextos excessivamente frágeis e contraditórios para encobrir as motivações reais, porém dissimuladas, de seu procedimento. A infâmia dos meios empregados para iniciar a intervenção no México só é superada pela imbecilidade anil com que o governo britânico simula sua surpresa e tenta se furtar à reponsabilidade pela execução do esquema nefando que ele mesmo planejou. Esta é apenas a última parte da empreitada que pretendo abordar neste artigo.<sup>[2]</sup>

No dia 13 de dezembro de 1861, o Senhor Istúriz, embaixador espanhol em Londres, submeteu a John Russell uma nota que incluía as instruções enviadas pelo Capitão General de Cuba aos comandantes espanhóis que chefiavam a expedição ao México. John Russell engavetou a nota e se manteve em silêncio. Em 23 de dezembro, o Sr. Ruiz lhe endereçou uma nova nota, propondo-se explicar as razões que induziram a expedição espanhola a deixar Cuba antes da chegada das forças Inglesas e Francesas. John Russell mais uma vez arquivou a nota e manteve sua atitude reservada. O Sr. Istúriz, ansioso para verificar se esta prolongada restrição de fala tão incomum para os prolixos padrões da Casa de Bedford poderia significar algum desmando, insistiu em uma entrevista pessoal, que lhe foi concedida e teve lugar no dia 7 de janeiro. John Russel encontrava-se informado há mais de um mês acerca da abertura unilateral de operações contra o México por parte da Espanha. Já se passara mais de um mês desde que o evento lhe fora oficialmente comunicado pelo Sr. Istúriz. Mesmo com tudo isto, em sua entrevista pessoal com o embaixador espanhol, John Russel não pronunciou qualquer palavra que ventilasse o menor desgosto ou espanto com “os passos precipitados dados pelo General Serrano” nem suas declarações imprimiram na mente do Sr. Istúriz a mais suave sensação de que não estivesse correto ou de que os procedimentos espanhóis não fossem plenamente aprovados pelo governo britânico. O orgulho castelhano do Sr. Istúriz elide, naturalmente, qualquer percepção de que a Espanha seja um mero juguete de seus poderosos aliados. Todavia, a reunião do parlamento se aproximava e John Russell precisava redigir uma série de despachos, especificamente destinados não aos negócios internacionais, mas ao consumo do Parlamento. Desta maneira, em 16 de janeiro, ele redigiu um despacho indagando, em tons um tanto irritados, acerca da aventura unilateral empreendida pela Espanha. Dúvidas e escrúpulos — que por mais de um mês haviam adormecido em seu coração, sem manifestar qualquer sintoma de existência durante sua entrevista pessoal com o Sr. Isturiz no dia 7 de janeiro — perturbaram de vez o sono sereno daquele confiante, sincero e insuspeito estadista. Sentindo-se estupefato, Sr. Istúriz, em sua resposta datada de 18 de janeiro, recordava um tanto ironicamente a sua Excelência as oportunidades perdidas por ele de dar vazão a tal indignação tardia. Ele de fato pagou a sua Excelência na mesma moeda ao conferir à justificativa da iniciativa adotada pela Espanha o mesmo ar de ingenuidade duvidosa manifesto por Lord John Russell em seu pedido de explicação.

“O Comandante Geral de Cuba, afirmou o Sr. Istúriz, “chegou muito cedo, pois estava temeroso de chegar tarde demais a Vera Cruz.” “Ademais” e aqui ele alfineta Lord John, “a expedição fora preparada muito tempo antes em todos os aspectos, ainda que, até meados de dezembro, o Capitão Geral não estivesse familiarizado com os detalhes do tratado, bem como do local fixado para a reunião dos esquadrões.”

Assim sendo, o tratado não foi assinado até o dia 20 de novembro. Portanto, se o Capitão General [Comandante Geral] tivesse sua expedição “preparada muito tempo antes de meados de dezembro”, as ordens enviadas originalmente da Europa para ele, para dar início à expedição não teriam esperado pelo tratado. Em outras palavras, o acordo inicial entre as três potências e os passos dados para sua execução não esperavam o tratado e eram diferentes em seus “detalhes” das cláusulas do tratado, as quais, desde o princípio, não pretendiam ser uma regra de ação, mas apenas uma fórmula decente, necessária para conciliar a mente do público com o esquema nefando. No dia 23 de janeiro, John Russel respondeu ao Sr. Istúriz com

um memorando em forma de blefe, insinuando que “o governo britânico não estava *inteiramente* satisfeito com a explicação oferecida”, mas que, ao mesmo tempo, não poderia suspeitar que a Espanha tivesse a temeridade de pretender agir nas barbas (em detrimento) da Inglaterra e da França. Lorde Russell, tão sonolento e inativo durante um mês inteiro, tornou-se vivaz e esperto à medida que a sessão do parlamento se aproximava rapidamente. Não havia tempo a perder. No dia 19 de janeiro, ele teve uma entrevista pessoal com o Conde Flahaut, o embaixador francês na Inglaterra. Flahaut abordou no encontro a notícia de mau agouro segundo a qual o seu mestre [Napoleão III] considerava necessário “enviar uma força militar adicional ao México,” pois a Espanha, com sua iniciativa precipitada havia provocado uma bagunça e que

“os aliados agora deveriam avançar para o interior do México e as forças pactuadas até então não apenas se mostravam insuficientes para a operação, como esta deveria assumir um novo caráter; Louis Bonaparte não iria permitir que as forças francesas se encontrassem em uma posição de inferioridade em face das espanholas, sob o risco de comprometimento da própria operação.”

Então, a argumentação de Flahaut era qualquer coisa, menos conclusiva. Caso a Espanha tivesse ultrapassado os limites previstos pela convenção, bastaria uma nota enviada de St. James e das Tulherias para adverti-la de suas ridículas pretensões e conduzi-la de volta ao modesto papel que lhe fora reservado pela convenção. Mas não. Como a Espanha violou a convenção – uma violação meramente formal e sem consequência, uma vez que sua chegada à Vera Cruz em nada alterou os objetivos e propósitos declarados da expedição –, como a Espanha teve a pretensão de ancorar em Vera Cruz na ausência das forças inglesas e francesas, não restou outra alternativa à França senão seguir os passos da Espanha, violar a também a convenção e ampliar, não apenas sua força expedicionária, mas alterar também todo o caráter da operação. É claro que não havia qualquer pretexto para que as potências aliadas praticassem seus crimes, reduzindo a nada os pretextos e propósitos sobre os quais a operação fora ostensivamente iniciada. Consequentemente, John Russell, embora “lamente o passo” dado pela França, o endossou ao dizer ao Conde Flahaut que “não tinha qualquer objeção a apresentar, em nome do governo de Sua Majestade, à validade do *argumento* francês.” No dia anterior, 19 de janeiro, ele redigiu um despacho diplomático para Sir F. Crampton, Embaixador Inglês em Madri. Este despacho foi uma curiosa combinação de hipocrisia direcionada ao Parlamento Britânico e sugestões maliciosas para as Cortes de Madri, vazadas em uma gíria liberal utilizada com grande indulgência. As ações do Marechal Serrano, disse Russell, foram calçadas para provocar um certo desconforto, não apenas pela partida precipitada da expedição espanhola de Havana, mas também “pelo tom das proclamações emitidas pelo governo espanhol.” Porém, ao mesmo tempo, o *bon homme* ofereceu às Cortes de Madri uma desculpa plausível para a sua aparente violação da Convenção. Ele está plenamente convencido de que as Cortes de Madri não oferecem perigo; porém, oficiais militares distantes da Europa, mostram-se às vezes “arrebataados”, exigindo que os espanhóis sejam “observados com muita atenção”. Assim, o bondoso Russell oferece seus serviços, para transferir a responsabilidade das Cortes de Madri para os ombros de indiscretos comandantes espanhóis, situados “à distância” e até fora do alcance dos sermões de Russell. Não menos curiosa é a outra parte de seu despacho. As Forças Aliadas não devem obstar aos mexicanos o exercício do direito de “escolher seu próprio governo”, sugerindo que “não existe governo” no México. Antes, pelo contrário, não apenas novos governantes, mas mesmo “uma nova forma de governo”, deve ser escolhida pelos mexicanos, sob os auspícios dos invasores aliados. A constituição de um novo governo “deleitaria” o governo britânico, mas, é claro, as forças militares invasoras não deverão falsificar o sufrágio geral, para o qual pretende convocar os mexicanos para a instalação de um novo governo. Cabe, naturalmente, aos comandantes da invasão armada, julgar qual forma de novo governo é ou não é “repugnante aos sentimentos mexicanos”. De todo modo, o bondoso Russell lava suas mãos em inocência. Ele envia expedições punitivas ao México, para obrigar seu povo a “escolher” um novo governo. Mas ele espera que os expedicionários realizem seu trabalho gentilmente, esquadrinhando cuidadosamente os sentimentos políticos do país que eles estão invadindo. É necessário que me estenda um só momento sobre esta farsa transparente? Além do contexto dos despachos do bondoso Russell, leia o *The Times* e *The Morning Post* de outubro, seis meses antes da conclusão da vergonhosa convenção de 30 de Novembro e localizará nos registros do governo inglês a antecipação de todos os acontecimentos desagradáveis que Russell fingiu descobrir apenas no final de janeiro, imputando a responsabilidade dos mesmos à “frieza” de alguns embaixadores espanhóis distantes da Europa.

A segunda parte da farsa que Russell teve de representar foi manter em segredo a cogitação anglo-francesa de fazer do Arquiduque Maximiliano da Áustria, o Rei do México. Em 24 de janeiro, cerca de dez dias antes da abertura do parlamento, Lorde Cowley escreveu a Lorde Russel que não apenas as fofocas parisienses se ocupavam bastante do arquiduque, mas até os próprios oficiais que se dirigiam com reforços para o México, alegavam que a expedição tinha como objetivo tornar o Arquiduque Rei do México. Cowley considerou necessário interpelar Thouvenel acerca do delicado assunto. Thouvenel lhe respondeu que não fora o governo francês, mas emissários mexicanos “que vieram com este propósito e se dirigiram à Viena”, que haviam iniciado tais negociações com o governo austríaco.

Agora, espera-se que o insuspeito John Russell, que cinco dias atrás, em sua correspondência com Madri, havia se irritado com os termos do acordo, e que, ainda mais tarde, no discurso real de 6 de fevereiro, havia declarado que a reparação de injúrias sofridas por súditos europeus eram os únicos motivos e o propósito da intervenção, finalmente, seja movido pela paixão e passe a se preocupar com a ideia de que a sua confiança inata tenha sido interpretada como algo inusitado. Nada disto! O bom homem Russell ouviu o mexerico de Cowley em 26 de janeiro e, no dia seguinte, apressou-se a sentar e redigir um despacho oferecendo o seu patrocínio para a candidatura do arquiduque Maximiliano ao trono do México.<sup>[3]</sup> Ele informou a Sir C. Wyke, seu representante no México, que as tropas francesas e espanholas marchariam “imediatamente” para a cidade do México; que o arquiduque Maximiliano “é considerado” o ídolo do povo mexicano, e que, se for o caso, “não há nada no acordo que impeça a sua ascensão ao trono do México.”

Existem duas coisas dignas de nota nestas revelações diplomáticas: primeiro, como a Espanha foi passada para trás; e a segunda, que jamais passou pela mente de Russel a mais remota ideia de que ele não pode fazer guerra ao México sem uma prévia declaração de guerra, e que não pode formar uma coalizão para esta guerra com potências estrangeiras, a não ser sobre as bases de um tratado vinculando todas as partes. E este é o tipo de gente que há dois meses nos fatiga com suas hipócritas homenagens à sacralidade e estrito apego às regras do direito internacional!

#### NOTAS

[1] *Correspondence Respecting the Affairs of Mexico*. Presented to both Houses of Parliament by Command of Her Majesty, 3 parts, London, 1862.

[2] Aqui e mais abaixo, Marx reproduz os materiais publicados sob o título: “Documentos Relativos aos Assuntos do México” in *The Times*, No. 24168, 13 de fevereiro de 1862.

[3] Provavelmente um equívoco de redação no texto. Russell recebeu o relatório de Cowley no dia 25, sua correspondência foi enviada no dia 27.

## A INTERVENÇÃO NO MÉXICO

(Marx. *New-York Daily Tribune*, 23 de novembro de 1861)

Londres, 8 de novembro, 1861

A intervenção premeditada no México praticada pela Inglaterra, França e Espanha constitui, em minha opinião, um dos empreendimentos mais monstruosos já registrados nos anais da história internacional. Trata-se de uma artimanha bem ao estilo de Palmerston, surpreendendo os não iniciados pela insanidade de propósitos e a imbecilidade dos meios empregados, que parecem bastante incompatíveis com a conhecida capacidade do velho maquinador.

É provável que uma expedição ao México represente um dos inúmeros expedientes que Luís Bonaparte é obrigado a manter em reserva para distrair o povo francês de suas preocupações. Decerto que a Espanha, cuja mente nunca muito ajuizada foi revirada por seus escassos sucessos recentes no Marrocos e em São Domingos, sonhe com a restauração de seu poderio no México. No entanto, é também certo que o plano francês estava longe de ter amadurecido e que tanto a França quanto a Espanha se empenharam para evitar uma expedição conjunta ao México sob liderança inglesa.

Em 24 de setembro, o órgão de imprensa particular de Palmerston, *The London Morning Post*, anunciou pela primeira vez em detalhes o esquema para uma intervenção conjunta, seguindo os termos do tratado recentemente concluído, como se dizia, entre Inglaterra, França e Espanha. A declaração mal havia cruzado o Canal, quando o governo francês, pelas colunas do *Patrie* de Paris, a desmentiu expressamente. Em 27 de setembro, *The London Times*, o órgão nacional de Palmerston, rompeu pela primeira vez o silêncio acerca do esquema, em um texto que contradizia o *Patrie* sem, no entanto, citá-lo. O *Times* chegou a afirmar que o Conde Russell havia comunicado o governo francês da decisão a que chegara a Inglaterra, em relação à intervenção no México e que o Sr. [Édouard] de Thouvenel respondera que o Imperador da França havia chegado a uma conclusão semelhante. Agora é a vez da Espanha. Um jornal semioficial de Madri ao mesmo tempo em que confirmou a intenção da Espanha em se intrometer no México repudiou a ideia de uma intervenção conjunta com a Inglaterra. A demência ainda não estava esgotada. O *Times* afirmou categoricamente que “o pleno consentimento do Presidente americano fora dado à expedição”. Todos os jornais americanos, tão logo tomaram conhecimento deste artigo do *Times*, desmentiram prontamente a afirmação.

Portanto, é certo, e foi até admitido expressamente pelo *The Times*, que a intervenção conjunta, em seu formato atual, é uma criação inglesa, ou seja, de Palmerston. A Espanha foi constrangida a aderir por pressão da França, e a França foi incluída por meio de concessões que lhe foram feitas no âmbito da política europeia. A este respeito, é uma coincidência significativa que na mesma edição do *The Times*, de 6 de novembro, na qual se anunciou a conclusão, em Londres, de um acordo para a interferência conjunta no México, tenha-se publicado simultaneamente um artigo ironizando e tratando com intensa contundência o protesto da Suíça contra a recente invasão de seu território — a saber, o Dappenthal — por uma força militar francesa. Como retribuição por seu companheirismo na expedição mexicana, Luís Bonaparte obteve carta branca para suas usurpações toleradas na Suíça e, talvez, em outras partes da Europa. As transações a respeito dos assuntos entre Inglaterra e França se estenderam pela totalidade dos meses de setembro e outubro.

Não existem na Inglaterra pessoas desejosas de uma intervenção no México, exceto os possuidores de títulos mexicanos, mas estes nunca tiveram a menor influência sobre a opinião inglesa. Daí a dificuldade de impor ao público os esquemas de Palmerston. O melhor meio a seguir foi desorientar o elefante britânico através de declarações contraditórias, procedentes do mesmo laboratório, porém variando as doses administradas ao animal.

O *Morning Post*, em sua edição do dia 24 de setembro, anunciou que não haveria uma “guerra territorial contra o México”, que o único tema em questão eram as reclamações do tesouro mexicano, segundo as quais “seria impossível tratar o México como um governo estabelecido e organizado” e que, conseqüentemente, “os principais portos mexicanos deveriam ser temporariamente ocupados e suas receitas alfandegárias sequestradas.” O *Times* de 27 de setembro, pelo contrário, denunciou que “contra a desonestidade, o repúdio, a pilhagem legal e irremediável de nossos compatriotas, a inadimplência de uma comunidade falida, temos sido fortalecidos através de longa resistência” e que, conseqüentemente, “o roubo privado dos



detentores de títulos ingleses”, não constitui, como dizia o *Post*, o pano de fundo da intervenção. Ao mesmo tempo em que observava, *en passant*, que “a Cidade do México é suficientemente salubre, caso seja necessário penetrar até tal ponto”, *The Times* esperava, no entanto, que “a simples presença de uma esquadra conjunta no Golfo e a ocupação de certos portos obrigariam o governo mexicano a novos esforços para a manutenção da paz e convenceriam aos descontentes de que devem se limitar a um tipo de oposição mais constitucional e menos predatória.”

Se então, de acordo com *The Post*, a expedição iria se iniciar porque “não existe governo no México”, segundo *The Times* ela tinha como única intenção encorajar e apoiar o governo *existente* no México. Que fique claro! A maneira mais bizarra já encontrada de se consolidar um governo consiste na tomada de seu território e no sequestro de sua receita. Uma vez que o *Times* e o *Morning Post* deram a sugestão, John Bull foi então entregue aos oráculos ministeriais menores, que o esmiuçaram sistematicamente, no mesmo estilo contraditório, durante quatro semanas, até que a opinião pública estivesse finalmente preparada para uma intervenção conjunta no México, ainda que mantida em deliberada ignorância acerca dos objetivos e propósitos de tal intervenção.

Por fim, as transações com a França tiveram um desfecho; o *Moniteur* anunciou que a convenção entre as três potências intervencionistas concluíra-se em 31 de outubro e o *Journal des Débats*, cujo coproprietário foi nomeado para comandar um dos vasos da esquadra francesa, informou ao mundo que não se pretendia qualquer conquista territorial permanente; Vera Cruz e outras localidades costeiras seriam tomadas, mas um avanço em direção à capital fora acordado no caso da não aceitação das demandas da intervenção pelas autoridades constituídas do México e que, além do mais, um governo forte estava em vias de ser importado para aquela república.

O *Times* que, desde seus primeiros anúncios em 27 de setembro, parecia ter esquecido a própria existência do México, agora tinha de, mais uma vez, dar um passo adiante. Todos os que ignoram suas conexões com Palmerston e a introdução original de seus esquemas nas colunas do jornal poderiam ser levados a considerar o editorial de hoje do *The Times* como a sátira mais impiedosa e mordaz de toda esta aventura. Ele inicia afirmando que “a expedição é  *muito notável*” [mais adiante diz que é *curiosa*].

“Três estados estão combinando coagir um quarto ao bom comportamento, *não tanto por meio da guerra quanto através de uma interferência autorizada em nome da ordem.*”

Interferência autorizada em nome da ordem! Este é literalmente o jargão da Santa Aliança, e soa muito digno de nota ao ser proferido pela Inglaterra, glorificadora do princípio da não intervenção! E por que “o caminho da guerra, da declaração de guerra e todas as demais demandas do direito internacional são suplantados por uma ‘interferência autorizada em nome da ordem?’ ” Porque, diz o *Times*, “não existe governo no México.” E qual é o objetivo declarado da expedição? “Encaminhar demandas às autoridades constituídas do México.”

As únicas queixas reclamadas pelas potências interventoras, as únicas causas que poderiam conferir ao seu procedimento hostil a mais remota sombra de justificação, são facilmente resumidas. São as reivindicações monetárias dos detentores de títulos e uma série de ofensas pessoais alegadamente cometidas contra os súditos da Inglaterra, França e Espanha. Estas também eram as razões para a intervenção invocadas pelo *Morning Post* tempos atrás, endossadas oficialmente por Lorde John Russel em uma entrevista com representantes dos possuidores de títulos mexicanos na Inglaterra. O *Times* de hoje declara:

“Inglaterra, França e Espanha combinaram uma expedição para levar o México a cumprir seus *compromissos específicos e proporcionar proteção aos súditos das referidas coroas.*”

Entretanto, na continuação do artigo, o *Times* dá uma guinada e declara:

“Nós conseguiremos, sem dúvida alguma, obter pelo menos o reconhecimento de nossas reivindicações pecuniárias, na verdade *uma simples fragata britânica poderia obter tal montante de satisfação em qualquer momento.* Também podemos confiar que os ultrajes mais escandalosos que foram cometidos serão expiados pelas reparações mais substanciais e imediatas, mas também *está claro que, se era para obter apenas este resultado, não precisaríamos ter recorrido a métodos tão extremados quanto os que têm sido propostos.*”

O *Times* então confessa, com todas as letras, que as razões invocadas originalmente eram meros pretextos; que para a obtenção das reparações nenhum dos procedimentos atuais seriam necessários e que, a

bem da verdade, o “reconhecimento das reivindicações monetárias e a proteção aos súditos europeus” nada tem a ver com a atual intervenção conjunta no México. Qual é então seu verdadeiro objetivo e propósito?

Antes de continuar acompanhando o *Times* em suas explicações subsequentes, observemos, *en passant*, algumas “curiosidades” nas quais ele teve o cuidado de não tocar. Em primeiro lugar, é uma verdadeira curiosidade ver a Espanha — entre todos os países do mundo — convertida em cruzado da santidade das dívidas estrangeiras! O *Courrier du Dimanche* do último domingo já exortava o governo francês a aproveitar a oportunidade e pressionar a Espanha a “cumprir seus velhos compromissos eternamente adiados para com os franceses detentores de títulos.”

Uma segunda “curiosidade” ainda maior é que o mesmo Palmerston que, de acordo com as recentes declarações de Lorde John Russell, está prestes a invadir o México para fazer o seu governo pagar aos detentores de títulos ingleses, tenha ele mesmo, voluntariamente e a despeito do governo mexicano, sacrificado os direitos da Inglaterra previstos em tratado e a garantia hipotecada pelo México aos seus credores ingleses.

Pelos termos do tratado concluído com a Inglaterra em 1826, o México se obrigou a não permitir o estabelecimento da escravidão em qualquer dos territórios constitutivos de seu então império. Através de outra cláusula do mesmo tratado, ele ofereceu à Inglaterra, como garantia pelo empréstimo obtido junto a capitalistas britânicos, a hipoteca de 45 milhões de acres de terras públicas no Texas. Foi Palmerston quem, dez ou doze anos depois, atuou como mediador do Texas contra o México. No tratado então concluído com o Texas, ele não apenas sacrificou a *causa antiescravista*, mas também a hipoteca sobre as terras públicas, roubando dos detentores de títulos ingleses a sua garantia. O governo mexicano protestou na ocasião, porém, pouco depois, o Secretário John C. Calhoun se permitiu o gracejo de informar ao Gabinete de Saint James que seu desejo “de ver a escravidão abolida no Texas poderia ser” melhor realizado através da anexação do Texas aos Estados Unidos. Os detentores de títulos ingleses perderam, na prática, qualquer possibilidade de reivindicação junto ao México em virtude do sacrifício voluntário por parte de Palmerston da hipoteca que lhes fora concedida como garantia no tratado de 1826.

Porém, como *The London Times* declara que a atual intervenção nada tem a ver com reivindicações monetárias ou indignações pessoais, qual é, de uma vez por todas, seu objetivo real ou suposto?

“Uma interferência autorizada em nome da ordem.”

Com Inglaterra, França e Espanha, planejando uma nova Santa Aliança e tendo constituído um arcótipo armado para a restauração da ordem em toda parte do mundo, “o México”, diz o *Times*, “deve ser protegido da anarquia e colocado no caminho do autogoverno e da paz. Um governo forte e estável deve ser constituído” lá pelos invasores, e este governo será extraído de “algum partido mexicano.”

Ora, alguém imagina que Palmerston e seu porta voz, *The Times*, realmente considerem a intervenção conjunta um meio de atingir o objetivo propalado, ou seja, a extinção da anarquia e a constituição de um governo forte e estável no México? Longe de se ater a esse tipo de crença quimérica. O *Times* declara expressamente em seu artigo principal de 27 de setembro:

O único tópico acerca do qual pode haver diferença entre nós e nossos aliados diz respeito ao governo da república. A Inglaterra se contentaria em vê-lo permanecer nas mãos do Partido Liberal que se encontra atualmente no poder, enquanto França e Espanha são suspeitas de parcialidade em favor do domínio eclesiástico que foi recentemente derrubado... Seria estranho, bem estranho, se a França, tanto no velho mundo quanto no novo, viesse a se tornar a protetora de sacerdotes e bandidos.

Em seu artigo principal de hoje, o *Times* segue raciocinando da mesma maneira e sintetiza os seus escrúpulos na seguinte sentença: “É difícil imaginar que as potências interventoras possam desfrutar da preferência absoluta dos dois partidos em que se divide o México e é igualmente difícil supor que um compromisso venha a se mostrar viável entre inimigos tão determinados.”

Palmerston e o *Times* estão, deste modo, completamente cientes de que “existe um governo no México”, que o “Partido Liberal”, ostensivamente favorecido pela Inglaterra, “encontra-se no poder”, que “o domínio eclesiástico foi derrubado”; que a intervenção espanhola foi a última esperança desamparada dos curas e bandidos e, finalmente, que a anarquia mexicana está desaparecendo. Eles, portanto, sabem que a intervenção conjunta, sem outro objetivo declarado senão resgatar o México da anarquia, produzirá o efeito oposto, enfraquecendo o governo constitucional, fortalecendo o partido dos padres com o fornecimento das

baionetas francesas e espanholas, reacendendo as brasas da guerra civil em lugar de extinguir, restituindo à anarquia sua plena floração.

A inferência que o próprio *Times* extrai destas premissas é verdadeiramente “notável e “curiosa”. Embora, diz ele, “estas considerações possam nos induzir a observar com alguma ansiedade os resultados da expedição, elas não comprometem a conveniência da expedição enquanto tal.”

Consequentemente, não compromete a conveniência da própria expedição, o fato de a expedição comprometer apenas os propósitos que declara. Não a compromete a utilização de meios que distorcem os próprios objetivos declarados.

A maior “curiosidade” assinalada pelo *The Times*, no entanto, eu ainda mantenho *in petto* [em segredo]. Se, afirma o *Times*, o Presidente Lincoln aceitar o convite feito pela convenção para participar nas próximas operações, o caráter do empreendimento pode se tornar ainda mais curioso.”

Seria realmente a maior “curiosidade” de todas se os Estados Unidos, vivendo em relações amistosas com o México, viesse a se associar com os traficantes de ordem da Europa e, através da participação em suas ações, sancionar a interferência de um areópago armado europeu nos assuntos internos dos Estados americanos. O primeiro esboço desta transposição da Santa Aliança para o outro lado do Atlântico foi elaborado por Chateaubriand, na época da restauração, para os Bourbons da França e da Espanha. A tentativa foi frustrada por um ministro inglês, Sr. Canning, e por um presidente americano, Sr. Monroe. A atual convulsão nos Estados Unidos se apresentou a Palmerston como um momento oportuno para retomar o antigo projeto de forma modificada. Seus melhores simpatizantes na Europa esperarão que eles [os americanos] protestem, para então, diante dos olhos do mundo, repudiar firmemente qualquer cumplicidade com um dos mais nefastos esquemas.

Esta expedição militar de Palmerston, conduzida por uma coalizão com duas outras potências, se iniciou durante a prorrogação sem a aprovação e contra a vontade do Parlamento Britânico. A primeira guerra extra parlamentar de Palmerston foi a guerra contra o Afeganistão, suavizada e justificada pela produção dos *documentos forjados*. Outra guerra do mesmo tipo foi sua Guerra contra a Pérsia dos anos 1856-1857. Ele se defendeu na ocasião alegando que “o princípio da prévia aprovação da Casa não se aplicava às guerras na Ásia.” Parece que também não se aplica às guerras na *América*. Com a perda do controle das guerras no exterior, o Parlamento perderá todo controle sobre o tesouro nacional e o sistema parlamentar se transformará em uma simples farsa.

# O TIMES DE LONDRES E OS PRÍNCIPES DE ORLÉANS NA AMÉRICA

(Marx. *New-York Daily Tribune*, 7 de novembro de 1861)

Londres, 12 de outubro de 1861

Por ocasião da visita do Rei da Prússia à Compiègne, O *Times* de Londres publicou alguns artigos atrevidos, provocando grande ofensa do outro lado do Canal. O *Pays, Journal de l'Empire*, por sua vez, caracterizou os articulistas do *The Times* como pessoas cujas mentes foram envenenadas pelo gim e cujas penas haviam sido mergulhadas na lama. Este intercâmbio ocasional de invectivas tem por único objetivo desorientar a opinião pública, já que são íntimas as relações que conectam a imprensa [a Praça das Gráficas] ao Palácio das Tulherias. Não existe, para além das fronteiras da França, bajulador maior do Homem de Dezembro [Luís Bonaparte] do que o *Times* de Londres e seus serviços são ainda mais inestimáveis à medida que o jornal assume, vez por outra, o ar e o tom de Catão, o censor em relação ao seu Cesar. Por meses o *Times* cobriu a Prússia de insultos. Amplificando o lamentável *affair* Macdonald<sup>[1]</sup>, ele dizia a Prússia que a Inglaterra ficaria contente em ver a transferência das províncias do Reno do bárbaro domínio dos Hohenzollern para o despotismo esclarecido de um Bonaparte. Isto exasperou não apenas a dinastia prussiana, mas também o povo. O jornal enunciou a ideia de uma aliança anglo-prussiana no caso de um conflito da Prússia com a França. Ele empenhou todas as suas forças para convencer a Prússia de que não deveria esperar nada da Inglaterra e que o melhor que poderia fazer seria entrar em entendimento com a França. Quando, por fim, o fraco e hesitante monarca prussiano decidiu pela visita à Compiègne, o *Times* pôde exclamar orgulhosamente “*quorum magna pars fui*”<sup>[2]</sup>, porém agora o *Times* chega também ao ponto de apagar da memória dos britânicos o fato de ter sido o desbravador a serviço da monarquia prussiana. Por isto o estrondo de seus trovões teatrais. Por isto o estrondo de resposta do *Pays, Journal de l'Empire*.

O *London Times* então recuperou agora sua condição de mortal antagonista do Bonapartismo e, portanto, o poder de emprestar sua ajuda ao Homem de Dezembro. Uma oportunidade logo se ofereceu. Luís Bonaparte, é claro, mostra-se muito sensível com relação a tudo o que diz respeito à reputação de seus rivais na disputa pela coroa francesa. Ele se cobriu de ridículo no caso do panfleto do Duque d'Aumale contra PlonPlon<sup>[3]</sup> e, com suas atitudes, fez mais em benefício da causa orleanista do que todos os seus partidários combinados. Nos últimos dias, mais uma vez, o povo francês foi convocado para traçar um paralelo entre PlonPlon e os príncipes da Casa de Orleans. Quando PlonPlon partiu para a América, circularam caricaturas em Faubourg St. Antoine, representando-o como um homem gordo em busca de uma coroa, mas professando, ao mesmo tempo, ser um viajante inofensivo com uma aversão peculiar ao cheiro de pólvora. Enquanto PlonPlon retorna à França sem qualquer outro laurel além daqueles obtidos na Crimeia e na Itália, os príncipes de Orleans cruzam o Atlântico para prestar serviço nas fileiras do exército nacional. Daí uma grande agitação no campo de Bonaparte. Não seria bom dar vazão à raiva bonapartista através da imprensa venal de Paris. Pois assim os temores do imperador seriam traídos, o escândalo do panfleto renovado, comparações odiosas seriam provocadas entre os príncipes exilados que lutam sob bandeira republicana contra escravizadores de milhões de trabalhadores e o outro príncipe exilado, que prestou juramento como um policial inglês para compartilhar a glória de pôr abaixo um movimento de trabalhadores ingleses.

Quem poderá tirar o Homem de Dezembro deste dilema? Quem senão o *The London Times*? Se este mesmo *London Times*, que nos dias 6,7,8 e 9 de outubro de 1861 despertou as fúrias do *Pays, journal de l'Empire* com suas cínicas restrições à visita à Compiègne, se este mesmo jornal tivesse vindo a público em 12 de outubro, com um ataque impiedoso contra os príncipes de Orleans devido ao seu alistamento nas fileiras do exército nacional dos EUA, Luís Bonaparte teria comprovado suas acusações contra os príncipes de Orléans? Teria sido o artigo do *Times* publicado em francês, comentado pelos jornais parisienses, enviado pela Chefia de Polícia de Paris a todos os jornais de todos os departamentos e circulado pela França inteira como a sentença imparcial do *The London Times*, o inimigo pessoal de Luís Bonaparte, sobre os últimos procedimentos dos príncipes de Orléans? Como consequência, *The Times* de hoje saiu com um ataque ainda mais violento contra aqueles príncipes.

Luís Bonaparte é, com certeza, astuto demais para compartilhar da cegueira jurídica dos manipuladores oficiais da opinião pública com relação à Guerra Americana. Ele sabe que o verdadeiro povo da Inglaterra, França, Alemanha e Europa considera a causa dos Estados Unidos como sua própria causa, como a causa da liberdade e que, não obstante toda a mistificação remunerada, eles consideram o solo dos Estados Unidos

como o território livre dos milhões de despossuídos da Europa, como sua terra da promessa, precisando ser defendida agora, espada em mãos, das garras sórdidas do senhor de escravos. Ademais, Luís Bonaparte sabe que na França as massas associam a luta pela manutenção da União à luta de seus antepassados pela independência americana e que cada francês que empunha sua espada pelo Governo Nacional [dos EUA] parece apenas continuar o legado de Lafayette. Portanto, Bonaparte sabe que, se alguma coisa for capaz de conquistar as boas opiniões dos franceses em relação aos príncipes de Orleans será o seu alistamento nas fileiras do exército nacional dos Estados Unidos. Ele estremece com esta simples noção e conseqüentemente o *The London Times*, seu reprovável bajulador, diz hoje aos príncipes de Orleans que “eles não obterão nenhum aumento de popularidade junto à nação francesa inclinando-se para servir neste *campo de ação ignóbil*”. Luís Bonaparte sabe que todas as guerras travadas na Europa entre nações hostis desde o seu golpe de Estado foram guerras simuladas, infundadas, arbitrarias e levadas a cabo sob falsos pretextos. A guerra da Rússia e a guerra da Itália, para não falar das expedições de pirataria contra a China, a Cochinchina e assim por diante, jamais atraíram a simpatia do povo francês, instintivamente ciente de que tais guerras foram conduzidas apenas com o propósito de reforçar as correntes forjadas pelo golpe de estado. A primeira grande guerra da história contemporânea é a guerra americana.

Os povos da Europa sabem que os escravocratas do Sul iniciaram esta guerra declarando que a continuação da escravatura não era mais compatível com a continuação da União. Conseqüentemente, os povos da Europa sabem que a luta pela continuação da União é uma luta contra a continuidade da escravocracia e que nesta disputa a forma mais elevada de autogoverno popular concretizado até os dias de hoje é o combate à pior e mais desavergonhada forma de escravização humana já registrada nos anais da história.

Luís Bonaparte, naturalmente, lamenta profundamente que os príncipes de Orleans tenham embarcado em uma guerra, que se diferencia, tanto pela enormidade de suas dimensões e a grandeza de seus propósitos, das guerras infundadas, arbitrarias e medíocres pelas quais a Europa tem passado desde 1849. Como conseqüência *The London Times* declara: “Ignorar a diferença entre uma guerra conduzida por nações hostis e este, que é o conflito civil mais infundado e arbitrário registrado na história, é uma espécie de ofensa contra a moralidade pública.”

*The Times*, é claro, é obrigado a encerrar seu ataque contra os príncipes de Orleans por estes estarem “inclinando-se para servir em campo de ação tão ignóbil”. Com profunda reverência em face do vencedor de Sebastopol e Solferino, diz *The London Times*, “é insensato ousar uma comparação entre ações como Springfield e Manassas e as façanhas de Sebastopol e Solferino.”

O próximo despacho evidenciará o uso premeditado do artigo do *The Times* pelos órgãos que apoiam o imperador. Um amigo em tempos de necessidade vale proverbialmente mil amigos em tempos de prosperidade e o aliado secreto do *The London Times* encontra-se agora em situação muito ruim.

Uma escassez de algodão apoiada por uma escassez de grãos; uma crise comercial aliada a um problema agrícola e ambos combinados com uma redução das receitas alfandegárias e um constrangimento monetário que obrigaram o Banco da França a reduzir sua taxa de desconto para seis por cento, a entrar em transações com a Rothschilds e a Baring para obter um empréstimo de dois milhões de libras esterlinas no mercado londrino, visando penhorar ações do governo francês, e com tudo isso mostrar apenas uma reserva de 12.000.000 contra passivos de mais de 40.000.000. Esse estado de coisas econômicas apenas prepara a situação para os pretendentes rivais apostarem em dobro. Já houve motins do pão [distúrbios provocados pela fome] em Faubourg St. Antoine e esse é o momento mais inadequado para permitir que os Príncipes de Orleans ganhem popularidade. Daí a correria feroz do *The London Times*.

## NOTAS

[1] Em setembro de 1860, um capitão do exército inglês – MacDonald- foi preso em Bonn e processado pelas autoridades locais. O governo britânico explorou o incidente para reforçar sua propaganda anti-prussiana.

[2] Em que tomei grande parte. Virgílio, Eneida, II, 6.

[3] Apelido de Napoleão José Bonaparte, conde de Meudon, conde de Moncalieri ad personam, 3.º príncipe titular de Montfort e primo de Luís Bonaparte.

# MISTIFICAÇÕES JORNALÍSTICAS NA FRANÇA – CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA GUERRA

(Marx. *Die Presse*, 4 de janeiro de 1862)

Londres, 31 de dezembro de 1861

A crença em milagres parece não se retirar de um lugar senão para se refugiar em outro. Assim, uma vez arrancada da natureza logo renasceu na política. Pelo menos, esta é a opinião dos jornais parisienses e de seus correspondentes nas agências telegráficas e nas redações.

Os jornais vespertinos de Paris anunciaram que Lorde Lyons declarou ao sr. Seward que aguardaria até a noite de 20 de dezembro, retornando a Londres caso o governo de Washington se recusasse a entregar os prisioneiros. Entretanto, os jornais parisienses conhecem desde ontem as ações que Lorde Lyons realizou após receber os despachos transmitidos para ele no navio Europa. Até hoje, porém, as notícias sobre sua entrada em Nova York ainda não haviam chegado ao continente europeu. *Patrie* e seus associados, no entanto, antes da informação sobre o fato, publicaram, na Europa, notícias de acontecimentos que só poderiam ter ocorrido nos Estados Unidos após a chegada do Europa. Manifestamente, o *Patrie* e seus associados acreditam que seus lances de prestidigitação jornalística não carecem de magia.

Um jornal de Londres observou, em um de seus artigos sobre a bolsa de valores, que as invenções parisienses, assim como os artigos provocadores de certos jornais ingleses, não apenas servem às especulações políticas de personalidades governamentais, mas também às especulações bursáteis de personalidades privadas. O *Economist*, que até aqui tem sido um dos mais ruidosos partidários da guerra, publicou, em seu último número, a carta de um *mercador de Liverpool* e um editorial, no qual o público inglês é prevenido a não subestimar, em hipótese alguma, os perigos de uma guerra contra os Estados Unidos. Com efeito, ao longo de 1861, a Inglaterra importou cerca de 15.380.901 libras esterlinas em cereais, 6 milhões só dos Estados Unidos. A Inglaterra teria mais a sofrer com a impossibilidade de importar o grão americano do que os Estados Unidos com a impossibilidade de vender.

Os Estados Unidos desfrutariam da vantagem da *informação prioritária*. Se eles decidissem pela guerra, os telegramas seriam imediatamente enviados de Washington a San Francisco, e os navios americanos no Oceano Pacífico e no Mar da China iniciariam as operações militares várias semanas antes que a Inglaterra pudesse enviar informações sobre a guerra à Índia.

Desde o início da Guerra Civil, o comércio dos Estados Unidos com a China e a Austrália tem diminuído em proporções enormes. Porém, nas transações que são ainda realizadas, os carregamentos são pagos com letras de crédito inglesas, em outras palavras, com capital inglês. Inversamente, o comércio da Inglaterra com a Índia, a China e a Austrália tem crescido a cada dia após a interrupção das transações com os Estados Unidos. Os corsários americanos teriam amplas oportunidades para a prática do curso, em contrapartida, os corsários ingleses teriam oportunidades relativamente insignificantes.

Os investimentos de capitais ingleses nos Estados Unidos são maiores do que a totalidade do capital investido na indústria algodoeira da Inglaterra.<sup>[1]</sup> Já os investimentos de capitais americanos na Inglaterra são praticamente nulos. É verdade que a marinha inglesa eclipsa a estadunidense, porém não mais na mesma proporção que ocorreu na guerra de 1812-1814.

Se naquela época os corsários estadunidenses mostraram-se superiores aos ingleses, o que esperar nos dias de hoje? Um bloqueio efetivo dos portos norte-americanos, principalmente no inverno, está completamente fora de questão. Nas águas interiores entre o Canadá e os Estados Unidos – e a superioridade aqui é decisiva para o desenrolar da guerra terrestre –, os Estados Unidos teriam superioridade absoluta desde o início do conflito.

Em resumo, o *mercador de Liverpool* chega à seguinte conclusão:

Ninguém na Inglaterra se atreveria a recomendar a guerra simplesmente por causa do Algodão. Seria mais barato para nós abastecer todos os distritos algodoeiros por três anos a expensas do estado, do que entrar em guerra com os Estados Unidos em benefício daqueles por um ano.

*Ceterum censeo*<sup>[2]</sup> que o incidente do Trent não conduzirá a guerra.

## NOTAS

[1] Desde que a Guerra de Secessão se iniciou, os investimentos ingleses nos Estados Unidos se tornaram consideráveis, notadamente nas estradas de ferro de Nova York a Erie, de Baltimore e Ohio, da Filadélfia e Reading e na Central de Illinois; nas companhias de seguros, como New York Times e American Life, nas sociedades mineradoras como a Pennsylvania Bituminous Coal, Land and Timber e Leigh Coal and Mining; em empresas como Baring Holding no Maine e American Land Company Holding na Virgínia ocidental. É evidente que os capitais ingleses ficaram em maus lençóis no Norte e sequer puderam contar com bases militares e tropas britânicas próximas para os “defender”. Eles se tornaram, dada a correlação de forças existente, reféns em poder dos americanos. Eis um exemplo clássico dos efeitos do poder político sobre a economia.

[2] A expressão *Ceterum censeo Carthaginem esse delendam* significa: “Considero ainda que Cartago deve ser destruída”. Era através desta fórmula que Catão, o Velho, enfatizava sistematicamente seus discursos no Senado Romano, para destacar seu desejo de uma guerra contra Cartago. Aqui a frase significa simplesmente: “Repito!”.

## **Seção VI. Questões de estratégia militar**



# INTRODUÇÃO

por Felipe Vale da Silva

Friedrich Engels assina os três artigos presentes nesta seção, mostrando seu profundo conhecimento em questões de engenharia militar. A ênfase de Engels sobre “o aspecto militar das coisas” constitui uma de suas grandes discordâncias com Marx na aplicação de um método materialista de análise do presente, como August Nimtz desenvolve no PREFÁCIO deste volume.

Os artigos não só expõem as novidades tecnológicas trazidas pelo esforço de guerra, como também sugere o surgimento dos EUA como nova potência imperial, já na década de 1860 — a experiência histórica mostra que, de fato, as políticas intervencionistas daquele país em Cuba, Porto Rico, Goa, Filipinas e demais regiões foram consequência da formação da marinha americana durante a Guerra Civil. O imperialismo virulento dos Estados Unidos em toda a América Latina e Sudeste Asiático é indissociável da gênese de uma nova hegemonia industrial instaurada nos estados do Norte com o final da Guerra Civil.

## LIÇÕES DA GUERRA AMERICANA

(Engels. *The Volunteer Journal for Lancashire and Cheshire*. No. 66, de 6 de dezembro de 1861)

Quando, semanas atrás, chamamos a atenção para o processo de depuração que havia se tornado necessário no exército de voluntários americanos, estávamos longe de esgotar as valiosas lições que esta Guerra tem oferecido continuamente aos voluntários deste lado do Atlântico. Nós, no entanto, pedimos licença mais uma vez para retornar ao assunto.

O tipo de guerra que está sendo travada atualmente na América é realmente sem precedentes. Do Missouri à Baía de Chesapeake, um milhão de homens, quase igualmente divididos em dois campos hostis, tem se confrontado por cerca de seis meses sem chegar a uma única ação geral. No Missouri, os dois exércitos avançam, se retiram, combatem, avançam e se retiram de novo sem qualquer resultado visível; mesmo agora, após sete meses de marchas e contramarchas, que devem ter provocado um grau de destruição considerável, as coisas parecem estar tão distantes de uma definição quanto antes. No Kentucky, após um período prolongado de aparente neutralidade, porém de efetiva preparação, um estado de coisas similar parece ser iminente; na Virgínia ocidental, pequenas ações ocorrem constantemente sem qualquer resultado aparente e no Potomac, onde estão concentrados os maiores efetivos de ambos os lados, um quase à vista do outro; nenhuma das partes tem a preocupação de atacar, demonstrando que, pelo andar da carruagem, mesmo uma vitória pode não ter qualquer utilidade. E, a menos que circunstâncias alheias a este estado de coisas provoquem uma grande mudança, este método estéril de travar a Guerra deve continuar pelos próximos meses.

Que avaliação podemos fazer?

Os americanos têm, de ambos os lados, quase que somente voluntários. O pequeno núcleo do anterior exército dos Estados Unidos ou se dissolveu, ou é fraco demais para lapidar a massa bruta de recrutas que foi acumulada no contexto da Guerra. Não há sequer uma quantidade suficiente de sargentos para transformar todos estes homens em soldados. Consequentemente, a instrução militar tem de ser muito demorada, e, de fato, não é possível dizer quanto tempo vai demorar até que a versão lapidada destes homens recrutados nas duas margens do Rio Potomac esteja apta a ser conduzida em grandes efetivos, oferecendo ou aceitando o combate entre suas forças combinadas.

Porém, mesmo que estes homens realizem sua preparação em tempo razoável, não haverá oficiais em quantidade suficiente para comandá-los, sem falar dos suboficiais, que realmente não podem ser escolhidos dentre os civis. Não há oficiais suficientes para comandar batalhões, mesmo se todos os tenentes e alferes regulares forem designados para esta função.

Deste modo, se faz indispensável um número considerável de oficiais de carreira para comandar os civis e ninguém que conheça os nossos próprios voluntários considerará tanto McClellan quanto Beauregard como excessivamente prudentes caso recusem uma ação agressiva ou manobras estratégicas complexas com tais oficiais, que ocupam seus postos há apenas seis meses.

Vamos supor, no entanto, que esta dificuldade foi, no geral, superada; que os coronéis civis com seus uniformes também adquiriram o conhecimento, a experiência e o tato necessários ao desempenho de suas funções — pelo menos no que diz respeito à infantaria. Mas, e o que será da cavalaria? Treinar um regimento de cavalaria exige mais tempo e maior experiência dos oficiais instrutores do que pôr um regimento de infantaria em boa forma. Suponhamos que os homens ingressem na tropa, todos com conhecimento suficiente de equitação — ou seja, todos sabendo como montar seus cavalos, comandá-los, alimentá-los e tratá-los — isto não reduzirá em quase nada o tempo necessário para o seu treinamento.

A equitação militar, por meio da qual o cavaleiro controla seu cavalo e o faz executar todos os movimentos necessários nas evoluções da cavalaria, é algo muito diferente da equitação comumente praticada pelos civis. A cavalaria de Napoleão, que, segundo Sir William Napier (*History of peninsular*

War), por pouco não foi considerada melhor do que a cavalaria inglesa da época, notoriamente consistia nos piores cavaleiros que um dia enfeitaram uma sela. Muitos de nossos melhores ginetes esportivos descobriram, ao ingressar em um corpo de voluntários montados, que ainda tinham um bocado a aprender. Não devemos nos surpreender ao descobrir que os americanos não são muito eficientes em matéria de cavalaria e que o pouco que possuem consiste em destacamentos irregulares ao estilo dos cossacos ou indígenas, inadequados para cargas de cavalaria.

Quanto à artilharia, eles devem estar em situação ainda pior; o mesmo vale para os batalhões de engenharia. Ambos são corpos altamente científicos e exigem um treinamento longo e cuidadoso tanto para os oficiais regulares, quanto para os oficiais não comissionados, e certamente ainda mais treinamento para os homens do que aquele exigido pela infantaria. Ademais, a artilharia é uma arma ainda mais complicada do que a própria cavalaria; ela requer armas de fogo, cavalos adestrados para um tipo peculiar de condução e dois tipos de homens treinados — atiradores e cavaleiros, os quais exigem, por sua vez, numerosos vagões de munição e grandes laboratórios para a confecção de munições, forjas, oficinas, etc.; tudo isto equipado com uma maquinaria complexa. As forças da União afirmam ter em seu conjunto 600 peças de artilharia no campo de batalha; podemos imaginar as condições de uso em que se encontram ao atentarmos para o fato de que é completamente impossível produzir 100 baterias completas, bem equipadas e bem servidas do nada em apenas seis meses.

Porém, suponhamos mais uma vez que todas as dificuldades foram superadas e que as frações combatentes dos dois setores americanos em conflito encontrem-se em boas condições para fazer seu trabalho. Poderiam entrar em combate? Seguramente não. Um exército precisa ser alimentado e um grande exército em um território escassamente povoado — em termos comparativos, como a Virginia, o Kentucky e o Missouri — precisa ser prioritariamente abastecido a partir de depósitos (armazéns). Seus suprimentos de munições necessitam ser repostos, ele precisa ser acompanhado por armeiros, seleiros, marceneiros e outros artesãos, de modo a manter seu poder de combate em boas condições. Todos estes requisitos se notabilizam por sua ausência na América; eles precisam ser providenciados a partir de quase nada e não temos qualquer evidência para demonstrar que, mesmo agora, o comissariado e setor de transporte de qualquer dos exércitos já tenha emergido de sua incipiência.

A América, tanto o Norte quanto o Sul, a União e os Confederados, não possuem uma organização militar digna deste nome. O exército regular é totalmente inadequado, pelos seus efetivos, para enfrentar qualquer inimigo respeitável, a milícia praticamente não existe. As guerras anteriores da União jamais colocaram a força militar do país em primeiro plano; a Inglaterra, entre 1812 e 1814, não tinha muitos homens para poupar e o México se defendeu utilizando a baixa população. O fato é que, em sua posição geográfica, a América não possuía inimigos que pudessem atacá-la com mais de 30.000 ou 40.000 soldados regulares na pior das hipóteses, e para tal efetivo, a imensa extensão do país logo se mostraria um obstáculo mais formidável do que quaisquer tropas que o país pudesse mobilizar contra eles. Para tanto, bastava que seu exército regular se constituísse em um núcleo, ao redor do qual se reunissem uns 100.000 voluntários em condições de adquirir formação militar em um período de tempo razoável.

Porém, quando uma guerra civil exigiu a mobilização de mais de um milhão de combatentes, o sistema inteiro colapsou e tudo teve de começar do início. Os resultados estão diante de nós. Duas desajeitadas massas de homens, uma com medo da outra e com quase tanto medo da vitória quanto da derrota, encarando uma a outra, tentando a um custo extraordinário adotar o aspecto de uma organização regular. O desperdício de dinheiro, por mais assustador que seja, é completamente inevitável, devido à total ausência daquela base organizada sobre a qual a estrutura poderia ter sido edificada. Com a ignorância e a inexperiência reinando absolutas em todas as esferas, como poderia ser diferente? Por outro lado, o retorno dos gastos em termos de organização e eficiência é extremamente baixo — como poderia ser diferente?

Os voluntários britânicos devem suas condecorações ao fato de terem encontrado, ao iniciar, um exército numeroso, disciplinado e experiente para acolhê-los sob suas asas. Descontando os preconceitos comuns a todos os ofícios, aquele exército os recebeu e tratou muito bem. Espera-se que nem os voluntários e nem o público jamais pensem que o novo serviço possa substituir, em qualquer grau, o antigo. Se houver algum, um olhar sobre o estado dos dois exércitos voluntários americanos poderá mostrar a eles sua própria ignorância e insensatez. Nenhum exército recentemente formado por civis pode subsistir em um estado

eficiente a menos que seja treinado e apoiado pelos imensos recursos materiais e intelectuais que se encontram depositados nas mãos de um exército regular, proporcionalmente forte e, principalmente, pela organização que constitui a força maior de um exército regular. Imaginem uma invasão que pusesse a Inglaterra sob ameaça e comparem então o que poderia ser feito com o que está sendo feito inevitavelmente na América. Na Inglaterra, o Ministério da Guerra, com o auxílio de mais um punhado de funcionários fáceis de ser encontrados entre militares treinados, estaria em condições de realizar todo o trabalho adicional que a mobilização de um exército de 300.000 homens poderia envolver; existem oficiais mal remunerados em quantidade suficiente para tomar, digamos, três ou quatro batalhões de voluntários cada qual sob sua inspeção especial e, com algum esforço, cada batalhão poderia receber um oficial regular como ajudante de campo e outro como coronel. A cavalaria, é claro, não poderia ser improvisada, porém uma reorganização resoluta dos voluntários da artilharia —com oficiais e cavaleiros da Artilharia Real —ajudaria a equipar muitas baterias de campo. Os engenheiros civis no país apenas aguardam uma oportunidade para receber o treinamento da dimensão militar de sua profissão, que os transformaria em oficiais de engenharia de primeira linha. Os serviços de comissariado e de transporte estão organizados e poderão em breve suprir as necessidades de 400.000 homens tão facilmente quanto de 100.000. Nada estaria desorganizado, nada em estado de confusão, em toda parte haveria ajuda e assistência para os voluntários que em lugar algum precisariam tatear na escuridão e — excluindo alguns dos atropelos que a Inglaterra não pode deixar de cometer logo que mergulha numa guerra — não vemos motivos para que, em seis semanas, tudo não estivesse funcionando muito bem.

Agora olhe para a América e diga o quanto vale um exército regular em comparação com um exército insurgente de voluntários.

# A GUERRA CIVIL AMERICANA E OS NAVIOS ENCOURAÇADOS E BLINDADOS

Engels. *Die Presse*, 3 de julho de 1862.

Há cerca de três meses e meio – em 8 de março de 1862 – a batalha naval entre o Merrimac e as fragatas Cumberland e Congress em Hampton Roads encerrou a longa era das belonaves de madeira. Em 9 de março de 1862, a batalha naval entre o Merrimac e o Monitor, travada nas mesmas águas, inaugurou a era das embarcações encouraçadas.

Já faz algum tempo que o Congresso em Washington tem destinado importantes somas para a construção de diferentes navios encouraçados e à construção das grandes canhoneiras blindadas do sr. Stevens (de Hoboken, perto de Nova York). Além disto, o sr. Ericsson encontra-se em vias de concluir a construção de seis navios, concebidos segundo o plano do Monitor, porém bem maiores e providos de duas torres móveis, cada uma flanqueada por dois grandes canhões.

O Galena, um segundo encouraçado, foi construído em outro arsenal, seguindo um novo modelo. Ele acaba de ser concluído e escoltará o Monitor, primeiro para monitorar o Merrimac, depois para limpar a margem do rio James dos fortes rebeldes. Esta tarefa já está sendo realizada a uma distância de até sete ou oito milhas de Richmond. O terceiro encouraçado a cumprir missões no rio James é o Bengaluche, cuja denominação original era Stevens, em homenagem ao seu inventor e primeiro proprietário.

Um quarto encouraçado, o New Ironsides, está sendo contruído e deve ganhar o mar em algumas semanas. O Vanderbilt e outro grande vapor foram transformados em navios blindados; diversas outras belonaves de madeira, como o Roanoke, ressuscitarão com uma blindagem. O governo da União ainda mandou construir quatro ou cinco canhoneiros em Ohio, que prestaram bons serviços nas proximidades de Forte Henry, Forte Donelson e Pittsburg Landing. Por fim, o coronel Elet e alguns de seus amigos especializaram-se na colocação de blindagens. Em Cincinnati e em diferentes pontos de Ohio, reformaram antigos vapores e revestiram suas proas com blindagem. Eles não foram equipados com canhões, mas guarnecidos com atiradores de elite, tão numerosos no Oeste. Voltaremos mais tarde a tratar da primeira façanha de armas destes navios blindados improvisados.

De sua parte, os confederados também não estão inativos. Eles iniciaram a construção de novos navios e a remontagem de velhos barcos em Norfolk. Porém, antes que tivessem concluído sua obra, Norfolk caiu nas mãos das tropas da União e todos os seus navios foram destruídos. Em contrapartida, os confederados construíram, em Nova Orleans, três navios de tonelagem média, blindados com aço; um terceiro encouraçado, de enorme tonelagem e magnificamente armado, encontrava-se em vias de conclusão, quando houve a captura de Nova Orleans. Se acreditarmos nas palavras dos oficiais da marinha da União, caso a construção deste navio houvesse se concluído, teria colocado em grande risco toda a marinha da União, uma vez que o governo de Washington não possuía nada em condições de se opor a este monstro. Seu custo de construção ascendeu a 2 milhões de dólares. Segundo se disse, os próprios rebeldes destruíram a nave.

Como assinalamos anteriormente, as embarcações construídas por Ellet Widder não dispunham de canhões, mas de um grande número de atiradores de elite. Os navios a vapor eram protegidos apenas por uma montagem de madeira e ferro. Possantes motores a vapor e proa com uma ponta afiada de carvalho e ferro constituíam o equipamento destas embarcações blindadas. Homens, mulheres e crianças acorreram aos milhares a Memphis para acompanhar, ansiosamente do alto das abruptas margens do Mississippi, a “batalha dos blindados”. Algumas vezes, a multidão distava apenas meia légua inglesa do teatro de operações. A batalha durou apenas uma hora. Enquanto os rebeldes perderam sete navios e cem homens, quarenta dos quais por afogamento, apenas um navio da União saiu seriamente danificado, não houve senão um ferido e nenhum morto do lado nortista.

Com exceção do navio blindado que conseguiu escapar da batalha naval de Memphis, os confederados não possuem mais do que um par de navios encouraçados ou blindados em Mobile. Além destes, dispõem apenas de um punhado de canhoneiras em Vicky, as quais se encontram simultaneamente ameaçadas por Farragut, rio acima, e por Davis, rio abaixo, a frota sulista já se depara com o fim de seus dias.

## NOVIDADES DA AMÉRICA SOBRE ARTILHARIA

(Engels. Escrito no final de setembro de 1863. Originalmente redigido para publicação no *Allgemeine Militär-Zeitung*, acabou não sendo aceito pelo corpo editorial. Apareceu pela primeira vez nas atas do evento Friedrich Engels. 1820-1970. *Referate, Diskussionen, Dokumente. Internationale wissenschaftliche Konferenz in Wuppertal vom 25.-29, Mai 1970*).

Era de se esperar, dado o espírito inventivo do país e o alto nível técnico da engenharia estadunidense, que a Guerra Civil Americana acarretaria grandes avanços, iniciando uma nova época da técnica armamentista. A batalha entre o *Monitor* e o *Merrimac*, a qual o *Allgemeine Militär-Zeitung* reagiu em mais de uma ocasião, justificou tal expectativa.<sup>[1]</sup> Agora temos alguns fatos novos para registrar.

Embora o resultado final tenha sido favorável ao navio de torreta [*turret ship*], a batalha entre o *Monitor* e o *Merrimac* ainda não foi suficiente para decidir a questão de qual classe de navios de guerra é superior: os navios de torreta ou navios de bateria.<sup>[2]</sup> Há pouco tempo, porém, ocorreu uma batalha que, ao que parece, resolveu esse assunto de uma vez por todas, a qual teremos todo o prazer de examinar já que, até onde sabemos, ela é pouco conhecida na Inglaterra e França — e nada conhecida na Alemanha.

Os confederados tinham no porto de Savannah um navio a vapor comercial de construção escocesa, o *Fingal*, encouraçado a uma proporção de 4 polegadas: 4” de carvalho para 4” ferro. O revestimento de ferro consistia em duas camadas de 6” de largura por 2” de grossura; a camada de baixo na horizontal e a superior na vertical, asseguradas por cavilhas bem fortes. Com base no modelo do *Merrimac*, o revestimento da couraça foi posto de forma oblíqua, disposto como telhas sobre o navio, embora fosse mais achatado no topo, de forma que o navio terminava por lembrar uma pirâmide amassada. Ele carregava quatro parapeitos de 6” e dois canhões de pivô de 7” (na proa e na popa).

O *Atlanta*, como o navio foi chamado, veio pelo rio Savannah em uma certa manhã e logo se deparou com dois navios de bloqueio, dois navios de torreta — o *Weehawken* e o *Nahant* — que imediatamente foram em sua direção. (Para nossa descrição da batalha, indicamos o relato no *Harper's Weekly* de Nova York, 11 de julho).<sup>[3]</sup> O *Atlanta* abriu fogo com três disparos de cartuchos sólidos de 440 libras (inglesas) de seu canhão Dahlgren de 15”.<sup>[4]</sup> O primeiro disparo vazou o *Atlanta* de *lado a lado* e resultou na baixo de 40 homens, seja em função das farpas, seja em função do choque. Entre os últimos estava o tenente que, posteriormente, disse não ter conseguido ficar de pé nem por dez minutos. O segundo disparo rompeu a cobertura de ferro da cabine de armamentos, matando ou ferindo 17 homens. O terceiro projétil esmagou a seção superior da escotilha armada do deque superior, matando ambos os pilotos e derrubando os dois timoneiros. O quarto disparo atingiu a borda, onde o lado do navio se encontra com o deque, e parece tê-lo balançado sem causar qualquer dano. O quinto atravessou a chaminé bem quando o *Atlanta* estava hasteando a bandeira para render-se, antes que o *Nahant*, que acabava de entrar em cena, pudesse ao menos fazer o primeiro disparo. Em quinze minutos tudo havia terminado.

Ontem, o autor deste artigo visitou a frota do Canal Inglês no porto de Liverpool. Lá estavam o *Warrior*, o *Black Prince*, o *Royal Oak*, o *Defence*, o *Resistance* — todos navios de guerra com armas de parapeito (canos lisos para munição de 68 libras, com 18 a 24” de madeira e 4,5 a 5” de ferro); indiscutivelmente a mais bela e mais poderosa frota na ativa atualmente que, com a devida propulsão, seria capaz de navegar por quaisquer *fortes costeiros europeus* sem serem perturbadas, mesmo *carregadas de armamentos como estão* e tendo um porto atrás de si. Como o melhor dos navios se sairia contra um desses navios de torreta americanos com sua arma de 440 libras? Julgando pelos testes feitos pelos próprios ingleses, um calibre muito menor é o bastante para atravessar suas dianteiras; que devastação um projétil de 440 libras não faria em seu interior? Apenas um tiro na linha d'água conseguiria afundar o navio, já que um buraco como aquele não pode ser remendado. À vista desses navios esplêndidos, cada um dos quais deve custar perto de 1 milhão de libras esterlinas, incluindo os experimentais, não se pode deixar de pensar que todos já estariam condenados e completamente superados.

Doravante, parece ser absolutamente necessário equipar navios de guerra com os calibres mais pesados que uma embarcação é capaz de carregar. Tais armamentos, porém, não podem ser armamentos de parapeito; o maior navio só é capaz de levar algumas delas, e elas têm de ser posicionadas *no centro* do navio. Isso só é possível, no entanto, em *navios de torreta*, de forma que, de agora em diante, eles constituirão a força decisiva de qualquer marinha.

É verdade: os navios de torreta construídos até então são dignos do mar apenas em um sentido restrito. Isso porque foram construídos na América para um fim específico: operações em águas costeiras rasas. Caso sejam construídos maiores e providos de propulsão maior, certamente provarão ser ao menos tão dignos do alto mar quanto os navios de parapeito [*broadside*], que ainda deixam muito a desejar nesse tocante. Porém, mesmo que nos restrinjamos à experiência que temos no presente, os seguintes aspectos são bastante certos:

1) Navios de torreta com armamentos pesados (calibre de 10” a 15”) são navios incomparavelmente mais fortes tanto para defesa propriamente dita quanto para operações de ofensiva em costas vizinhas;

2) Navios de guerra encouraçados com revestimento de ferro de 2,5” a 5” e armas de parapeito de calibre 8” podem ser de grande vantagem para operações de longa distância e contra regiões costeiras, caso haja estações de *reabastecimento de carvão* e, acima de tudo, caso não seja preciso combater navios de torreta.

3) Para táticas verdadeiramente ágeis em mar aberto, navios de madeira continuam sendo os únicos aptos. Só eles são capazes de carregar provisões suficientes, carvão e munição para levar a cabo suas operações dentro de vários meses; só eles são capazes de executar sozinhos os reparos necessários após uma batalha. Na Índia e na China, por exemplo, navios encouraçados de qualquer tipo seriam impotentes, mesmo nas mãos dos ingleses.

Quais são as conclusões no que diz respeito à Alemanha?

1) Aprenda a fundir armamentos de calibre americano e a construir navios de torreta. Dois desses navios no Elba ou no Weser manteriam toda a Costa Norte vazia. No Báltico, trariam o mar todo sob nosso controle e, se necessário, forçaria Copenhague a capitular; assim, também, ninguém mais levaria a marinha dinamarquesa a sério. Mesmo se melhorias fossem introduzidas possibilitando navios de torreta realmente aptos ao alto mar, os antigos ainda continuariam sendo a melhor defesa portuária existente. Eles são baratos, de qualquer maneira.

2) Navios encouraçados de parapeito de 6 a 7 toneladas, como os ingleses e franceses, custam o equivalente a seis navios de torreta, enquanto duas embarcações de torreta são o bastante para vencer um deles. Eles não valem o que custam. Em contrapartida, navios a vapor  *muito velozes* de dimensões moderadas, encouraçados com 2,5” a 3” do melhor revestimento de ferro (por exemplo, da Estíria) e com uns tantos armamentos, contanto que pesados, podem fazer um serviço considerável contra as marinhas *existentes*. Eles são capazes de desviar de fragatas grandes, descomunalmente encouraçadas, assim como dar conta de manter o ritmo de um bom navio de madeira.

3) Navios de madeira de operações de longa distância — sejam embarcações de vela ou a vapor — são indispensáveis. Já temos a estação [comercial] chinesa; ela tem tudo para ganhar em importância a cada ano. Contanto que não tenhamos uma estação de reabastecimento de carvão ali, naus a vela são as únicas que poderão ser utilizadas; até este momento, elas são o bastante. Estações nas Índias Ocidentais, nas costas leste e oeste da América do Norte e do Sul, além de no Levante, são há muito necessárias; em toda a parte, o comércio alemão deve ser protegido e respeito deve ser conquistado em nome da Alemanha. Vinte e cinco por cento dos navios a vapor frente a setenta e cinco por cento de naus a vela seriam suficientes ali. Em casa, porém, muitas embarcações grandes de madeira não têm utilidade; de fato, não faz sentido em se ter navios maiores do que fragatas de 60 canhões, já que navios atuais estão ultrapassados, e os do futuro ainda têm de ser inventados.

## II

De acordo com a prática comum, quando se fazia cerco de muralhas fortificadas, as baterias eram postas no topo do glacis de blindagem, a cerca de cinquenta passos das paredes que seriam bombardeadas. Quando as obras de casamata de Montalembert foram propostas com muralhas de pedra descobertas, sobretudo porque esse tipo de alvenaria fora usado em muitos locais na Alemanha, houve muita discussão sobre tais muralhas de pedra poderem ou não ser rompidas, mesmo a certa distância. No tocante a experimentos autênticos, porém, o único que nos é conhecido é o de Wellington, em 1823, quando uma parede móvel coberta por uma *contrescarpe* foi rompida a 500 e 600 passos por meio de golpes indiretos. A Guerra da Crimeia só provou que fortificações costeiras feitas de pedra são seguras contra navios; Bomarsund só provou que o governo russo foi terrivelmente enrolado pelas empreiteiras. A Guerra Italiana não provou qualquer coisa, já que nunca chegou ao ponto de ter operações de cerco. Até então, poder-se-ia assumir que, com os meios de artilharia disponíveis na época, as muralhas de pedra descobertas das casamatas dariam conta, sob certas circunstâncias, de suportar poder de fogo tão superior contra as baterias de cerco que valiam os custos. Os julgamentos em Juliers provaram que canhões com projéteis contendo espoleta de concussão, mesmo de um calibre pequeno, são capazes de romper fortificações de tijolos a 1200 passos, até por meio de uma colisão indireta. Na América as coisas que estão ocorrendo têm lições bastante diferentes para nos ensinar.

Durante o ataque ao porto Pulaski (na saída de Savannah), o general Gillmore (indisputavelmente o maior homem de artilharia americano vivo) dispunha apenas de *Columbiads* pesadas, armas de cano liso de calibre 15” com projéteis sólidos para realizar investidas poderosas. Ele instalou suas baterias há 1200 passos do alvo e transformou em ruínas, em uns poucos dias, uma fortificação casamatada feita de alvenaria reforçada. Em contrapartida, esse experimento o convenceu de que a grandes distâncias suas armas não seriam capazes de derrubar fortificações de pedra. Infelizmente não temos dados sobre as investidas, já que todos os relatórios americanos são feitos de um modo extremamente superficial; mas é óbvio que investidas de um terço de potência estão fora de cogitação para tais armamentos.

Gillmore, portanto, exigiu canhões de calibre pesado para o ataque a Charleston, e os conseguiu. Tratava-se das chamadas armas Parrott, armamentos com carregamento pela culatra cujo alcance se equipara ao dos munhões, mas que têm o mesmo formato dos armamentos ordinários. Na ponta do lápis, diz-se que custam exatamente um quarto daquilo que os pesados Armstrongs ingleses custam. Os projéteis eram ogival-cilíndricos e eram banhados por um metal macio a ser pressionado dentro do cano.

Com tais armamentos, Gillmore atacou o Forte Wagner (ver o mapa de Charleston recentemente impresso no *Allgemeine Militär-Zeitung*). Essa fortificação, porém, construída com a areia fina das dunas, resistiu. Os abrigos a prova de bombas asseguraram a guarnição e diversas investidas foram repelidas. Foi necessário arquitetar um ataque autêntico, e os armamentos pesados eram bons demais para isso. Gillmore, assim, teve que atrair três novas baterias que havia instalado contra o Forte Sumter, a última delas situada no meio na entrada do porto. Essas baterias, uma das quais estava *dentro do pântano*, estavam entre 3300 e 4200 jardas do Forte Sumter.

O Forte Sumter foi construído em uma ilha artificial, com tijolos bastante rígidos. Suas paredes eram de 6-7’ de grossura, a base de 12’. Os arcos da casamata e pilares tinham 8-9’ de grossura. Lá havia dois andares de casamatas e um andar de armamentos sobre o telhado, que atiravam através da barbete. Seu formato era o de um redente flanqueado; foram justamente as lacunas entre os muros e um dos flancos que ficaram expostos às baterias de Gillmore. O forte continha 140 locais para armazenagem de canhões.

O bombardeio durou 8 dias, de 16 a 23 de agosto; vez ou outra a marinha intervinha, embora sem muito sucesso. Os canhões de 200 libras, por sua vez, deram conta do serviço. As lacunas e muros do flanco caíram primeiro, e então as paredes frontais tomadas *à revers* [pela retaguarda]. No final do bombardeio o forte era, como Gillmore elaborou, “uma massa disforme de ruínas”. No total, 7.551 tiros foram disparados, dos quais 5.626 acertaram o alvo (a distâncias enormes!); 3.495 destes atingiram a área externa da parede, 2.130 a interna. Após as paredes terem sido sujeitadas ao fogo por um instante, muitos projéteis atravessaram-nas.



Gillmore tinha, igualmente, um canhão de 300 libras, mas este enguiçou no sétimo disparo. Dizem que os primeiros seis projéteis, no entanto, atravessaram as paredes e causaram desmoronamentos da alvenaria a distâncias acima de 20 pés em alguns pontos.

É compreensível que o forte tenha retrucado os ataques somente em uma pequena escala. As baterias não forneciam quaisquer alvos visíveis a distância de meia milha alemã, mesmo se houvessem [ali] armas que cobrissem tal distância. Como estavam localizadas dentro da área de fogo de muitas baterias confederadas, nenhuma tentativa foi feita de ocupar o forte imediatamente. Porém, agora que o Forte Wagner e Cunnings Point caíram, isso provavelmente já ocorreu.

Das mesmas baterias, Gillmore lançou 15 bombas incendiárias contra a cidade de Charleston — a mais de uma milha alemã — e só cessou fogo porque, após uma jornada tão longa, seus projéteis de concussão, por não caírem de ponta, acabaram não explodindo.

O que nós, alemães, deveríamos depreender deste bombardeio? O que pensar de nossas fortificações descobertas de pedra? O que dizer de fortes destacados do antemuro principal por 800, 1200 passos, que deveria proteger um dito local contra bombardeios? O que dizem dos redutos dentro dos fortes de Colônia, os portões ao flanco de Koblenz, e o que dizer de Ehrenbreistein? Nossos inimigos, que possuem poder naval, logo disporão de artilharia de cano longo dos maiores calibres, e ferrovias os carregarão por toda a parte. Em contrapartida, até onde sabemos, o maior calibre de cano logo já introduzido [aqui] foi o de um canhão de 24 libras, aproximadamente 4,5” — uma arma anã em comparação com aquelas que nossos inimigos apontarão para nós. Se tivéssemos a mesma artilharia em nossas casamatas, não seria possível atirar contra baterias situadas há 5000 passos de qualquer maneira. Nossas fortalezas do Reno, por mais inadequadamente fortificadas que a linha do rio possa ser, até então foram nossa maior força contra um primeiro ataque francês. Mas será que serão úteis após as experiências descritas acima?

Não é o momento para refletir. Devemos agir, e logo. Qualquer atraso nos custará uma campanha. *Videant consules, ne quid respublica detrimenti capiat.*<sup>[5]</sup>

## NOTAS

[1] É provável que Engels se refira ao artigo “Verlauf und Bedeutung des diesjährigen Feldzugs in Nordamerika“ [Curso e significado da campanha deste ano na América do Norte], publicado pelo jornal referido (número 41, edição de 11/10/1862) e o editorial “Der Angriff auf Charleston am 7. April 1863” [O ataque a Charleston de 7 de abril de 1863] do número 20, edição de 16/05/1863.

[2] No original, *turret ships* ou *broadside battery ship*. Na verdade, ambas as embarcações são variantes do navio *broadside* em voga na década de 1860; os *broadships* se diferenciavam de navios precedentes por serem encouraçados pesados o bastante para terem de levar seus canhões em uma única fileira em cada lado no deque principal, em vez de disporem-nos em várias fileiras. Até 1860, a França e Inglaterra lideravam a produção dessa categoria; Engels comenta a entrada recente dos EUA na série de produtores.

O *turret ship* trazia suas armas em uma cabine completamente fechada, instalada sobre uma plataforma rotativa [a chamada *box battery*]. Quando a cabine era completamente fechada e protegida por armadura, tinha-se o **navio de torreta**; quando era parcialmente encouraçada, tinha-se o **navio de bateria**. As naus de torreta, é claro, traziam a desvantagem de ser extremamente pesadas, de forma que deviam trazer uma tripulação menos numerosa e menos suprimentos. Nas naus de bateria, por outro lado, as armas ficavam desprotegidas do inimigo.

[3] O artigo tem por título “The capture of the rebel iron-clad *Atlanta* by the *Weehawken* captain Rodgers”.

[4] *Nota de Engels*: o canhão Dahlgren é um armamento comparativamente menor de 12-14 calibres. Seu formato exterior foi estabelecido por [John] Dahlgren (atualmente almirante na campanha de Charleston) da seguinte maneira: orifícios do calibre de rifle foram perfurados equidistante e perpendicularmente sobre o eixo, de dentro para fora, e preenchidos por munição de rifle, enquanto a arma era carregada e disparada como de costume. A velocidade inicial das balas individuais foi determinada do modo costumeiro, e tomada como medida de pressão de gases explosivos a

um ponto correspondente na parede do cano do canhão. As abcissas correspondentes foram desenhadas no eixo do furo como ordenadas, e a curva ligando-os indicou o formato externo da arma. Armamentos construídos sob esses princípios são muito grossos na base e na região dos munhões, e só afinam mais no final do cano. Elas mais se parecem com garrafas de soda. Sendo de cano liso, são fundidas a partir de um perfil oco, e água gelada desce do furo, a partir de um orifício, durante o processo de resfriamento. Esse resfriamento de dentro para fora provê às armas tamanha força — mesmo tratando-se de ferro fundido — que é possível fundir armas de 15”, e mesmo de 20” de calibre capazes de suportar 500 disparos potentes sem danos. Inicialmente criada somente para munições ocas, subsequentemente elas foram fortificadas de modo que munições sólidas também pudessem ser atiradas a partir delas. Tais armas reforçadas se chamam *Columbiads*.

[5] Em latim, no original: “Deixe que os cônsules vejam que a república não passa por dificuldades” (esta era uma fórmula habitual com que senadores romanos se endereçavam aos cônsules em tempos de perigo contra o Estado).

## **Apêndices**

# A ABRAHAM LINCOLN, PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

(Marx. *Der Social-Demokrat*, 30 de dezembro de 1864)

Senhor,

Nós cumprimentamos o povo americano em ocasião da vitória por uma grande margem.

Se a resistência ao poder dos escravistas foi a palavra de ordem moderada de vossa primeira eleição, o grito de guerra de vossa reeleição é: Morte à Escravidão.

Desde o início da luta titânica que conduz a América, os operários da Europa sentem instintivamente que a sorte de sua classe depende da bandeira estrelada. A luta por territórios que inaugura a terrível epopeia não deveria decidir se a terra virgem de zonas imensas será fecundada pelo trabalho do imigrante, ou contaminada pelo chicote do feitor de escravos.

Quando uma oligarquia de 300 mil escravistas ousou, pela primeira vez na História do mundo, inscrever a palavra escravidão na bandeira da rebelião armada, no mesmo lugar onde, um século antes, a ideia de uma grande república democrática nascia ao mesmo tempo que a primeira declaração dos direitos do homem<sup>[1]</sup> – que conjuntamente imprimiram um impulso inicial à revolução europeia do século XVIII, quando neste lugar a contrarrevolução se glorificava, com uma violência sistemática, de reverter “as ideias dominantes da época da formação da velha Constituição” e apresentava “a escravidão como uma instituição benéfica, quiçá a única solução ao grande problema das relações entre o trabalho e o capital”, proclamando cinicamente que o direito de propriedade sobre o homem representava a pedra angular do novo edifício<sup>[2]</sup> –, então as classes operárias da Europa entenderam imediatamente, antes mesmo que o apoio fanático das classes dominantes europeias à oligarquia confederada houvesse lhes advertido, que a rebelião dos senhores de escravos havia soado o alerta geral da santa cruzada da propriedade contra o trabalho e que, para os homens do trabalho, o combate de gigantes travado do outro lado do Atlântico colocava em jogo não apenas suas esperanças no futuro, mas também suas conquistas do passado. Eis por que eles suportaram os sofrimentos que lhes foram impostos pela crise do algodão<sup>[3]</sup> e se opuseram com vigor à intervenção em favor do escravismo, que estava sendo preparada pelas classes elevadas e “cultivadas” e, na maior parte da Europa, contribuíram com sua cota de sangue para a boa causa.

Enquanto os trabalhadores, o verdadeiro poder político do Norte, permitiram que a escravidão contaminasse a própria república, enquanto diante do negro, dominado e vendido sem ser consultado, se glorificavam por desfrutar do privilégio de ser livres para vender a si mesmos e escolher seus patrões, eles foram incapazes de combater em prol da verdadeira emancipação do trabalho ou de apoiar a luta emancipadora de seus irmãos europeus; essa barreira para o progresso, porém, foi levada pelo mar escarlate da Guerra Civil.

Os operários da Europa estão convencidos de que, se a Guerra de Independência Americana inaugurou uma nova época de ascensão das classes burguesas, a guerra dos americanos contra a escravidão inaugurou uma nova época de ascensão da classe operária. Eles consideram o anúncio de uma nova era que a vida tenha designado Abraham Lincoln, o enérgico e corajoso filho da classe trabalhadora, para conduzir o seu país em uma luta sem igual pela libertação de uma raça acorrentada e pela reconstrução do mundo social.

Assinada em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores por seu Conselho Central.

## NOTAS

[1] Em 4 de julho de 1776, os delegados das treze colônias inglesas da América do Norte proclamaram a independência no Congresso da Filadélfia. Eles criaram uma república independente após se separarem da Inglaterra. Ainda que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão corresponda a um grande passo adiante na história – em relação ao regime anterior à revolução burguesa –, ela não constitui uma conquista definitiva, nem mesmo uma verdadeira libertação. Tenha-se em conta o simples fato de que esta declaração permitiu que subsistisse a escravidão

de uma parcela considerável da população. Desde *Sobre a questão judaica*, de 1844, Marx a criticava da perspectiva da emancipação total a ser realizada pela revolução socialista.

[2] Ver discurso de Bright em Birmingham em 19/12/1862.

[3] Na Inglaterra, nenhuma classe sofreu mais as consequências da crise do algodão do que o proletariado. Ver por exemplo os artigos de Marx: “A miséria operária na Inglaterra” e “A miséria dos trabalhadores do algodão”, publicados no *Die Presse*, em 27/09/1862 e 04/10/1862.

# MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES AO PRESIDENTE JOHNSON

*The Bee-Hive Newspaper*, 20 de maio de 1865.

Mensagem D'Associação Internacional dos Trabalhadores

Andrew Johnson, Presidente dos Estados Unidos

Senhor,

O demônio da “instituição particular” para cujo reinado o Sul pegou em armas não poderia permitir a seus adeptos se baterem de maneira honrosa em campo aberto. O que se iniciou pela traição não poderia se concluir senão pela ignomínia.

Da mesma forma que a guerra de Filipe II em defesa da inquisição suscitou um Gerard, a rebelião pró-escravista de Jefferson Davis produziu um Booth.<sup>[1]</sup>

Não é nosso propósito buscar palavras de luto e horror, uma vez que os corações de dois mundos estão arrebatados de emoção. Mesmo os sicofantas que, ano após ano, dia após dia, realizaram um verdadeiro trabalho de Sísifo para assassinar moralmente Abraham Lincoln e a grande república que ele governava, estão neste momento amedrontados por este ímpeto universal de sentimentos populares e rivalizam entre si para atirar flores da retórica sobre sua tumba aberta. Eles finalmente se deram conta de que Lincoln foi um homem que não se deixava abater pela adversidade, que não se deixava intoxicar pelo sucesso, que perseguiu inflexivelmente seu objetivo elevado, sem jamais comprometer com uma pressa cega sua progressão lenta e ininterrupta, sem jamais se deixar levar pela onda do favor publicado, nem desencorajar pela desaceleração da pulsação popular, temperando suas ações rigorosas com um coração caloroso, iluminando os cenários mais escuros da paixão com o sorriso de seu bom humor e realizando sua obra de gigante com tanta simplicidade e modéstia quanto os soberanos por direito divino se comprazem por fazer pequenas coisas com uma pompa e um esplendor grandiloquentes; em poucas palavras, foi um dos poucos seres humanos que conseguiram se tornar grande sem deixar de ser bons. Com efeito, este homem grande e bravo era tão modesto que o mundo não descobriu seu heroísmo senão após ele ter tombado como mártir.

O sr. Seward foi digno de honra ao se tornar, ao lado de um chefe de tamanha envergadura, a segunda vítima dos demônios infernais do escravismo. Não foi ele quem, em uma época de hesitação generalizada, foi suficientemente sábio e corajoso para predizer que o conflito era inevitável? Não demonstrou ele, nos momentos mais sombrios do conflito, possuir um senso romano do dever: não desacreditando jamais da República e sua estrela? Desejamos de todo coração que ele e seu filho tenham suas saúdes e suas atividades públicas restabelecidas e que recebam suas merecidas homenagens, em menos de noventa dias.

Depois desta terrível Guerra Civil, a qual, por suas vastas dimensões e seu gigantesco teatro de operações, não parece ter durado mais de noventa dias, se comparada às guerras de Cem Anos, de Trinta Anos e de 23 anos que ocorreram no Velho Mundo, é a vós, senhor presidente, que cabe a tarefa de eliminar pela lei o que foi decidido pela espada e de empreender a difícil obra de reconstrução política e de regeneração social.

Um profundo sentimento de sua tarefa formidável irá poupá-lo de qualquer compromisso diante das difíceis tarefas que ainda estão por cumprir. Não esqueça jamais que no início desta nova era da emancipação do trabalho, o povo americano confiou a responsabilidade de sua direção a dois homens do (mundo do) trabalho: Abraham Lincoln e Andrew Johnson.

Assinado em Londres no dia 13 de maio de 1865 pelo Conselho Geral, em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores.

## NOTA

[1] John Wilkes Booth (1839-1865) assassinou Lincoln em abril de 1865.

# RESPOSTA DO EMBAIXADOR AMERICANO À MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES

AO DIRETOR DO *TIMES*

Senhor,

Há algumas semanas o Conselho Central da Associação supracitada enviou ao senhor Lincoln uma mensagem de felicitação. A mensagem foi transmitida por intermédio da delegação dos EUA e se encontra em anexo à resposta que nos há chegado. Agradeço se puder publicá-las.

Respeitosamente, W. R. Cremer

DELEGAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Londres, 31 de janeiro

Senhor,

O presidente dos Estados Unidos me pediu para informar que recebeu a mensagem do Conselho Central de vossa associação, transmitido por intermédio de nossa Delegação. No tocante aos sentimentos pessoais a si expressos, ele os aceita, sinceramente e de coração aberto, expressando o desejo de fazer jus à confiança que seus concidadãos e tantos amigos da humanidade e do progresso que todo o mundo vem lhe conferindo nos últimos tempos. O governo dos Estados Unidos assume, por completo, que sua política nem é, nem poderia ser reacionária, embora, simultaneamente, se mantém no caminho adotado desde o início — isto é, se abstém, em geral, de uma política expansionista e de intervenções ilegais. Esforça-se por prover justiça igual e certa a todos os Estados e todos os homens, contando com os resultados positivos deste esforço a ser mantido em seu interior, e gozar de respeito e boa vontade do resto do mundo. As nações não existem para si mesmas, mas para promover o bem-estar e a felicidade da humanidade, cultivando relações exemplares de boa vontade. É nesta perspectiva que os Estados Unidos consideram que a causa por detrás do conflito atual contra os rebeldes escravistas reside na natureza humana, e consegue novo alento para perseverar com base no testemunho que oferecerem os trabalhadores da Europa, mostrando que a atitude nacional goza de sua aprovação esclarecida e de sua franca simpatia.

Tenho a honra de me considerar, senhor, seu humilde servo. — CHARLES FRANCIS ADAMS.

M. W. R. CREMER, secretário geral honorário da Associação Internacional dos Trabalhadores, 18 Greek Street, W.



## **Posfácios**

# POSFÁCIO I

## MARX E ENGELS COMO JORNALISTAS

Felipe Vale da Silva

Em dezembro de 1834, trinta e nove representantes regionais da Confederação Alemã cruzaram as estradas do país em meio a um inverno rigorosíssimo, rumo à sede do Alto Parlamento de Frankfurt am Main. O objetivo do encontro era discutir literatura; mais especificamente, aqueles representantes de uma das épocas mais conservadoras da história alemã decidiram o que fazer com seis jovens escritores que, nos últimos anos, vinham causando rebuliço com uma literatura nova — um misto de jornalismo panfletário e ficção, repleto de crítica social e disparates contra a carolice alemã. Hoje conhecemos essa vertente literária como *Junges Deutschland* ou Jovem Alemanha, elo entre o romantismo revolucionário e o realismo naquele país.

Após uma madrugada regada a champanhe e charutos, a comissão decidiu aliar artistas da esquerda literária a grupos terroristas sobre os quais vinham lendo nos jornais (como a *Giovani Italia*, a *Carboneria* e a *Munkács*). A ironia por detrás do evento é que “estes grupos constituíram movimentos políticos organizados, capazes de mobilizar ações militares e golpes de Estado. Imaginar que um punhado de jovens escritores poderia ser comparado a tais organizações, sobretudo em sua capacidade de oferecer perigo real ao governo, era fruto de uma paranoia generalizada”.<sup>57</sup> De qualquer forma, aquela foi uma ocasião única em que todo um capítulo na história da literatura terminou à base da canetada, da noite para o dia. A partir de 1835, Heinrich Heine (futuro amigo de Marx), Karl Gutzkow, Ludwig Börne e demais escritores se viram na necessidade de se exilarem ou pararem de escrever de uma vez por todas. A maior parte optou pelo exílio.

Este foi o início do fim para toda uma era da literatura e, como Marx constataria mais tarde, o início de uma nova fase de censura no país. Junto à *Gazeta Renana* (*Rheinische Zeitung*), um jornal bastante eclético sediado em Colônia, o filósofo entrou em contato com duas experiências que se tornariam constantes por toda sua vida adulta. A primeira foi a constatação de que era dono de uma prosa jornalística contundente. A segunda, que a resposta para o que tinha a dizer, quase invariavelmente, seria a censura. Em várias ocasiões, seu jornalismo provocaria os donos do poder a ponto de impeli-lo ao exílio junto de sua família — primeiro a Paris, depois a Bruxelas, depois a Londres. Com uns poucos artigos sobre a miséria vivida pelo campesinato e a liberdade de imprensa, a *Gazeta Renana* passou a sofrer constantes pressões por parte das autoridades. Em 17 de março de 1843, o proprietário, tentando salvar a reputação do jornal, afastou o redator-chefe Karl Marx de seu cargo.

Esta foi a primeira ocasião em que o jovem doutor em filosofia se confrontou ativamente com a realidade política e econômica, deixando de se ocupar com o pensamento de pré-socráticos ou com a metafísica de Hegel para se voltar aos dados brutos da vida contemporânea. Foi com investigações jornalísticas que Marx (e mais tarde Engels) se deparou com antagonismos da sociedade capitalista de perto, desenvolvendo conceitos centrais de sua obra (mais-valor, alienação, luta de classes, dependência). “As investigações feitas para escrever seus artigos [...] o comprometeriam com uma realidade que se encontrava mais para além dos muros da universidade”, escreve Mario Espinoza Pino.<sup>58</sup> Foi essa experiência que o fez romper com os jovens hegelianos, muitos deles ainda crentes no desenvolvimento orgânico do Estado prussiano rumo à liberdade do espírito. Marx, por sua vez, chegou à conclusão de que a opinião pública, além das necessidades populares em si, estavam divorciadas das instituições disponíveis, do próprio formato do Estado prussiano. Seria preciso uma ruptura completa com as tradições políticas alemãs caso o povo quisesse se emancipar. Foi baseado nessa nova conclusão, adquirida após o conflito dentro do corpo editorial da *Gazeta Renana*, que Marx se uniu a um novo empreendimento jornalístico com o amigo Arnold Ruge.

---

57 F. V. SILVA. A literatura de Wolfgang Menzel, resenhada por Heinrich Heine. *Revista Belas Infêis*, v. 6, n. 2, 2017, p. 179.

58 Ver “Introducción” no volume Karl Marx. *Artículos periodísticos*. Barcelona: Alba, 2013, p. 13.

Os *Anais franco-alemães* (*Deutsch-französische Jahrbücher*), editados por Ruge e publicados em Paris, funcionaram como um laboratório de práticas jornalísticas. Traziam o diferencial de se dividirem em uma parte expositiva, dedicada à análise pontual de eventos contemporâneos, e uma segunda parte teórica, de caráter mais radical do que qualquer coisa da época. A publicação unia escritos de Engels, do já mencionado poeta Heine, do anarquista Bakunin, dos hegelianos Feuerbach e Heß, além de garantir a Marx um extenso espaço para publicar suas primeiras monografias de peso em 1843: *Sobre a questão judaica* e *Crítica da filosofia de Estado de Hegel*. Aí, dentro de um empreendimento editorial mais ousado, Marx rompe de vez com o hegelianismo, complementando sua filosofia especulativa com a análise do mundo do trabalho e questões de estrutura social. Pela primeira vez, surge o conceito de alienação, entendido pelo jovem Marx como a separação do ser humano de sua essência. Diferentemente do que supôs a tradição humanista de então, o Estado e suas instituições não são uma emanção das disposições coletivas dos homens dentro de sua marcha rumo à libertação; o Estado moderno em si está potencialmente tingido de aspectos irracionais e alienantes, expressos pelos antagonismos que constituem o cotidiano de seus habitantes. A emancipação humana, assim, exigiria a ruptura com formas coercitivas de governo, dando espaço a uma organização social fiel às necessidades reais dos indivíduos. Aqui temos a gênese da primeira ideia de comunismo marxiano.

### **O contato com os revolucionários franceses**

Outubro de 1843 foi um período de turbulência nas ruas de Paris — ali, os recém-casados Jenny e Karl Marx viviam no número 31 da Rue Vanneau, com o pouco que faturavam com os *Anais franco-alemães*, e acompanhavam de perto as movimentações dos socialistas. O casal estabeleceu contato com Proudhon e Louis Blanc, acompanhou Heine pela boemia parisiense e dividiu mesas de bares com líderes de um proletariado altamente politizado. Embora o jornal não tenha durado mais de duas edições — os financiadores franceses não quiseram mais bancar a ventura, e as remessas enviadas à Alemanha eram constantemente confiscadas pela polícia — os *Anais franco-alemães* foram o início de um novo jornalismo radical. *Adiante!* (*Vorwärts!*), publicado em 1844 e 1845, começou como um periódico sobre teatro escrito por imigrantes alemães em Paris, mas logo mostrou uma nova faceta. Nele foi publicada uma das obras-primas da literatura alemã (*Alemanha. Um conto de inverno*, de Heine), além das primeiras mostras de agitação revolucionária do jovem Marx. A participação deste no jornal marcou sua ruptura com o colega Arnold Ruge, menos afeito a arriscar seu pescoço pelas novas ideias socialistas. A recepção de um artigo de agosto de 1844, *Glosas críticas ao artigo O rei da Prússia e a reforma social*, mostrou quanta razão Ruge tinha em seu receio. O próprio monarca prussiano se enfureceu a ponto de enviar diplomatas a Paris e exigir a expulsão dos redatores daquele jornal de migrantes abusados. Marx partiria para Bruxelas meses depois, frustrado com a condição dos jornalistas na Europa.

### **Um hiato entre 1844 e 1848**

Os anos que se seguiram constituíram um período de crise. Marx passou quatro anos sem escrever um único artigo jornalístico, voltando-se aos seus estudos. Era necessário repensar a questão da emancipação da humanidade da miséria inerente à acumulação capitalista, além dos efeitos da burocracia das monarquias modernas sobre os rumos da Europa. Para tal, o próprio capitalismo devia ser compreendido em seu cerne, de um ponto de vista histórico e estrutural. Dessa forma, Marx passou a se dedicar a estudos de economia e a pensar como a alienação do indivíduo moderno se expressa na história da cultura: surgiram as primeiras grandes formulações da noção de ideologia em escritos como *A ideologia alemã* (1845-1846) e *A miséria da filosofia* (1847). Ambos os textos foram respostas a demais propostas de emancipação do homem, escritas pelos colegas Proudhon e pelos antigos companheiros de juventude da Alemanha (inclusive Feuerbach, Stirner, Bauer e Heine).<sup>59</sup> Marx chegou a ser criticado pela própria esposa Jenny por se preocupar demais em confrontar seus colegas filósofos em seus textos, em vez de escrever para a classe trabalhadora como um

---

59 A emancipação de Marx do pensamento dos jovens hegelianos foi esmiuçada por Sidney Hook em um livro hoje pouco conhecido, *From Hegel to Marx: studies in the intellectual development of Karl Marx*. Ann Arbor/MI: Ann Arbor Paperback, 1962.

todo. Aquele era um período de balanço, porém; era preciso refinar noções de emancipação e atacar as contradições do capitalismo no cerne. O produto final dessa fase foi o *Manifesto do Partido Comunista* de 1848 — a obra em que Marx por fim ouviu os conselhos de Jenny —, publicado às vésperas das revoluções daquele ano por toda a Europa e, pelos próximos cem anos, motivação para levantes sociais mundo afora.

O estilo do manifesto é uma volta ao melhor do jornalismo dos anos anteriores: embora o texto expresse ideias complexas de dialética e filosofia da história, o faz de forma palpável, valendo-se de metáforas inesquecíveis, que se tornaram parte constitutiva do imaginário popular.

“Um espectro ronda a Europa — o espectro do comunismo. Todos os poderes da velha Europa se associaram em uma caça às bruxas sagrada contra este espectro: o papa e o czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães. [...]

Duas coisas derivam desse fato.

[Primeira:] O comunismo já foi reconhecido como um poder por todos os poderes europeus.

[Segunda:] Já é tempo de os comunistas exporem suas perspectivas, seus objetivos, suas tendências perante todo o mundo, contrapondo ao conto de fadas do espectro do comunismo um manifesto de seu partido.”<sup>60</sup>

Este não é o tom modorrento de um texto de filosofia do século XIX; este é tom de um jornalismo dinâmico, rico em metáforas e ironia, de quem se formou intelectualmente lendo a literatura da *Junges Deutschland*. De quem trabalhou no periódico radical *Vorwärts!* e mais tarde se dedicaria a cobrir uma guerra decisiva do país que se tornaria o centro do capitalismo — Marx chamou a Guerra Civil Americana de “a primeira grande guerra da história contemporânea”, a inauguradora do mundo como hoje o conhecemos.<sup>61</sup>

Na década em que foi funcionário do *New-York Daily Tribune*, entre 1852 e 1862, Marx voltou ao jornalismo munido de um aparato conceitual sólido, o qual aperfeiçoou mediante a análise de eventos contemporâneos até ganhar forma em escritos sistemáticos de sua fase madura.<sup>62</sup> A última ventura editorial na Alemanha, a *Nova Gazeta Renana* (*Neue Rheinische Zeitung*), terminou por inaugurar uma fase extremamente produtiva de seu pensamento e do de Friedrich Engels, apesar de malograr por motivos financeiros. Por 301 edições, os amigos se dedicaram a cobrir os levantes pan-europeus de 1848, produzindo uma das mais completas coberturas sobre o evento, até hoje de valor inestimável para a historiografia. As últimas frases impressas nas páginas do jornal, em letras vermelhas garrafais, foram encabeçadas pela dedicatória *Aos trabalhadores* (edição de maio de 1849): “Os redatores da *Nova Gazeta Renana* se despedem agradecendo pela simpatia que vocês demonstraram. Suas últimas palavras serão, em toda a parte e para todo o sempre: EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA!”<sup>63</sup> E então Marx parte com a família para Londres.

### A fase das análises de conjuntura

Os anos seguintes foram, mais uma vez, anos de recolha: havia-se de entender os últimos eventos e o motivo de a classe trabalhadora europeia ter cedido à burguesia nas revoltas de 1848. Daí derivam textos propriamente historiográficos como *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), *As lutas de classe na França de 1848 a 1850* (lançado como livro em 1895, apenas), “a primeira tentativa de Marx de explicar uma fatia da história contemporânea por meio de seu método de abordagem materialista e das condições

---

60 Karl MARX & Friedrich ENGELS. Manifest der Kommunistischen Partei. In: *Ausgewählte Werke*, Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1974, p. 415.

61 Ver, neste volume, o artigo O *TIMES* DE LONDRES E A OS PRÍNCIPES DE ORLÉANS NA AMÉRICA.

62 Pino, *Introducción*, p. 20.

63 Para um histórico da *Nova Gazeta Renana*, ver Robin Celikates & Daniel Loick. Journalistische Arbeiten. In: Michael Quante & David P. Schweikard (Hrsg.) *Marx-Handbuch. Leben – Werk – Wirkung*. Stuttgart: J. B. Metzler Verlag, 2016, p. 141.

econômicas”, segundo Engels.<sup>64</sup> A conjuntura de 1848 levou os autores a certas conclusões: em primeiro lugar, a crise econômica dá mostras da fragilidade do sistema de exploração laboral por parte dos donos do poder econômico, servindo de combustível para as revoluções. Ou seja, revoluções decorrem de crises. Foi o que aconteceu em 1847 e nas numerosas greves que serviram de prelúdio para os conflitos europeus do ano seguinte. Em segundo lugar, uma revolução seria fracassada caso levasse a uma mera substituição das instituições políticas e seus representantes. Era necessário pensar uma transformação dos pilares da sociedade em si, a partir da dissolução da burguesia e redistribuição dos meios de produção.

Aqui chegamos ao momento em que Marx (com o auxílio de Engels) iniciou suas atividades de correspondente internacional para o *New-York Daily Tribune*. Nos oito anos prévios à Guerra Civil Americana, seus artigos voltaram-se a questões globais: somente ali, a partir do centro do capitalismo industrial, obteve uma compreensão de fato ampla do capitalismo. Marx chegou a conclusões importantes sobre o imperialismo britânico na Ásia (sobretudo na China e na Índia), cobriu a Segunda Guerra do Ópio (1856-1860) e a exploração holandesa no que viria a se tornar a Indonésia, e se inteirou pela primeira vez, sistematicamente, sobre o tema da escravidão moderna. Há uma dependência entre a exploração colonial — nas moendas brasileiras ou nas selvas da Sumatra — e o abastecimento dos polos industriais altamente mecanizados como Manchester. A opulência de países hegemônicos depende da pauperização de países periféricos; é assim que o capitalismo moderno se sustenta tal qual um sistema global. Aqui temos o gérmen do que ficou conhecido como teoria da dependência. Consequentemente, por detrás da Europa ilustrada, que julgava caminhar a passos largos rumo a uma vida mais democrática e justa, havia massas inteiras vivendo sob regime de escravidão e miséria — chegar a essa importante conclusão foi o passo essencial na carreira de Engels e Marx cuja expressão final, antes da confecção d’*O Capital* (1867), foram os escritos sobre a Guerra Civil Americana.

Ao tocar na questão da escravidão, Marx e Engels corrigem um déficit grave na tradição filosófica alemã. De forma geral, com exceção do desconhecido Anton Wilhelm Amo, filósofos clássicos daquele país fecharam os olhos para a escravidão. “Dentro de sua compreensão partitiva da história, a escravidão [...] foi vista como uma instituição pré-moderna”,<sup>65</sup> relegada a configurações arcaicas do mundo, remetente mais à Antiguidade mediterrânea do que aos Estados Unidos da América na era da máquina a vapor. Este, é claro, é um juízo desastroso do ponto de vista historiográfico. A escravidão moderna foi significativamente mais cruel, e suas perdas humanas mais numerosas, do que em qualquer momento da Antiguidade. Como C. L. R. James demonstrou, o então chamado sistema de lavoura dos séculos XVIII e XIX foi mediado por uma complexa burocracia e redes de distribuição, potencializado pelo uso de maquinário de ponta, configurando-se como a instituição mais lucrativa do capitalismo do mundo Atlântico moderno.<sup>66</sup> Assim como as empresas capitalistas orquestravam operações internacionais de forma a garantir um monopólio restrito, a experiência de Marx e Engels com o além-mar mostrou que também a luta coletiva estava longe de ser atributo exclusivo do proletariado de países industrializados: ela já dava mostras nas revoltas camponesas em Java<sup>67</sup> e na dinastia Qing, assim como nas revoltas de negros escravizados trabalhando em lavouras dos EUA. A supressão do capitalismo em um sistema socioeconômico mais refinado e humano serviria, assim, à emancipação dos trabalhadores e trabalhadoras do mundo inteiro.

---

64 Citado em Celikates & Loick. *Journalistische Arbeiten*, p. 141.

65 Susan Buck-Morss, Hegel and Haiti. *Critical Inquiry*, Vol. 26, No. 4. Summer, 2000, p. 850.

66 C. L. R. James. *The Black Jacobins: Toussaint L’Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York: Vintage Books: 1963 [1938], p. 392.

67 Marx se inteirou das revoltas de indígenas nas Índias Orientais Neerlandesas por meio do magistral *History of Java* de Thomas Stamford Raffles (1816), livro que cita em duas ocasiões no *Capital* e até hoje é amplamente consultado por indonesianistas. A respeito do contato de Marx com a questão da emancipação indígena e da escravidão nas Américas e Ásia, ver o artigo recente de John Bellamy Foster, Brett Clark e Hannah Holleman (Marx and the Indigenous. *Monthly Review*, Volume 71, Issue 09, fevereiro de 2020, disponível *online*). O artigo é inovador por analisar os volumes lidos e anotados pelo autor a respeito do tema, desfazendo o mito de um Marx eurocêntrico — um mito que ainda persiste em círculos onde não se lê sua obra. O livro de Kevin B. Anderson, igualmente, é uma fonte importante de refutações a essa ideia, partindo dos cadernos de rascunhos de Marx escritos entre 1879 e 1882 e dos aprendizados adquiridos com a Guerra Civil Americana. Além de ser uma pesquisa de rigor e muito bem escrita, tem a vantagem de estar traduzida para o português (*Marx nas Margens*. Tradução de Allan M. Hillani e Pedro Davoglio. São Paulo: Boitempo, 2019).

## Do New-York Daily Tribune ao Die Presse

A escolha pelo *New-York Daily Tribune* parece, à primeira vista, questionável: embora o jornal fosse dirigido por um abolicionista, Charles Dana, passava longe do afã revolucionário do *Adiante!* ou da *Nova Gazeta Renana*.<sup>68</sup> Em mais de uma ocasião, vemos Marx reclamar com Engels, e Engels reclamar com Marx, de cortes arbitrários em seus textos, artigos publicados sem título e medidas com as quais um periodista alemão não estava acostumado.

Apesar disso, foram mais de 300 artigos escritos dentro de um período de uma década; o jornalismo foi a ocupação na vida de Marx que se sobrepôs à sua carreira filosófica. Os textos então produzidos preenchem, hoje, cerca de sete dos cinquenta volumes de suas obras reunidas em alemão (a tal MEGA), mais do que *O Capital* ou qualquer outro projeto. Uma das razões para ter aceitado escrever para o jornal de Nova York reside no amplo alcance de suas tiragens — aquele era o veículo de mídia de maior divulgação em todo o mundo, com aproximadamente 200 mil leitores, situado em uma cidade relativamente tolerante com seus jornalistas. Além disso, o jornal possuía uma receita estável. Era a chance ideal para aquele pai de quatro crianças pequenas fazer seu trabalho sem se preocupar com a censura batendo em sua porta. A década do *Tribune* serviu-lhe, assim, como seu laboratório, a chance de corrigir e recolher dados, elaborar teorias mais amplas acerca das crises financeiras presentes, interrogando-se a respeito de suas causas.<sup>69</sup> Havia um claro interesse em dar fechamento para suas teorias sobre a sociedade capitalista, para deduzir a lógica por trás a dinâmica do capital e suas manifestações — por isso Marx iniciou seus escritos da Guerra Civil comentando a reação da mídia hegemônica britânica (isto é, do reino que mais lucrava com o cativo dos afro-americanos), trazendo à tona os interesses dos políticos por trás do *lobby* escravista, a atitude do primeiro-ministro Palmerston e de seus capachos industrialistas. Logo se criou todo um quadro onde fica clara uma convicção que o autor expressou já no fim de 1846, em uma carta ao amigo Pavel V. Annenkov:

A escravidão direta é, em grande medida, o pivô ao redor do qual nosso sistema industrial hoje roda, tão importante quanto o maquinário, o crédito etc. Sem a escravidão não haveria algodão; sem algodão não haveria a indústria moderna. É a escravidão que conferiu valor às colônias, foram as colônias que criaram o mercado global, e o mercado global é a condição necessária para a indústria mecanizada de grande escala... a escravidão, portanto, é uma categoria econômica de suma importância.<sup>70</sup>

Contudo, apenas após a experiência com o *Tribune* e, posteriormente, o *Die Presse* austríaco, havia comprovação material maciça para argumentar a esse favor. A dependência entre o capitalismo moderno e o trabalho pauperizado (se possível, não-remunerado) tornara-se um fato jornalisticamente comprovável.

Esperamos que os mais de cinquenta artigos que trazemos aqui, pela primeira vez em português brasileiro, contribuam para renovar o interesse na faceta jornalística de Marx e Engels. Ela foi uma das dimensões mais marcantes de suas carreiras e, paradoxalmente, ainda é a mais desconhecida. Conhecemos bem o “Marx filósofo” e o “Marx economista”, talvez o “Marx e Engels historiadores” — é chegada a hora de considerarmos os autores em sua atividade profissional principal. Não só porque ela os ocupou por toda a sua vida adulta, mas também porque, ao analisarmos sua atuação periodística, acompanhamos de perto o desenvolvimento de suas melhores ideias. Acompanhamos o abandono do provincianismo dos estudantes de filosofia alemães (interessados na redenção do Espírito humano) rumo a uma concepção de luta contra a opressão realizada por trabalhadores do mundo unidos, entranhados em um sistema de dominação cujos tentáculos atingem cada aspecto da máquina que move as sociedades modernas.

Assim como os dois autores entenderam que a escravidão do negro sequestrado da África lhes dizia respeito, hoje, o que acontece nas *sweatshops* de Honduras, nos latifúndios brasileiros e bordéis infantis em Laos também é problema nosso — esta também é a verdadeira face do capitalismo

---

68 Ver comentários sobre o *Tribune* em James Ledbetter. Introduction. In: *Dispatches for the New York Tribune. Selected Journalism of Karl Marx*. London: Penguin, 2007, p. xvii-xxvii.

69 Parafraseando Mario Espinoza Pino, *Introducción*, p. 30.

70 Brief von Karl Marx an P. W. Annenkov vom 28. Dezember 1846. In: *Marx-Engels Werke, Band 4*. Berlin: Dietz Verlag, 1977, p. 553-554. Essa ideia foi posteriormente sumarizada na Observação 4 do livro *A Miséria da Filosofia* (mesmo volume citado, p. 131-132), onde a escravidão brasileira e a estadunidense são mencionadas. O contexto desta citação nos leva de volta à polêmica contra Proudhon, e foi comentado minuciosamente por Kevin B. Anderson, *Marx at the Margins*. Chicago: The University of Chicago Press, 2010, p. 264, nota 7.

industrial moderno, não um acidente de percurso. Este também é reflexo de um sistema que se esforça, ainda em 2020, para naturalizar a ideia abjeta de que uns ganham e outros perdem.

## POSFÁCIO II

### MARX, ENGELS E O SISTEMA DO PODER MUNDIAL NO SÉCULO XIX

Muniz G. Ferreira

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Esta seção final do volume oferece um panorama mais amplo do cenário em que Marx e Engels escreveram seus textos sobre a década de 1860: quais eram as principais potências no tabuleiro político da segunda metade daquele século e como se davam as relações diplomáticas entre os Estados nacionais europeus. No curso destes anos, os iniciadores da tradição marxista tiveram a oportunidade de exercitar suas aptidões como analistas dos assuntos internacionais em publicações europeias e norte-americanas, em particular nas páginas do diário estadunidense *New York Daily Tribune*, do qual foram correspondentes na Europa não só durante a Guerra Civil Americana, mas já a partir de 1851.

O *New York Daily Tribune* foi fundado em 1841 e publicado até 1924. Até meados dos anos 50 do século XIX, orientava-se por posições liberais de esquerda tornando-se, a partir de então, órgão do Partido Republicano. Quando foi deflagrada a Guerra Civil norte-americana, o *Tribune*, coerente com a posição adotada pelo Partido Republicano, perfilou claramente ao lado das forças abolicionistas, apoiando os estados setentrionais em sua luta contra a secessão sulista. Entretanto, em virtude de dificuldades financeiras sofridas no curso da guerra, dispensou todos os seus colaboradores internacionais, interrompendo a correspondência de Marx em 1862.

Os primeiros artigos que Marx e Engels dedicaram às relações diplomáticas entre os Estados europeus no *Tribune* tiveram, como pano de fundo, o refluxo dos movimentos revolucionários que se haviam disseminado ao longo do continente no período 1847-1849 e o estabelecimento do Segundo Império Francês sob a direção de Luís Bonaparte, no ano de 1851. Foi justamente à atividade desta última personagem que os dois articulistas dirigiram suas primeiras observações em matéria de diplomacia internacional. Contudo, no primeiro ano de colaboração de Marx e Engels para com o *Tribune*, a emergência nacional das populações da Europa Centro-Oriental e o balanço dos movimentos democrático-radical no interior do mundo germânico constituíram os temas privilegiados da correspondência jornalística dos dois pensadores revolucionários alemães com o diário estadunidense.

Somente a partir do biênio 1853-1854, as articulações político-diplomáticas entre os principais Estados nacionais europeus situaram-se no centro das preocupações internacionais dos dois companheiros de lutas e letras. Os interesses internacionais tangidos pelo movimento de unificação italiana, o destino da Turquia e as ações da Rússia, tais foram os temas internacionais que mais catalisaram a atenção de Marx e Engels no período.

Não escaparam ao olhar dos dois críticos alemães os objetivos restauracionistas e conservadores que presidiram a fundação do sistema internacional da Convenção de Viena.<sup>71</sup> Interessados como estavam nos destinos do movimento revolucionário europeu, Marx e Engels não pouparam críticas às concepções e aos métodos das cinco potências (Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra e França) que constituíam o núcleo duro deste sistema. Para os dois autores, por detrás da verborragia altissonante dos homens de Estado europeus do período ocultavam-se dois objetivos inconfessáveis: o desejo de supremacia e o repúdio à revolução. Para eles, portanto, tais desígnios não poderiam inspirar outras atitudes internacionais se não aquelas caracterizadas pela hipocrisia e a simulação entre as grandes potências, o desrespeito à soberania nacional e a prática sistemática de chantagens e intimidações no tratamento dispensado por estas aos Estados menores.

---

71 Ordenamento político internacional pactuado na capital austríaca ao final das guerras napoleônicas do início do século XIX. Teve como seus principais protagonistas a Inglaterra, o Império Austríaco, a Prússia e a Rússia, sendo a França incorporada após a restauração monárquica. Seu principal objetivo foi constituir um sistema de segurança coletiva que preservasse os regimes monárquicos e absolutistas da Europa de então da ameaça revolucionária.



Como regra geral, vigorava, portanto, a prática da interferência recíproca nos assuntos internos de outros Estados, limitada apenas pelo equilíbrio de poder nas relações entre eles.

Ainda naquele contexto, Marx e Engels já percebiam o aprofundamento das tensões entre as potências europeias com relação aos problemas do Oriente Próximo. Verificava-se então um deslocamento da atenção dos principais Estados euro-ocidentais para as perspectivas geradas pela deterioração do poder do Império Turco, o que significava possibilidades reais de absorção de parcelas valiosas do antigo império dos sultões como aquelas situadas na região dos Balcãs, bem como nas imediações do Estreito de Bósforo e dos Dardanelos. Destarte, uma extensa série de artigos dos dois autores versou sobre a chamada “Questão Oriental”, ponto nodal da futura Guerra da Crimeia.

### **Avaliação do papel desempenhado pela Rússia no sistema internacional**

A forma obstinada com que Marx e Engels se dedicaram a denunciar e combater o czarismo traz à tona o tema da pretensa “russofobia” destes autores. Nos escritos que dedicaram à então chamada “questão oriental”, Marx e Engels não se limitaram a atacar as ações da diplomacia moscovita, como também procuraram desnudar os propósitos conservadores e antirrevolucionários das potências ocidentais. De acordo com seus pontos de vista, a finalidade da política externa das potências euro-ocidentais consistia em enfraquecer a Rússia como rival na disputa pela supremacia nas regiões do Oriente Próximo e dos Balcãs, ao mesmo tempo que procuravam preservar o poderio russo para que o país continuasse a desempenhar seu papel de *gendarme* dos movimentos democrático-revolucionários nessas mesmas regiões. Segundo a percepção de Marx e Engels, portanto, a atuação do Ocidente frente à “questão oriental” caracterizava-se por desígnios ao mesmo tempo antirrevolucionários e hegemônistas. Interessava aos planos estratégicos anglo-franceses a existência de uma política de contenção recíproca entre o czar e o Sultão capaz de tensionar e paralisar os dois Estados rivais, sem lhes subtrair a capacidade de esmagar pela força os movimentos revolucionários que porventura se insinuassem no âmbito das áreas sob sua possessão.

Enquanto partidários e militantes ativos dos movimentos revolucionários europeus – os quais, é bom lembrar, possuíam, em termos continentais, caráter predominantemente democrático-republicano –, opunham-se à natureza contrarrevolucionária do czarismo. Na condição de analistas das relações internacionais, combatiam os objetivos expansionistas e desestabilizadores da política externa da Rússia Imperial, voltada para a conquista e a subordinação dos povos situados no campo de projeção estratégica desta potência. A multidimensionalidade de tal perspectiva contribuiu para inseri-los no âmago da intelectualidade progressista europeia, ao lado, simultaneamente, de outras personalidades e tendências socialistas, democráticas e liberais. David Riazanov, cujo nome verdadeiro era David Goldenbank, foi talvez o primeiro marxólogo da história. Nascido na Rússia em 1870, ingressou no movimento revolucionário em 1889. Trabalhou na recuperação e organização dos manuscritos inéditos de Marx e Engels, então em poder do SPD, sendo responsável pela sua transferência para Moscou após a revolução russa. Organizou as primeiras edições de textos como a *Ideologia Alemã* e os *Manuscritos Econômico-filosóficos* de 1844, trabalho em que contou com a colaboração de György Lukács. Em seu estudo, “*Origens da Hegemonia da Rússia na Europa*”,<sup>72</sup> o erudito russo historicizava as razões da oposição irreduzível de Marx e Engels ao czarismo. Segundo ele, tal postura havia sido adotada pelos demiurgos da filosofia da práxis no curso de suas experiências à frente da *Nova Gazeta Renana*, órgão do republicanismo radical alemão nos anos 1848-1849. O fracasso da revolução na Alemanha, bem como em outras partes da Europa, haveria cristalizado no pensamento de Marx e Engels uma dada interpretação acerca do papel contrarrevolucionário que estaria sendo desempenhado, naquele momento, pelas principais potências europeias. Como escrevera na época o jovem Friedrich Engels:

A Prússia, a Inglaterra e a Rússia são as três potências que mais temem a revolução alemã e sua consequência primordial – a unificação alemã: a Prússia, porque deixaria de existir, a Inglaterra, porque o

---

72 D. Riazanov, “Origine de l’Hégémonie de la Russie en Europe”. Estudo introdutório à coletânea de escritos de Marx e Engels”. *La Russie*. Paris, Union Générale D’Éditions, 1974, pp. 15-58.

mercado alemão seria subtraído à sua exploração, a Rússia, pelo fato de que a democracia não deixaria de progredir, não somente até o Vístula, como até mesmo às margens do Duna e do Dniepr.<sup>73</sup>

Datam desta época, portanto, não apenas a construção de uma imagem violentamente anticzarista, como também uma convicção acerca da inevitabilidade dos alinhamentos contrarrevolucionários da Inglaterra. Para Marx e Engels, havia duas ordens de fatores que conduziriam o primeiro país capitalista do mundo a perfilar ao lado das autocracias mais reacionárias da Europa. O primeiro deles seria o monopólio do processo de formulação e execução da política externa britânica por parte dos representantes da aristocracia territorial daquele país. O segundo, o fato de que, para Marx e Engels, qualquer triunfo revolucionário na Europa continental, em particular na França e na Alemanha, fortaleceria incomensuravelmente o cartismo no interior da própria Inglaterra. O fracasso da unificação alemã sob a égide de uma república democrática e cada derrota da revolução na França significariam, segundo Marx e Engels, aos olhos da aristocracia e dos círculos conservadores da política britânica, derrotas do próprio cartismo inglês. A corporificação humana desta política seria Lorde Palmerston, Henry John Temple Palmerston. (1784-1865), homem de Estado britânico e uma das mais destacadas personalidades da política inglesa no século XIX.

Marx e Engels conceberam que suas tarefas, primeiro enquanto partidários da unificação da Alemanha sobre bases democráticas, e também como propugnadores da revolução europeia, consistiriam em: a) desmascarar o oportunismo da diplomacia inglesa presidida por Palmerston (que se fazia passar internacionalmente como campeão do constitucionalismo e das liberdades), denunciando seu caráter reacionário e pró-autocrático; b) intensificar o combate político contra os círculos dirigentes prussianos em prol da unificação da Alemanha sob a forma de uma República democrática; e c) denunciar e conchamar ao combate todas as forças democráticas contra o czarismo russo, visto como a quintessência da reação europeia, e inimigo jurado da revolução alemã. É muito significativo observar o fato de que essas avaliações produzidas no curso das malogradas iniciativas revolucionárias alemãs dos anos 40 marcariam profundamente as leituras de Marx e Engels sobre o papel histórico-político desempenhado pelas principais potências europeias nas décadas seguintes. O fato de que o engajamento no processo revolucionário alemão e europeu dos anos 40 tenha constituído de fato a primeira experiência de atuação política concreta de Marx e Engels explica, em grande medida, a longevidade das impressões recolhidas naquele processo. Tal fato determinaria que os temas da revolução alemã e as “lições” retiradas dali marcariam indelevelmente as visões políticas de Marx e Engels até o fim de suas vidas.

Riazanov observa que, apesar do desserviço prestado por Palmerston à fracassada revolução alemã do final dos anos 40, o homem de Estado britânico ainda desfrutava de expressiva simpatia junto aos círculos liberais alemães. Reivindicando a herança de George Canning,<sup>74</sup> que fora uma espécie de contraponto liberal e constitucionalista à linha dura reacionário-conservadora do “Clube de Viena” nos primeiros anos da década de 20 do século XIX, Palmerston era visto por amplos segmentos liberais como um campeão do constitucionalismo. “Desmascarar” Palmerston constituía, acima de tudo, uma forma de solapar sua influência junto a importantes segmentos políticos inseridos no campo da revolução democrática alemã.

### **O destino da Turquia no sistema de Viena**

Marx e Engels dedicaram à Turquia Otomana um complacente desprezo. Para eles, a entidade turca era pouco mais do que uma relíquia do passado, um vestígio decadente e quase inofensivo de um império outrora agressivo e orgulhoso. No interior de sua sociedade, identificavam uma fusão do despotismo asiático com o anacronismo bizantino. Destituídos de qualquer idílio em relação às formações orientais ou pré-

---

73 Friedrich Engels, “O Armistício Prusso-dinamarquês”. *Nova Gazeta Renana*, 9 de setembro de 1848, apud Marx e Engels, *La Russie*, op. cit. 17. É curiosa nesta citação a ausência da Áustria, pedra angular do sistema internacional de Viena e apontada por Marx e Engels em outras passagens como a mais reacionária das monarquias da Europa Centro-Oriental.

74 George Canning (1779-1827) foi um destacado político e estadista *Whig* na Inglaterra da primeira metade do século XIX. Substituiu Castlereagh, – político profundamente conservador e o principal responsável pela estruturação da Quádrupla Aliança (Inglaterra, Áustria, Prússia e Rússia) que derrotou Napoleão em 1814 – à frente da Chancelaria Britânica. Inverteu a pauta da política externa inglesa, substituindo a ênfase nos temas “continentais” por um enfoque mais insular, o que resgatava a centralidade das preocupações britânicas com seu comércio marítimo em detrimento do “policimento da Europa” contra possíveis perturbações.

capitalistas, os dois pensadores alemães eram incapazes de compartilhar as simpatias que certos intelectuais do Ocidente dedicavam à Porta. De fato, este antigo Estado muçulmano, que um dia alvoroçara a Europa com seu fôlego anexionista, não passava, em meados do século XIX, de uma potência moribunda. Dividida entre o avassalamento pelo czar e a dependência política e econômica frente às potências ocidentais, a pátria do Sultão de Constantinopla não passava de simples objeto da política internacional. Marginalizada das decisões políticas mundiais e corroída por seus conflitos internos, como na questão das nacionalidades balcânicas, essa formação histórica encontrava-se em adiantado processo de decomposição. Aos círculos dirigentes ocidentais interessava, naturalmente, tirar proveito do esfacelamento do Império Otomano, incorporando territórios e populações até então subordinados à soberania deste, às suas hegemonias. Mas lhes interessava também impedir que o vazio de poder legado pelo refluxo otomano gerasse um quadro de instabilidade generalizada nas imediações do Mar Mediterrâneo. Pior ainda, eles temiam que a absorção das antigas províncias por parte de outras potências – em primeiro lugar a Rússia, mas também, em menor medida, a Áustria e a Prússia – propiciasse condições para um acúmulo “excessivo” de poder por uma destas potências, em detrimento dos próprios desígnios hegemônistas anglo-franceses.

Marx e Engels imprimiram à “Questão Oriental”, um enfoque semelhante na forma, porém distinto no conteúdo. Receavam que o recuo turco deixasse o czarismo de mãos livres para empreender uma escalada anexionista em direção ao centro do continente europeu. Compreendiam também que o fortalecimento da Rússia no leste da Europa reforçaria o poder das forças sociais mais conservadoras naquela região, inviabilizando assim uma solução democrático-revolucionária para o problema da unidade alemã, bem como no que se referia à emergência nacional dos eslavos meridionais. Por outro lado, avaliavam que, do ponto de vista das pretensões hegemônistas e contrarrevolucionárias das potências ocidentais, o alijamento da Turquia da Convenção de Viena constituía um certo embaraço. Particularmente após a ascensão de Luís Bonaparte ao trono francês, certos círculos diplomáticos do Ocidente, sobretudo ingleses e austríacos, teriam passado a temer os resultados das tentativas de tutela da Turquia por Napoleão III. A intimidade das relações entre o imperador dos franceses e o sultão de Constantinopla antes e durante a guerra da Crimeia teria estimulado os gestores da Santa Aliança a buscarem uma incorporação da Turquia ao sistema emanado da Convenção de Viena. Em seu artigo “Excentricidades da política”,<sup>75</sup> Marx, após delinear tal cenário, afirma que uma das consequências da Guerra da Crimeia seria a produção de uma cláusula suplementar que garantiria a inclusão turca nos protocolos de 1815. Tal previsão, por mais sugestivo que fosse seu embasamento, acabaria não se verificando historicamente.

Engels e Marx defenderam em seus artigos no *Tribune* que as chancelarias ocidentais não cogitavam a possibilidade de restauração do decadente Império Otomano, mas sim que seu gradativo desaparecimento não engendraria o colapso da estabilidade política nas regiões então sob sua autoridade, nem possibilitaria um acréscimo desproporcional de poder por parte da Rússia. Inversamente, cada qual seguindo seus próprios objetivos nacionais, buscava estabelecer a própria influência da forma mais profunda e abrangente possível nas áreas abandonadas pelo recuo do sultão. Neste aspecto, Londres e Paris privilegiavam formas distintas de materializar as mesmas ambições. A potência britânica privilegiaria, embora de maneira não exclusiva, o exercício do papel de mediador das controvérsias russo-turcas, procurando aparecer como um suposto *peace maker* nos antagonismos entre os dois impérios eurasiáticos. Já a França de Napoleão III, a quem Marx e Engels já haviam estigmatizado asperamente por seu “aventureirismo”, teria optado por uma política mais claramente engajada ao lado da monarquia otomana, desempenhando, destarte, o papel de principal instigador da Guerra Russo-Turca. No artigo: “A imprensa londrina – A política de Napoleão acerca da questão turca”, publicado no *Tribune*, no dia 19 de abril de 1853,<sup>76</sup> Marx investiu mais uma vez contra as posturas adotadas por Luís Bonaparte frente à questão turca. Para ele, o aventureirismo manifestado pelo governante do Segundo Império Francês diante daquele problema teria por objetivo conquistar o reconhecimento das potências monárquicas europeias para as quais, tanto ele quanto seu finado tio, não passavam de usurpadores de tronos. Ademais, buscava também granjear para a França um lugar de destaque no interior do “concerto das nações”.

### **O papel da diplomacia britânica**

---

75 Karl Marx, “Eccentricities of politics”. *New York Daily Tribune*, no 4437, 10 de julho de 1855, Marx e Engels, *Collected Works*, op. cit. vol. 14, pp. 283-286. Publicado como artigo principal.

76 Karl Marx, “The London Press – Policy of Napoleon on the Turkish Question”. *New York Daily Tribune*, no 3.746 de 19/04/1853, publicado como artigo principal. *Collected Works*, Vol. 12, op. cit. pp. 18-20.

Marx, como já foi dito, dedicou vários escritos ao exame da ação do *Foreign Office* ante o chamado “problema oriental”. Nesses artigos, desenvolveu uma tentativa de caracterização da diplomacia britânica do ponto de vista de seus condicionantes sociais. De acordo com tal definição, a política externa da Grã-Bretanha “burguesa” seria formulada e executada tendo como horizonte os interesses sociais dos círculos aristocráticos daquela sociedade. Concepção que, por sua vez, se sustentava sobre as seguintes ideias:

a) não obstante o caráter capitalista da economia e da preeminência burguesa no interior da sociedade britânica, o poder político naquele país repousaria sobre a base de uma coalizão aristocrático-burguesa;

b) tendo em vista o monopólio do poder político e da representação pela coalizão das classes dirigentes mencionadas, a política britânica, tanto interna quanto externamente, possuiria um caráter essencialmente oligárquico;

c) as perspectivas *Tory* e *Whig* em matéria de política externa representavam, respectivamente, uma alternativa aristocrática, conservadora e protecionista à outra alternativa burguesa, liberal e livre-cambista, sendo que, tradicionalmente, e até aquele momento, a tendência aristocrático-conservadora fora amplamente dominante. Tal concepção produziria dois efeitos significativos nas análises marxianas sobre a diplomacia britânica: em primeiro lugar, possibilitaria a Marx o desenvolvimento de interpretações que acentuariam a autonomia relativa do Estado britânico em relação à dimensão econômico-social vigente naquele país. Em segundo lugar, permitir-lhe-ia a percepção da não subordinação mecânica dos movimentos da diplomacia inglesa aos interesses do próprio capitalismo britânico. Essas nuances conduziriam o teórico do socialismo proletário a uma caracterização da política externa britânica como contrarrevolucionária, pró-aristocrática e, inclusive, lesiva aos interesses econômicos do capitalismo inglês. Tais análises adquiriram pleno contorno nos artigos que Marx dedicou à performance de Lorde Palmerston nas páginas do *Tribune* e do *People's Paper*.<sup>77</sup>

Esses textos foram publicados sob a forma de brochura independente na Inglaterra, ainda durante a vida de seu autor. Marx baseou suas formulações no exame de uma ampla coleção de documentos diplomáticos, atas do parlamento e material jornalístico. O trabalho que resultou daí possui como uma de suas peculiaridades principais a descrição aguda dos mecanismos de tomada de decisão, sobretudo em matéria de política exterior, utilizados pelo governo britânico no século XIX. Efetuou-se uma apreciação minuciosa dos processos de definição do comportamento da diplomacia britânica frente aos mais importantes conflitos internacionais do período como a luta pela unificação da Itália, a emergência nacional na Polônia e na Hungria, o problema irlandês, as reformas liberais na Grécia, em Portugal e na Espanha. O aspecto mais controvertido destes textos é a fixação de Marx em comprovar a “russofilia” de Palmerston a todo custo.

### **A guerra da Crimeia e seus desdobramentos**

A Guerra da Crimeia opôs França, Grã-Bretanha e o Império Otomano à Rússia czarista. Mais do que isso, foi resultado de uma aproximação entre a Grã-Bretanha, tida como a mais liberal e constitucionalista das potências do Sistema Internacional do Congresso de Viena, com a França, eterno *outsider* e suposto fator de desestabilização do mesmo, confrontando a Rússia, guardiã de primeira hora da ordem internacional pós-napoleônica.

O escrito que mais bem expressa as percepções de Marx acerca do significado da Guerra da Crimeia do ponto de vista das relações de poder entre as potências gestoras do sistema internacional da Convenção de Viena é o já citado artigo “Excentricidades da Política”, publicado no *Tribune* em julho de 1955.<sup>78</sup> Este artigo se baseia na leitura de dois livros: *Du Congrès de Vienne* (Sobre o Congresso de Viena) do abade Dominique Dufour de Pradt e *Denkschrift, betreffend die Gleichgewichts-Lage Europas, beim Zusammentritt des Wiener Kongress verfaßt* (Memorial relativo à situação de equilíbrio da Europa, redigido

---

77 Estes artigos podem ser consultados em sua versão original nas *Collected Works*, vol. 12 (1853-1854) op. cit. pp. 341-406, ou na tradução espanhola, antecedida por uma apresentação de Robert Payne, *El desconocido Carlos Marx*, Barcelona, Editorial Bruguera, 1975, pp. 147-231.

78 Karl Marx, “Eccentricities of Politics”. *New York Daily Tribune*, no 283, 21 de junho de 1955 (publicado como artigo principal), in: *Collected Works*, op. cit. vol. 14, pp 283-286.

durante as reuniões do Congresso de Viena), do marechal prussiano K. F. Knesebeck. Na primeira obra, o autor defende a ideia, apoiada por Marx, de que o Congresso de Viena havia lançado as bases para o estabelecimento da supremacia russa na Europa. De acordo com aquele autor, a “guerra de independência da Europa contra a França”, ou seja, as Guerras Napoleônicas, foram concluídas com a sujeição da Europa diante da Rússia. Corroborando tal argumento, cuja inspiração antirrevolucionária dispensa qualquer observação, Marx acentua que

A guerra contra a França, que foi ao mesmo tempo uma guerra contra a Revolução, uma guerra anti-jacobina, conduziu a uma transferência da influência do Ocidente para o Oriente, da França para a Rússia. O Congresso de Viena foi o resultado natural da Guerra Anti-jacobina, o Tratado de Viena, produto legítimo do Congresso de Viena e da supremacia russa, a filha natural do Tratado de Viena.<sup>79</sup>

Na sequência, Marx acorreu em defesa de Frederico Guilherme III da Prússia diante das acusações a ele imputadas de haver, através de sua dedicação cega ao soberano russo, solapado as bases do projeto concebido por Castlereagh, Metternich e Talleyrand, no sentido de “erguer barreiras territoriais seguras contra as usurpações russas”.<sup>80</sup> Segundo Marx, não se deveria responsabilizar solitariamente o príncipe prussiano por uma situação (a supremacia russa) inevitavelmente engendrada pelo sistema internacional aprovado no Congresso. Para Marx a supremacia russa na Europa estava de tal forma vinculada às resoluções do Congresso de Viena que mesmo uma guerra contra a Rússia que não se propusesse expressamente a revogar as disposições daquele tratado só faria reforçar a situação vigente. Era sob essa ótica que ele interpretava naquele momento o significado da Guerra da Crimeia, então em curso, como um conflito que, longe de representar a superação do *status quo* aprovado em 1815, efetuaria apenas um pequeno reparo no mesmo, de modo a permitir a introdução da Turquia no esquema das cinco potências gestoras do sistema internacional.

Do panfleto de Knesebeck, Marx retira citações que engendram uma defesa apaixonada do fortalecimento da Turquia para o exercício do papel de barreira à irrupção de populações incivilizadas e bárbaras através do continente europeu e fator de estabilidade dos limites orientais da Europa contra a anarquia inata dos poloneses e as perturbações provocadas pelos gregos. Marx interpreta esse libelo furibundo como uma simples ratificação dos propósitos inspiradores da Guerra da Crimeia: a extensão e a consolidação do Tratado de Paris de 1815.

Na conclusão do artigo, Marx não perde a oportunidade de estigmatizar Luís Bonaparte, segundo ele, um dos atores centrais da mascarada então em curso, indivíduo que, em seu oportunismo, era capaz de decepcionar as expectativas mais elementares no que concerne à coerência e à fidelidade para com a própria legenda bonapartista:

Durante todo o período da Restauração e da Monarquia de Julho havia uma ilusão disseminada na França de que o napoleonismo (sic) significava a abolição do Tratado de Viena, que havia colocado a Europa sob a tutela da Rússia e a França sob a ‘surveillance publique’<sup>81</sup> da Europa. Agora, o atual imitador do próprio tio, assombrado pela ironia inexorável de sua posição fatal, está provando ao mundo inteiro que o napoleonismo significa guerra, não para emancipar a França *do*, mas para submeter a Turquia *ao* Tratado de Viena. Uma guerra no interesse do Tratado de Viena e sob o pretexto de colocar em xeque o poder da Rússia!<sup>82</sup>

Tendo-se estendido formalmente ao longo de três anos (1853-1856), mas produzindo na verdade um número relativamente reduzido de operações militares, a guerra da Crimeia contou ainda, a partir da 1855, com a adesão do reino da Sardenha à coalizão anglo-franco-otomana contra os exércitos do czar. Seu fator de deflagração foi um motivo aparentemente inusitado: as disputas entre as autoridades das igrejas Católica Romana e Grega Ortodoxa pelo controle dos lugares sagrados da Palestina. Tal querela externava inquestionavelmente o choque entre as aspirações expansionistas russas em relação aos territórios

---

79 Idem, p. 283.

80 Idem, p. 283.

81 Em francês, no original, vigilância pública.

82 Idem, p. 286.

subordinados à Porta nas regiões balcânica e mediterrânea e o temor ocidental frente a essa ameaça. Papel cardinal foi desempenhado pela França do Segundo Império Napoleônico, ansiosa por neutralizar as disposições antifrancesas do Congresso de Viena e enxergando no Império Russo o maior obstáculo a tal reversão. Ademais, segundo Marx e Engels, o papel de incendiário da guerra representado pelo imperador dos franceses respondia a necessidades múltiplas: a) granjear reconhecimento de seu poder imperial, tido como ilegítimo e usurpador pelas demais monarquias europeias; b) desviar a atenção do povo francês dos problemas internos através do empreendimento de aventuras no exterior; c) aproveitar a excepcionalidade da guerra para promover um saque contra o tesouro francês e d) conquistar junto às nacionalidades oprimidas da Europa o prestígio de “libertador”, um dia reivindicado por seu tio. Uma tradução mais contemporânea das ambições de Luís Bonaparte poderia caracterizá-las – abstraindo suas implicações mistificadoras e manipulatórias em relação ao próprio povo francês e às nacionalidades oprimidas da Europa – como um esforço pela conquista de uma posição de protagonista da ordem internacional de então, revertendo a situação de alijamento das decisões e conseqüente marginalização no interior do sistema internacional, relegado à França pelos vencedores de Napoleão.

A neutralidade austro-prussiana constituía para Marx e Engels uma manifestação de covardia e reafirmação do caráter antirrevolucionário das classes dirigentes destes dois Estados alemães. Para os dois pensadores socialistas germânicos, a causa principal do não engajamento tanto da Prússia quanto da Áustria na guerra fora o temor de seus governantes de que a luta contra a Rússia se convertesse em uma guerra revolucionária dos povos europeus contra as autocracias do continente. Essa interpretação considerava, sobretudo, as forças revolucionárias que um colapso do império ortodoxo liberaria nas áreas ocupadas pelas nacionalidades “revolucionárias”, então carentes de um Estado nacional unificado na Europa, em grande parte, segundo eles, devido à atividade da diplomacia e das armas russas: Alemanha, Polônia, Hungria e Itália.

Seguindo o mesmo balizamento teórico, os correspondentes europeus do *Tribune* consideravam que a neutralização das influências reacionárias do czarismo no continente europeu, ao debilitar as forças sociais conservadoras que em grande medida se apoiavam em seu poderio militar, estimularia a ação das forças revolucionárias, inclusive socialistas, em países como a Inglaterra e a França. Decorreria daí, portanto, a vigência da atitude, em última análise, contemporizadora das classes dirigentes destes países em relação ao Império czarista, mesmo diante de seus mais ousados empreendimentos. Esta postura generalizada de contemporização conheceria manifestações radicalizadas na ação de círculos políticos e elementos acerbamente pró-russos, como Lorde Palmerston, grande aliado do czarismo na Europa Ocidental, segundo a inclemente e não poucas vezes exagerada acusação de Marx. Sendo assim, a política das potências ocidentais com relação à Rússia deveria se orientar, na interpretação de Marx e Engels, por um duplo enfoque: a) no que se referia à vigência das preocupações sociais de suas classes dirigentes, atemorizadas diante da possibilidade de revoluções políticas e/ou sociais na Europa, tratava-se de preservar, a todo custo, a existência da autocracia czarista para que esta pudesse desempenhar, sempre que preciso, seu papel de polícia contrarrevolucionária no continente e b) do ponto de vista estrito da *raison d'État*, tratava-se, no entanto, de conter o avanço russo nas áreas mediterrânea e caucasiana, impossibilitando o acúmulo pelo Estado russo de um EXCESSO DE PODER que instabilizasse o equilíbrio de forças do sistema internacional em seu benefício e em detrimento das potências ocidentais.

Peculiar, posto combinar elementos que se plasmariam posteriormente em tradições de pensamento e ação frequentemente dissonantes. este posicionamento era caracterizado por aquilo que tento definir como uma perspectiva REALISTA REVOLUCIONÁRIA. REALISTA porque interpretava a evolução das relações internacionais, observando as correlações de força entre os Estados, os interesses nacionais das potências e suas projeções estratégicas. REVOLUCIONÁRIA porque orientada pela ideia de que as transformações necessárias à geração de um sistema de relações internacionais mais justas e democráticas, adequadas ao pleno desenvolvimento dos povos, seriam produzidas pela ação das forças revolucionárias. Que tipo de revoluções? Não restam dúvidas de que para a Inglaterra e a França, Marx e Engels apostavam, senão em curto, pelo menos em médio prazo, na ocorrência de revoluções proletárias orientadas para o socialismo e o comunismo. Mas no que se referia aos Estados alemães, nacionalidades eslavas euro-orientais e aos impérios russo e otomano, as expectativas de Marx e Engels se concentravam na criação de repúblicas democráticas em substituição às autocráticas monarquias então existentes. Porém, também não são estranhas a tais considerações, apreciações “antediluvianas” quanto a uma retomada bem próxima dos movimentos

revolucionários e uma forte dose de “germanocentrismo”, herança de suas iniciações políticas no seio das sublevações revolucionárias que haviam sacudido o mundo de fala alemã na década anterior.

### A diplomacia europeia após o Tratado de Paris

Nos artigos que dedicaram ao desenvolvimento da política externa francesa no contexto da Guerra da Crimeia, Marx e Engels não se mostraram muito indulgentes. Trata-se também aqui de todo um vasto repertório de denúncias e acusações contra o governo encabeçado por Louis Bonaparte.<sup>83</sup> Neles, Marx descarregou suas baterias contra o que considerava ser a degenerescência do exército francês, estimulada pelo caráter supostamente aventureiro, demagógico e corrupto de Napoleão III. Situação exemplificada pela descrição da trajetória de St. Arnaud, Marechal do Exército Francês e Ministro da Guerra, quem, segundo o articulista, construíra sua reputação militar servindo na Legião Estrangeira na Argélia, ao lado de bandoleiros, mercenários e desertores de vários países, “o rebotalho dos exércitos europeus”. O próprio imperador francês, caracterizado como um indivíduo ofuscado por ilusões operísticas acerca de sua própria grandeza, era estigmatizado como a caricatura oficial de um passado glorioso. A virulência antibonapartista de Marx e Engels não poupava também os líderes políticos liberais e democratas, franceses e estrangeiros, que dedicavam confiança aos protestos de Luís Bonaparte em defesa da liberdade das nacionalidades oprimidas da Europa. Em consequência, com a mesma falta de cerimônia com que impingiram a outros militantes da esquerda democrática e revolucionária europeia o estigma de colaboradores da autocracia czarista, Marx e Engels imputavam a personalidades como Barbès, Kosuth e os emigrados poloneses, a acusação de contribuírem para a legitimação de Luís Napoleão.

As políticas interna e externa dos dois maiores Estados alemães da época, a Áustria e a Prússia, também não escaparam às atenções dos correspondentes do *Tribune*.<sup>84</sup> Através de seu sistema comum de análise da processualidade histórica, consideravam que, após a deflagração da Guerra da Crimeia, a Prússia, desejava de enfraquecer a influência russa em sua fronteira euro-oriental e assegurar supremacia plena sobre a maior parte do território polonês compartilhado por ambos, poderia declarar guerra à Rússia. Ao se engajar em um confronto com o principal bastião das autocracias europeias, os dirigentes prussianos despertariam as energias democráticas e revolucionárias das populações alemãs, adormecidas desde o malogro revolucionário da década anterior, desencadeando um movimento que poderia conduzir à tão sonhada solução republicano-democrática para o problema da unificação nacional alemã. Ao assim fazê-lo, a Prússia dos aristocratas *junkers* estaria desempenhando o papel de “instrumento inconsciente da história”, segundo a concepção histórico-dialética que Marx e Engels herdaram e reelaboraram a partir de Hegel.

Já no que concerne à Áustria, as perspectivas não eram tão otimistas. No artigo intitulado “A bancarrota austríaca”,<sup>85</sup> Marx avaliava que a debilitação econômica por que passava o Estado dos Habsburgo naquele momento, combinada com a emergência nacional na Galícia, na Hungria e na Itália, inviabilizava a participação austríaca em qualquer aventura além fronteiras. Ademais, o crescimento da preocupação dos círculos dirigentes desse Estado germânico meridional com a preservação de seu império empurraria sua diplomacia em direção às posições mais conservadoras possíveis. Por essa razão, ainda que temessem a irradiação do poderio russo através da península balcânica, não desejavam qualquer enfraquecimento mais sério do czarismo, segundo eles, porque nesse caso os Habsburgo não teriam um amigo a quem recorrer por ocasião da próxima ofensiva revolucionária. Por outro lado, segundo a expectativa de Marx e Engels sobre uma retomada eminente das ações revolucionárias no continente, o ingresso da Áustria na guerra poderia significar um deslocamento das operações militares para o coração da Europa, gerando uma escalada de insurgência revolucionária por parte dos povos oprimidos da região. Segundo eles, as populações mais imediatamente interessadas na questão das complicações orientais seriam, além dos alemães, os húngaros e os italianos, apreciação que acentua, não só o germanocentrismo revolucionário dos fundadores da filosofia

---

83 K. Marx. “Reorganisation of the British War Administration. – The Austrian Summons. – Britain’s Economic Situation. – St. Arnaud”. *New York Daily Tribune*, no 4.144, 24 de junho de 1854. Reproduzido em *Collected Works*, vol. 13, pp. 227-233.

84 Karl Marx, “The Treaty Between Austria and Prussia – Parliamentary debates of May 29” (O Tratado entre a Áustria e a Prússia – Debates Parlamentares do dia 29 de maio). *New-York DailyTribune*, no 4.103, 12 de junho de 1854. Reproduzido em *Collected Works*, vol. 13, pp. 215-219.

85 *New-York Daily Tribune*, no 4.033, de 22 de março de 1854. *Collected Works*, vol. 13, pp. 43-49.

da práxis, como seu persistente apelo à concepção acerca do caráter potencialmente revolucionário das “nacionalidades históricas”.

A ideia de que aos círculos dirigentes das potências do ocidente não interessava o colapso da Rússia aparece reiterada em uma série de artigos publicados no biênio 1855-1856, quando se desenrolou a última e decisiva fase da Guerra da Crimeia. Marx e Engels se empenharam em demonstrar que as operações militares anglo-francesas se encontravam condicionadas pelas aspirações contrarrevolucionárias de suas cúpulas governamentais. De acordo com tais desígnios, os combates contra as forças do czar deveriam ocorrer em áreas periféricas, afastadas dos principais centros da vida política e social russa, neutralizando com isso qualquer perspectiva de que, uma vez conduzida a estas regiões, a guerra pudesse se converter em uma sublevação popular. A partir desse ponto de vista, reinterpretavam as diretivas francesas e britânicas voltadas para o desenvolvimento das operações militares em níveis estritamente locais. Segundo os governos e os comandos militares destes países, tratava-se de limitar a extensão dos combates de modo a restringir o número de perdas, mas, para Marx e Engels, o objetivo almejado era evitar que a “guerra de contenção” enfraquecesse excessivamente aquele baluarte da Santa Aliança e evitasse a subversão de suas estruturas internas. Em um artigo assinado por eles, inicialmente publicado no periódico alemão *Neue Oder Zeitung*<sup>86</sup> e mais tarde reproduzido parcialmente no *Tribune*, os dois autores acentuavam suas opiniões sobre o caráter paradoxal e inusitado da Guerra da Crimeia em seu terceiro ano de deflagração.

A guerra da coalizão anglo-francesa contra a Rússia irá, indubitavelmente, figurar nos anais da história militar como ‘a guerra incompreensível’. O máximo de conversações combinado com o mínimo de ações, extensas preparações e significados insignificantes, uma precaução que beira a timidez seguida de atos temerários gerados pela ignorância, gerais mais do que medíocres à frente de tropas mais do que corajosas, revezes quase deliberados na sequência de vitórias obtidas em meio a equívocos, exércitos inicialmente arruinados pela negligência posteriormente salvos pelo mais estranho dos acidentes – um grande conjunto de contradições e inconsistências.<sup>87</sup>

A tibieza das potências ocidentais sugerida neste texto haveria de se transferir, na futura avaliação dos dois autores, dos campos de batalha para as mesas de negociações ao término da contenda. E, com efeito, nas reuniões preparatórias da assinatura do Tratado de Paris, que pôs termo ao conflito, a diplomacia russa teria habilmente se aproveitado das indecisões e divergências dos dois grandes aliados ocidentais para assegurar termos que lhe fossem mais favoráveis. O Tratado de Paris foi firmado em 30 de março de 1856, pelos representantes dos Estados que se confrontaram na Guerra da Crimeia de 1853-1856 (Grã-Bretanha, França, Rússia, Sardenha e Turquia). Sua assinatura é considerada um ponto de inflexão nas relações internacionais do século XIX, na medida em que encerrava de fato o sistema de alianças estabelecido pelo Congresso de Viena de 1815. Polarizado pelas figuras de Bismarck, Cavour e Gorchakov, o encontro que originou o Tratado garantia a independência formal e a integridade territorial do Império Otomano, obrigava a Rússia a devolver a cidadela de Kars aos turcos, cedia parte da Bessarábia à Turquia, instituía a região do Mar Negro como zona de neutralidade. A Rússia, em compensação, confirmou sua condição de protetora dos principados do Danúbio, formalmente submetidos à tutela das grandes potências, e de guardiã de todos os cristãos residentes no interior do Império Otomano; além disso, assegurou a livre navegação através do Danúbio.

O período imediatamente posterior ao Tratado de Paris registra um refluxo na produção de Marx e Engels, então dedicada aos temas da política e da diplomacia internacionais nas páginas do *Tribune*. Pode-se inferir que o mencionado Tratado reestabilizara a ordem internacional europeia, fundada em um determinado alinhamento de forças. Por outro lado, o próprio desenrolar da guerra da Crimeia provocou, inequivocamente, uma certa exaustão dos principais protagonistas da política europeia, naquilo que se referia aos movimentos político-diplomáticos de âmbito continental. Mesmo a Áustria e a Prússia, ausentes

---

86 Jornal publicado pelos círculos democráticos radicais da Alemanha. Um dos primeiros a surgir no ambiente de reação política que se seguiu ao fracasso das revoluções germânicas dos anos 1847-1848. Marx colaborou com ele entre dezembro de 1854 e novembro de 1855; durante o período, parcela significativa dos artigos produzidos por Marx e Engels foram publicados, simultânea ou alternadamente no *Tribune* e no *Neue Oder Zeitung*.

87 Karl Marx e Friedrich Engels, “The Anglo-French War Against Russia”, *Neue Oder Zeitung*, nos 385 e 387, 20 e 21 de agosto de 1855, reproduzido de forma abreviada como editorial no *New-York Daily Tribune*, no 4.483 de 1o de setembro de 1855. *Collected Works*, vol. 14, pp. 484-488.



daquele conflito, provavelmente não deixaram de perceber nele uma oportunidade de demonstração do poderio militar de seus parceiros no “concerto das nações”, o que pode lhes haver sugerido cautela e concentração, visando ao acúmulo de forças para os enfrentamentos que inevitavelmente estariam por vir.

Porém, afora tais contingências, uma associação de processos políticos e diplomáticos interfeririam de forma determinante na moldura das relações de poder entre as grandes potências europeias no imediato pós-guerra da Crimeia.

Quanto ao comportamento das demais grandes potências europeias no período, podemos constatar a ocorrência de algumas inflexões muito significativas no que concerne aos papéis até então desempenhados, ou pelo menos reivindicados, do ponto de vista da gestão da ordem internacional em vigor. A Áustria, um dos principais bastiões continentais do Sistema Internacional da Convenção de Viena, experimentaria um processo acentuado de isolamento político e diminuição de influência. Tal movimento se iniciara ainda na década de 1830, quando o Império Austríaco, fiel aos inegociáveis princípios do “legitimismo” que orientavam sua atividade internacional, aliara-se solitariamente à Turquia contra os nacionalistas gregos; quando, pela primeira vez desde a formação da Santa Aliança, posicionara-se em campo distinto de suas consortes Rússia e Inglaterra, que, a propósito, perfilaram no mesmo campo que a “perigosa” França. Mais tarde, veria sua estabilidade interna significativamente abalada em consequência das insurreições revolucionárias do período da “Primavera dos Povos”, quando teve seu império salvo de um eminente desmembramento (revolução húngara) pelas tropas do czar. Porém, o pior momento de sua diplomacia ocorrera por ocasião da Guerra da Crimeia, quando a Áustria conseguiu desagradar as potências ocidentais com sua recusa de combater a Rússia e, mais tarde, desagradar a Rússia com as pressões para que esta aceitasse os termos do Tratado de Paris. Ademais, as relações entre os Habsburgos austríacos e os Romanovs russos tendiam a deteriorar-se gradualmente, na medida em que evidenciavam suas divergências quanto à situação dos principados do Danúbio e das províncias balcânicas, entregues à proteção russa pelo Tratado de Paris, mas cobiçados com cerimônia cada vez menor pelos germanos do sul. O resultado geral do enfraquecimento da Áustria como potência, de sua perda de influência e isolamento político internacionais foi a sua conversão de um dos pilares fundamentais do sistema em um ator insignificante.

A Rússia emergiu da guerra da Crimeia dominada por sentimentos de frustração, humilhação e ressentimento. Frustração por não haver consumado seu objetivo de desferir um golpe de misericórdia na incômoda entidade otomana, que em sua letargia pós-imperial obstruía a marcha russa em direção ao Mar Negro e ao Mediterrâneo. Humilhação por ter sua secular trajetória de conquistas militares interrompida pela coalizão anglo-francesa, a qual lhe impôs o respeito à integridade turca e a evacuação dos principados do Danúbio (Moldávia e Valáquia), além de lhe vetar a construção de sua tão sonhada esquadra no Mar Negro, desguarnecendo militarmente suas fronteiras meridionais. Porém, poucos sentimentos devem ter sido mais amargos às cúpulas russas do que o ressentimento do czar Nicolau I em relação ao príncipe Karl Philipp von Schwarzenberg, que retribuiu ao apoio decisivo prestado pelos russos no esmagamento da sublevação dos revolucionários húngaros liderados por Louis Kossuth em 1848 com o abandono do velho aliado no momento do enfrentamento com as potências ocidentais e, pior ainda, atuando como agente ocidental no convencimento dos estadistas russos à aceitação dos termos do Tratado de Paris. O resultado final do processo, no que se refere ao comportamento da Rússia, foi a transformação do principal bastião da ordem conservadora europeia em “revisionista” do sistema internacional.

A França de Napoleão III aparece neste momento como a potência mais ativa do sistema internacional. Como Marx e Engels observaram diversas vezes, a necessidade de conquistar legitimidade no âmbito de uma família de potências aristocráticas, a tentativa de reeditar a trajetória internacional gloriosa de Napoleão I e o esforço de desviar a opinião pública francesa dos problemas internos vividos pelo país imprimiam ao Segundo Império Francês a marca do “militantismo” no que se referia às questões da política e da diplomacia europeias. A participação na coalizão vencedora durante a guerra da Crimeia conferiria ao império bonapartista apreciáveis dividendos diplomáticos. O mais elementar de todos: era a primeira vez, desde Waterloo, que o Estado Francês se envolvia diretamente em uma conflagração bélica continental, triunfando militar e diplomaticamente sobre a Rússia, importante inimigo do passado, cuja vitória sobre as forças francesas em 1812 iniciara o processo de desagregação do império de Napoleão I. Em segundo lugar, o fato de que nessa guerra a França teve como sua aliada a Inglaterra, aqui-inimiga de antanho, primeira potência mundial e a única capaz de assegurar o isolamento econômico francês no cenário internacional. Em

terceiro lugar, o maior de todos os triunfos franceses: o país, que fora marginalizado quando da Convenção de Viena, chancelava então um novo pacto internacional que desmontava as bases do sistema anterior, dividia seus antigos adversários e relegava quase todos eles (Áustria, Rússia e Prússia) a uma inequívoca marginalização política.

Ora, se esses sucessos atualizavam a mística do sucessor de Napoleão Bonaparte, devolvendo à França a posição de gestora dos negócios europeus, a qual um dia lhe fora tomada, por outro lado não fazia senão estimular Napoleão III a novas arremetidas internacionais. Afinal, a França se autoproclamava um império e o modo de vida dos impérios é a conquista territorial. Frequentador de círculos carbonários em seu exílio italiano, subproduto político da emergência liberal de 1848 na França, Luís Napoleão exprimiria suas ambições político-territoriais na Europa nos termos de um apoio à afirmação nacional das nacionalidades oprimidas naquele continente. Reivindicação essa que, se já o conduziu antes a disputar a proteção das populações cristãs do império otomano com o czarismo russo, o conduziria agora a afrontar o imperador Habsburgo no apoio à causa nacional italiana.

Marx, que analisara com acuidade singular as circunstâncias que presidiram a inauguração do chamado II Império Francês, jamais conseguiu divisar qualquer traço positivo na personalidade política de Luís Bonaparte.<sup>88</sup> Para Marx, por detrás das declarações de Napoleão III em defesa dos direitos das nacionalidades oprimidas da Europa, ocultava-se pura e simplesmente o desígnio de obter aquisições territoriais. Em alguns artigos publicados no período 1856-1858, Marx reiterou as qualificações estigmatizadoras acerca de Luís Bonaparte e seu governo, inicialmente delineadas na brochura de 52.

### Conclusão

Pensadores dialéticos, Engels e Marx compreendiam as implicações que o movimento particular dos Estados, impulsionadas por “interesses nacionais” não expressamente vinculadas às necessidades do capital e às aspirações econômicas das classes dirigentes europeias, poderiam produzir para o desenvolvimento histórico revolucionário do continente. Ademais, vivendo no contexto político-cultural anglo-saxônico e tendo como interlocutoras privilegiadas as opiniões públicas inglesa e norte-americana, os dois autores não poderiam deixar de moldar suas análises internacionais segundo temas e, sob certo aspecto, valores característicos das tradições anglo-americanas em matéria de política e diplomacia internacionais. Isto, porém, não significa que a compreensão dos fenômenos internacionais em termos de uma “política de poder” protagonizada pelos Estados nacionais – e não pelas classes sociais –, impulsionados por seus interesses “estratégicos”, desenvolvida pelos colaboradores europeus do *Tribune* tenha significado apenas uma adequação oportunista aos padrões de análise dominantes. A especificidade da visão de Marx e Engels consiste justamente em sua capacidade singular de articular essas duas dimensões distintas, porém interligadas e situadas na base do desenvolvimento das relações internacionais de seu tempo: a esfera dos interesses sociais conflitantes, motor da luta de classes e catalisador de possíveis revoluções político-sociais no interior dos Estados e no marco europeu, e a esfera da ação dos Estados nacionais, determinada por interesses estratégicos de poder e geradora das configurações dos sistemas internacionais.

---

88 Os motivos originais da repulsa que Marx dedicou a este estadista francês podem ser apreciados *in loco* na obra *The Eighteen Brumaire of Louis Bonaparte* de 1852. *Collected Works*, op. cit. vol. 11, pp. 99-197.